

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO.....	11
1. TEMA E MOTIVAÇÕES.....	12
1.1 Razões Profissionais e Pessoais da Investigação.....	13
1.2 Oportunidade do Tema Escolhido.....	13
2. ESTADO DA ARTE	18
2.1 A Situação no Mundo	18
2.2 A Situação na Europa	24
2.2.1 A sustentabilidade territorial e os princípios gerais da Estratégia Territorial Europeia.....	24
2.2.2 Os Princípios de Ordenamento do Território Sustentável na Europa (CEMAT, 2000, 9).....	25
2.3. Desafios Urbanos.....	48
2.3.1. O Ambiente Urbano.....	48
2.3.2 Os Transportes Urbanos	53
2.4. Planos de Ordenamento na Península Ibérica	56
2.4.1 <i>As Bases da política de Ordenamento do território e urbanismo em Portugal.</i> 56	
2.4.2 <i>Os Fins da política de ordenamento do território e de urbanismo</i>	56
2.4.3 <i>Os Princípios que orientam a política de ordenamento do território</i>	56
2.4.4 <i>Os Objectivos do ordenamento do território e do urbanismo</i>	57
2.4.5 <i>Os Valores essenciais naturais do ordenamento do território</i>	57
2.4.6 <i>Os instrumentos de gestão territorial</i>	58
2.5 Definição do regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal..	59
2.5.1 Âmbito Nacional.....	62
2.5.1.1 <i>PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</i> 62	
2.5.1.2 Planos Sectoriais.....	63
2.5.1.3 Planos Especiais.....	64
2.5.2 Âmbito Regional	64
2.5.3 Âmbito Municipal	64
2.6 Enquadramento da problemática da Urbanização e Edificação.....	66
2.7 Eficiência e operatividade dos processos de ordenamento territorial e dos sistemas de gestão.	68

2.8	Elementos instrutores dos pedidos de realização urbanísticas.....	70
2.9	Coesão Territorial	72
2.10	Tipologia dos Planos de Ordenamento.....	74
2.10.1	Planeamento a Nível Nacional.....	75
2.10.1.1	Programa Nacional de Ordenamento do Território	76
2.10.1.2	<i>Planeamento Sectorial</i>	76
2.10.1.3	Planeamento Especial.....	77
2.10.2	Planeamento a Nível Regional - Ordenamento do Território no espaço da região	77
2.10.2.1	Planeamento autonómico	77
2.10.2.2	Planeamento de génese nacional e intermunicipal	77
2.10.3	Planeamento ao nível municipal.....	78
2.10.3.1	Planeamento municipal em geral.....	78
2.10.6	Planeamento operacional com implicações territoriais.....	78
3	Enquadramento do Planeamento e Ordenamento Territorial em Espanha	80
3.1	Da Lei do Solo de 1956 ao Real Decreto 2/2008.....	81
3.1.1	Lei do Solo de 1956.....	81
3.1.2	Lei 19 de 2 de Março de 1975	82
3.1.3	Lei 6/1998	83
3.1.4	Lei 8/2007	83
3.1.5	Real Decreto 2/2008	84
3.2	Sentenças do Tribunal Constitucional de Espanha	85
3.2.1	Sentença do Tribunal Constitucional de Espanha n.º 61/1997 de 20 de Março	85
3.6	Sentença do Tribunal Constitucional Espanhol n.º 164/2001 de 11 de Julho.....	86
4.	Síntese do Planeamento Estratégico Espanhol e do Português.....	87
5.	ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	91
5.1	Evolução do Planeamento Estratégico Urbano	91
5.2	Escolas de Pensamento sobre a formação da Estratégia e sua evolução	92
6.	METODOLOGIA ADOPTADA E FONTES DE INFORMAÇÃO.....	98
6.1.	Generalidades.....	98
6.2.	Percurso metodológico e tratamento da informação	98
6.2.1.	Concepção da ideia a investigar (Reynolds, 1986, 21-43).....	99
6.2.2	Formulação do problema da investigação	99
6.2.3	Elaboração do marco teórico.....	101
6.2.4	Definição do tipo de estudo da investigação.....	102

6.2.4.1 Estudo Correlacional	104
6.2.4.2 Estudo Explicativo.....	105
6.2.5 Formulação das hipóteses.....	107
6.2.6 Selecção da amostra de pesquisa	107
6.2.7 Análise de dados, elaboração escrita da questão, e conclusões	108
6.3. Metodologia e Estratégia adoptada na investigação e no estudo caso	109
6.4 Fontes de Informação	111
6.5 Esquema das Principais Etapas da Investigação	113
7. HIPÓTESES DE TRABALHO	114
8. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO URBANA EM CIDADES DE MÉDIA E GRANDE DIMENSÃO	116
8.1. Introdução.....	116
8.2 Planeamento Urbano, Estratégia, Planeamento Estratégico e Gestão Urbana.....	135
8.2.1 Enquadramento Histórico.....	135
8.2.2 Planeamento do Território.....	143
9. DESENVOLVIMENTO DO TEMA	151
9.1 Planeamento Estratégico em Portugal e Espanha	151
9.1.1 INDICADORES.....	151
9.1.1.1 – Indicadores Sociais.....	153
9.1.1.1.1 Exemplo da Educação, formação, aprendizagem	153
9.1.1.1.2 Exemplo da Saúde	154
9.1.1.2 Indicadores Urbanísticos.....	155
9.1.1.2.1 Exemplo da Construção e Habitação.....	156
9.1.1.2.2 Exemplo dos Transportes Urbanos	156
9.1.1.3 Indicadores Económicos	157
9.1.1.3.1 Exemplo da Industria e Energia.....	158
9.1.1.4 Indicadores Ambientais Urbanos.....	159
9.1.1.4.1 Exemplo do Ambiente Urbano	159
10. ESTUDO CASO ATRAVÉS DOS INDICADORES APRESENTADOS (<i>Évora – Aveiro</i>)	162
10.1 Évora - A cidade e o Plano Director Municipal.....	163
10.2 Aveiro – A cidade e o Plano Estratégico.....	166
10.3 INDICADORES.....	169
10.3.1 INDICADORES AMBIENTAIS URBANOS	169
10.3.2 INDICADORES URBANÍSTICOS.....	171

10.3.3 INDICADORES SOCIAIS	173
10.3.4 INDICADORES ECONÓMICOS	178
10.4 Análise comparativa entre Évora e Aveiro	180
11. ESTUDO CASO ATRAVÉS DOS INDICADORES APRESENTADOS (Barcelona / Lisboa).....	185
11.1 - INDICADORES	186
11.1.1 INDICADORES SOCIAIS	186
11.1.2 INDICADORES ECONÓMICOS	200
11.1.3 INDICADORES URBANÍSTICOS.....	204
11.1.4 INDICADORES AMBIENTAIS URBANOS	208
11.2 Lisboa – A Cidade e o Planeamento Estratégico	212
11.3 Barcelona - A Cidade e o Planeamento Estratégico.....	219
12 – ANÁLISE DO INQUÉRITO Á POPULAÇÃO.....	226
12.1 QUESTÕES	227
12.1.1 Questões Sociais	227
12.1.2 Questões Económicas.....	230
12.1.3 Questões Urbanísticas	231
12.1.4 Questões Ambientais Urbanas	232
13 VERIFICAÇÃO DA HIPÓTESE.....	234
CONCLUSÕES.....	236
BIBLIOGRAFIA.....	244

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População com 60 anos ou mais em 2005 versus 2050.....	37
Gráfico 2 - Projeções de pessoas com 80 anos ou mais em 2050.....	39
Gráfico 3 – Superfície agrícola por regiões 2003 (percentagem).....	49
Gráfico 4 – Principais Exportações Agrícolas 2002.....	50
Gráfico 5 - Tipos de transporte utilizados para trabalhar.....	121
Gráfico 6– Águas e Resíduos (%).....	169
Gráfico 7– Despesas das Câmaras Municipais em Ambiente (€/hab).....	170
Gráfico 8 – Índice de Envelhecimento dos Edifícios.....	171
Gráfico 9 – Veículos Automóveis Vendidos e Mortos por 100 Acidentes de Viação.....	172
Gráfico 10 – Farmácias e Médicos por 1000 Habitantes.....	173
Gráfico 11– Densidade Populacional.....	174
Gráfico 12 – Índice de Envelhecimento da População.....	175
Gráfico 13 – Taxa de Natalidade / Mortalidade.....	176
Gráfico 14 – Taxa bruta de escolarização.....	177
Gráfico 15 – Proporção Consumo Industrial de Electricidade.....	178
Gráfico 16 – Proporção Consumo doméstico de Electricidade.....	179
Gráfico 17 – Total da População.....	186
Gráfico 18 – Imigrantes por 1000 habitantes.....	187
Gráfico 19 – Natalidade por 1000 habitantes.....	188
Gráfico 20 – Mortalidade por 1000 habitantes.....	189
Gráfico 21– Esperança Média de Vida ao Nascer.....	190
Gráfico 22 – Índice de Envelhecimento.....	191
Gráfico 23 – Médicos por 10.000 Habitantes.....	192
Gráfico 24 – Enfermeiros por 10.000 habitantes.....	193
Gráfico 25 – Taxa de Desemprego.....	194
Gráfico 26 – Alunos Matriculados no Ensino Profissional.....	195
Gráfico 27 – Alunos Matriculados no Ensino Superior (Universitário).....	196
Gráfico 28 – Mercadorias no Porto.....	200
Gráfico 29 – Mercadorias no Aeroporto.....	201
Gráfico 30 – Superfície Total.....	204
Gráfico 31 – Obras Novas / Reformas.....	205

Gráfico 32 – Consumo de água por habitante	208
Gráfico 33 – Parques Urbanos	209
Gráfico 34 – Educação, Formação e Aprendizagem	227
Gráfico 35 – Integração dos Estrangeiros	228
Gráfico 36 – Médicos e Hospitais.....	229
Gráfico 37 – Aplicação dos Recursos Financeiros pelos Governantes	230
Gráfico 38 – Transportes públicos.....	231
Gráfico 39 – Poluição, Ruído, Espaços verdes	232

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de veículos mais utilizados na Europa.....	55
Figura 2 – Aumento do uso de carros na Europa comparativamente a outros veículos 1970-1997.....	55
Figura 3 - Políticas e Instrumentos de Ordenamento Territorial.....	75
Figura 4 - Organização Institucional da Cooperação no Âmbito Territorial Peninsular.....	90
Figura 5 - Triângulo da sustentabilidade versus desertificação.....	127
Figura 6 - Aspectos determinantes do desenvolvimento sustentável	133

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 - Praça do Giraldo depois da intervenção estratégica.....	164
Imagem 2 - Planta de Zonamento de Évora	165
Imagem 3 - Visão Estratégica para a cidade de Évora.....	166
Imagem 4 - Freguesias do Concelho de Aveiro.....	167
Imagem 5 - Elementos que diferenciam Aveiro	168
Imagem 6 - Modelo Urbano Lisboa - Zonas	213
Imagem 7 - Parque das Nações	214
Imagem 8 - Novo Modelo de Cidade Compacta.....	219
Imagem 9 - Barcelona Distrito Inovador.....	220

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Grupos Regionais	19
Mapa 2 – Configurações Espaciais Rurais-Urbanas	32
Mapa 3 - Programas de Cooperação Transnacional no Espaço Europeu.....	33
Mapa 4 - Rede Ferroviária Europeia 2020	120

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Estimativas baseadas nos compromissos dos doadores	21
Quadro 2 - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU	30
Quadro 3 – População por grupo etário para o mundo e grupos de países, 1950, 1975, 2005, 2025 e 2050	36
Quadro 4 - População envelhecida (80 anos ou acima de), 1950, 2005 e 2050	38
Quadro 5 - Relação do sexo da população em grupos de idade seleccionados para o mundo e em grupos dos países, de 1950, de 2005 e de 2050	40
Quadro 6 - Condições de habitação na América Latina	42
Quadro 7 - Acesso aos serviços básicos em casa por grupo de idade na América Latina ..	43
Quadro 8 – Indicadores Ambientais	45
Quadro 9 – Superfície agrícola por regiões 1993, 2003 (milhares de hectares).....	49
Quadro 10 -: Organização do sistema de gestão territorial	61
Quadro 11 - Tipos de estudos de investigação segundo Danhke	103
Quadro 12 - Diferenças entre previsão e prospectiva.....	129
Quadro 13 - Evolução do planeamento urbano.....	139
Quadro 14 - Problemas no Ordenamento do território	142
Quadro 15 - Relações de articulação entre as actividades de planeamento e de Avaliação Estratégia de Impactes	147
Quadro 16 – Indicadores de Comparação Évora / Aveiro.....	162
Quadro 17 –Indicadores de Comparação Barcelona / Lisboa.....	185
Quadro 18 – Análise Questões colocadas ás populações Barcelona / Lisboa.....	226

0.INTRODUÇÃO

A globalização e a falta de planeamento e gestão de cidades com populações em profundo crescimento levaram à desorganização e debilitação do espaço urbano. As necessidades dos indivíduos atualmente exigem uma planificação e gestão do território que tenha em linha de conta a o papel das cidades como espaços de aprendizagem, inovação, oportunidades, criatividade e produtividade. A planificação dos espaços urbanos deve ser um processo participativo, onde seja refletido as experiências, os fracassos e os sucessos de outros anos. A União Europeia tem diversos programas que promovem o desenvolvimento sustentável das cidades tais como o Livro Verde sobre Ambiente Urbano (1990) ou o projeto de cidades europeias sustentáveis, entre outros que mais adiante serão analisados.

O abandono das zonas rurais e a excessiva concentração das populações nas cidades alterou o ambiente urbano e promoveu as chamadas “cidades do betão”. O objetivo deste trabalho é promover um planeamento estratégico e gestão das cidades que tenham em linha de conta a sustentabilidade do território e gerações futuras. Devido a globalização assistimos hoje ao nascimento de uma nova civilização de natureza global, cada vez mais virada para o desenvolvimento da tecnologia. As formas de distribuição e comunicação evoluíram nos últimos vinte anos a um ritmo alucinante. Entramos numa era em que é preciso agir rapidamente para não comprometer o futuro. Desta forma “existe um tempo para fazer o futuro – precisamente porque tudo está a fluir. Este é o tempo para agir” (Drucker, 2002, 29).

As cidades que não tenham uma estratégia de gestão e desenvolvimento serão a curto prazo marginalizadas pela sociedade global, desta forma “ a globalização económica caracteriza-se por fluxos de informações, capitais, mercadorias e pessoas que percorrem todo o planeta. As cidades constituem os nós de infraestruturas e serviços avançados desta rede de fluxos. Configuram os elementos organizadores e de suporte da economia mundial. As cidades que não conseguem articular-se neste sistema mundial, continental ou regional, de fluxos ficam marginalizadas dos processos de desenvolvimento” (Pascuali, 1999, 23).

Pretende-se com este estudo encontrar um caminho para concretizar princípios de sustentabilidade com a planificação urbana. O trabalho está organizado de forma a ter uma

ideia geral do tema no mundo e especificamente em Portugal e Espanha, dando exemplos de cidades de média e grande dimensão como Évora, Aveiro, Lisboa e Barcelona.

1. TEMA E MOTIVAÇÕES

A cidade é hoje um espaço para além de pertencente a um território, um espaço com um papel administrativo, económico e social que está intimamente ligado com as vidas dos seus habitantes, “nestas condições, os governos locais e regionais estão a emergir, em todo o mundo, como entidades mais flexíveis, ligadas ao terreno das suas identidades, potencialmente capazes de negociar uma adaptação contínua à geometria variável dos fluxos de poder” (Borja, 1997, 31).

Em Portugal o planeamento territorial surgiu nos anos 60/70 do século passado, no III Plano de Fomento (1968/1973), mas só em 1998 com a Lei de Bases de Ordenamento do Território e do Urbanismo se pode notar a sua existência. Face aos sistemas atuais de planeamento em Portugal, é muito importante que exista uma metodologia que imponha um desenvolvimento sustentável. Os Planos Diretores Municipais devem ser orientados para um processo de desenvolvimento sustentável, integrando as componentes económica, social e ambiental, integrando estas ideias nos princípios gerais definidos na Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo¹. Denota-se hoje que a organização do espaço urbano apresenta graves dificuldades, observando-se que as ações de ordenamento nem sempre são coordenadas para que exista um desenvolvimento sustentável. O novo processo de planeamento deve ter por base o planeamento estratégico para que se evite desvios ou erros durante a sua implementação. É preciso equilibrar os objetivos locais em relação ao ambiente e aos aspetos sociais e que esses possam concorrer para a sua valorização económica sustentada, sem que o processo de desenvolvimento local seja prejudicado.

Pretende-se ainda com este trabalho encontrar um caminho para concretizar princípios de sustentabilidade com o planeamento urbano. Os planos de urbanismo existentes devem garantir que o desenvolvimento das sociedades se processe rumo à sustentabilidade e solidariedade intergeracional. A operacionalidade do planeamento deve ser maior a nível local e a sua eficácia deve ser promovida. O objetivo é que o processo de planeamento

¹ LEI n.º 48/98, Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, artigo 5º de 11 de Agosto.

urbano aliado ao planeamento estratégico possa promover um desenvolvimento sustentável.

1.1 Razões Profissionais e Pessoais da Investigação

Pessoalmente e profissionalmente pretende-se aprofundar os conhecimentos sobre o ordenamento do território e desenvolvimento sustentável. Está implícito a este estudo uma vontade de continuar a estudar e investigar esta temática a um nível superior académico. Pessoalmente trata-se de obter o grau de doutorado. Profissionalmente usufruir de mais condições para continuar a investigar e escrever sobre este assunto.

1.2 Oportunidade do Tema Escolhido

Segundo Simões (Lopes, 2001, 348) o “diagnóstico de Kuklinski mantém a atualidade: a elaboração das políticas e dos planos regionais continua a enfrentar problemas básicos para que tarda solução definitiva e o próprio processo de planeamento padece de fraquezas ainda não satisfatoriamente debeladas. Mas boa parte dos problemas que subsistem devem-se a uma sobrevalorização de «sintomas» face às «causas»; a um menosprezo dos aspetos não estritamente económicos nem estritamente físicos mas determinantes da evolução dos processos; a uma relativa incapacidade em atacar os problemas na sua globalidade; à abertura cada vez mais das economias, mesmo das economias nacionais, que valerá a pena pôr em paralelo com a escala cada vez mais ampla a que os próprios problemas devem ser relacionados”.

Segundo Rosário (Partidário, 2000, 17) a “degradação ambiental que se faz sentir essencialmente em áreas de grande concentração populacional e de catividades é um fenómeno do qual a população em geral e sobretudo as entidades responsáveis pela administração do território, se têm vindo a aperceber nos últimos anos. Poder-se-á mesmo dizer que é nos centros urbanos onde o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento industrial têm tido uma maior amplitude, que a qualidade do ambiente se tem ressentido mais”.

O estudo do ambiente urbano através da análise de indicadores como:

- Equipamentos

-
- Espaços verdes
 - Fauna Urbana
 - Estrutura habitacional
 - Infraestruturas
 - Ordenamento do espaço urbano e sua ocupação
 - Ecologia urbana
 - Meios de transporte
 - Resíduos
 - Educação
 - Saúde
 - Economia
 - Turismo
 - Cultura

Pode ser efetuado através da sua evolução ao longo do tempo. Preferiu-se estudar o ambiente urbano pela atualidade do tema e constante mutação. Para além da necessidade extrema de se alterar conceitos e programas sobre o tema que promovam um desenvolvimento sustentável.

Temos de ter em conta também os princípios orientadores para o desenvolvimento territorial sustentável do continente europeu. Segundo a Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território (CEMAT, 2000, 1) estes princípios “proporcionam aos Estados membros do Conselho da Europa, incluindo as respetivas regiões e municípios, um enquadramento para a cooperação, flexível e orientado para o futuro.

Estes princípios representam uma visão ou conceito de desenvolvimento sustentável destinado aos vários órgãos políticos e sociais que, na preparação do nosso futuro, trabalham nos diferentes níveis, dentro e fora do sector público. A aceitação destas diretrizes políticas baseia-se na cooperação voluntária. Não são juridicamente vinculativas”.

A agenda sobre o território da União Europeia, acordada em 24 e 25 de Maio de 2007 pelos ministros responsáveis pelo desenvolvimento urbano e coesão territorial foi uma reunião em que a Agenda Territorial constrói três principais alvos sobre a perspectiva do desenvolvimento do espaço europeu²:

- Desenvolvimento de um equilibrado e policêntrico sistema urbano e uma nova sociedade rural urbana.
- Assegurar a equivalência de acesso a infraestruturas e conhecimento.
- Desenvolvimento sustentado e administração cuidada e proteção da herança natural e cultural.

Segundo a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões (COM, 2004, 5), “todas as cidades europeias enfrentam problemas ambientais que é necessário resolver, pelo que o objectivo-chave da estratégia é permitir que tal se processe de uma forma sistemática.

Todavia, esta Estratégia não ditará as soluções e objetivos a adotar, dado que não existem duas zonas urbanas iguais. Em lugar disso, a Estratégia estabelecerá um enquadramento sólido que contribua para uma melhor gestão do ambiente urbano e para uma adoção generalizada das melhores práticas. Simultaneamente, apoiará as cidades no seu papel difícil, mas vital, de intervenientes-chave mais próximos dos problemas e tirando partido da experiência, iniciativas e inovações tecnológicas das cidades mais avançadas.

Muitos dos problemas que as cidades europeias enfrentam são comuns e existem oportunidades claras a nível europeu para desenvolver, partilhar e facilitar a implementação de soluções adequadas. Há toda uma série de políticas, ações e programas

² Consultar a Territorial Agenda of the European Union, pág. 3, tradução do próprio.

de financiamento da Comunidade que incidem nestes problemas, mas na sua maioria como exercícios independentes que não têm em conta as necessidades específicas do contexto urbano, nem as sinergias potenciais entre si. Têm-se muito a ganhar com uma abordagem mais integrada e orientada que utilize instrumentos e iniciativas existentes e uma cooperação e coordenação reforçadas a todos os níveis de governo.

Por conseguinte, a Estratégia Temática promoverá uma abordagem consistente e integrada, definindo uma visão europeia para as cidades sustentáveis e tomando em consideração as circunstâncias específicas dos países candidatos e em vias de adesão. As cidades europeias devem ser revitalizadas. Devem ser locais atraentes, saudáveis e de elevada qualidade de vida que permitam às suas comunidades e economias prosperar.

O ambiente deve ser um elemento central desse processo. O objetivo da Estratégia é centrar a atenção no ambiente urbano, tomando simultaneamente em consideração as relações dinâmicas e conexas com as questões económicas e sociais, reforçando o contributo do ambiente para o desenvolvimento sustentável das zonas urbanas. A Estratégia considerará o ambiente urbano no seu sentido mais lato possível e incluirá as importantes implicações para a saúde decorrentes dos problemas ambientais.”.

A globalização e a falta de planeamento e gestão de cidades com populações em profundo crescimento levaram à desorganização e debilitação do espaço urbano. As necessidades dos indivíduos atualmente exigem uma planificação e gestão do território que tenha em linha de conta a o papel das cidades como espaços de aprendizagem, inovação, oportunidades, criatividade e produtividade. A planificação dos espaços urbanos deve ser um processo participativo, onde seja refletido as experiências, os fracassos e os sucessos de outros anos. A União Europeia tem diversos programas que promovem o desenvolvimento sustentável das cidades tais como o Livro Verde sobre Ambiente Urbano ou o projeto de cidades europeias sustentáveis, entre outros que mais adiante serão analisados.

O abandono das zonas rurais e a excessiva concentração das populações nas cidades alterou o ambiente urbano e promoveu as chamadas “cidades do betão”. O objetivo deste trabalho é promover um planeamento estratégico e gestão das cidades que tenham em linha de conta a sustentabilidade do território e gerações futuras. Devido a globalização

assistimos hoje ao nascimento de uma nova civilização de natureza global, cada vez mais virada para o desenvolvimento da tecnologia. As formas de distribuição e comunicação evoluíram nos últimos vinte anos a um ritmo alucinante. Entramos numa era em que é preciso agir rapidamente para não comprometer o futuro.

Em Portugal o planeamento territorial surgiu nos anos 60/70 do século passado, no III Plano de Fomento (1968/1973), mas só em 1998 com a Lei de Bases de Ordenamento do Território e do Urbanismo se pode notar a sua existência. Face aos sistemas atuais de planeamento em Portugal, é muito importante que exista uma metodologia que imponha um desenvolvimento sustentável. Os Planos Diretores Municipais devem ser orientados para um processo de desenvolvimento sustentável, integrando as componentes económica, social e ambiental, integrando estas ideias nos princípios gerais definidos na Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo³. Denota-se hoje que a organização do espaço urbano apresenta graves dificuldades, observando-se que as ações de ordenamento nem sempre são coordenadas para que exista um desenvolvimento sustentável. O novo processo de planeamento deve ter por base o planeamento estratégico para que se evite desvios ou erros durante a sua implementação. É preciso equilibrar os objetivos locais em relação ao ambiente e aos aspetos sociais e que esses possam concorrer para a sua valorização económica sustentada, sem que o processo de desenvolvimento local seja prejudicado.

Pretende-se ainda com este trabalho encontrar um caminho para concretizar princípios de sustentabilidade com o planeamento urbano. Os planos de urbanismo existentes devem garantir que o desenvolvimento das sociedades se processe rumo à sustentabilidade e solidariedade intergeracional. A operacionalidade do planeamento deve ser maior a nível local e a sua eficácia deve ser promovida. O objetivo é que o processo de planeamento urbano aliado ao planeamento estratégico possa promover um desenvolvimento sustentável.

³ LEI n.º 48/98, Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo, artigo 5º de 11 de Agosto.

2. ESTADO DA ARTE

“Toda a forma de matéria possui uma história ou, melhor ainda ela é a sua própria história. Esta proposição não resolve o problema do conhecimento de uma dada realidade; ao contrário, coloca-o. Porque, para ler esta história, para descobrir suas leis de estruturação e de transformação, é necessário decompor, pela análise teórica, o que é dado numa síntese prática. Contudo, é útil fixar os contornos históricos de um fenómeno, antes de efetuar sua investigação. Ou, em outras palavras, parece mais prudente efetuar esta pesquisa a partir de uma falsa inocência teórica, “constatando”, a fim de descobrir os problemas conceituais que se colocam cada vez que tentamos aprender - em vão – este “concreto””.⁴

2.1 A Situação no Mundo

O abandono das zonas rurais em preterimento das zonas urbanas é um facto inalienável a evolução das sociedades no mundo. Em grande parte pode-se explicar este fenómeno pela procura de melhores condições de vida pelo ser humano.

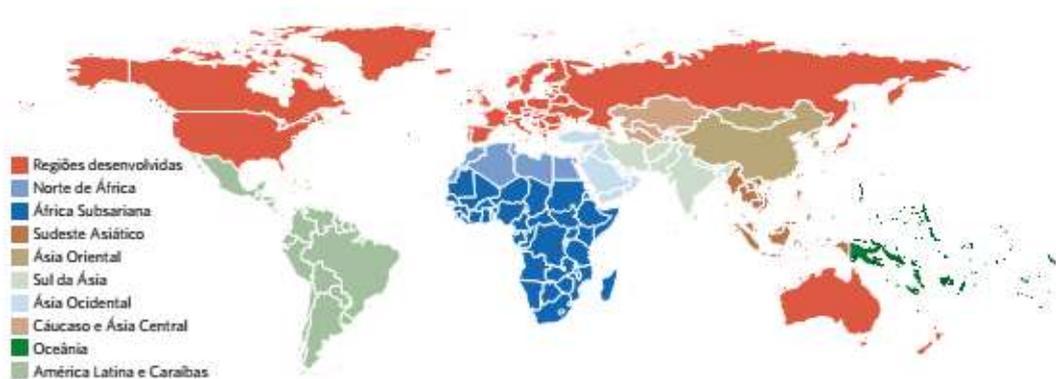
Através da sua análise ainda hoje aceite (Castells, 2000:46) “a problemática atual da urbanização gira em torno de quatro dados fundamentais (...):

- A aceleração do ritmo da urbanização no contexto mundial.
- A concentração deste crescimento urbano nas regiões ditas “subdesenvolvidas”, sem correspondência com o crescimento económico que acompanhou a primeira urbanização nos países capitalistas industrializados.

⁴ CASTELLS, Manuel (2000) : *A Questão Urbana*, Editora Paz e Terra, São Paulo.

- O aparecimento de novas formas urbanas e, em particular, de grandes metrópoles.
- A relação do fenómeno urbano com novas formas de articulação social provenientes do modo de produção capitalista que tendem a ultrapassá-lo.”.

Mapa 1 - Grupos Regionais



Fonte: The Millennium Development Goals Report 2014, United Nations, New York, 2014, pág. 55.

Conforme se pode observar no neste mapa as regiões desenvolvidas situam-se na Europa e Américas. Muitos países do continente africano e brasileiro, cujos recursos naturais são a maior riqueza destes países encontram-se sem planeamentos adequados e com crescimentos populacionais exponenciais que não acompanham a evolução necessária para um desenvolvimento sustentável.

Após a Cimeira de Estocolmo realizada em 1972 que estabeleceu e salientou as dificuldades relacionados com o ambiente no que diz respeito à educação, informação, sociedade e cultura seguiu-se a Cimeira do Rio de Janeiro em 14 de Junho 1992, teve como finalidade principal a "Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento" e a "Agenda 21" - um programa de ação de quarenta capítulos, que engloba a Convenção para as Alterações Climáticas, a Convenção para a Diversidade Biológica e a Declaração de Princípios para a Floresta.

No capítulo 38 da Agenda 21 é criada a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de assegurar um follow up da Cimeira, promover a cooperação internacional, assim como, uma racionalização na política intergovernamental, avaliando o progresso da implementação da Agenda 21”⁵.

Na Cimeira de Monterrey em Março de 2002 promoveu-se o financiamento para o desenvolvimento. No quadro seguinte podemos observar a estimativas dos compromissos assumido na Cimeira:

⁵ Acedido em 05/08/2014 <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/infoco/17/capa.html>

Quadro 1 - Estimativas baseadas nos compromissos dos doadores

País	APD Líquida 2002 (\$ Milhões)	% APD/RNB	
		2002	2006
Austria	520	0.26	0.33
Bélgica	1,072	0.43	0.46
Dinamarca	1,643	0.96	0.83
Finlândia	462	0.35	0.42
França	5,486	0.38	0.47
Alemanha	5,324	0.27	0.33
Grécia	276	0.21	0.33
Irlanda	398	0.40	0.63
Itália	2,332	0.20	0.33
Luxemburgo	147	0.77	1.00
Holanda	3,338	0.81	0.80
Portugal	323	0.27	0.33
Espanha	1,712	0.26	0.33
Suécia	1,991	0.83	0.87
Reino Unido	4,924	0.31	0.40
UE MEMBROS, TOTAL	29,949	0.35	0.42
Austrália	989	0.26	0.26
Canadá	2,006	0.28	0.34
Japão	9,283	0.23	0.26
Nova Zelândia	122	0.22	0.26
Noruega	1,696	0.89	1.00
Suíça	939	0.32	0.36
Estados Unidos	13,290	0.13	0.17
CAD MEMBROS, TOTAL	58,274	0.23	0.29

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, Cooperação Portuguesa, Relatório de Portugal, Edição DSPFP-IPAD-MNE, Lisboa, 2004.

A Cimeira de Joanesburgo foi dos passos mais importantes para a contribuição de um desenvolvimento sustentável. Nesta declaração sobressai as seguintes conclusões⁶:

“ 1. Água e Sanidade

- Hoje em dia, mil milhões de pessoas não têm acesso a água potável e dois mil milhões vivem sem condições sanitárias básicas;
- As Nações Unidas preveem que mais de 2,5 mil milhões de pessoas, vão enfrentar a falta de água dentro de 25 anos;
- O objetivo é de reduzir para metade o número de pessoas que vivem sem água canalizada e sem acesso a serviços sanitários, até 2015. Só os EUA se opuseram a esta medida;

⁶ Acedido em 10/03/2014 <http://www.gppaa.min-agricultura.pt/infoco/17/tema1modelo.html>

2. Energia

- O objetivo é aumentar consideravelmente o uso de fontes de energia renovável e torná-las mais acessíveis aos pobres, sem estabelecer prazos concretos;
- A União Europeia pressionou para que em 2015 dez por cento do total de energia consumida, tivesse origem em energias renováveis. No entanto, abandonou essa cota perante a oposição dos EUA e dos países da OPEP, a quem não interessava esta medida;

3. Pobreza

- A meta é estabelecer um fundo para ajudar a erradicar a pobreza a partir de contribuições voluntárias.
- Alguns países da União Europeia pressionaram no sentido de adoção de medidas mais concretas para erradicar a pobreza. A França pediu um imposto de solidariedade internacional e a Itália comprometeu-se a perdoar 2.500 milhões de dólares da dívida dos países pobres;

4. Saúde

- Nesta área, a meta estabelecida para o ponto "Água e Sanidade" é tanto ou mais importante que o compromisso da Organização Mundial de Comércio num acordo sobre patentes, a fim de permitir que os países pobres possuam medicamentos para toda a população. Este é um ponto-chave para os países que não podem cobrir os custos elevados dos medicamentos de combate ao HIV;

5. Aquecimento Global

- O Tratado de Quioto é a base neste ponto do Plano de Implementação;
- A ratificação por parte da Rússia tornará possível a entrada em vigor deste tratado;

6. Recursos Naturais e Biodiversidade

Aqui os objetivos:

- São criar condições para que até 2015 se reduza o ritmo de extinção de espécies;
- Acordar no restabelecimento, até 2015, da maioria da fauna e do número de espécies nas zonas piscatórias;

7. Comércio

- Foi acordado que a Organização Mundial de Comércio não poderá anular tratados globais sobre o ambiente;
- Foi pedido aos outros países mais ricos que reduzam, progressivamente, os seus subsídios à agricultura e a outros sectores de produção. No entanto, não foram impostas proibições específicas aos EUA e para à UE;

8. Ambiente

- Tornar as questões ambientais um direito do homem foi, para os responsáveis mundiais reunidos em Joanesburgo, a única forma de reforçar as leis existentes
- O diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Klaus Toepfer afirmou que a degradação ambiental afeta maioritariamente a população mais pobre, que necessita, por isso, de ser protegida. E é também por esta razão que este responsável afirmou que «a integração dos direitos ambientais na lista dos direitos humanos deve ser o caminho a seguir».
- Um documento elaborado por magistrados reconhece também que a aplicação dos tratados ambientais internacionais necessita de fiscalização e de normas de aplicação, uma proposta que não fica muito distante da ideia do

Parlamento Europeu de uma Organização Mundial do Ambiente e um Tribunal Internacional de crimes ambientais”

2.2 A Situação na Europa

2.2.1 A sustentabilidade territorial e os princípios gerais da Estratégia Territorial Europeia

Segundo a análise de Condesso “no contexto do processo ETE, o território aparece como uma nova dimensão da política europeia. É entendido não só como espaço físico, mas também como espaço económico e social, caracterizado por uma grande diversidade cultural(...).

(...) Assim e de acordo com este esquema territorial, as políticas que se fazem sentir sobre a estrutura espacial e urbana da União Europeia, não deverão uniformizar as identidades locais e regionais, porque elas contribuem para enriquecer a qualidade de vida dos cidadãos (...).

(...) Paralelamente ao processo de integração económica e social, a que a entrada em vigor da União Económica e Monetária deu um contributo considerável, verificam-se relações e interdependências muito fortes entre as cidades e as regiões dos Estados-Membros. Sugere o ETE que, aquando da implantação de projetos realizados ao nível regional, nacional ou até comunitário, se deverá atribuir uma maior importância aos seus efeitos difusores(...).

(...) De acordo com o ponto 6 da ETE, as tendências de desenvolvimento territorial da União são influenciadas por três fatores: uma integração económica em progresso e consequentemente por uma cooperação reforçada entre os Estados-Membros; a importância crescente das coletividades locais e regionais e o seu papel no desenvolvimento espacial; e o alargamento previsível da União e a evolução das relações com os seus vizinhos(...).

(...)Igualmente como linha geral de orientação espacial, o ETE apela à cooperação dos diferentes níveis políticos e administrativos, conseguindo deste modo um reforço das relações entre regiões ou entre regiões e instâncias nacionais ou europeias(...).

(...) A ETE baseia-se na ideia de que o crescimento da União e dos seus Estados, em si, assim como a convergência de certos indicadores económicos não são suficientes para atingir um desenvolvimento equilibrado e sustentado da estrutura económica e territorial da União(...).

(...) A ETE tem por principal objetivo procurar um desenvolvimento equilibrado e sustentável, tendo em conta o reforço da coesão económica e social(...). Deste modo, os (...) objetivos da política territorial europeia são a coesão económica e social; a preservação das bases naturais e a competitividade mais equilibrada do território europeu(...) (Condesso, Fernando dos Reis, 2005, 327-330).

2.2.2 Os Princípios de Ordenamento do Território Sustentável na Europa (CEMAT, 2000, 9)

- *Promover a coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade:* podemos constatar que “as exigências impostas ao produto e ao processo, pelo contexto e dinâmica dos mercados atuais, assim como o novo paradigma tecnológico, estão obrigando a repensar a organização eficaz e os objetivos, critérios, canais de transmissão e instrumentos que informam as estratégias empresariais” (Carpi, 1998, 532-570).
- *Incentivar o desenvolvimento gerado pelas funções urbanas e melhorar a relação cidade campo:* é necessário um maior acesso às cidades pelos habitantes das zonas rurais assim como aos equipamentos e infraestruturas.
- *Promover uma acessibilidade mais equilibrada:* deve-se melhorar a rede de transportes urbanos e transeuropeus, ao nível terrestre, marítimo e aéreo.
- *Desenvolvimento do acesso à informação e ao conhecimento:* “Os mercados e as organizações sociais estão, cada vez mais, associados a escalas macroscópicas cada vez mais complexas. Envolvimentos outrora locais, regionais, nacionais, multinacionais ou globais, transformam-se para assumir uma perspetiva marcadamente global ou mais precisamente “glocal”. A distância, por força das plataformas tecnológicas entretanto existentes, esbate-se, dando lugar a uma proximidade sem precedentes entre indivíduos, sociedades e organizações. O

fenómeno da globalização veio permitir a extensão da comunicação e da coordenação entre áreas do globo cada vez mais afastadas, dotadas de culturas e organizacionais próprias e relativamente confinadas à respetiva territorialidade” (Serrano, Gonçalves e Neto, 2005, 33).

- *Reduzir os danos ambientais:* para estamos na presença de “um ecossistema frágil, aberto, dependente, auto regulado e em equilíbrio instável, que mantém intercâmbios desiguais com o exterior de matéria, energia e informação, agressivo, porque conduz e exporta múltiplas externalidades negativas (resíduos, contaminações...) e altamente consumidor de energia” (Campesino Fernández, 1998, 603).
- *Valorizar e proteger os recursos naturais e o património natural:* já em 1760 Wilcke e Linné diziam “de acordo com o que nós sabemos, podemos julgar a importância que assume cada uma das disposições da natureza ao ponto de, se uma só minhoca (uma única espécie de minhoca) faltasse, a água estagnada alteraria o solo e o bolor apodreceria tudo. Se uma única função importante faltasse no mundo animal, seria de recear o maior desastre no universo (...), se nas nossas terras morressem todos os pardais, as plantações seriam presa fácil dos grilos e outros insetos. A América, privada de porcos, seria infestada de serpentes, e também na nossa pátria, os ratos fariam das suas, nas casas e bens, se a família dos gatos desaparecesse de repente” (Drouin, 1993, 33-34).
- *Valorizar o património cultural como fator de desenvolvimento:* podemos verificar que “foi a ideia de nação que veio garantir o estatuto ideológico (do património), e foi o Estado nacional que veio assegurar através de práticas específicas, a sua preservação (...). A noção de património inseriu-se no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos estados-nação modernos”, (Fonseca, 1997, 54-59). Sendo, a cultura é um “conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam um sociedade ou um grupo social (...)

engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças”⁷ (Unesco, 2000).

- Explorar os recursos energéticos com segurança: de acordo com a Comissão das Comunidades Europeias “cada Estado-Membro e empresa do sector da energia escolhem o seu próprio cabaz energético. Contudo, as escolhas feitas por um Estado-Membro exercem inevitavelmente impacto na segurança energética dos seus vizinhos e da comunidade em geral, bem como na competitividade e no ambiente.(...) Uma política eficaz de eficiência energética não significa sacrificar o conforto ou a conveniência, nem reduzir a competitividade. De facto uma política eficaz nesta área significa o oposto: fazer investimentos rentáveis a fim de reduzir o desperdício de energia, aumentando assim a qualidade de vida e poupando dinheiro, e utilizar os sinais de preços que possam conduzir a uma utilização mais responsável, económica e racional de energia. (...) A Comissão irá propor em 2006 um plano de ação para eficiência energética (...) Alguns exemplos possíveis de ações incluem:

- Campanhas a longo prazo orientadas para a eficiência energética (...)
- Um importante esforço para melhorar a eficiência energética no sector dos transportes (...)
- Aproveitamento dos instrumentos financeiros (...)
- Mecanismos para incentivar o investimento em projetos de eficiência energética (...)
- Um sistema de “certificados brancos” à escala europeia (...) que permitam às empresas que superam as normas mínimas de eficiência energética “vender” este sucesso a outras (...)
- Para orientar consumidores e fabricantes, será necessário dar maior destaque à classificação e indicação do desempenho energético dos principais produtos consumidores de energia(...)” (COM, 2006, 9-12).

⁷ UNESCO, <http://www.unesco.org>,2000, acedido em 18-03-2014.

- Incentivar um turismo sustentável e de grande qualidade: Podemos encontrar em Ribeiro que “a procura de destinos alternativos aos convencionais que, nos últimos anos, se tem vindo a esboçar, em resultado sobretudo de mudanças socioculturais entretanto registadas, apesar das inequívocas tendências de afirmação que revela, tem, de facto, uma expressão ainda muito incipiente e muito modesta, que a deixam a uma incomensurável distância das opções clássicas dominantes” (Ribeiro, 2003, 199).

Podemos constatar em Lanfant que “nós observamos que as sociedades de acolhimento, perante a necessidade de se oferecerem como produto turístico à venda no mercado de oferta, encontram-se num processo de comercialização da sua cultura (...). Estas sociedades estão submetidas a uma contradição muito importante (...) onde são chamadas a abrir-se ao exterior e a modernizar-se pela função turística, as sociedades locais estão ao mesmo tempo implicadas num reinvestimento do seu passado, reestruturação do seu património, na manutenção e revitalização das suas tradições.

Podemos dizer que todas as vilas que dispõem de um castelo, de uma igreja romana ou gótica, de uma fábrica que deixou de funcionar, de uma quinta – último traço de um passado camponês – lançam-se em operações de restauração na perspetiva do futuro turístico. E nestes lugares, o turista pode ter a certeza de encontrar um ancião, o último, que lhe pode falar do que foi a vida tradicional. O tradicional” chama fortemente os turistas” (Lanfant, 1992, 174).

Podemos verificar que “muitos processos de mudança dos espaços rurais, e em particular de abandono, são irreversíveis, mesmo a longo prazo, para a felicidade das populações que tendo nascido nesses lugares puderam ir ao encontro de outros horizontes, oportunidades e espaços de vida” (Cavaco, 2003, 198).

Para Anthony, “Uma tradição que é esvaziada de conteúdo, comercializada, torna-se uma herança (...) um berloque sem valor que se compra na loja do aeroporto. Quando tratada pela indústria da herança, a herança é a tradição refeita em termos de espetáculo. Os edifícios reconstruídos em locais de interesse turístico podem parecer esplêndidos, e a reconstrução pode ter sido autêntica até ao mais ínfimo pormenor. Mas a herança assim

protegida deixa de ser alimentada pelo sangue vital da tradição, a qual está em conexão com a experiência da vida corrente” (Giddens, 2000, 51).

- Minimizar o impacto das catástrofes naturais: Segundo a Comissão Europeia, “O tipo de desastres que os países europeus enfrentam depende em certa medida da sua geologia e clima”⁸ (COM, 2002, 3). Na página seguinte podemos observar algumas catástrofes ocorridas na Europa:
- A Comissão Europeia considera ainda que “no futuro os Estados-Membros e a Comissão Europeia empenhar-se-ão em dar especial ênfase à necessidade de tentar prevenir a ocorrência de desastres. É vital a capacidade de reação rápida e eficaz em caso de catástrofe, mas é ainda mais importante tentar evitar a ocorrência dessas emergências, sempre que possível. Para tal serão necessárias ligações ainda mais estreitas entre os peritos locais, regionais e nacionais que constituem a espinha dorsal das estratégias de resposta a desastres da Europa. Além disso, é importante que os cidadãos em geral estejam conscientes dos riscos potenciais e saibam como reagir de forma calma e rápida em situações de emergência” (COM, 2002, 20).

No quadro seguinte podemos ver os objetivos de desenvolvimento do milénio da ONU:

⁸ A União Europeia e a Protecção Civil (2002) : Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Belgica.

Quadro 2 - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU

1. Erradicação da pobreza e fome extremas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir para metade a proporção da população que vive com um rendimento inferior a um dólar diário ▪ Reduzir para metade a proporção da população que sofre de fome
2. Alcançar a educação primária universal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir que todas as crianças, raparigas e rapazes, completem a escolaridade primária
3. Promover a igualdade entre os sexos e delegar poderes nas mulheres	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eliminar as disparidades entre sexos na educação primária e secundária de preferência até 2005 e a todos os níveis até 2015
4. Reduzir a mortalidade infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade entre as crianças com menos de cinco anos
5. Melhorar a saúde maternal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduzir em três quartos o rácio de mortalidade maternal
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parar e iniciar a inversão do alastramento do VIH/SIDA ▪ Parar e iniciar a inversão da incidência da malária e de outras grandes doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a perda de recursos ambientais ▪ Reduzir para metade a proporção da população sem acesso sustentável à água potável ▪ Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de moradores de bairros degradados
8. Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprofundar o desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro baseado em regras, previsível e não-discriminatório. Inclusão de um compromisso com a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza – a nível nacional e internacional ▪ Abordar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Isto inclui uma política de acesso isenta de taxas e quotas para as suas exportações; o aumento do alívio da dívida para os países pobres altamente endividados; o cancelamento das dívidas bilaterais oficiais; maior ajuda pública ao desenvolvimento para os países que estão empenhados na redução da pobreza ▪ Abordar as necessidades especiais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e dos Estados sem acesso ao mar ▪ Lidar de forma abrangente com os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais concebidas para tornar as suas dívidas sustentáveis a longo prazo ▪ Em cooperação com os países em desenvolvimento, criar emprego decente e produtivo para os jovens ▪ Em cooperação com a indústria farmacêutica, disponibilizar medicamentos financeiramente acessíveis nos países em desenvolvimentos ▪ Em cooperação com o sector privado, tornar disponíveis os benefícios das novas tecnologias - especialmente tecnologias da informação e comunicação

Fonte: Acedido em 15/01/2014 http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/2D23430D-3202-4CC8-8DAC-30E508633158/0/ENDS_2004.pdf

De acordo com a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões “cerca de 80% dos cidadãos europeus vivem em zonas urbanas e é aí que se sente mais fortemente os efeitos de muitos dos problemas ambientais.(...) As principais causas da atual situação são o facto de não se ter dado suficiente importância às implicações ambientais das decisões tomadas e de não se ter procedido ao planeamento sistemático de um ambiente urbano de elevada qualidade (...) O planeamento de um nível elevado de proteção ambiental é um

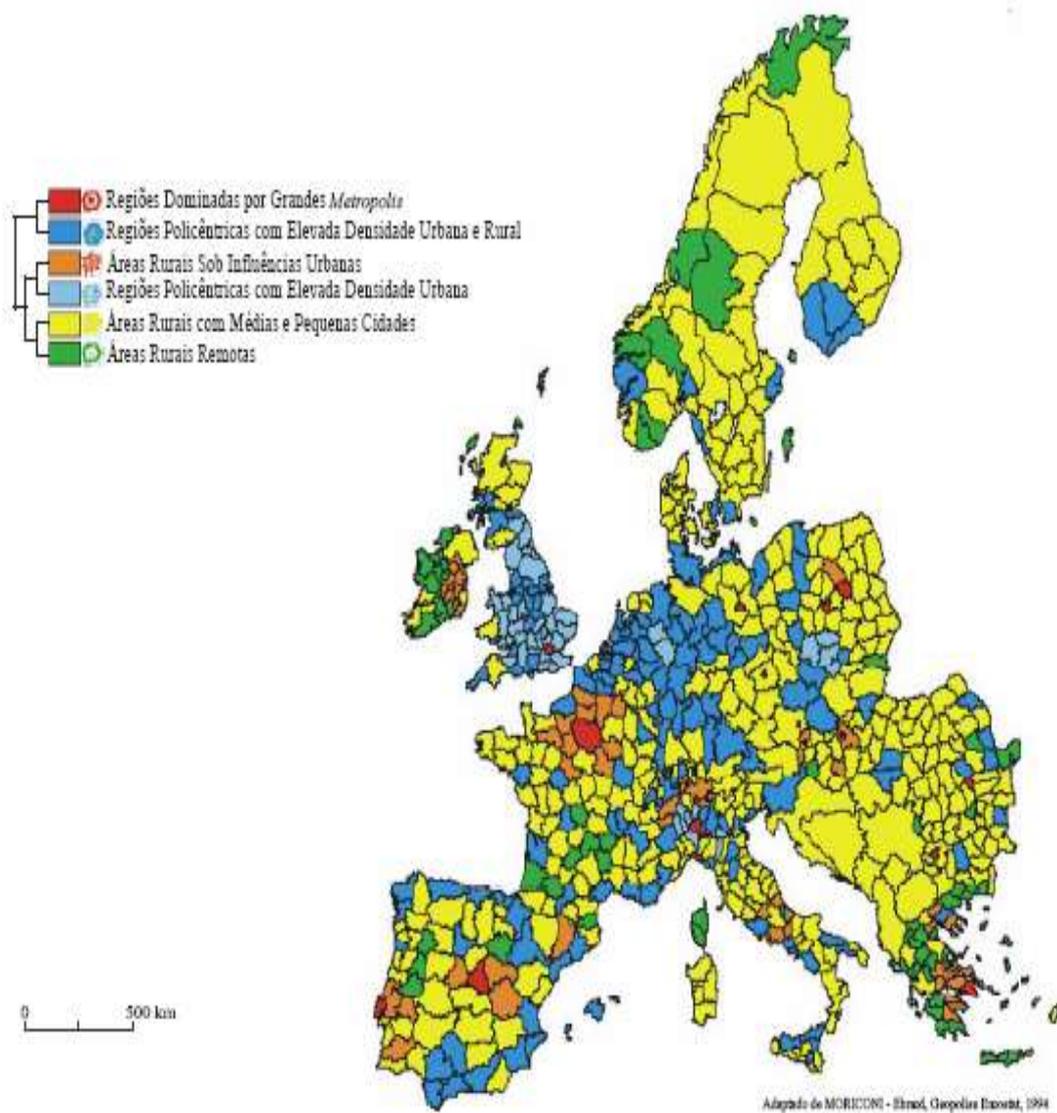
dos elementos chave no sentido de proporcionar o desenvolvimento sustentável das cidades(...) A Estratégia Temática sobre o Ambiente Urbano constitui um passo importante (...) tem como objetivo:

“...promoção de uma abordagem horizontal integrada de todas as políticas comunitárias e que melhore a qualidade do ambiente urbano, tendo em conta os progressos realizados na implementação do quadro de cooperação existente, revendo-o consoante as necessidades, e que abranja:

- A promoção da Agenda Local 21,
- A atenuação do nexó entre o crescimento económico e a procura de transportes de passageiros,
- A necessidade de aumentar a quota-parte dos transportes públicos, dos modos de transporte ferroviário, de navegação interior, bem como da bicicleta e da locomoção pedestre,
- A necessidade de fazer face ao aumento dos volumes de tráfego e de lograr uma significativa dissociação entre o aumento dos transportes e o aumento do PIB,
- A necessidade de promover a utilização de veículos com emissões reduzidas nos transportes públicos,
- A tomada em consideração de indicadores ambientais urbanos.” (COM, 2004, 4-5).

Nos mapas seguintes podemos verificar as configurações espaciais Rurais-Urbanas e a Cooperação Transnacional:

Mapa 2 – Configurações Espaciais Rurais-Urbanas



Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, DGOTDU, Lisboa, 2003, pág. 16

Mapa 3 - Programas de Cooperação Transnacional no Espaço Europeu



Fonte: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, DGOTDU, Lisboa, 2003, pág. 18

Ferrão afirma que, a “introdução da escala europeia ao nível do ordenamento do território comunitário, conjuntamente com alterações recentemente verificadas em alguns países

favoráveis à afirmação do nível regional (por exemplo, o movimento de *regional devolution* no Reino Unido), sugere a possibilidade de emergir um novo sistema de governança multinível, com implicações institucionais e políticas importantes. (...)

A reconstituição do recente processo de emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território, um domínio em que a União Europeia não tem competências próprias constitui um exercício fascinante de descoberta da complexidade de vias através das quais o projeto europeu vai sendo constituído. (...)

Na verdade, o ordenamento real do território há muito deixou de ser um exclusivo dos agentes nacionais. A liberalização dos mercados, a abolição de fronteiras no seio da União Europeia e as tendências gerais de globalização dos mais distintos fenómenos tornam o território de cada região e de cada país crescentemente vulnerável a actores e fatores externos, independentemente das competências formalmente atribuídas às diferentes instâncias de poder político-administrativo.

A organização dos territórios não estruturada (cidadãos, empresas) ou traduzindo qualquer tipo de ação pública, não pode, por isso, ser desligada do modo como em cada área se integra em múltiplas redes de interacção.” (Ferrão, 2004, 54-58).

Não devemos esquecer como nos diz o Relatório de desenvolvimento Humano “A verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo. E o objetivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas beneficiar d ma vida longa, saudável e criativa. Esta simples mas poderosa verdade é, muitas vezes, esquecida, quando se persegue a riqueza material financeira” (PNUD, 1999, 1).

Em Sterner, “o dilema humano é, agora, o de que nós precisamos de crescimento, mas um crescimento económico descontrolado pode arruinar a base da nossa sobrevivência” (Sterner, 1994, 3).

O desenvolvimento sustentável que procure assegurar a economia, os aspetos sociais e ambientais deve ter “em linha de conta três premissas fundamentais:

- A valorização do ambiente, partindo do pressuposto de que este contribui directa e indirectamente para a qualidade de vida e directamente para o

crescimento económico, podendo estes objetivos serem complementares em algumas situações e opostos noutras.

- A equidade entre os indivíduos, ou seja, a igualdade de oportunidades e de direitos, com especial atenção para os mais desfavorecidos, equidade esta que deve ser intrageracional à escala mundial e intergeracional (esta está fortemente explícita no conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no relatório da Comissão BRUNDTLAND).

- O alargamento do horizonte temporal, que implica a preocupação de se traçarem políticas de longo prazo que pensem, desde já, nas gerações futuras, nisto se fundamenta o termo “sustentável” (Condesso, 2004, 263).

É necessário ter em atenção outro aspecto muito importante como o envelhecimento da população. Com a evolução da sociedade a esperança média de vida vai aumentando e segundo algumas projecções no decorrer dos anos o aumento da população mais velha é superior ao aumento da população mais jovem. Observe-se os quadros das páginas seguintes:

Quadro 3 – População por grupo etário para o mundo e grupos de países, 1950, 1975, 2005, 2025 e 2050

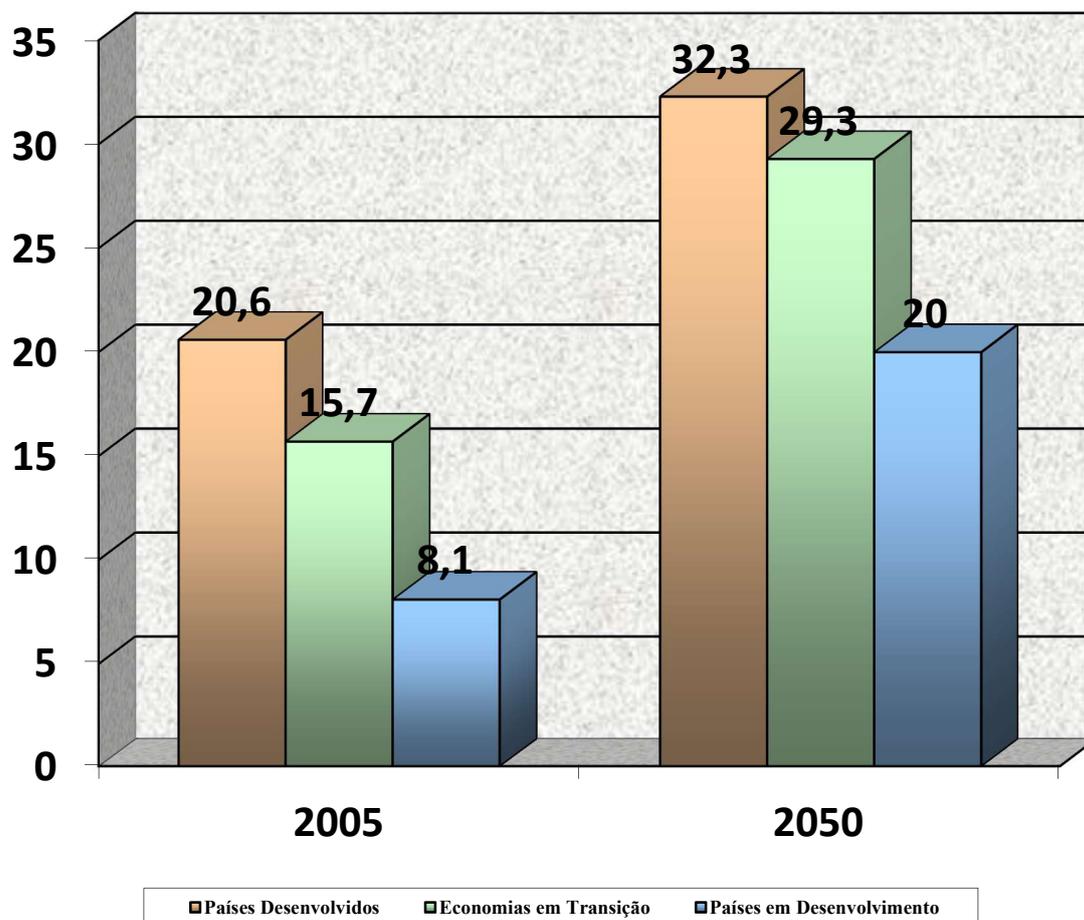
Age group	Population (millions)					Percentage				
	1950	1975	2005	2025	2050	1950	1975	2005	2025	2050
World										
0-14	864	1 498	1 821	1 909	1 833	34.3	36.8	28.2	24.2	20.2
15-24	459	757	1 159	1 211	1 225	18.2	18.6	17.9	15.3	13.5
25-59	991	1 469	2 812	3 593	4 051	39.3	36.1	43.5	45.4	44.6
60+	205	350	672	1 193	1 968	8.2	8.6	10.4	15.1	21.7
Total	2 519	4 074	6 465	7 905	9 076	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
65+	131	232	476	832	1 465	5.2	5.7	7.4	10.5	16.1
80+	14	31	87	160	394	0.5	0.8	1.3	2.0	4.3
Developed countries										
0-14	175	202	170	165	167	27.0	24.3	17.3	15.8	15.6
15-24	105	137	128	118	116	16.2	16.5	13.0	11.2	10.8
25-59	289	360	483	472	440	44.6	43.3	49.1	45.1	41.2
60+	79	131	203	293	345	12.2	15.8	20.6	28.0	32.3
Total	647	830	984	1 047	1 067	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
65+	53	93	153	224	280	8.2	11.2	15.5	21.4	26.2
80+	7	16	39	61	105	1.1	1.9	4.0	5.8	9.8
Economies in transition										
0-14	56	71	57	51	43	29.0	26.6	19.0	17.7	16.5
15-24	39	49	53	36	29	20.4	18.4	17.6	12.3	11.0
25-59	78	113	144	141	113	40.6	42.2	47.8	48.6	43.2
60+	19	34	47	62	76	10.0	12.8	15.7	21.5	29.3
Total	191	268	302	289	261	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
65+	13	23	37	44	0 056	6.7	8.5	12.4	15.3	21.4
80+	2	3	6	8	14	1.0	1.2	1.9	2.7	5.4
Developing countries										
0-14	634	1 224	1 593	1 693	1 623	37.7	41.1	30.8	25.8	20.9
15-24	316	571	0 978	1 058	1 080	18.8	19.2	18.9	16.1	13.9
25-59	624	996	2 186	2 980	3 498	37.1	33.5	42.2	45.4	45.1
60+	107	184	422	838	1 547	6.4	6.2	8.1	12.8	20.0
Total	1 681	2 975	5 179	6 569	7 748	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
65+	65	116	286	564	1 129	3.9	3.9	5.5	8.6	14.6
80+	5	13	41	91	275	0.3	0.4	0.8	1.4	3.5

Fonte: World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, In E/2007/50/Rev.1, ST/ESA/314, pág. 11, Publicação das Nações Unidas, New York

“Países com economias da transição também se encontram eles mesmos no terceiro estágio de a transição para níveis mais baixos da fertilidade e a mortalidade e estruturas de idade mais velhas da população. Em 2005, 16 por cento da população da comunidade dos estados independentes e 18 por cento da população de Europa do sudeste foram envelhecidos 60 anos ou mais. Por 2050, estas proporções esperam-se levantar-se a 29 por cento e a 32 por cento, respectivamente”⁹

⁹ World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, pág. 11, ob. cit.. Tradução do próprio.

Gráfico 1 – População com de 60 anos ou mais em 2005 versus 2050



Fonte: Elaboração do próprio (Percentagem) dados retirados do Quadro 4 – População por grupo etário para o mundo e grupos de países, 1950, 1975, 2005, 2025 e 2050.

Neste gráfico podemos observar o aumento acentuado da população idosa. Assim, é importante começar-se a debater o futuro da população mais idosa, criando condições para um desenvolvimento que promova o bem-estar destes indivíduos nas grandes metrópoles. É sabido que em Portugal existe muita carência de instituições que acolham estas pessoas.

O desenvolvimento sustentável bem delineado e um planeamento estratégico aliado à boa gestão das cidades são essenciais para que no futuro sejam criadas condições de dignidade humana para este sector etário da população.

Quadro 4 - População envelhecida (80 anos ou acima de), 1950, 2005 e 2050

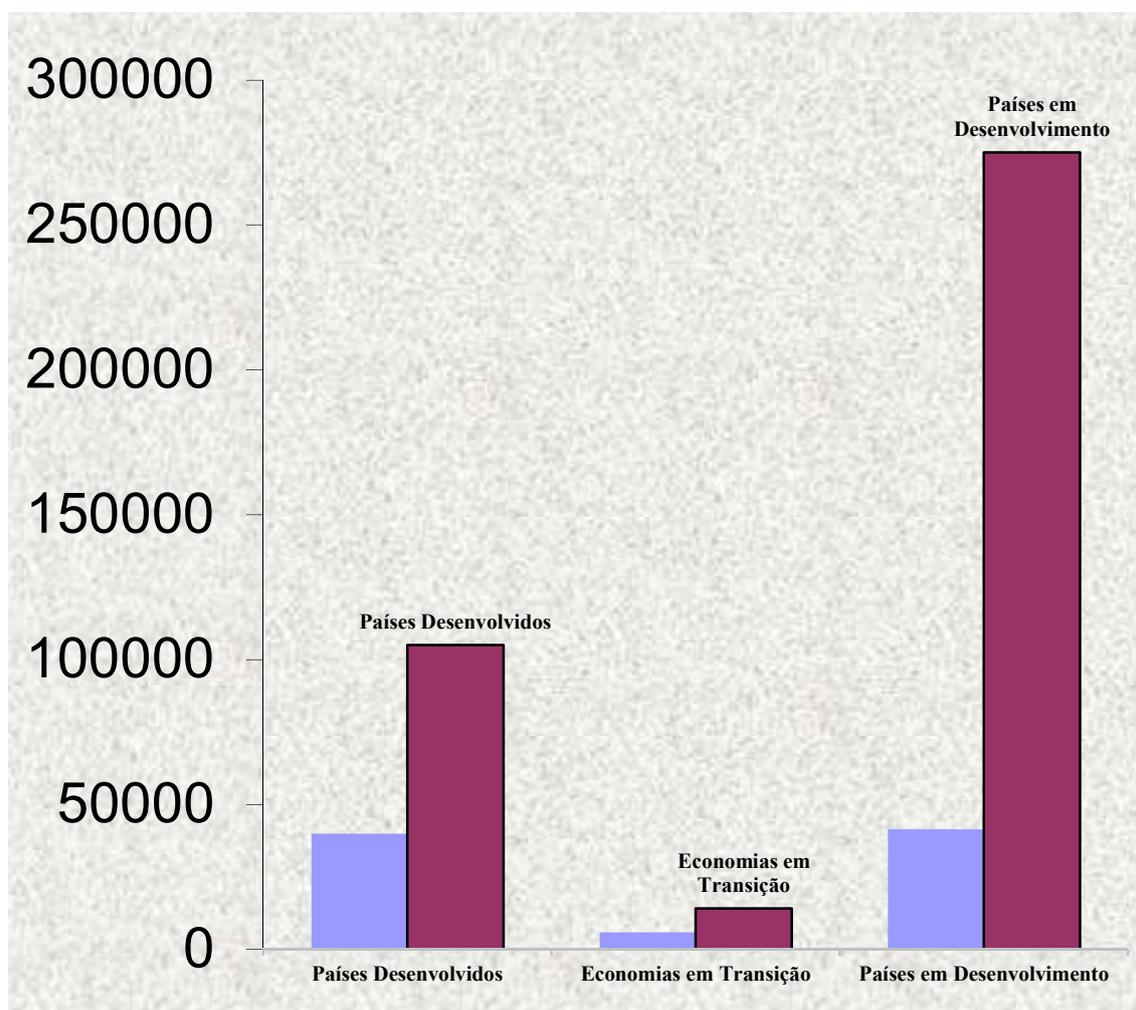
	Number of persons aged 80 years or over (thousands)			Number of persons aged 80 years or over as a proportion of the total population (percentage)			Number of persons aged 80 years or over as a proportion of the population aged 60 years or over (percentage)		
	1950	2005	2050	1950	2005	2050	1950	2005	2050
World	13 780	86 648	394 224	0.5	1.3	4.3	6.7	12.9	20.0
Developed countries	6 815	39 309	105 082	1.1	4.0	9.8	8.6	19.3	30.5
Europe	4 374	20 568	52 059	1.1	4.1	10.7	8.7	18.7	30.6
Japan	376	6 187	17 159	0.4	4.8	15.3	5.8	18.3	36.7
United States	1 801	10 605	28 725	1.1	3.6	7.3	9.1	21.3	27.5
Canada, Australia, New Zealand	264	1 949	7 138	1.1	3.5	9.4	9.3	19.6	30.5
Economies in transition	1 914	5 852	14 113	1.0	1.9	5.4	10.0	12.4	18.5
Commonwealth of Independent States	1 745	5 365	12 631	1.0	1.9	5.3	10.0	12.5	18.2
South-eastern Europe	169	487	1 481	1.1	2.0	6.9	10.4	11.1	21.5
Developing countries	5 051	41 487	275 030	0.3	0.8	3.5	4.7	9.8	17.8
Latin America and the Caribbean	656	6 700	40 348	0.4	1.2	5.2	6.6	13.6	21.4
East Asia and the Pacific	2 269	19 659	136 814	0.3	1.0	6.1	4.2	9.9	21.5
South Asia	1 403	10 602	68 994	0.3	0.7	2.9	4.9	9.3	14.8
Western Asia	126	994	8 804	0.3	0.5	2.4	4.8	8.3	13.9
Africa	597	3 532	20 069	0.3	0.4	1.0	5.0	7.4	10.4

Fonte: World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, In E/2007/50/Rev.1, ST/ESA/314, pág. 15, Publicação das Nações Unidas, New York

“A parte da população do mundo envelhecida com 80 anos ou mais espera-se levantar-se de 1.3 por cento em 2005 a 4.3 por cento em 2050. Durante o mesmo período, a parte correspondente é projectada aumentar de 4.0 a 9.8 por cento nos países desenvolvidos, 1.9 a 5.4 por centavo nas economias na transição e 0.8 a 3.5 por cento nos países desenvolvidos.

A variação importante remanescerá no meio do século através dos países e das regiões nos termos da parte da população total representada pelos grupos de idade os mais velhos. Por exemplo, visto que no Japão se projecta que as pessoas envelhecidas 80 anos ou mais serão mais de 15 por cento da população total em 2050, em África esperam-se constituir somente aproximadamente 1 por cento da população total”¹⁰.

¹⁰ World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, pág. 15, ob. cit.. Tradução do próprio.

Gráfico 2 - Projeções de pessoas com 80 anos ou mais em 2050

Fonte: Elaboração do próprio (milhares), dados retirados do Quadro 5 - População envelhecida (80 anos ou acima de), 1950, 2005 e 2050.

Neste gráfico percebe-se facilmente o aumento acentuado de pessoas com 80 anos ou mais em 2050. E é nos países em desenvolvimento que esse crescimento é maior e mais rápido.

Quadro 5 - Relação do sexo da população em grupos de idade seleccionados para o mundo e em grupos dos países, de 1950, de 2005 e de 2050

Age group	Sex ratio (males per 100 females)		
	1950	2005	2050
World			
Total	100	101	99
0-14	104	105	105
15-59	99	102	103
60+	80	82	85
65+	75	77	80
80+	61	55	61
Developed countries			
Total	95	96	96
0-14	104	105	105
15-59	93	100	102
60+	80	76	81
65+	78	71	77
80+	65	49	59
Economies in transition			
Total	79	89	89
0-14	101	105	105
15-59	73	93	97
60+	54	57	65
65+	49	53	59
80+	36	29	38
Developing countries			
Total	104	103	100
0-14	105	105	105
15-59	105	103	103
60+	86	88	86
65+	80	85	82
80+	68	67	64

Fonte: World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, In E/2007/50/Rev.1 , ST/ESA/314, pág. 26, Publicação das Nações Unidas, New York

“Quando havia 101 homens por 100 mulheres na população do mundo em 2005, entre aqueles envelhecidos 60 anos ou mais a relação era 82 homens a 100 mulheres. As mulheres mais prováveis do que homens sobreviver para envelhecer 60 anos, mas são tidas não somente uma vez alcançado essa idade podem esperar viver mais por muito tempo que os homens similarmente envelhecidos. Consequentemente, a proporção das mulheres na população mais velha tende a levantar-se substancialmente com o avanço da idade”¹¹.

¹¹ World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, pág. 26, ob. cit.. Tradução do próprio.

De acordo, com Natalino “o aprofundamento da integração, as políticas comunitárias, em maior ou menor escala, alargaram-se progressivamente a outros domínios (para além do comércio, agricultura e concorrência), tais como emprego, social, as pescas, a investigação científica, os transportes, as telecomunicações, a energia, o ambiente e a competitividade” (Martins, 2000, 2).

Com o aprofundamento das políticas comunitárias, a “gestão urbana e regional pode passar pelo ordenamento do espaço e passa necessariamente pelo planeamento, que implica os planos, a sua instrumentalização e a sua monitorização, num contexto de participação e de condução estratégica, a partir dos meios e da programação. (...)

A natureza da administração urbanística implica a formulação de planos. Pode a montante criar-se uma estrutura de ordenamento – ela tornar-se-ia negativa, com efeitos práticos nocivos, se não for sempre completada por um processo de planeamento, isto é, um conjunto de actividades incluindo estudos/investigação, planos, avaliação de alternativas e suas estratégias, diálogo, debate, apoio à decisão (participação), instrumentalização/gestão (mobilização de meios), recolha e tratamento de dados, monitorização/divulgação e todas as respetivas retroacções – sem perda do conceito de resolução em tempo real.

Por isso me parece que, para além da figura de ordenamento (e suas directivas de salvaguarda, de processos, de organização, de parâmetros gerais), é indispensável não perder o conceito de Planeamento, como processo complexo de ligação – sem hiatos – entre as opções políticas, de um lado, e a elaboração de projetos, de outro” (Lopes de Brito, 1995, 151-153).

Roma Pujadas, considera que em relação ordenar o território, a planificação vai implicar determinar certas linhas de ação para atingir conseqüentemente os objetivos em relação ao território

No quadro da página seguinte podemos observar as condições de habitação na América Latina em termos de habitação e condições sanitárias:

Quadro 6 - Condições de habitação na América Latina

	Porcentagem Proprietários Casa				Porcentagem com moradias em áreas pobres				Porcentagem com moradias de materiais de baixa			
	Percentage that are housing owners				dwellings in poor areas				of low-quality materials			
	All (i)	60+ (ii)	50-59 (iii)	25-49 (iv)	All (i)	60+ (ii)	50-59 (iii)	25-49 (iv)	All (i)	60+ (ii)	50-59 (iii)	25-49 (iv)
Bolivia	64	86	80	58	21	11	16	23	55	66	59	51
Brazil	70	82	78	65	1	0	0	1	3	3	2	2
Chile	65	84	76	54	3	2	1	3	10	13	9	9
Colombia	59	82	64	48	1	0	1	1	20	21	20	19
Costa Rica	74	85	85	70	1	1	1	1	5	4	4	5
Dominican Republic	67	86	79	57	45	42	42	45	8	10	8	7
Ecuador	70	85	81	61
El Salvador	69	80	79	65	6	3	4	6	27	31	25	25
Guatemala	78	87	86	74	30	34	29	29
Haiti	67	84	78	58	20	24	20	18	26	32	28	24
Honduras	71	85	83	66	6	2	2	7	10	14	10	9
Mexico	73	86	84	67	32	36	30	31
Nicaragua	77	87	88	73	8	6	5	9	22	20	20	23
Paraguay	81	89	89	78	16	16	14	16	2	4	3	2
Peru	76	89	85	68	9	6	7	11	18	11	12	22
Uruguay	64	76	71	50	2	2	2	1
Venezuela (Bolivarian Republic of)	76	91	84	69	8	5	5	9	10	8	7	11

Fonte: World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, In E/2007/50/Rev.1, ST/ESA/314, pág. 37, Publicação das Nações Unidas, New York

Quadro 7 - Acesso aos serviços básicos em casa por grupo de idade na América Latina

Percentage	Água				Casas de Banho Higiénicas				Canalização			
	Water				Hygienic restrooms				Sewerage			
	All (i)	60+ (ii)	50-59 (iii)	25-49 (iv)	All (i)	60+ (ii)	50-59 (iii)	25-49 (iv)	All (i)	60+ (ii)	50-59 (iii)	25-49 (iv)
Bolivia	77	73	77	78	66	59	67	69	46	52	52	44
Brazil	96	96	97	97	69	69	71	69	56	58	59	56
Chile	95	94	95	96	87	87	90	87	80	78	82	81
Colombia	76	81	76	74	79	80	78	78	57	55	57	58
Costa Rica	96	95	96	96	95	94	95	95	28	34	32	25
Dominican Republic	71	72	73	71	60	57	62	62	23	24	25	22
Ecuador	73	73	73	73	79	75	79	80	45	42	46	46
El Salvador	59	61	66	58	35	31	41	37	32	28	37	34
Guatemala	66	67	71	67	46	46	50	44	38	39	40	37
Haiti	14	15	12	15	4	3	4	4
Honduras	35	33	39	35	44	39	47	44	34	29	35	36
Mexico	88	89	90	88	65	64	69	65	71	71	74	71
Nicaragua	61	65	62	61	23	26	25	21	17	20	19	15
Paraguay	70	67	69	72	61	60	62	62	8	10	8	7
Peru	61	64	69	57	58	57	65	56	48	52	58	44
Uruguay	99	99	99	99	94	96	95	93	64	71	68	64
Venezuela (Bolivarian Republic of)	94	95	95	94	89	91	92	89	72	76	77	70

Fonte: World Economic and Social Survey 2007, *Development in an Ageing World*, In E/2007/50/Rev.1, ST/ESA/314, pág. 38, Publicação das Nações Unidas, New York

Facilmente se verifica nestes dois quadros que os acessos ao básico da vivência humana como canalizações, casa de banho, habitações com resistência e alguma qualidade é ainda um luxo em muitos países da América Latina.

O planeamento das cidades tem sido um problema em quase todas as regiões do mundo, ou por falta de condições financeiras, ou de oportunidade política, as populações mais pobres serão sempre os eternos prejudicados.

Assim torna-se urgente uma planificação que dê importância a aspetos ligados no seu início a condições de vida humanas e com a dignidade que o ser humano merece independentemente de raça, religião ou orientação.

No quadro da página seguinte podemos observar os indicadores ambientais:

Quadro 8 – Indicadores Ambientais

Agenda 21 (temas)	FDES Categorias informacionais			
	A. Atividades socioeconômicas, eventos	B. Impactos e efeitos	C. Respostas a impactos	D. Inventários, estoques, condições de fundo (<i>background</i>)
TEMAS ECONÔMICOS	Taxa de crescimento real do PIB <i>per capita</i> Padrões de produção e consumo Investimentos como parcela do PIB	EDP/EVA <i>per capita</i> Acumulação de capital (ambientalmente ajustada)	Gastos com proteção ambiental como % do GDP Taxas ambientais e subsídios como % do recolhimento governo	Estoque de capital produzido
TEMAS SOCIAIS / DEMOGRÁFICOS	Taxa de crescimento po-pulacional Densidade populacional Taxa de migração urbano/rural Suprimento de calorias <i>per capita</i>	% população urbana exposta a concentrações de SO ₂ , partículas, ozônio, CO e Pb Taxa de mortalidade infantil Incidência de doenças relacionadas ao ambiente		População vivendo na pobreza absoluta Taxa de alfabetização de adultos Razão de matrículas no ensino fundamental e no ensino médio combinadas Expectativa de vida ao nascer Mulheres por 100 homens no ensino médio
ATMOSFERA / CLIMA	Emissões de CO ₂ , SO ₂ e NO _x Consumo de substâncias que destroem o ozônio	Concentrações ambientais de CO, SO ₂ , NO _x , O ₃ e TSP em áreas urbanas Índice de qualidade do ar	Gastos com redução na poluição do ar Redução no consumo de substâncias e emissões	Clima e condições climáticas
TERRA	Mudanças no uso da terra Rebanho por km ² de terras áridas e semi-áridas Uso de fertilizantes Uso de pesticidas agrícolas	Área afetada pela erosão do solo Terra afetada pela desertificação Área afetada pela salinização e inundações permanentes	Área protegida como % do total da área de terra	Terra arável <i>per capita</i>

(Continuação)

Agenda 21 (temas)	FDES Categorias informacionais			
	A. Atividades socioeconômicas, eventos	B. Impactos e efeitos	C. Respostas a impactos	D. Inventários, estoques, condições de fundo (<i>background</i>)
ÁGUA Recursos de água doce	Descargas industriais, agrícolas e municipais diretamente nos corpos d'água doce Retiradas anuais de recursos hídricos superficiais e subterrâneos Consumo doméstico de água <i>per capita</i> Uso de água por PIB industrial e agrícola	Concentração de chumbo, cádmio, mercúrio e pesticidas em corpos d'água doce Concentração de coliformes fecais em corpos d'água doce Acidificação de corpos d'água doce	DBO e DQO em corpos d'água doce Índice de qualidade da água em corpos d'água doce Águas servidas tratadas, total e por tipo de tratamento (% da população total) Acesso a água potável segura (% da população total)	Reservas subterrâneas
Recursos marinhos	Descargas industriais, agrícolas e municipais diretamente nos corpos d'água marinha Descargas de óleo em águas costeiras	Desvio em relação ao máximo valor de produção sustentável dos estoques de espécies marinhas Carga de N e P em águas costeiras		
OUTROS RECURSOS NATURAIS Recursos biológicos	Produção anual de toras (<i>roundwood</i>) Consumo <i>per capita</i> de combustíveis de madeira e carvão (<i>fuelwood</i>) Captura de espécies marinhas	Taxa de desflorestamento Espécies ameaçadas e extintas	Taxa de reflorestamento Área de floresta protegida como % da área de terra total	Inventário florestal Inventário de ecossistemas Inventário da flora e da fauna Estoques pesqueiros
Recursos minerais (inclusive energia)	Consumo anual de energia <i>per capita</i> Extração de outros recursos minerais	Depleção de recursos minerais (% das reservas comprovadas) Duração das reservas comprovadas		Reservas minerais comprovadas Reservas comprovadas de energia

(Continuação)

Agenda 21 (temas)	FDES Categorias informacionais			
	A. Atividades socioeconômicas, eventos	B. Impactos e efeitos	C. Respostas a impactos	D. Inventários, estoques, condições de fundo (<i>background</i>)
RESÍDUOS	Deposição municipal de resíduos Geração de resíduos perigosos Importação e exportação de resíduos perigosos	Área de terra contaminada por resíduos tóxicos	Gastos com a coleta e tratamento de resíduos Reciclagem de resíduos	
ASSENTAMENTOS HUMANOS	Taxa de crescimento da população urbana % da população em áreas urbanas Veículos motorizados em uso per 1.000 habitantes	Área e população em assentamentos marginais Índice de abrigo (<i>shelter</i>) % da população com serviços sanitários	Gastos com moradias de baixo custo	Estoques de abrigos / moradia e infra-estrutura
DESASTRES NATURAIS	Frequência de desastres naturais	Custos e número de feridos e mortos relacionados com desastres naturais	Gastos com prevenção de desastres e mitigação de prejuízos	Assentamentos humanos vulneráveis a desastres naturais

Fonte: Coleção de Estudos Temáticos sobre os objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2004) : Objectivo 7 – Sustentabilidade Ambiental, Universidade de Brasília, Instituto Desenvolvimento Humano Sustentável, pág. 36-38, Brasil. FDES significa Estrutura para o desenvolvimento de estatísticas do ambiente.

2.3. Desafios Urbanos

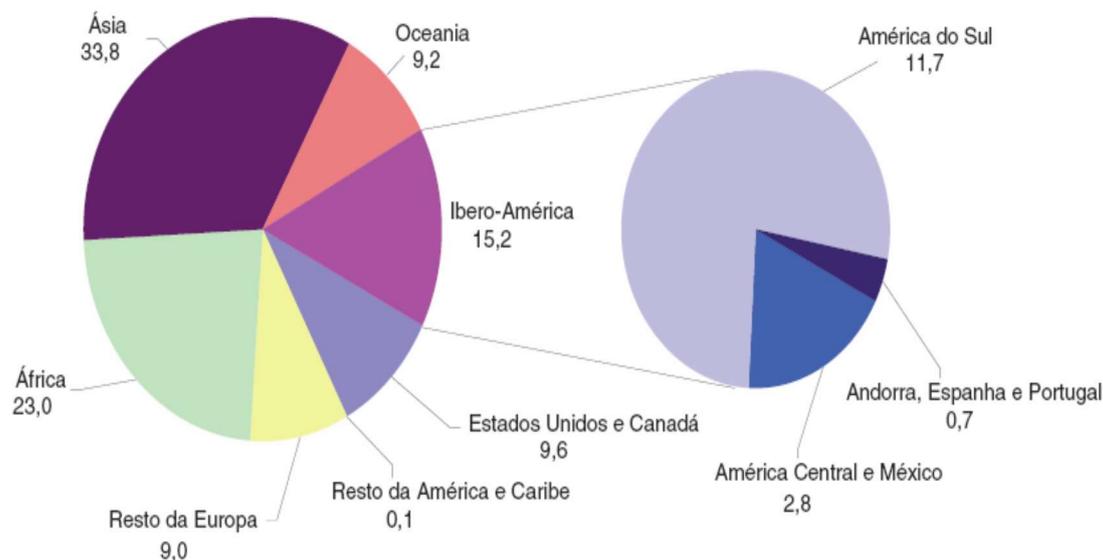
2.3.1. O Ambiente Urbano

A problemática do ambiente urbano é para Partidário, uma consequência do “rápido crescimento das áreas urbanas e da população existem urbana, sobretudo em comparação com a população rural, tem sido uma realidade das últimas décadas em quase todo o mundo. Num relatório publicado em 1987 no Worldwatch Paper 77, Brown e Jacobson (1987) referem o aumento do número de habitantes das cidades, de 600 milhões em 1950 para mais de dois biliões em 1986. A hipótese colocada pelos mesmos autores é a de que, mantendo-se esta tendência, metade da população mundial deverá habitar em áreas urbanas por volta do ano 2000.

Em 1988 num relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) (World Resources Institute, 1988) era apresentado um cenário semelhante. Conhecidas que são as tendências de crescimento e de exploração dos recursos, o mesmo relatório referia-se aos instrumentos de política que deverão ser desenvolvidos no sentido de promover a descentralização da população urbana. Esta seria uma forma de contrariar e reduzir as pressões de ordem ambiental e social provocadas pelas grandes aglomerações.

A situação em Portugal é um pouco diferente. Há sem dúvida um fenómeno de crescimento urbano como aliás se demonstra pela evolução do valor da taxa de urbanização (Bruxelas 1987)” (Partidário, 2000, 19).

Nos gráficos e quadro das páginas seguintes podemos observar os grandes desafios em relação ao mundo rural de forma a reduzir a heterogeneidade estrutura e elevar a produtividade:

Gráfico 3 – Superfície agrícola por regiões 2003 (percentagem)

Ibero-América: 754 milhões de hectares

Mundo: 4,973 bilhões de hectares

Fonte : Acedido em 06/08/2014, www.eclac.org/publicaciones/xml/0/27150/lcg2328p_cap5.pdf

Quadro 9 – Superfície agrícola por regiões 1993, 2003 (milhares de hectares)

Região	1993	2003
Estados Unidos e Canadá	490 822	476 805
América Central e México	136 996	139 014
América do Sul	564 488	581 303
Resto da América Latina e Caribe	5 976	5 827
Andorra, Espanha e Portugal	34 018	33 959
Resto da Europa	460 759	449 682
África	1 119 109	1 146 070
Ásia	1 657 240	1 681 375
Oceania	479 840	459 132
Ibero-América	735 502	754 276
Total	4 949 248	4 973 167

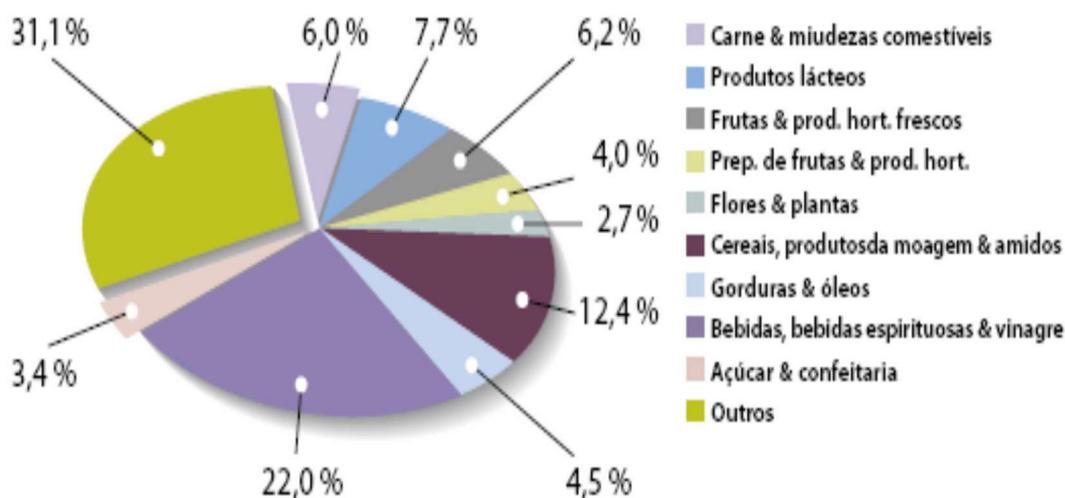
Fonte: Bases de dados estatísticos da FAO [on line] 2006.

Nota: A superfície agrícola inclui as terras aráveis e as dedicadas à colheitas e pastagens permanentes.

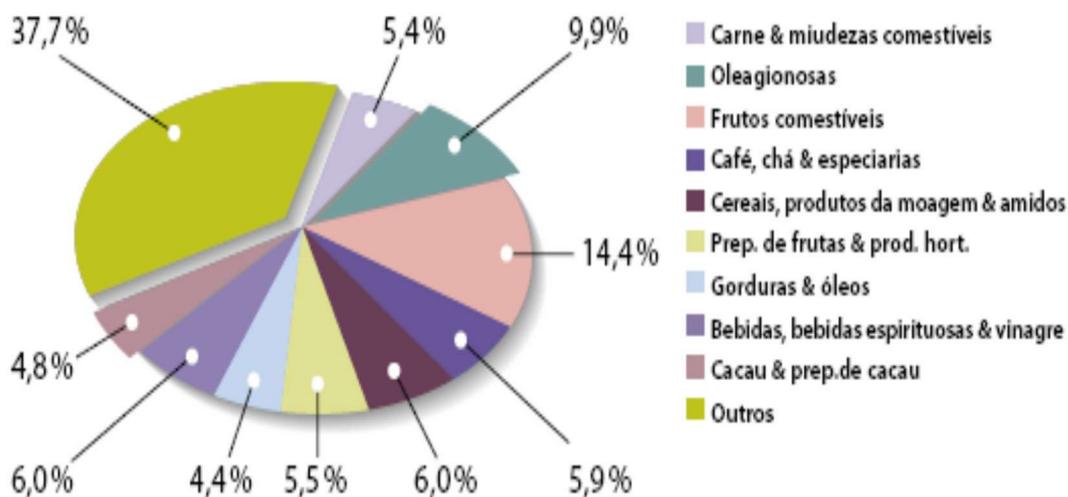
Fonte : Acedido em 06/08/2014, www.eclac.org/publicaciones/xml/0/27150/lcg2328p_cap5.pdf

Gráfico 4 – Principais Exportações Agrícolas 2002

Principais exportações agrícolas da UE (% valor - 2002)



Principais importações agrícolas da UE (% valor - 2002)



Fonte: Comissão Europeia.

Fonte: Comissão Europeia In LACROIX, Eugène Leguen (2005) : *Política Agrícola Comum Explicada*, Comissão Europeia, Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Bélgica.

Na visão de Eugène Lacroix a Política Agrícola Comum é, uma estratégia para qual a “ UE possui um modelo particular de agricultura que responde às exigências da sociedade civil — em termos das suas expectativas quanto à produção de produtos alimentares, segurança alimentar, normas ambientais e preservação do ambiente rural, relações com o mundo em vias de desenvolvimento (comércio agrícola) e aplicação adequada dos fundos resultantes dos seus impostos.

A PAC é o veículo que permite alcançar esses resultados. Tem sido uma longa caminhada, desde o apoio gerador de superprodução até se chegar a um sistema ecológico orientado para o mercado. Esta «evolução verde» vai prosseguir. A PAC atual representa uma escolha política da nossa sociedade. Poucos imaginam como seria o espaço natural da UE e a herança alimentar sem ela.

O apoio dos consumidores, dos contribuintes e da sociedade é necessário para evitar o risco de abandono das terras, a degradação do ambiente rural, a perda de emprego e até o declínio do tecido social de muitas das nossas zonas rurais.

Por outro lado, a PAC e outras políticas da UE levaram à criação de um grande mercado único de produtos agrícolas na UE e ajudaram esta última a tornar-se um importante operador mundial em matéria de agricultura e alimentação” (Lacroix, 2005, 33).

Em termos de princípios em ordem a assegurar-se o desenvolvimento da sociedade economia de forma sustentável e igualitária temos:

- “ Princípio da priorização das ações com um mais adequado uso do solo, em termos ambientais, económicos, sociais e culturais;
- Princípio da explicitação dos efeitos das medidas protectivas, estabelecidas nos instrumentos de gestão territorial,
- Princípio da sustentabilidade dos ecossistemas,
- Princípio da sustentabilidade intergeracional,
- Princípio da excepcionalidade da transformação de solo rural em solo urbano,

-
- Princípio da dependência da alteração da classificação do solo rural da sua comprovada indispensabilidade económica, social e demográfica,
 - O dever de fundamentação técnica das soluções expressas nos instrumentos de gestão territorial,
 - O princípio geral da fundamentação dos critérios de identificação e hierarquização dos interesses públicos a tutelar nos diferentes instrumentos de gestão territorial,
 - O princípio da participação interventiva e publicitadora dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial (...), com a formulação de regras de funcionamento da comissão de coordenação, em ordem a assegurar o contributo desta para uma discussão pública,
 - Princípio da interação coordenada na organização do sistema de gestão territorial, regulando-se formas de coordenação das diversas intervenções públicas com impacte territorial interadministrativo, quer no âmbito de cada uma das pessoas colectivas responsáveis pelas diversas fases do processo de planeamento, quer no âmbito das relações entre as mesmas,
 - Princípio da obrigação de promoção articulada da elaboração dos vários instrumentos, por parte do Estado e das autarquias locais, segundo as atribuições respectivas, e no cumprimento dos limites materiais impostos à intervenção dos diversos órgãos e agentes relativamente ao processo de planeamento nacional, regional e municipal, da política de ordenamento do território,
 - Princípio da coordenação efectiva de intervenções das entidades públicas intervenientes no processo de planeamento, com o concomitante estabelecimento, como regra, da criação de uma comissão mista de coordenação cuja composição deve traduzir a natureza dos interesses a salvaguardar e a relevância das implicações técnicas a considerar,
 - Princípio da justa ponderação dos interesses relevantes, com a formulação de regras de funcionamento da comissão de coordenação visando ajudar a

assegurar o seu contributo para a efectiva consideração, responsabilização, e concertação dos interesses relevantes em presença, bem como para uma efectiva discussão pública,

- Princípio da compatibilização das opções tomadas nos diferentes instrumentos,
- Princípio da estabilidade do planeamento e da segurança jurídica,
- Princípio da participação e o princípio da liberdade de acesso, a todo o tempo, à informação planificadora” (Condesso, 2004, 587-588).

2.3.2 Os Transportes Urbanos

“Cada capital e cada cidade com mais de 100 000 habitantes deverá desenvolver, adotar, implementar e rever regularmente um plano de transportes urbanos sustentáveis, com metas a curto, médio e longo prazo. A Comissão considera que poderia ser estabelecido um requisito a nível da EU com esse fim em vista. Este ponto será objecto de outras consultas em 2004, nomeadamente no contexto de um grupo de trabalho específico de peritos e partes interessadas. Todos os Estados-Membros serão incentivados a:

- definir uma política-quadro clara sobre transportes urbanos sustentáveis;
- avaliar os impactos dos novos projetos de infra-estruturas de transportes urbanos na sustentabilidade do sistema de transportes da cidade;
- seguir rigorosamente as orientações sobre a utilização dos fundos estruturais.

No âmbito do Livro Branco sobre Política Europeia de Transportes, a Comissão está a preparar uma directiva sobre a adjudicação de contratos pelas autoridades públicas a veículos rodoviários com baixos níveis de emissões e de consumo de energia. O objetivo será incentivar a aquisição de veículos mais limpos e eficientes, mas não definirá novas normas de veículos nem interferirá em quadros existentes de incentivos fiscais para veículos.

No âmbito da Estratégia sobre Combustíveis Alternativos, a Comissão proporá um plano de ação para a promoção do desenvolvimento do mercado de combustíveis alternativos, em especial do gás natural e do hidrogénio. (...) A Comissão prosseguirá as suas atividades de promoção, como o Dia Europeu sem Carros e a Semana da Mobilidade. Será avaliada a necessidade de orientações e formação sobre questões relativas a transportes urbanos sustentáveis e a contribuição de novos métodos de trabalho, como o teletrabalho” (COM, 2004, 42-43).

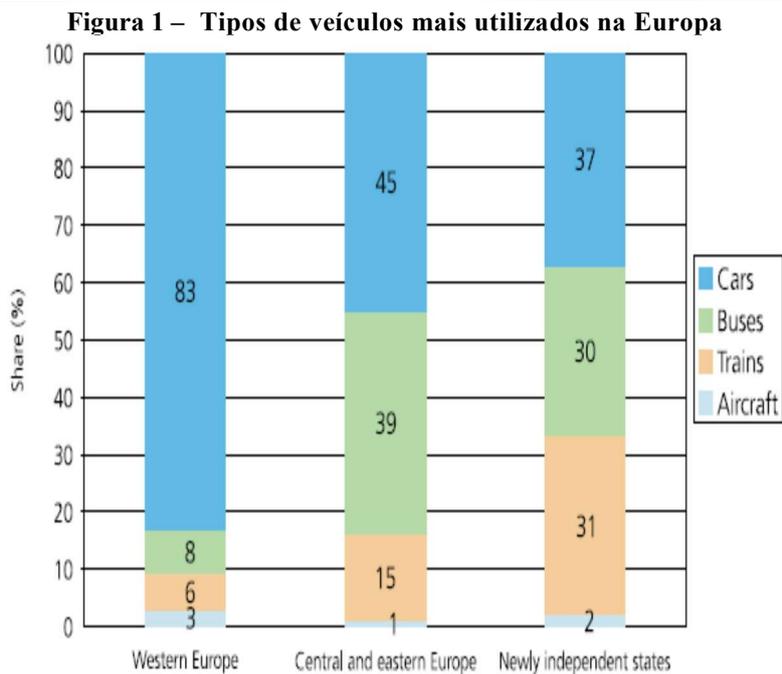
Para Mota, “O mandato de Gotemburgo reconhece a necessidade de ação urgente nas quatro áreas de intervenção prioritárias:

- Alterações climáticas;
- Transportes sustentáveis;
- Riscos para a saúde Pública;
- Recursos naturais (...)

Relativamente aos transportes sustentáveis, a UE identifica como objetivos a redução dos níveis de tráfego, congestionamento, ruído e poluição, bem como incentivar o uso de transportes que respeitem o ambiente e assegurar a plena internalização dos custos sociais e ambientais.

Salienta a necessidade de serem adoptadas medidas para dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do PNB através, nomeadamente da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros” (Mota, 2002, 9).

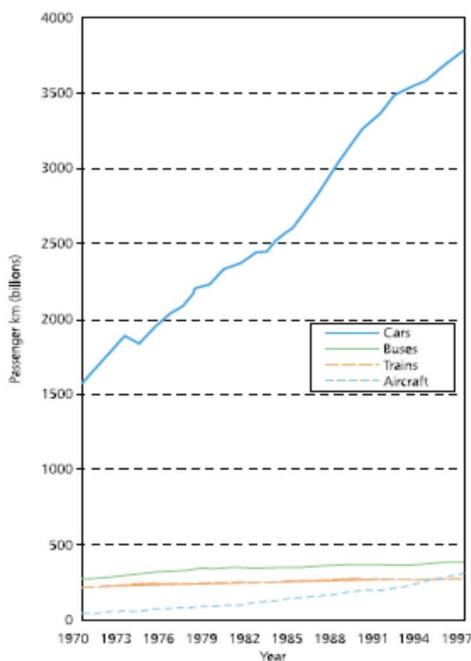
Observemos as seguintes figuras:



Source: Transport in figures: site on transport data for the Member States (2).

Fonte: DORA Carlos, MARGARET, Phillips (2000) : *Transport environment and health*, WHO Regional Publications, In Europa Series n.º 89, pág. 7, Austria.

Figura 2 – Aumento do uso de carros na Europa comparativamente a outros veículos 1970-1997



Source: Europe's environment: the second assessment (1).

Fonte: DORA Carlos, MARGARET, Phillips (2000) : *Transport environment and health*, WHO Regional Publications, In Europa Series n.º 89, pág. 7, Austria.

2.4. Planos de Ordenamento na Península Ibérica

2.4.1 As Bases da política de Ordenamento do território e urbanismo em Portugal

Segundo a Lei 48 de 11 de Agosto de 1998 foram estabelecidas as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo. Define e faz assegurar que a administração pública faça uma organização utilização e gestão do território nacional de forma sustentável para todas as regiões.

O objecto desta lei prende-se com a definição da política de ordenamento do território e de urbanismo, assim como dos instrumentos de gestão territorial que a realizam.

2.4.2 Os Fins da política de ordenamento do território e de urbanismo

- Reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais .
- Valorização integrada das diversidades do território nacional.
- Aproveitamento racional dos recursos naturais
- Defesa e valorização do património cultural e natural.
- Promover a qualidade de vida.
- Reabilitar e modernizar os centros urbanos.
- Valorizar as potencialidades do espaço rural
- Acautelar a protecção civil da população.

2.4.3 Os Princípios que orientam a política de ordenamento do território

- Sustentabilidade e solidariedade Inter-geracional
- Economia
- Coordenação
- Subsidiariedade
- Equidade
- Participação
- Responsabilidade
- Contratualização
- Segurança jurídica

2.4.4 *Os Objetivos do ordenamento do território e do urbanismo*

- Preservar valores culturais, ambientais e paisagísticos.
- Mais emprego para fixar as populações nas zonas menos desenvolvidas.
- Defesa de solos com aptidão natural (agrícolas, pecuárias, florestais).
- Adequar a densificação urbana.
- Evitar a extensão desnecessária das redes e perímetros urbanos.
- Políticas de habitação que resolvam o problema das famílias sem casa.
- Recuperar os centros históricos.
- Reabilitar áreas degradadas.
- Converter áreas urbanas ilegais (legalizar).

2.4.5 *Os Valores essenciais naturais do ordenamento do território*

- Recursos hídricos, zonas ribeirinhas, orla costeira, florestas.
- Conservação da natureza.
- Promover a normal fruição das populações versus natureza.
- Paisagens.
- Utilizar os solos de forma sustentada impedindo a sua contaminação ou erosão.

A política de ordenamento do território e urbanismo tem como base um sistema de gestão territorial que está organizado em três campos de ação que interagem entre si:

- *Nacional*, estabelece as diretrizes no ordenamento regional e municipal.
- *Regional*, articula-se com a estratégia nacional e define as normas municipais.
- *Municipal*, dentro das diretrizes nacionais e regionais e opções próprias define o uso do solo na cidade.

2.4.6 Os instrumentos de gestão territorial

- *Desenvolvimento territorial*, revê-se nas grandes opções e consubstancia o quadro de referência.
- *Planeamento territorial*, estabelece o regime de uso do solo.
- *Política sectorial*, estabelecem políticas de desenvolvimento com incidência espacial.
- *Natureza especial*, prevalecem objetivos de interesse nacional.

Podemos considerar como instrumentos de gestão territorial o seguinte:

- *Programa nacional*, dá as diretrizes e orientações fundamentais.
- *Planos regionais*, definem as redes regionais de infra-estruturas e transportes, sendo o quadro de referência na constituição dos planos municipais de ordenamento territorial.
- *Planos intermunicipais*, articulam estrategicamente as áreas territoriais que são interdependentes.

Planos municipais de ordenamento do território:

- Plano diretor municipal, (classificação e parâmetros de ocupação de solos urbanos e rurais)
- Plano de urbanização, (qualifica o solo)
- Plano de pormenor, (define o uso do solo)

Ainda no âmbito dos instrumentos de gestão territorial, temos os de política sectorial e planos especiais. Os primeiros incidem na responsabilidade dos diversos sectores da administração central, os últimos são de natureza especial.

Um aspecto importante são as relações entre os instrumentos de gestão territorial.

Estes instrumentos devem seguir sempre as orientações definidas dentro do desenvolvimento territorial. E este desenvolvimento juntamente com a política sectorial representam um compromisso recíproco de integração e compatibilização. Assim:

- Planos sectoriais desenvolvem as diretrizes de âmbito nacional no ordenamento do território e a sua elaboração devem ser compatível com os planos regionais.
- Planos regionais integram as regras do programa nacional e fazem o mesmo em relação aos planos sectoriais.

Os planos regionais e sectoriais vinculam as entidades públicas na elaboração dos planos municipais, assegurando a compatibilidade entre os mesmos. Os planos especiais reflectem um compromisso com o programa nacional de ordenamento e os planos regionais, prevalecendo sobre os planos municipais e intermunicipais.

Quando se elaboram novos instrumentos devem ser considerados os planos, projetos e programas existentes ou em preparação.

É importante referir que os instrumentos de gestão territorial vinculam as entidades públicas, sendo que os planos municipais e especiais são vinculativos apenas para os particulares.

2.5 Definição do regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal

Após se constituírem as bases da política de ordenamento territorial e de urbanismo pela Lei 48/98 procedeu-se através do decreto 380/99 á definição do regime de coordenação ao nível nacional, regional e municipal dentro do sistema de gestão do território, uso do solo e regulamento para elaborar, aprovar, executar e avaliar os meios de gestão territorial.

Este diploma define o seguinte :

- Regime que se aplica aos instrumentos de gestão do território criados pela Lei 48/98 bem como aos já existentes.
- Delimita as responsabilidades do Estado, das autarquias e dos particulares em relação a um ordenamento do território sustentável.
- Consubstancia o princípio de participação dos interessados na composição dos instrumentos de planeamento territorial, quer em termos de intervenção ou divulgação, aumentando-se o dever de comunicar.

- Substancia o dever de tornar claro, pelos instrumentos de gestão territorial, o fundamento técnico.
- Caracteriza e define regras de tutela de interesses públicos com âmbito territorial no que diz respeito ao uso do solo.
- Explana o princípio da organização do sistema de gestão territorial num sistema de interacção coordenada no domínio das intervenções públicas com impacte no território, cumprindo-se os limites impostos aos agentes no processo de planeamento nacional, regional e municipal no ordenamento territorial.
- Promove a importância decisiva, vaticinada na lei de bases, da coordenação de intervenções, principalmente entre as entidades públicas que intervêm no planeamento.
- Esclarecem-se as relações entre os instrumentos de planeamento, devendo-se compatibilizar as opções.

Em relação aos planos regionais de acordo com o referendo de 1998, serão as comissões de coordenação regional a exercer as competências desses planos até que as regiões administrativas sejam instituídas.

Em relação aos planos intermunicipais prevê-se que integrem diretrizes para o uso integrado do território abrangido.

No quadro seguinte podemos observar como se organiza em Portugal o sistema de gestão territorial:

Quadro 10 - : Organização do sistema de gestão territorial

ÂMBITO	INSTRUMENTOS	ELABORAÇÃO	APROVAÇÃO
Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Programa nacional da política de ordenamento do território • Planos sectoriais com incidência territorial • Planos especiais (áreas protegidas, albufeiras de águas públicas e orla costeira) 	Governo	Assembleia da Republica
Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Planos regionais de ordenamento do território 	Comissão de Coordenação Regional	Resolução do Conselho de Ministros
Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Planos intermunicipais de ordenamento do território • Planos municipais de ordenamento do território (Planos Diretores Municipais, Planos de urbanização e Planos de pormenor) 	Associação de Municípios Câmara Municipal	Assembleias Municipais ou Intermunicipais

Fonte: Elaboração Própria (dados recolhidos do dgotdu)

2.5.1 Âmbito Nacional

A nível nacional são estabelecidas as grandes opções para o território nacional e é um instrumento de cooperação entre os Estados membros da União Europeia.

Tem como objetivos:

- Elaborar um quadro unitário para um desenvolvimento territorial sustentável do País e no espaço europeu.

- Assegurar a coesão territorial do País.

- Traduzir espacialmente as estratégias de desenvolvimento económico e social.

- Estruturar políticas sectoriais para organização territorial.

- Desenvolver um povoamento sustentável ao nível também de equipamentos e redes.

- Definir as linhas de acesso às funções urbanas e formas de mobilidade.

- Orientar a ocupação do território de forma sustentável.

2.5.1.1 PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Em relação a Portugal segundo o PNPOT (2003:57) “ o saneamento básico evoluiu de uma fase em que o objetivo era servir os centros urbanos, passando por uma

outra em que as atenções se prendiam com o atendimento às sedes de concelho, até se tornar evidente a necessidade de estender estes serviços a toda a população.

A gestão dos serviços de abastecimento de água potável, de saneamento das águas residuais e a remoção e tratamento dos resíduos, tem por tradição uma estrutura concelhia - à excepção da empresa concessionária que assegurava a distribuição de água no concelho de Lisboa (EPAL).

Porém, o sector do saneamento básico apresentava um conjunto de fragilidades associadas às deficiências dos quadros técnicos municipais, às carências de fiscalização e controlo, à ausência de política tarifária, à concepção das redes com base na unidade física que é o município.

O quadro do planeamento das redes de infraestruturas de saneamento pautava-se, frequentemente, pela concepção e construção de projetos em territórios contíguos, sem que houvesse economias de escala na sua execução. Em boa verdade, a ausência de projetos integrados era o resultado da inexistência de um quadro de referência integrador das utilizações da água ou do destino final dos resíduos”. (...)

É apenas nos anos 90 que se assistirá a uma alteração, de facto, na organização do sector do saneamento básico, tendo-se avançado para formas de organização e cooperação supramunicipal, tanto mais que se reconheceu como insuficiente a escala do município e se procurou avançar para um quadro de partilha de infraestruturas de saneamento básico”.

2.5.1.2 Planos Sectoriais

Estes planos são mecanismos de programação e de concretização das políticas que incidem no ordenamento territorial. Pode dizer respeito a panoramas de diversos sectores da administração central (transportes, energia, etc.), ordenamento sectorial e regimes ao abrigo de lei especial e por fim localização e realização de empreendimentos públicos com incidência no território.

2.5.1.3 Planos Especiais

Tem natureza regulamentar e são elaborados pela administração central, sendo um meio complementar de intervenção do Governo que contenha objetivos de interesse nacional com repercussão no território. Estes planos destinam-se essencialmente a áreas protegidas.

2.5.2 Âmbito Regional

Os planos de nível regional definem estratégias regionais para o desenvolvimento do território, contudo integram as estratégias nacionais e consideram as estratégias municipais dentro do desenvolvimento local, sendo uma referência para a constituição de planos municipais.

Tem como objetivos:

- Incrementar a nível regional o programa nacional de ordenamento do território e planos sectoriais.
- Expressar dentro da região os objetivos de desenvolvimento económico e social de forma sustentável.
- Estabelecer as medidas que reduzam as assimetrias de desenvolvimento regionais.
- Ser suporte a elaboração da estratégia nacional de ordenamento do território e referência na elaboração de planos especiais e municipais.

2.5.3 Âmbito Municipal

Temos neste âmbito os planos intermunicipais e municipais. Os primeiros asseguram a forma como se articulam os planos regionais e municipais, abrangendo a área de dois ou mais municípios vizinhos.

Tem como objetivos:

- Protecção da natureza e qualidade do ambiente.

-
- Dirigir no âmbito intermunicipal os projetos de redes, catividades industriais, turísticas, serviços, comércio, equipamentos e infraestruturas do programa nacional, regional e sectorial.
 - Racionalizar o povoamento por objetivos.
 - Organizar o acesso a equipamentos e serviços públicos.

Os planos municipais são de natureza regulamentar e são aprovados pelos municípios e estabelecem o regime de uso do solo.

Tem como objetivos:

- Estabelecer a nível municipal a estratégia de âmbito nacional e regional.
- Estabelecer a estratégia de desenvolvimento local.
- Articular políticas sectoriais de âmbito local.
- Estabelecer a base programada do território dentro do município.
- Definir a estrutura ecológica municipal.
- Definir princípios e regras que promovam a qualidade do ambiente e preservação do património cultural.
- Estabelecer critérios para localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções.
- Estabelecer critérios no que diz respeito á localização das catividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços.
- Definir o uso o solo.
- Definir o uso do espaço público.
- Definir quaisquer outros indicadores importantes na elaboração dos instrumentos de gestão do território.

O *plano diretor municipal*, vem estabelecer a estratégia de desenvolvimento do território do município a vários níveis, como ordenamento, urbanismo e políticas urbanas de todas índoles. É elaborado tendo em conta os planos nacionais e regionais. Este plano é de carácter obrigatório.

O *plano de urbanização*, delimita para uma área específica a política de ordenamento e de urbanismo. Pode abranger qualquer área do território do município do perímetro urbano por plano diretor municipal e solo rural de um ou vários perímetros urbanos que precisem de intervenção integrada de planeamento, ou áreas destinadas a funções urbanas como por exemplo parques industriais, logísticos e de serviços, ou empreendimentos turísticos.

O *plano de pormenor*, realiza propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, impondo regras de implantação para infraestruturas e desenho de espaços de utilização colectiva, organizando o espaço das demais catividades do interesse geral. Pode também desenvolver e realizar programas de ação territorial. Estes planos abrangem áreas contínuas do município que dizem respeito a uma unidade ou subunidade operativa de planeamento e gestão ou parte delas.

A Lei 48/98 foi posteriormente alterada nalguns pontos pela Lei 54/07. As mais importantes para o nosso estudo são as seguintes:

- Os planos intermunicipais deixam de estar sujeitos a ratificação pelo Governo.
- Os Planos Diretores municipais só estarão sujeitos a parecer da junta regional e parecer do Governo quando se verifique incompatibilidade com planos regionais e sectoriais.
- Os planos de urbanização e de pormenor passam a estar somente sujeitos a parecer das juntas regionais.
- O plano diretor municipal quando ratificado pelo Governo é-lhe aplicado as normas dos planos regionais e sectoriais.

2.6 Enquadramento da problemática da Urbanização e Edificação

Com a Lei 60/2007 procedeu-se á sexta alteração do Decreto-Lei 555/99 que estabelece o regime jurídico de urbanização e edificação. A Edificação é de aqodo com esta lei “a actividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou

conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência”¹².

Por Urbanização entende-se “as obras de criação e remodelação de infraestruturas destinadas a servir directamente os espaços urbanos ou as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações, e ainda os espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva”¹³.

Um aspecto importante revelado por esta Lei é a participação dos cidadãos moradores em determinadas zonas na gestão das infraestruturas dos espaços verdes com utilização colectiva através de acordos de cooperação ou concessão municipal. Estes acordos pressupõem que estes moradores sejam responsáveis pelo seguinte :

- Limpeza
- Conservação
- Manutenção
- Vigilância

No que diz respeito á execução de operações urbanísticas, estas são sujeitas sempre a fiscalização administrativa, seja qual for a sua sujeição prévia de licenciamento, admissão, autorização ou isenção de controlo. Esta fiscalização administrativa assegura que estas operações estão de acordo com a lei e regulamentos aplicáveis, prevenindo assim perigos para a saúde e segurança pública.

Esta fiscalização é da competência do presidente da câmara municipal que tem competência para embargar obras de urbanização, de edificação ou demolição quando são executados:

- Sem licença
- Em desconformidade

¹² Ver artigo 2º a) do Decreto-Lei 55/99 de 16 de Dezembro.

¹³ Ver artigo 2º h) do Decreto-Lei 55/99 de 16 de Dezembro

- Em violação da lei

2.7 Eficiência e operatividade dos processos de ordenamento territorial e dos sistemas de gestão.

O Decreto de Lei 316/2007 trouxe alterações no sentido de tornar eficientes os instrumentos e processos de intervenção no território. Estas mudanças baseiam-se em quatro pontos principais:

- Simplificação de procedimentos (descentralizar).
- Responsabilização municipal (desconcentrar competências na gestão do território).
- Fortalecimento dos meios de concertação de interesses públicos entre si.
- Clarificar e diferenciar conceitos e instrumentos de intervenção.

Com este Decreto o Governo deixa de ratificar os planos directores municipais a não ser a título excepcional, como nos casos de flexibilização do sistema de gestão territorial., ou quando entrem em conflito com os planos sectoriais ou regionais de ordenamento, ou se a câmara municipal o solicite.

Os instrumentos de gestão territorial passam a estar ao alcance de todos para consulta, sendo a Direcção Geral Ordenamento Território Desenvolvimento Urbano a receptora de todos os planos municipais. A verificação final dos planos é efectuada pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional.

Passou a haver também uma maior incidência na defesa dos aspetos relacionados com o meio ambiente.

No que diz respeito aos planos municipais eles definem como o espaço municipal se organiza, nomeadamente:

- “A caracterização económica, social e biofísica”

-
- “A definição e caracterização das áreas de intervenção”
 - “A definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais”
 - “Os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar”
 - “A referenciação espacial dos usos e das catividades”
 - “A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das catividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços”
 - “A definição de estratégias para o espaço rural”
 - “A identificação e delimitação dos perímetros urbanos”
 - “A definição de programas na área habitacional”
 - “A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência urbanísticos ou de ordenamento”
 - “A definição de unidades operativas de planeamento e gestão”
 - “A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas”
 - “A identificação de condicionantes”
 - “As condições de actuação sobre áreas críticas, situações de emergência ou de excepção”
 - “As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal”
 - “Identificação de áreas de interesse público para efeitos de expropriação”
 - “Os critérios para a definição das áreas de cedência”
 - “Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nos instrumentos de planeamento previstos nas unidades operativas de planeamento e gestão”
 - “A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais instrumentos de gestão territorial”
 - “O prazo de vigência e as condições de revisão”

Em relação ao plano de urbanização, este será a referência para aplicação de políticas urbanas e define ao mesmo tempo a estrutura urbana, regime de uso do solo e os critérios de transformação territorial. A sua área da actuação pode ser:

-
- “Qualquer área do território do município incluída em perímetro urbano por plano diretor municipal eficaz e ainda o solo rural complementar de um ou mais perímetros urbanos, que se revele necessário para estabelecer uma intervenção integrada de planeamento”
 - “Outras áreas do território municipal que, de acordo com os objetivos e prioridades estabelecidas no plano diretor municipal, possam ser destinadas a usos e funções urbanas(...)”

O plano de pormenor vai desenvolver e realizar as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, exigindo especial atenção á integração dos elementos na paisagem.

Com o Decreto-Lei 46/2009 promoveu-se uma alteração ao regime jurídico dos meios de gestão territorial, sendo o principal objetivo do Governo neste caso conferir plena autonomia e responsabilidade aos municípios neste domínio.

No entanto reforçou-se a “participação das comissões de coordenação e desenvolvimento regional, através da previsão da emissão de pareceres, nos procedimentos de suspensão dos planos municipais de ordenamento do território e no estabelecimento de medidas preventivas”.

2.8 Elementos instrutores dos pedidos de realização urbanísticas

A portaria 232/2008 reúne os elementos que devem instruir os pedidos de realizações urbanísticas.

Desta forma para realizar obras em áreas abrangidas por plano de pormenor devem ser incluído os seguintes elementos:

- Memória descritiva (pretensão e área)
- Extractos das plantas (implantação e condicionantes do plano pormenor)
- Extractos das plantas do plano especial vigente.

Se a área de actuação for abrangida por plano de urbanização ou plano diretor municipal na solicitação deve ser incluído o seguinte:

- Memória descritiva
- Extractos das plantas de zoneamento e de ordenamento vigentes
- Extractos das plantas do plano especial vigente
- Planta de localização á escala de 1:25 000
- Estudo da conformidade com o Regulamento geral do ruído
- Não existindo classificação acústica da zona em plano diretor municipal deve-se apresentar elementos constante do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento Geral do Ruído¹⁴
- Planta da situação existente á escala 1:1000 ou maior, que identifique o estado e uso atual do terreno
- Planta á escala 1:1000 ou maior contento os elementos técnicos definidores da modelação do terreno
- Condicionantes
- Programa de utilização das edificações
- Infra-estruturas locais e ligação às gerais
- Estimativa de encargos urbanísticos
- Planta que defina de forma clara as áreas de cedência para espaços verdes ou outros de utilização colectiva
- Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor.
- Outros elementos que o requerente queira apresentar

Se não for uma área abrangida por plano municipal de ordenamento territorial deve neste sentido o pedido conter:

- Memória descritiva
- Extracto da carta da Reserva Agrícola Nacional
- Extracto da carta da Reserva Ecológica Nacional
- Extractos das plantas do plano especial

¹⁴ Ver Decreto-Lei 9/2007 de 17 de Janeiro

-
- Planta de localização á escala 1:25 000
 - Planta de situação existente á escala 1:2500
 - Estudo que mostre a conformidade em termos acústicos
 - Não existindo classificação acústica da zona em plano diretor municipal deve-se apresentar elementos constante do n.º 4 do artigo 11.º do Regulamento Geral do Ruído
 - Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor

2.9 Coesão Territorial¹⁵

No sexto relatório sobre a coesão económica e social, destacou-se a criatividade e a inovação como elementos de dimensão regional que são essenciais para a União sair da crise.

Já no Tratado de Lisboa a coesão do território é um propósito da política de união nos próximos anos.

Em 2008 a Comissão Europeia assumiu um Livro Verde sobre a Coesão Territorial, em que o objetivo desta é promover o desenvolvimento sustentável em todos os Estados, tendo em conta as suas características e recursos.

Para se levar adiante esta intenção teria de existir (COM, 2009, 12):

- “concentração (alcançar massa crítica na resolução de problemas relacionados com a externalidade)”
- “conexão (reforçar a importância das conexões eficientes de áreas menos desenvolvidas com os centros de crescimento, através da criação de infra-estruturas e do acesso a serviços)”

¹⁵ Ver Relatório da Comissão ao Parlamento e ao Conselho, Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social SEC (2009) 828 final.

- “cooperação (trabalhar em conjunto para além das fronteiras administrativas, para obter sinergias)”

Na discussão sobre a coesão territorial algumas das áreas mais sensíveis são as que a seguir se indicam, em que para serem sustentáveis é necessário rentabilizar sinergias e deixar os conflitos de lado:

- “A política de transportes tem implicações óbvias na coesão territorial através dos seus efeitos na implantação das catividades e no padrão da sua distribuição. Desempenha um papel de particular destaque na melhoria das ligações para as regiões menos desenvolvidas e das nelas existentes.
- A política energética contribui para a coesão territorial através do desenvolvimento do mercado interno do gás e da electricidade totalmente integrado. Além destes fatores, as medidas de eficiência energética e a política de energia renovável contribuem para o desenvolvimento sustentável em toda a UE, podendo ser a solução, a longo prazo, para os problemas das regiões isoladas.
- Também assegurar a ligação de alta velocidade à Internet é fundamental, dada a importância crescente deste meio para a competitividade e a coesão social.
- O primeiro pilar da Política Agrícola Comum e o apoio que esta concede aos agricultores têm um impacto territorial nas zonas rurais porque permitem manter as catividades e os rendimentos e promove a boa gestão das terras.
- A Estratégia Europeia para o Emprego, parte integrante da estratégia de Lisboa, fomenta o capital humano graças ao destaque dado a uma melhor educação e à aquisição de novas competências nos diferentes territórios. Não esqueçamos também que as Orientações para o Emprego fazem da coesão territorial um dos seus três objetivos estruturantes.
- As bacias marítimas e a utilização das suas águas sofrem pressões concorrenciais. A separação entre os regimes em matéria de pescas, aquacultura, conservação dos mamíferos marinhos, construção naval, petróleo, gás e indústrias extractivas foram concebidos para resolver conflitos sectoriais e não intrasectoriais. A UE procura desenvolver uma política marítima integrada para resolver estes problemas de coordenação e garantir o desenvolvimento sustentável das zonas marinhas.

-
- Os impactos da política ambiental fazem-se sentir de muitas maneiras na implantação local das actividades económicas. Os requisitos regulamentares podem adquirir uma dimensão espacial e influenciar, assim, o planeamento do território. Para cumprir efectivamente normas e objetivos políticos, as regiões e todos os intervenientes devem trabalhar em conjunto, por exemplo, no contexto do plano de ação da Comunidade em matéria de biodiversidade e na gestão conjunta de Natura 2000.
 - O acesso à investigação de alta qualidade e a possibilidade de participar em projetos transnacionais têm reflexos cada vez mais importantes no desenvolvimento regional. A dimensão territorial da política de investigação está consagrada na criação do Espaço Europeu da Investigação (EEI), no qual os investigadores podem circular, interagir e cooperar abertamente.
 - A política de concorrência pode afectar a distribuição territorial da actividade económica fazendo com que a ajuda regional se concentre nas áreas menos favorecidas e ajustando a intensidade da ajuda prestada à natureza e à dimensão dos problemas” (COM, 2008-10-11).

2.10 Tipologia dos Planos de Ordenamento

Na concepção dos planos de ordenamento, devemos considerar que “O urbanismo situa-se ao nível da cidade, enquanto que o ordenamento do território possui um âmbito supra-local” (Miranda, 1998, 22).

Figura 3 - Políticas e instrumentos de ordenamento territorial

Fonte: Acedido 12/01/2015 <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/306>

2.10.1 Planeamento a Nível Nacional

Ao nível nacional tem-se como objetivo definir políticas e medidas de desenvolvimento global para o país e estabelecimento de directivas sectoriais, a longo, médio e curto prazo. É importante conjugar as políticas nacionais com as que advém da Europa. Neste âmbito deve ser definido um programa de prioridades e monitorização. Este plano nacional deve ser revisto regularmente e nunca em prazos superiores a 10 anos.

2.10.1.1 Programa Nacional de Ordenamento do Território

O PNOT, consiste “na fixação das opções e as diretrizes relativas à configuração dos sistema urbano, das redes, das infra-estruturas e equipamentos de interesse nacional, bem como à salvaguarda e valorização das áreas de interesse nacional em termos ambientais, patrimoniais e de desenvolvimento rural e na imposição dos princípios e finalidades assumidas pelo Estado, no quer em matérias de qualidade de vida e efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, em ordem à promoção de uma efectiva equidade a nível territorial” (Condesso, 2004, 551).

De acordo com a Lei 48/98 constituem fins da política de ordenamento do território e de urbanismo:

- Reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias,
- Promover a valorização integrada das diversidades do território nacional,
- Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais,
- Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural,
- Promover a qualidade de vida
- Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos,
- Salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural,
- Acautelar a proteção civil da população,

2.10.1.2 Planeamento Sectorial

Procura-se implementar medidas que procurem integrar num contexto sectorial, como por exemplo políticas de transportes, de águas, energia, etc. A coordenação das medidas com as decisões do governo e as suas ações é essencial neste nível.

2.10.1.3 Planeamento Especial

Dizem respeito aos planos até ao nível de pormenor, completados por instrumentos operacionais que se adaptam a objetivos ou pontos específicos.

2.10.2 Planeamento a Nível Regional - Ordenamento do Território no espaço da região

Pressupõe-se a compatibilização de objetivos, políticas e meios, e a explanação de um quadro de relacionamento interinstitucional.

2.10.2.1 Planeamento autonómico

Em relação ao planeamento autonómico podemos dizer que “quer a elaboração dos planos de ordenamento

do território, quer as alterações ao plano diretor municipal ou aos planos de urbanização por outros planos municipais, de urbanização ou de pormenor, passam a encontrar -se sujeitas, exclusivamente, aos mecanismos de participação no decurso do respectivo procedimento de elaboração, das entidades representativas da administração central representativas de interesses públicos a ponderar, assegurando a necessária concertação de tais interesses e a coordenação de intervenções, sendo os municípios responsáveis pela validade dos respectivos instrumentos de planeamento. Esta alteração, concretizando a autonomia municipal em matéria urbanística, permite recuperar a distinção entre atribuições e competências da administração central e municipal em matérias de ordenamento do território e de urbanismo, acentuando que estas últimas se desenvolvem no quadro das opções definidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e pelos respectivos planos directores municipais. Associada às alterações decorrentes do PRACE — Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, e concretizando a referida desconcentração de competências, a verificação final dos planos municipais de ordenamento do território, sem funções preclusivas da responsabilidade do município quanto à validade do plano, passa a ser efectuada pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional”¹⁶.

2.10.2.2 Planeamento de génese nacional e intermunicipal

São aplicadas as opções do nível nacional em políticas específicas e prioritárias para as diversas regiões, conciliando-as com as políticas a nível local e intermunicipal. É programado a médio prazo.

¹⁶ Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro

2.10.3 Planeamento ao nível municipal

Os PDM têm validade de médio prazo e uma concepção de alcance a longo prazo. Trata-se da aplicação a nível local do planeamento territorial. Define o uso do solo e os sistemas urbanos.

2.10.3.1 Planeamento municipal em geral

Em relação ao planeamento municipal temos o Plano Director Municipal, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor. São utilizados de acordo com a área onde se vai intervir. O PDM engloba todo o território do município, os PU englobam terrenos urbanos, urbanizáveis e não urbanizáveis ao nível intermédio. Os PP englobam subáreas dos outros dois instrumentos.

Estes planos podem ser feitos aos mesmo tempo já que se conjugam.

2.10.6 Planeamento operacional com implicações territoriais

Considerando que “O Plano de Urbanização define a organização espacial de parte determinada do território nacional, integrada em perímetro urbano, que exija uma intervenção integrada do planeamento.

Quanto ao plano de pormenor tem carácter operativo. Na regulamentação do plano de pormenor, procura-se clarificar e desenvolver o seu carácter operativo, designadamente acrescentando-se no seu conteúdo material, entre outros elementos, a definição da situação do terreno da área de aplicação, prevendo-se a possibilidade de, por deliberação da Câmara Municipal, se adoptarem modalidades simplificadas.

Este plano tem por objecto, desenvolver e concretizar propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projetos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução, constantes do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização.

O Plano de Pormenor pode ainda desenvolver e concretizar programas de ação territorial (...). E, a existir, apoia e condiciona os loteamentos” (Condesso, 2004, 559-560).

O Plano de Urbanização define ainda as categorias e intensidade do uso do solo, políticas urbanas locais e regras de alteração e conservação.

3 Enquadramento do Planeamento e Ordenamento Territorial em Espanha

“Durante a última década, paralelamente ao chamado "boom imobiliário" prevaleceu uma neo-cultura urbana desenvolvimentista que foi instituída com a Lei 6 / 1998 de 13 de Abril, Land Valuation Scheme****, e culminando dois anos depois, com a Real Decreto-Lei 4 / 2000, de 23 de Junho, de medidas urgentes para a liberalização do imobiliário e de transportes, que lançou as bases da liberalização efectiva da terra pretendendo-se aumentar a oferta de solo urbanizável disponível e eliminar "os regulamentos em vigor que devido á sua falta de flexibilidade podia limita-la , deslocando esse efeito positivo no preço final imobiliários ", ou seja, com o objetivo final de reduzir ou retardar o aumento dos preços da habitação.

Além de elogiar a liberalização do solo, durante a última década foi habitual exaltar em nome de preços mais baixos das habitação as virtudes da super-classificação e o excesso de oferta de solo urbanizável, assim como modelos de planeamento – ao limite da capacidade -, em que tinha sido praticamente esgotado todo o solo não protegido municipal. Isso foi combinado com outra série de axiomas inquestionáveis como o permanente aumento dos preços da habitação, que foi obtido como um corolário da rentabilidade contínua da propriedade de investimento.

O aumento pertinente dos preços por quase uma década, desmentindo o efeito benéfico da simples sobrecalssificação, e a crise imobiliária desencadeada depois de 2007 acabou por refutar estes argumentos, onde a aprovação de uma nova lei de Solo pelo Estado no ano que passou significou uma mudança radical de filosofia e cultura urbana, a introdução de princípios e regras gerais do limite cumprimento de sustentabilidade e de planeamento urbano.

No entanto, ainda existem algumas inércias na cultura urbana Espanhola que também contribuíram em grande parte para o que aconteceu nos últimos anos. Um deles é a virtual ausência de verdadeiros instrumentos de planeamento territorial e órgãos de coordenação ou gestão intermunicipal que possam orientar e determinar suficientemente uma ampla perspectiva do futuro modelo de território na base de um interesse comum que transcende os interesses locais e pontos de vista estritamente municipal claramente insuficiente para articular o complexo dinâmica do território contemporânea e, especialmente, nas áreas metropolitanas ou turísticas.

Em relação a esta falta de perspectiva e inter-territorial e inter-geracional, alguns Conselhos ditaram como primazia o desenvolvimento urbano a todo o custo, percebido como riqueza no curto prazo ou como simples mecanismo de financiamento municipal. Apesar de felizmente, os casos de corrupção e enriquecimento ilícito de funcionários foi muito limitada, a prevalência simplista de considerações económicas e visões de curto e prazo têm sido muito mais generalizadas.

A combinação dessas circunstâncias, com a remoção efectiva dos cidadãos das decisões sobre o modelo urbano e real influência nestas decisões dos agentes privados minou a legitimidade social do planeamento, uma vez que em muitos casos, foi reduzido a um simples instrumento formalista para dar cobertura legal aos modelos urbanos formalmente impecável, mas questionável do ponto de vista ambiental ou social. Para isso contribuiu a falta de transparência, ou abuso de alterações específicas, reclassificações e rezoning, mas também a falta de participação do cidadão e da realidade de consenso.

Finalmente, para além do argumento de sua suposta obsolescência 'que muitas vezes é utilizado como pretexto para pedir a desregulamentação, o planeamento sobre o uso do solo sofre de algumas deficiências instrumentais que devem ser reconsideradas: a sua tendência ao determinismo do "instantâneo", a sua falta de flexibilidade para corresponder a um visão estratégica de futuro a longo prazo com a capacidade de absorver facilmente certas alterações cíclicas, a rigidez dos processos de gestão de determinados trabalhos, o ênfase planimétrico, e assim por diante"¹⁷.

3.1 Da Lei do Solo de 1956 ao Real Decreto 2/2008

3.1.1 Lei do Solo de 1956

Das primeiras leis espanholas sobre solo e ordenamento do território podemos falar da *Lei do Solo de 1956*. Esta Lei faz do planeamento um elemento essencial para regular o solo de acordo com a função social de propriedade. Ela perfaz ou constitui um estatuto jurídico do solo. O urbanismo passa a ser uma competência da Administração em que não era possível planificar uma urbanização ou construir sem autorização.

¹⁷ Ver:

http://www.mma.es/secciones/participacion_publica/calidad_contaminacion/pdf/2009_dic_ESUL.pdf, acedido a 28-04-13

No entanto consagrava o princípio de capitalismo urbanístico, protegendo muito os proprietários ao nível da responsabilidade social.

Nesta lei apesar de confusa e que mais tarde foi reformada classificaram-se urbanisticamente os solos, em que os limites físicos entre uns e outros seriam determinados pelos Planos Gerais de Ordenamento Municipal:

- *Solo urbano*, este seria o local de zonas para edificação.
- *Solo de reserva urbana*, só se podia construir mediante planos parciais.
- *Solo rústico*, seria o resto do território municipal.

3.1.2 Lei 19 de 2 de Março de 1975

Devido ao carácter confuso e desigualdades geradas da Lei surgiu a primeira reforma com a *Lei 19 de 2 de Março de 1975*.

Esta lei diferenciou dois aspetos importantes que foi a classificação de qualificação do solo. A classificação são as novas classes de solos que parcialmente são parecidas às já descritas anteriormente. Apenas o solo de reserva urbana se desdobra em solo urbanizável programado (aquele que será urbanizado de imediato) e solo urbanizável não programado (está reservado para desenvolvimento futuro mediante programas de actuação urbanística).

Com esta lei aumentou o dever dos proprietários de urbanizar e edificar e ampliou a concessão de solos para fins públicos. Determina-se o Plano Geral somente para o solo urbanizável programado. Também se regulamentou a figura dos Planos Diretores Territoriais de Coordenação, para coordenar o planeamento físico com o sócio económico. Enquanto que os Planos Gerais de Ordenamento Municipal se reduzem a uma função planificadora. Regulamenta-se também os sistemas de gestão do solo, como a expropriação, a cooperação e a compensação.

3.1.3 Lei 6/1998

A *Lei 6/1998*, sobre o *Régimen del Suelo y Valoraciones*¹⁸ e a legislação urbanística relativa ao ordenamento do território das Comunidades Autónomas, são os principais instrumentos de planeamento em Espanha.

Esta lei simplifica a regulamentação urbanística, reduzindo-se aos deveres e direitos básicos, já que o resto das competências pertence às comunidades autónomas.

Nela estão configurados como uma estrutura piramidal, em que os planos situados nos níveis inferiores estão obrigados a respeitar o conteúdo dos planos situados nos níveis superiores, conforme o seguinte:

- *Planeamento Supramunicipal*, o planeamento supramunicipal tem um âmbito territorial superior ao do município, nível nacional e regional ou autonómico.
- *O nível nacional*, de acordo com a legislação estatal e no exercício das competências estatais e das regiões autónomas, está previsto, ao nível nacional, apenas um instrumento de planeamento: o *Plan Nacional de Ordenación*. Este deve visar estabelecer a coordenação precisa e sistémica entre o planeamento físico e o planeamento económico-social.
- *Nível regional*, ao nível regional estabeleceram-se, os *Planes Directores Territoriales de Coordinación (PDTC)*. Os principais objetivos são: estabelecimento de uma política de planeamento autonómica; especificação das diretrizes a respeitar no exercício do planeamento territorial; instauração de um marco físico e legislativo; criação de um modelo territorial; medidas de proteção e salvaguarda dos recursos naturais e que visem a defesa do meio ambiente natural e urbano, bem como o património histórico-artístico, arquitectónico e cultural.

3.1.4 Lei 8/2007

Após alguns anos foi aprovada a *Lei 8/2007*, sobre o solo que substitui a Lei 6/2008. A sua primeira inovação é que não classifica urbanisticamente o solo, considerando apenas duas distinções:

¹⁸ Ver Ley 6/1998 de 12 de Mayo

-
- Rural
 - Urbanizado

Elimina o carácter residual de solo urbanizável e somente se pode classificar como solo urbanizável o necessário para satisfazer as necessidades que o justifiquem.

3.1.5 Real Decreto 2/2008

Os objetivos deste Decreto foram:

- Aclarear, regularizar e harmonizar a terminologia e conteúdo dos textos legais.
- Estruturar, ordenar numa única disposição geral uma série de preceitos dispersos e de diferente natureza adaptados às competências das comunidades autónomas.

Em primeiro lugar esta lei dedica-se aos direitos e estatutos dos sujeitos afectados. Define o três estatutos subjectivos básicos:

- Cidadania*, em relação com os direitos e deveres de ordem sócio-económica e meio ambiental.
- Regime da iniciativa privada para a actividade urbanística*,
- Estatuto da propriedade do solo*,

Esta lei regula as condições básicas que garantem a igualdade no exercício dos direitos em cumprimentos dos deveres constitucionais relacionados com o solo em todo o território estatal. Vai estabelecer as bases económicas e meio ambientais, valorização e responsabilidade patrimonial das Administrações públicas nesta área.

São definidos também princípios de sustentabilidade em relação á regulação, ocupação, transformação e uso do solo, que proporcionem um uso racional dos recursos naturais.

3.2 Sentenças do Tribunal Constitucional de Espanha

3.2.1 Sentença do Tribunal Constitucional de Espanha n.º 61/1997 de 20 de Março

Com a Sentença do Tribunal Constitucional de Espanha n.º 61/1997 foi ditada em 20 de Março de 1997, que as competências em matéria de Urbanismo e Ordenamento do Território são transferidas e passam a ser exercidas pelas Comunidades Autónomas. Apenas se reconheceu ao Estado competências para determinar os direitos e deveres básicos sem detalhar as técnicas urbanísticas. As consequências desta sentença foram resumidamente:

1. Voltou a estar vigente o Real Decreto 1.346/1976.
2. Gera contradições e incompatibilidades entre as publicações existentes, realizadas durante oito anos, baseadas nos pressupostos da Lei de 1990, provocando ainda um vazio legal por não existir leis sobre esta matérias nas Comunidades Autónomas. Apesar de nalgumas comunidades se adotar a Lei de 1990.
3. Estabelece um novo marco de legislação urbanística em Espanha.

Em geral, as Comunidades Autónomas têm os seguintes instrumentos de Planeamento:

- Directrizes Territoriais
- Planos Territoriais
- Planos de Interesse Regional

- Plano General Municipal:
 - Planos Parciais de Ordenamento
 - Planos Especiais de Ordenamento.
 - Estudos de Detalhe

3.6 Sentença do Tribunal Constitucional Espanhol n.º 164/2001 de 11 de Julho

Em *2001* novamente por *Sentença do Tribunal Constitucional* espanhol, parte da lei do solo de 98, é revogada por invadir as competências das comunidades autónomas e dos municípios.

4. Síntese do Planeamento Estratégico Espanhol e do Português

Em Espanha existe, desde 1956, a Ley del Suelo que se estrutura através de figuras do planeamento ou planos que classificam e estabelecem determinações para os distintos tipos de solo e que se desenvolvem através de sistemas de actuação e, por último, determinam os órgãos competentes em matéria de urbanismo.

Este quadro de legislação geral decalcado dos Town and Country Planning Act vigentes em Inglaterra a partir de 1937, revelou-se de implementação difícil em Espanha, visto ser muito avançado para a sociedade da época (DAL CIN, 1992).

O urbanismo espanhol ainda é dominado pelos aspetos técnico - legislativos faltando-lhe uma filosofia de vivência (LOURENÇO, 1997).

“Com efeito, (...) nos últimos anos a Espanha experimentou um notável dinamismo económico e demográfico, com grandes aumentos nos níveis de renda e criação de emprego em paralelo com um crescimento forte da imobiliária, cujos efeitos foram não apenas a duplicação dos preços, mas também produzem uma verdadeira explosão urbana, o volume substancial de parque habitacional e da generalização dos modelos urbanos.

Este novo modelo disperso foi caracterizado não só por uma ocupação extensiva da terra, mas muitas vezes também pela separação de funções e a perda da diversidade no novo tecido urbano, pela proliferação de mobilidade motorizada e desenvolvimento de infra-estruturas viárias completamente desvinculado de lotes urbanos e por intensificação da polarização espacial, causada pela separação e segregação a população em função da sua condição sócio-económica (através de mecanismo de filtragem selectiva estabelecida pelo preço dos produtos imobiliários)”¹⁹.

“Do ponto de vista territorial, a consequência mais imediata do regime acumulação formulado durante a última década, em paralelo com a integração da economia Espanhola na economia global e da explosão urbana associada ao boom imobiliário originou o aprofundamento do modelo bem conhecido de "desenvolvimento desigual", resultou no

¹⁹ Ver [http://www.mma.es/secciones/participacion_publica/calidad_contaminacion/pdf/2009_dic_EESUL .pdf](http://www.mma.es/secciones/participacion_publica/calidad_contaminacion/pdf/2009_dic_EESUL.pdf), pag.5, acedido a 28-04-10.

surgimento focos de oportunidade em certas partes do país contra o declínio de outras áreas.

Têm sido particularmente propensos ao desenvolvimento de territórios urbanos mais maduros, já que reapareceram como áreas estratégicas de centralidade territorial em todas as grandes áreas metropolitanas, e das zonas costeiras (e, em menor medida, outros de montanha ou elevado valor paisagístico) para o potencial de desenvolvimento do turismo associado à venda de casas de segunda para espanhóis e estrangeiros”²⁰.

Portugal apresenta uma abordagem legislativa mais próxima da situação holandesa, a qual se vai traduzindo em legislação cuja amplitude se vai progressivamente alargando. Só em 1998 é aprovada, pela primeira vez em Portugal, uma lei-quadro de Ordenamento do Território (Lei 48/98, de 11 de Agosto), decorridos quarenta anos desde a primeira experiência espanhola deste tipo.

Relativamente aos planos, estes detêm, em teoria, um papel essencial dentro da estrutura do ordenamento jurídico urbanístico quer espanhol quer português. Depois das leis, estatais e também relativas a cada Comunidade no caso da Espanha, e dos regulamentos que desenvolvem as mesmas, os planos aparecem como a norma de aplicação seguinte e têm o carácter de normas jurídicas subordinadas às leis correspondentes. Como é normal em sistemas de planeamento consolidados, existe uma relação de hierarquia entre os planos urbanísticos. Este princípio válido para ambos os países ibéricos define-se no sentido de que os instrumentos de planeamento de categoria inferior não podem contrariar as determinações próprias de um instrumento de planeamento de categoria superior.

O nível seguinte, de planeamento regional, também apresenta problemas nos dois países ibéricos. Em Espanha é definido pelos Planos Diretores Territoriais de Coordenação que estabelecem as diretrizes de ordenamento do território. Criado pela lei de Reforma de 1975, não chegou praticamente a ser usado, pois a tentativa de ordenar âmbitos regionais (...) foi um fracasso (SANTAMERA, 1998).

A nível municipal, verifica-se que o planeamento espanhol, a exemplo do inglês, se restringe às áreas urbanas e urbanizáveis enquanto o planeamento municipal português é

²⁰ Ver http://www.mma.es/secciones/participacion_publica/calidad_contaminacion/pdf/2009_dic_EESUL.pdf, pag.11, acedido a 28-04-10.

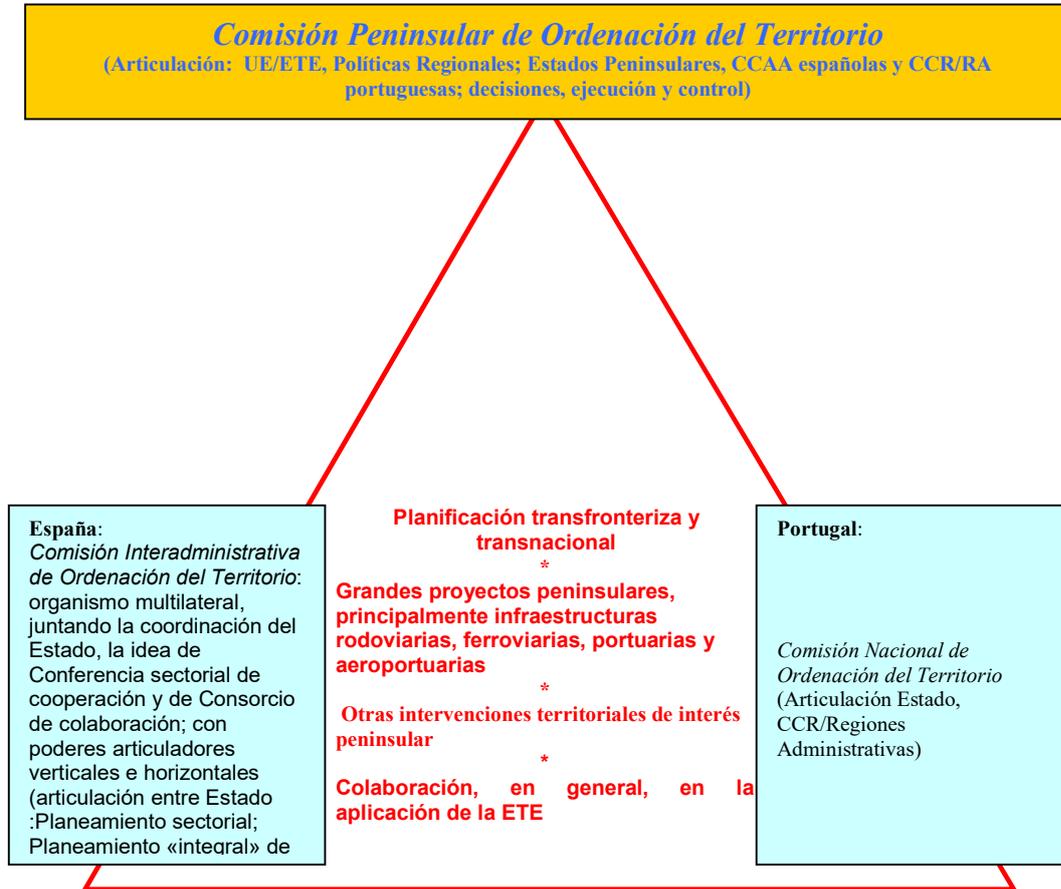
mais global, abrangendo todo o território municipal. Este facto comprova-se na cobertura total do território português com Planos Diretores Municipais (PDM) legalmente aprovados, ao contrário da Espanha em que predominam os Planos Gerais de Ordenação Urbana (PGOU).

Isto é, nos dois países ibéricos, apenas os dois tipos de planos urbanísticos mais importantes são semelhantes no nome e nos conteúdos: i) Plano Geral de Ordenação Urbana (PGOU) / Plano de Urbanização (PU); ii) Planos Parciais (PP) / Planos de Pormenor (PP). Mas essa pretensa semelhança não desvenda práticas de concretização e regras substancialmente diferentes.

Neste âmbito, existe na legislação espanhola, a figura dos Programas de Actuação Urbanística (PAUs) que são lançados quando existe falta de solo para urbanizar nas cidades espanholas.

No entanto, esta característica do PAU ser marginal ao sistema de planeamento consubstanciado em planos urbanísticos permite associá-lo à figura de loteamento vigente em Portugal.

Figura 4: Organização institucional da cooperação no âmbito territorial peninsular



Fonte: F. Condeso (2002). Tesis Doctoral

5. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

5.1 Evolução do Planeamento Estratégico Urbano

Ao abordar a evolução do planeamento estratégico urbano, devemos considerar o pensamento de Tzu, que “formulou, com notável clareza e oportunidade, as bases racionais para o planeamento e condução das operações estratégicas. Desenvolveu todo um conjunto de pressupostos fundamentais para a orientação de dirigentes e líderes na gestão dos recursos disponíveis e dos meios operacionais. Dizia ele que – os números em si não garantem superioridade – ora uma afirmação deste género apesar de ter sido pensada há mais de dois milénios, não podia vir mais a propósito nesta época de economicismo. Tzu chama a atenção para o aspecto fundamental que é, por vezes, desprezado: os fatores morais, intelectuais e circunstanciais são, na sua opinião, bem mais importantes do que os físicos, em guerra, ou porque não, nos negócios e na empresa. No entanto, apercebeu-se do impacte que os conflitos têm sobre a economia e afirmou-o expressamente apontando o exemplo da inflação, concomitante com as catividades bélicas. Acreditava que a vitória não se consegue com destruição; o ideal é conseguir capturar algo intacto ou tão intacto quanto possível. Igualmente importante era a obtenção de informações fidedignas sobre o inimigo. Tornava-se imperioso conhecer bem o meio em que se agia e saber delimitar bem aquilo a que se chama - teatro das operações.

Por outro lado era absolutamente imprescindível ter consciência de que uma guerra (seja de que natureza for, militar ou comercial) envolve boatos falsos, informações enganosas, corrupção e subversão dos funcionários, a criação e exacerbação da discórdia interna e fundação de quintas-colunas. Em sua opinião eram atributos indispensáveis para a – vitória – a capacidade de previsão, de iniciativa, de manobra, de adaptação a novas circunstâncias. Advogou a necessidade de saber fazer a escolha certa para o momento certo. Como é fácil de depreender, estes pensamentos são inteiramente válidos e aplicáveis ao mundo dos negócios” (Tzu, 2000, 9-10).

Na formulação do nosso estudo, e em relação ao planeamento estratégico, devemos ter em consideração a noção de estratégia. Consideramos que “a estratégia pode ser definida como a argúcia para ultrapassar os obstáculos criados pela vontade do opositor. Onde exista antagonismo, haverá estratégia, ou seja, um método de pensamento que permita

hierarquizar e classificar ações para escolher os procedimentos mais eficazes orientados para a redução ou eliminação de oposições ou antagonismos” (Güell, 1997, 20).

Um aspecto importante intimamente ligado ao planeamento estratégico é a prospectiva, sendo esta “a arte de fundar a decisão não sobre o prolongamento dos dados do passado, mas sim a partir de hipóteses tendo em vista o futuro” (Pisani, 2002, 108).

A construção e concepção do “plano estratégico não pode ser encarado como um ritual metodológico, mas sim como um processo flexível visando dotar a cidade de uma estratégia consistente que proporcione notoriedade e singularidade à cidade e, sobretudo, que garanta o comprometimento dos principais actores urbanos, isto é, aqueles que têm capacidade para transformar a cidade” (Pasculi, 1999, 26).

5.2 Escolas de Pensamento sobre a formação da Estratégia e sua evolução

Segundo o pensamento de Mintzberg as “estratégias que surgem sem que haja uma intenção definida ou, ainda que haja uma intenção, surgem como se não houvesse. (...) A nossa artífice tenta fazer uma forma escultural que se sustente a si mesma. Então, ela arredonda-a um pouco aqui e, nivela-a um pouco ali. O resultado parece melhor, mas ainda não está conforme o desejado. Ela tenta várias outras vezes. Após dias, meses ou anos, finalmente alcança o que desejava. Ela acabou por criar uma nova estratégia” (Mintzberg, 1998, 425),.

Sobre os erros e falhas sucessivas levarem ao sucesso, devemos ter em consideração o pensamento de “Mintzberg conhece as consequências de advogar em favor do uso de tentativa e erro em programas de diversificação (...) As sucessivas aquisições requerem grandes investimentos por parte do comprador e o recuo no investimento gerado por erros multiplica os custos, porque uma aquisição não pode ser desfeita da noite para o dia como se faria na venda de uma fatia de mercado com baixa performance. (...) O conceito de estratégia utilizado na prática não especifica alternativas, pelo contrário, define guias de oportunidades que devem ser desenvolvidas com procura e criatividade(...). A crítica de Mintzberg acerca da imprevisibilidade ambiental apresenta uma contradição em relação ao que se observa na realidade atual das firmas que efectivamente conseguem prever os movimentos dos competidores e do mercado(...) É natural que o processo de formulação de estratégias exista em firmas cujos os gerentes estejam inseguros acerca do futuro [pois

é para isso que a estratégia serve: para dar um direccionamento ao futuro] ” (Ansoff, 1991, 456-457).

A formulação racional da estratégia “é a busca deliberada de um plano de ação para desenvolver e ajustar a vantagem competitiva de uma empresa(...) o compromisso estratégico (...) é deliberado, cuidadosamente estudado e rigorosamente ponderado. As consequências, entretanto, podem ser perfeitamente mudanças radicais num curto espaço de tempo” (Herderson, 1989, 5-7).

Na concepção de uma estratégia, devemos ter em atenção “se um grupo gerencial não puder basear-se em propósitos mais consistentes ou práticos do que a mera adaptação ao que ocorrer, a improvisação passa a ser a sua estratégia limitada e o horizonte do planeamento torna-se menos distante. Quando isto acontece o conselho deve procurar romper com esta situação o quanto antes - mesmo que isso implique uma nova liderança – antes que a empresa se afunde em relação à concorrência doméstica ou internacional” (Andrews, 1980, 471).

Na abordagem ao planeamento estratégico e à formação da estratégia, devemos ter presente a visão de diversos autores:

- “(...) o plano estratégico não pode ser encarado como um ritual metodológico, mas sim como um processo flexível visando dotar a cidade de uma estratégia consistente que proporcione notoriedade e singularidade à cidade e, sobretudo, que garanta o comprometimento dos principais actores urbanos, isto é, aqueles que têm capacidade para transformar a cidade” (Pascuali, 1999, 26).

- “A principal chave do sucesso de um plano estratégico consiste em encontrar e tornar viáveis os projetos estruturantes para o desenvolvimento da cidade. Trata-se dos projetos com impactos em profundidade, susceptíveis de alterarem as bases em que assenta a situação atual e transformarem a realidade no sentido definido pelo “modelo de cidade” (Segura, 1998, 158).

- “planeamento estratégico é o processo contínuo de, sistematicamente e com maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos, organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e,

através de uma retro alimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas” (Drucker, 1984, 133-136).

- “O planeamento estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção da organização e de sua missão no ambiente em que ela está actuando. O planeamento estratégico está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo que afectam a direcção ou viabilidade(...) Mas aplicado isoladamente, é insuficiente, pois não se trabalha apenas com ações imediatas e operacionais” (Chiavenato, 2003, 47-48).

- “O planeamento estratégico é, seguramente, mais do que uma metodologia ou uma técnica de planeamento. É um novo paradigma e gestão susceptível de revolucionar as nossas concepções clássicas. (...) É a modalidade de planeamento mais bem preparada para fazer face aos problemas que o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade vão criando(...)”(Ferreira, 2005, 127-128).

De acordo com o pensamento de Güell, “o dinamismo da envolvente socioeconómica produziu um conjunto significativo de mudanças no quadro de trabalho quotidiano do planeador e do gestor urbano, mudanças que suscitam a necessidade de rever criticamente os enfoques tradicionais do planeamento e da gestão urbanísticos” (Güell, 1997, 51).

Para Bilhim, “o problema central das disfunções entre planeamento e estratégia localiza-se nas razões ligadas ao próprio planeamento, entre as quais podemos mencionar:

- A separação entre o processo de planeamento e o processo de gestão, algo que destrói o empenho e provoca jogos de poder internamente.
- Uma tendência para o conservadorismo, bem como uma obsessão com o controle, o que pode gerar climas de conformidade e inflexibilidade, promotores de mudanças genéricas e de curto prazo.
- (...)Presunções em que o planeamento se baseia, nomeadamente a : previsão, separação e formalização” (Bilhim, 2000, 202).

No Guia para a elaboração de Planos Estratégicos podemos observar quais as ideias chave do planeamento urbano:

- “Os problemas urbanos devem ser interpretados como sintomas de dificuldades de ajustamentos a situações de mudança,
- A intervenção dos responsáveis pela cidade pauta-se cada vez mais por uma perspectiva de gestão e não de administração,
- A intervenção do planeamento deve valorizar uma cultura de transformação e recuperação urbana²¹ (reabilitação, refuncionalização), em detrimento de uma cultura de expansão física da cidade,
- A eficácia da transformação urbana depende do grau de empenhamento e da capacidade de articulação dos diversos actores urbanos,
- Não existe um modelo único de soluções para o desenvolvimento da cidade, mas antes princípios gerais que importa adaptar a cada caso concreto”²².

O plano de acordo com Ferreira “o planeamento estratégico é, seguramente, mais do que uma metodologia ou uma técnica de planeamento. É o novo paradigma de planeamento e gestão susceptível de revolucionar as nossas concepções clássicas. Não será exagerado afirmar que se trata de um novo paradigma cultural, ao nível do planeamento e da gestão dos grandes sistemas e organizações contemporâneos. É a modalidade de planeamento mais bem preparada para fazer face aos problemas que o crescimento, o desenvolvimento e a competitividade vão criando:

- Desigualdades, carências, acentuação da dualidade das sociedades,
- Recursos naturais e ecossistemas em perigo,
- Mutações económicas e territoriais,

²¹ Venuti, G.C. (1990) : *La Terza Generazione dell'Urbanistica*, Franco Angeli (4º Ed.), Milão.

²² GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE PLANOS ESTRATÉGICOS DE CIDADES MÉDIAS (1996, 27) : DGOTDU, Lisboa.

-
- Escassez de recursos financeiros,
 - Concorrência entre organizações, empresas e cidades” (Ferreira, 2005, 127).

Segundo o estudo realizado por Pascuali para “atingir os objetivos de gestão estratégica vai permitir ao governo local passar de gestor de serviços a assegurar a liderança na cidade. Isto, sem dúvida significa uma série de benefícios adicionais para o governo local. Entre eles, como síntese do que temos dito até agora incluem:

1. Pro-actividade e capacidade de criar as condições mais favoráveis para gerir a mudança da cidade, antecipando os desafios futuros.
2. Dotar o governo local de uma visão do futuro da cidade, que representa a mais desejável entre as possíveis. Esta visão permite que se desenvolva uma perspectiva ação a longo prazo.
3. Incide sobre o que é importante para a cidade e não tão urgentes e no quotidiano. Manifesta-se menos preocupado para fazer as coisas correctamente mas sim fazer as coisas certas. Interroga-se mais sobre o porquê e quando, e menos sobre como e onde.
4. Permite-lhe ter uma influência sobre a cidade superior á sua autoridade formal e os recursos públicos.
5. Para além dos limites da política e dos procedimentos administrativos e competências definidas, proporcionando-lhes maior autonomia e capacidade.
6. Dotado de uma estratégia clara, orientada e partilhada, com base nas principais vantagens competitivas e competências essenciais da cidade.
7. Oferece esperança, confiança e compromisso entre os principais actores urbanos, disponibilizando-se para a inovação.
8. Permite-lhe a completar os objetivos e interesses de pessoas envolvidas com o desenvolvimento urbano geral da cidade e identificar oportunidades como próprias para a cidade.

9. Proporciona-lhe mecanismos para garantir a inovação, através de uma cultura de antecipação á mudança urbana.

10. Da estabilidade para a estratégia e, em particular os projetos estruturantes” (Pascuali, 2002, 95-96).

Segundo Gianella²³ “a análise de um quadro geral para explorar os conceitos a partir da visão global de planeamento urbano, os seus desafios, a integração na visão do Plano Director, a sua zona relevante da ligação com o planeamento estratégico e a sua gestão, identificam as características e mecanismos que deveriam constitui-lo, modos operativos a relacionar concluindo com a formulação conceptual do plano diretor como uma ferramenta estratégica (...).

(...)Assim, no desenvolvimento do trabalho a interacção entre os planos directores e o planeamento estratégico e a sua gestão é essencial para promover o desenvolvimento possível.

A relevância dos aspetos comuns no desenho de planos directores e planos estratégicos locais e as orientações são a base e directriz da ação, a visão e a missão para a promoção do desenvolvimento e conter abordagens estratégicas da cidade, na medida em que surjam valores direccionados, conceptualizados como base de planos estratégicos(...).

(...) Os Planos directores ao incorporar-se a partir de um modelo de desenvolvimento que emoldura o modelo formal, técnico e ao articular os planos sectoriais, ordenamento do ambiente físico, com os principais projetos que não são sujeitos ao "d direcção" mas sim de "condução" e "promoção" num urbanismo “ordenado”, como resultado obtêm-se uma gestão de "Urbanismo estratégico"(...).

²³ Acedido em 27/02/09

<http://www.monografias.com/trabajos/planifestrat/planifestrat.shtml?relacionados>

6. METODOLOGIA ADOPTADA E FONTES DE INFORMAÇÃO

6.1. Generalidades

Definido o que estudar, importa saber como estudar a realidade delimitada. Isto é, saber que metodologia de investigação se vai adotar.

Neste quadro, importa referir que passos devem constituir e que opções metodológicas têm, na construção da nossa investigação e sua metodologia de trabalho.

6.2. Percurso metodológico e tratamento da informação

Como anteriormente referirmos, a construção de uma investigação, e em particular uma investigação desta índole, deve ser constituída de um caminho metodológico, que deve ser composto com os seguintes passos:

- Concepção da ideia a investigar;
- Formulação do problema da investigação;
- Elaboração do marco teórico;
- Definição da pesquisa da investigação;
- Formulação das hipóteses;
- Selecção da amostra de pesquisa;
- Análise dos dados, elaboração escrita da questão, análise de dados e conclusões.

Importa, referir que estes passos são constituídos por diversas alternativas consoante o problema a investigar. Nos pontos seguintes iremos observar, as alternativas que cada um deles pode-nos oferecer.

6.2.1. Concepção da ideia a investigar (Reynolds, 1986, 21-43)

Segundo Reynolds (1986, 21-43) uma investigação nasce, com o surgimento de uma ideia, a idealização de um problema. Essa ideia pode surgir no nosso trabalho, no nosso percurso académico, como em conversas nos mais diversos sítios e em consulta de diversas fontes de informação.

Para essa ideia se tornar boa, estruturada e exequível numa investigação, devemos ter a precisão da mesma, a necessidade de conhecer o tema, delimitando-o e tornando-o o mais preciso e concreto.

Devem ser intrigantes e excitantes para o investigador como para a comunidade científica. Ela, não necessita ser nova, mas ser inovadora, aos olhos do problema.

Uma ideia pode servir para elaborar teorias e solucionar problemas, como suscitar novas questões.

O tema escolhido para a nossa investigação foi o impacte do planeamento estratégico em cidades de média e grande dimensão. Procurou-se saber as diferenças entre cidades com planeamento estratégico e outras sem o mesmo.

Outra ideia que investigamos foi a opinião das populações em geral de cada uma das cidades estudadas em relação a indicadores chave da nossa investigação.

Sendo o desenvolvimento sustentável um dos temas mais atuais no quotidiano da gestão das cidades surge como possível ajuda o planeamento estratégico. A ideia de que um planeamento aliado aos planos de ordenamento ou outros de carácter local, regional e nacional poderá promover um maior desenvolvimento baseado na sustentabilidade foi o ponto-chave para se investigar este tema.

6.2.2 Formulação do problema da investigação

Na formulação do problema, tivemos em consideração as questões levantadas por diversos autores (Hurtado, 1988) e (Kerlinger e Lee, 2002, 16-28).

Duas questões, podem ser levantadas nesta etapa. O que é formular um problema? Que elementos devem estar contidos na formulação de um problema?

Numa primeira análise, a formulação de um problema, não é mais que o aperfeiçoar da ideia e da sua estruturação, sendo esta quase automática.

A formulação de um problema deve ser explícita e concreta, de modo que susceptível à investigação se realizar com procedimentos científicos (Selltiz, 1980).

Quanto maior a correcção e exactidão da elaboração de um problema, maior a probabilidade de o problema estar resolvido (Ackoff, 1967).

Na elaboração de um problema devem estar contidos 3 elementos fulcrais: os objetivos, as questões levantadas e a justificação do estudo.

Em primeiro devem ser estabelecidos os objetivos do problema, estes devem possíveis de alcançar. Os objetivos a alcançar são as orientações do estudo que devem estar presentes durante toda a investigação (Rojas, 2001).

Além de definir os objetivos, devemos formular o problema por meio de várias questões, tendo a vantagem de apresentá-lo directa (Christensen, 2000). As questões de carácter geral devem ser explícitas e delimitadas, para estruturar o problema e sugerir os procedimentos da pesquisa (Ferman e Levin, 1979).

Além, objectivar, questionar o problema, devemos justificá-lo expondo as suas razões. A justificação de uma investigação, difere de pessoa para pessoa, as minhas razões poderão não ser as vossas razões. Importa ter em consideração, alguns critérios que todos os investigadores devem ter em atenção, aquando da investigação.

Os critérios que devemos adotar para justificar as nossas opções, são os seguintes: *conveniência, relevância social, implicações práticas, valor teórico e utilidade metodológica* (Miller, 2002) e Ackoff, 1967).

Na formulação de um problema, devemos ter presente a sua viabilidade, seja a nível financeiro, humano, material e temporal; em suma devemos ser realistas (ROJAS, 2001).

O nosso problema está relacionado com a relação entre planeamento estratégico e gestão das cidades conjugado com desenvolvimento sustentável. Sabemos que existe mas qual o resultado prático do mesmo em relação às cidades é um dos nossos problemas e obviamente se funciona também.

Não nos vamos adiantar muito neste tema já que definimos as hipóteses num campo próprio desta investigação.

6.2.3 Elaboração do marco teórico

Segundo McCormick, (1988) e Random e Wiersma, (1999) a elaboração do marco teórico de uma investigação, constitui a sustentação da própria investigação. O investigador vai analisar as teorias, os métodos teóricos, as pesquisas e os antecedentes do seu estudo (Rojas, 2001).

As funções do marco teórico são essencialmente, a seguintes: ajuda a prevenir erros que tenham sido cometidos em outros estudos; orienta sobre a forma da realização da investigação; aumenta o horizonte da investigação e orienta o investigador; conduz ao estabelecimento de hipóteses que mais tarde serão validadas; Inspira a novas linhas e áreas a investigar e fornece um marco de referência para interpretação da investigação.

O marco teórico compreende duas etapas: a revisão da literatura e a adoção de uma teoria ou desenvolvimento de perspectiva teórica ou de referência.

No desenvolvimento de perspectiva teórica ou de referência devemos ter atenção se já existe uma teoria completamente desenvolvida; a existência de várias teorias aplicáveis à nossa investigação ou em alternativa de partes de teorias; descobertas interessantes mas parciais, que não se ajustam a uma teoria; se existem orientações ainda não estudadas e ideias vagamente relacionadas com o nosso problema.

A revisão da literatura consiste na identificação, obtenção e consulta da bibliografia, de modo a extrair e recompilar a informação.

Desta forma analisamos as teorias dentro do planeamento e estratégia começando pela mais antiga em Sun Tzu (Segundo muitos constitui as bases da estratégia), Güell e a sua explicação sobre a planificação estratégica das cidades, Pisani e a prospectiva territorial,

Pascuali, Ferreira e a Gestão estratégica das cidades e regiões entre muitos outros autores como Chiavenato ou Steiner que se referenciam neste estudo.

Outro aspecto importante que abordamos nesta investigação são as escolas de pensamento sobre a estratégia e optámos pelas escolas de Desenho em que se procura adaptar às circunstâncias e a escola de planeamento em que se procura programar.

Após a análise das teorias existentes e escolas de pensamento abordamos o nosso estudo com uma perspectiva mais recente e utilizando para isso dados estatísticos assim como a conjugação das várias teorias dos autores estudados.

As fontes utilizadas nesta investigação foram as seguintes:

- Bibliográficas
- Internet
- Legislação
- Estatísticas

6.2.4 Definição do tipo de estudo da investigação

Nesta fase da investigação devemos optar pelo tipo de estudo, que a nossa investigação poderá seguir (Hurtado, 1988). A metodologia científica foi abordada por diversos autores, que dividiram os tipos de estudo em três categorias: exploratórios, descritivos e explicativos (Selltiz, 1980; Babbie, 2001). Nós iremos abordar a classificação que acrescentou os estudos correlacionais (Danhke, 1989). No quadro seguinte, expomos os vários tipos de estudos, que podemos encontrar.

Quadro 11 - Tipos de estudos de investigação segundo Danhke

Tipos de estudo	Objetivos	Valor
Exploratórios	Examinar um tema ou problema de investigação pouco estudado, do qual se tem muitas dúvidas ou não foi abordado anteriormente.	Servem para nos familiarizarmos com os fenómenos relativamente desconhecidos.
Descritivos	Procuram especificar as propriedades, as características de pessoas, grupos, comunidades ou outro fenómeno, que seja submetido a investigação.	Recolha de dados de um acontecimento, comunidade, fenómeno, contexto ou situação.
Correlacionais	Avaliar a relação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis.	Tem determinado valor explicativo ainda que parcial.
Explicativos	Destinados a responder às causas dos acontecimentos, factos, fenómenos físicos ou sociais.	Recolha de dados, para responder ao problema em investigação.

Fonte: Elaboração própria (Danhke, L: *Metodología de la Investigación*, Editorial UEFA 1989).

Os varios tipos de estudos são igualmente válidos e importantes, na construção de uma investigação.

A nossa investigação é tanto correlacional como explicativa. Ou seja, correlacional porque procuramos saber a relação do planeamento estratégico com o desenvolvimento sustentável ao nível local.

E explicativo porque vamos tentar responder as causas do sucesso ou insucesso do planeamento estratégico ao nível local.

6.2.4.1 Estudo Correlacional

Os estudos correlacionais têm como fim estudar a relação entre dois ou vários conceitos num determinado quadro. “(...)Os estudos quantitativos correlacionais medem o grau de relação entre duas ou mais variáveis (quantificam as relações), ou seja, medem cada variável presumidamente relacionada e depois também medem e analisam a correlação.

Tais correlações são expressas em hipóteses que são testadas. (...) No caso das pesquisas qualitativas, também é possível a correlação entre dois ou mais conceitos, categorias ou variáveis, ainda que não se meça(m) a(s) relação(ões) nem se estabeleça numericamente a sua magnitude. No geral tais relações não são prefixadas (não são preconcebidas), e sim descobertas durante a pesquisa, isto é, são induzidas” (Sampieri et al, 2006, 104).

“ A utilidade e o objecto principal dos estudos correlacionais quantitativos são para se saber como se comporta um conceito ou uma variável conhecendo o comportamento de outras variáveis relacionadas. (...) a correlação pode ser positiva ou negativa. Se for positiva significa que os indivíduos com altos valores em uma variável tenderão a mostrar altos valores em outra variável. (...) se for negativa significa que o indivíduo com altos valores em uma variável tende a ter baixos valores em outra variável. (...) Se não houver correlação entre as variáveis, isso não significa que elas variem sem seguir um padrão sistemático: haverá indivíduos com altos valores em uma variável e baixos valores na outra, indivíduos com baixos valores em uma variável e baixos valores também na outra e indivíduos com valores médios nas duas variáveis. (...) os estudos correlacionais quantitativos se diferenciam dos descritivos (também quantitativos) principalmente porque, enquanto esses últimos se concentram em medir as variáveis individuais (várias podem ser medidas com independência em uma só pesquisa), os estudos correlacionais avaliam o grau de relação entre duas variáveis, podendo incluir vários pares de avaliações dessa natureza em uma única pesquisa (geralmente é incluída mais de uma correlação)(...)” (Sampieri et al, 2006, 104-105).

“ A pesquisa correlacional tem determinado valor explicativo ainda que parcial. Saber que dois conceitos ou variáveis estão relacionados acarreta dada informação explicativa. (...)

em termos quantitativos: quanto maior o numero de variáveis correlacionadas ou associadas no estudo, maior será a força de relações, mais completa será a explicação(...). (...) em termos qualitativos, quantos mais conceitos são observados a fundo, adicionados á análise e estão associados, melhor será o entendimento do fenómeno estudado” (Sampieri et al, 2006, 106)

“há casos em que duas variáveis estão aparentemente relacionadas, mas, na realidade, não estão, isto é denominado correlação falsa”²⁴ (Sampieri et al, 2006, 107).

Por exemplo se dissermos que quantos mais habitantes residirem em determinada cidade melhor será a implantação do planeamento estratégico é exemplo de uma correlação falsa.

6.2.4.2 *Estudo Explicativo*

Os estudos explicativos tem por fim dar resposta “(...) às causas dos acontecimentos, factos, fenómenos físicos ou sociais. Como o nome indica, o seu interesse está em responder porque ocorre um fenómeno e em quais as condições ou porque duas ou mais variáveis estão relacionadas (...)” (Sampieri et al, 2006, 107).

Em relação ao grau de estruturação dos estudos explicativos “as pesquisas explicativas são mais estruturadas das demais classes de estudos e implicam os seus objetivos (exploração, descrição, correlação ou associação), além de que proporcionam um entendimento do fenómeno a que se referem” (Sampieri et al, 2006, 108).

“Algumas vezes, uma pesquisa pode caracterizar-se como exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa, mas não ser apenas isso, isto é, ainda que um estudo seja em essência exploratório, conterá elementos descritivos, ou melhor, um estudo correlacional incluirá elementos descritivos, e o mesmo ocorre com cada uma das classes de estudo” (Sampieri et al, 2006, 109).

Podemos afirmar que a pesquisa pode ser correlacional e explicativa de acordo com o “(...) conhecimento atual do tema de pesquisa revelado na revisão da literatura e o enfoque do pesquisador” (Sampieri et al, 2006, 110).

²⁴ ROBERTO Hernández Sampieri; CARLOS Fernández Collado; PILAR Baptista Lucio (2006): Pag. 107, ob.cit.

Nos estudos quantitativos:

1. “ Em primeiro lugar, a literatura pode revelar que não há antecedentes sobre o tema em questão ou que não aplicáveis aos contextos mo qual o estudo terá de ser desenvolvido, então a pesquisa deverá iniciar-se como exploratória. Se a literatura nos revela normas ainda não estudadas e ideias vagamente vinculadas ao problema de pesquisa, a situação parece semelhante, ou seja, o estudo se iniciaria como exploratório” (Sampieri et al, 2006, 110).
2. “ Em segundo lugar, a literatura pode-nos revelar que há “partes” de teoria com poder empírico moderado, estudos descritivos que têm detectado e descrito certas variáveis. Nesse caso, a nossa pesquisa deve-se iniciar como descritiva, pois foram detectadas certas variáveis sobre as quais podemos fundamentar o nosso estudo” (Sampieri et al, 2006, 111).
3. “ Em terceiro lugar, a literatura pode-nos revelar que existe uma ou várias relações entre conceitos ou variáveis. Nesse caso a pesquisa seria iniciada como correlacional” (Sampieri et al, 2006, 111).
4. “ Em quarto lugar, a literatura pode-nos revelar uma ou várias teorias que se aplicam ao nosso problema de pesquisa. Nesse caso o estudo pode iniciar-se como explicativo” (Sampieri et al, 2006, 111).

Em relação aos estudos qualitativos “a maior parte desses estudos começa exploratória e descritiva, mas se delinea com tipos correlacionais (sem importância estatística) ou de associação e explicativos. Mas do que a revisão de literatura e o que se encontra nela, o que influencia o tipo de pesquisa é o trabalho de campo inicial e posterior” (Sampieri et al, 2006, 112).

6.2.5 Formulação das hipóteses

Na formulação das hipóteses, tivemos em consideração o escrito em *Social work research & evaluation: quantitative and qualitative approaches* (Grinnel, 1997)

As hipóteses definem como tentativas de explicar o objecto de estudo, formuladas como proposições; indicam o que estamos a procurar ou tentando provar.

O surgimento das hipóteses pode acontecer através de um postulado de uma teoria e da sua análise, de generalizações empíricas pertinentes à nossa investigação. Existindo uma relação estrita entre a proposição do problema, a revisão da literatura e as hipóteses.

Na formulação de uma ou mais hipóteses devemos ter em atenção, as suas características, utilidade e tipos de hipóteses existentes.

As hipóteses escolhidas nesta investigação resultam de questões relacionadas com a utilidade do planeamento estratégico para o desenvolvimento sustentável das cidades de média e grande dimensão.

6.2.6 Selecção da amostra de pesquisa

Na selecção da amostra da nossa pesquisa, tivemos em consideração as premissas de diversos autores (HARRISON, 1976), (MILES e HUBERMAN, 1994), e (LOFLAND, 1995).

A selecção da amostra centra-se no *que* e em *quem*, isto é, no contexto do estudo.

O primeiro passo a definir é a unidade de estudo (pessoas, comunidades, situações,), sobre o que ou quem serão recolhidos os dados está dependente do método escolhido (quantitativo, qualitativo ou misto), da formulação do problema e dos tipos de estudo.

Devemos verificar se necessitamos delimitar a população em estudo, ou se pretendemos que seja verificado durante a investigação. Nos estudos qualitativos não existe em geral, a necessidade de delimitar a priori, nos quantitativos quase sempre, nos mistos depende da investigação.

No método quantitativo, existem os seguintes tipos de amostras:

- Amostras não-probabilísticas: a escolha depende das causas relacionadas com a investigação e do investigador;
- Amostras probabilísticas: todos os elementos possuem a mesma probabilidade de serem escolhidos.

No método qualitativo existem os seguintes tipos de amostras:

- Amostra variada: com o objetivo de documentar a diversidade para procurar as diferenças, coincidências e os padrões;
- Amostra homogénea: focaliza-se o tema a investigar;
- Amostra em rede: são identificados casos pessoas que conhecem outras, dando riqueza à investigação;
- Amostra por critérios: são seleccionados os indivíduos ou grupos, que possuam as características a desenvolver uma teoria;
- Casos típicos: indivíduos ou grupos que possuam claramente as características das situações a investigar.

Como amostra do estudo caso optamos por o método qualitativo por critérios como Évora, Aveiro, Lisboa e Barcelona.

Évora e Aveiro porque ambas são cidades de média dimensão e uma fica mais a norte e outra mais a sul.

Lisboa e Barcelona porque são duas cidades de grande dimensão e inseridas em países diferentes.

6.2.7 Análise de dados, elaboração escrita da questão, e conclusões

Nesta fase são analisados os dados recolhidos, conforme a metodologia seguida na investigação, e às metodologias das disciplinas conexas e pertinentes do objecto de estudo.

O último passo, é a escrita da investigação. Na qual devemos ter em consideração os pressupostos da investigação e do modelo adoptado, e a sua estrutura científica.

Para análise dos dados construiu-se um quadro de indicadores para comparar as cidades em termos de desenvolvimento. Seguidamente tentou-se para as cidades de grande dimensão utilizar os inquéritos às populações fornecidos pelo Eurostat de forma a comprovar não só pelos resultados dos indicadores escolhidos mas também sobre a opinião da população em geral.

Nas conclusões procura-se dar resposta às hipóteses de trabalho, avaliando e analisando os resultados obtidos através dos indicadores.

6.3. Metodologia e Estratégia adoptada na investigação e no estudo caso

O quadro metodológico de evolução, na elaboração deste estudo, assenta, basicamente, numa tripla metodologia de avanço no apuramento dos enquadramentos das matérias e das soluções, a ter em conta. Por um lado, recorre-se a uma *metodologia diacrónica*, analisando-se, por grandes etapas, nos devidos contextos, o processo de planeamento urbano e a utilização do planeamento estratégico, de forma a obter um desenvolvimento sustentável. O objetivo da nossa investigação, foi a abordagem dos aspetos positivos e negativos do planeamento estratégico na gestão das cidades, através de uma análise prospectiva.

Finalmente, socorremo-nos da *metodologia sincrónica*, comparando os sistemas de planeamento urbano na Península Ibérica, em termos de Indicadores de Gestão do Território-Urbano e seus objetivos. A comparação incidiu entre as cidades de Aveiro e Évora, e das cidades de Lisboa e Barcelona. Esta dicotomia, assentou na necessidade de análise incidir sobre espaços urbanos comparáveis.

Assentando a investigação em outros estudos, constantes das fontes bibliográficas e nomocráticas, citadas e referenciadas, no final, de acordo com a explanação que, a seguir se fará, fixados os marcos teóricos, dispositivos, recorrer-se-á, em geral, como é comum, às várias áreas das ciências sociais, a normas de argumentação dedutiva, racional, a partir do contexto teórico apresentado, *iter* básico para evitar afirmações arbitrárias, em ordem a

garantir um processo epistemológico que, com rigor (Bunge, 1969), parta da teoria para observar a realidade, constatada pelos métodos anteriormente referidos.

E, não só, pois, independentemente da natural componente reflexiva subjectiva e ideológica, de todo o analista é portador e veículo, na aproximação ao conhecimento da realidade proposta para estudo, usar-se-á o método indutivo, a partir da realidade constatada, procurando explicá-la e teorizá-la.

Na estratégia utilizada destacam-se seis grandes fases no estudo caso durante a investigação:

- Escolha dos indicadores
- Escolha das cidades
- Escolha dos anos
- Recolha de informação estatística
- Tratamento da informação estatística
- Conclusões

Na escolha dos indicadores escolheram-se os mais pertinentes dentro dos que se enquadravam em ambos os sistemas estatísticos para todas as cidades estudadas.

A escolha das cidades analisadas deveu-se a intenção de estudar o caso concreto de duas cidades de média dimensão e de duas cidades de grande dimensão onde num caso existe plano estratégico e noutro não.

A escolha dos anos incidiu sobre a procura de informação o mais actualizada possível mas que fosse idêntica na comparação entre os indicadores.

Na recolha de informação estatística destaca-se o facto de toda a informação ser dos respectivos institutos nacionais de estatística.

Após a recolha da informação procedeu-se ao tratamento dos dados determinando o seu enquadramento e pertinência para o estudo.

Na última fase procedeu-se á elaboração das conclusões, comparando as cidades de acordo com os dados recolhidos e tratados, procurando dar resposta às hipóteses de trabalho.

6.4 Fontes de Informação

As fontes de informação para o desenvolvimento do estudo desdobram-se numa multiplicidade de documentação bibliográfica e estatística no âmbito da teorização da planificação estratégica e da gestão das cidades.

A estrutura da investigação, consistiu numa primeira fase na análise das motivações que levaram a este trabalho, seguido do estudo sobre a evolução do planeamento ao longo do tempo e das hipóteses de trabalho.

Posteriormente investigou-se as diversas escolas de planeamento estratégico, seguido da decomposição dos diversos planos de ordenamento existentes em Portugal e Espanha, assim como o programa nacional de ordenamento do território. Por fim observou-se alguns dos casos mais representativos da importância do planeamento estratégico como fator impulsionador das regiões e cidades.

As abordagens desenvolvidas proporcionaram uma visão geral da evolução do planeamento e da sua configuração atual. Esta caracterização foi sistematizada através de uma análise estatística temporal e de configuração para os diversos níveis de planeamento (Nacional, Estruturante, Regional, Operacional).

O trabalho resultou de uma análise e fontes baseada em:

- Planos de Ordenamento
- Programa Nacional de Ordenamento do Território
- Evolução do planeamento e suas características
- Análise de dados estatísticos

- **Análise de inquéritos às populações (Eurostat)**

Apesar de a análise estatística de Espanha ser diferente em muitos aspetos da portuguesa, procedeu-se a uma aproximação dos dois sistemas utilizando a permutagem. No entanto devido á falta de análise por parte dos sistemas nacionais de ambos os países no caso de Lisboa e Barcelona, procurou-se temas inseridos dentro dos indicadores apresentados similares às duas cidades.

No caso de Évora e Aveiro foi mas fácil a aproximação dos dados já que ambas estão inseridas dentro do mesmo sistema de estatísticas nacionais.

As datas escolhidas foram de acordo com as disponíveis para análise de temas idênticos para todas as cidades. Apesar de nalguns casos existir estatística mais actualizada, não podia ser utilizada pelo facto de noutra região ainda não estar actualizada.

Utilizou-se a recolha de estatística nos próprios institutos nacionais de estatística, procurando informação fidedigna e que espelhasse resultados no sentido de dar respostas às hipóteses de trabalho. Os inquéritos analisados resultam de um estudo efetuado pela Eurostat. O objetivo da utilização deste estudo foi conciliar a informação estatística com a opinião das populações de forma a que não fosse só os dados estatísticos a comprovarem os resultados mas também a população em geral.

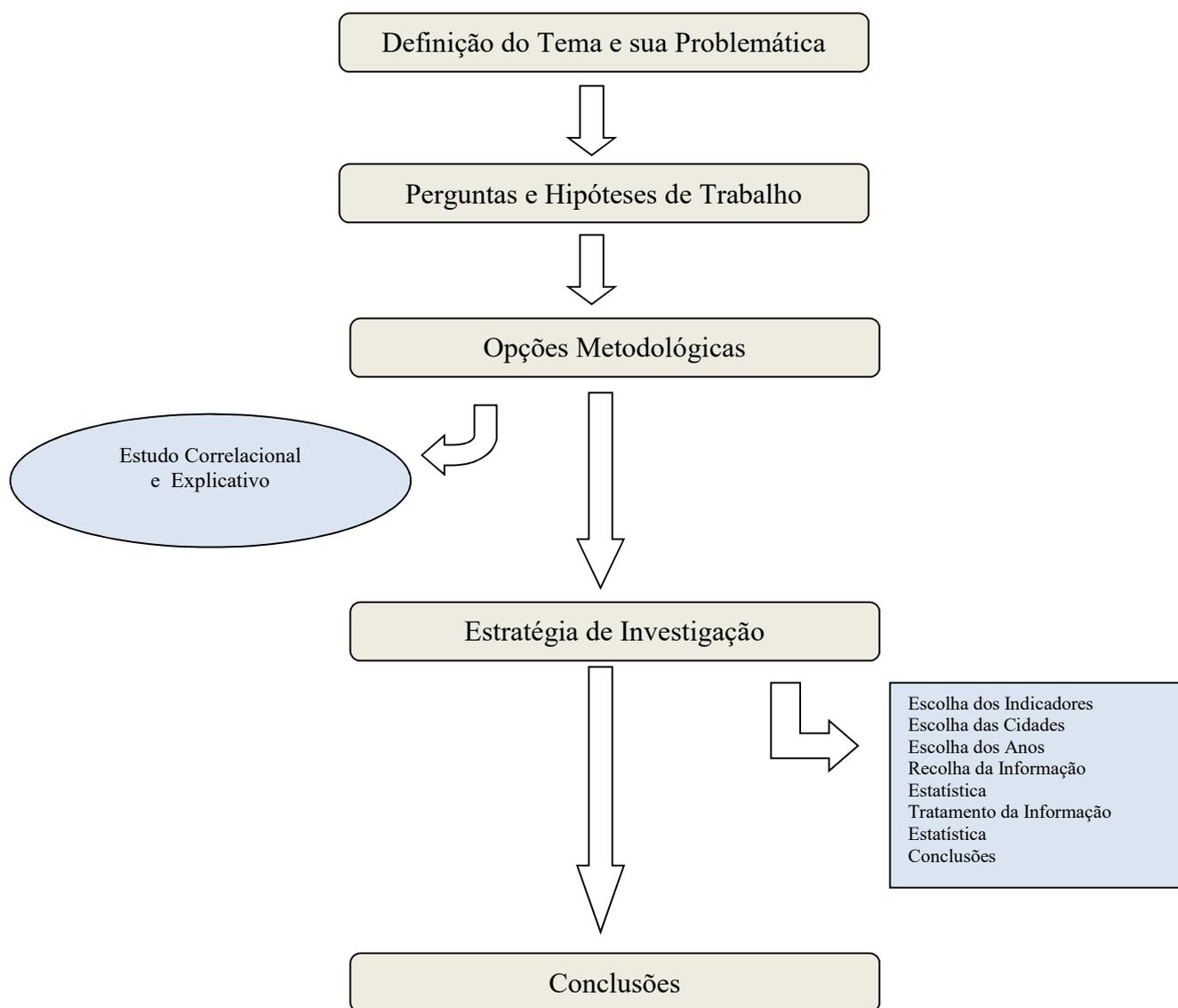
O planeamento das cidades é algo que já vem de há muito tempo atrás. Contudo nem sempre se têm utilizado o mesmo para promover um desenvolvimento sustentável e competitividade entre regiões. Assim procurou-se dar uma imagem da importância da sua aplicação, através da observação de casos práticos.

A informação levantada sobre cada plano consistiu na análise histórica do planeamento e esquemática atual. Procurou-se sobretudo entender através da decomposição temporal quais os aspetos a alterar e quais os que se devem manter para promover um desenvolvimento equilibrado.

Existem várias diretrizes para elaborar planos directores municipais contudo nem todas contemplam as reais necessidades de algumas cidades. A decisão sobre qual o melhor caminho a seguir é algo que deve ser bem ponderado e testado antes de se prosseguir.

Através da análise dos planos directores municipais de algumas cidades podemos observar que os conceitos inerentes ao mesmo nem sempre são aplicados de forma sustentável.

6.5 Esquema das Principais Etapas da Investigação



Fonte: elaboração própria baseado em desenho próprio de investigação.

7. HIPÓTESES DE TRABALHO

Com a globalização cada vez mais presente e a inserção na União Europeia, as cidades tendem a acentuar a sua centralidade em relação às outras que as rodeiam. Com a descentralização de poderes as regiões procuram cada vez mais serem identificadas como espaços culturais e representativos e de competitividade económica.

Mas será que esta nova identidade tem sido bem planeada e tem em conta a sustentabilidade do território em que estão inseridas?

Devemos considerar as seguintes questões:

1. Os projetos implantados ao nível do planeamento estratégico têm sido eficazes no contexto de um desenvolvimento sustentável?
2. O planeamento estratégico atual promove um desenvolvimento que protege o ambiente?
3. O planeamento urbano tem em conta as características das cidades, da sua dimensão e da sua influência sobre outras?
4. Será necessário aprofundar mais os impactos positivos e negativos que os Planos Diretores Municipais têm nas cidades antes da sua implantação?
5. O planeamento estratégico tem colmatado as deficiências do planeamento mais tradicional?

A resposta a esta questão é de extrema importância. As sociedades mudam a um ritmo cada vez maior e, é preciso identificar novas necessidades das populações no seu conjunto, ou seja, é necessário procurar estabelecer um nível de desenvolvimento que promova o bem-estar de jovens e população mais idosa.

Os problemas do aumento da urbanização levam a que as intervenções ao nível do planeamento urbano sejam rápidas.

O planeamento estratégico deve colmatar as lacunas do planeamento tradicional. E para isso deve ter sempre como premissa um desenvolvimento sustentável que promova o equilíbrio entre gerações.

8. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO URBANA EM CIDADES DE MÉDIA E GRANDE DIMENSÃO

8.1. Introdução

O conceito de planeamento estratégico tem a sua origem na prática militar. Há mais de 2000 anos que o chinês Sun Tzu escreveu a “Arte da Guerra”, sendo um documento que apresenta uma série de estratégias para comandar um exército e de orientação para vencer uma batalha. Segundo Sun Tzu “os números em si não garantem superioridade [...], [...] Tzu chama a atenção para o aspecto fundamental que é, por vezes desprezado: os fatores morais, intelectuais e circunstanciais são, na sua opinião, bem mais importantes do que os físicos, em guerra, ou porque não, nos negócios e na empresa” (Tzu, 2000, 9-10). A II Guerra Mundial, também ajudou na transferência de formas e pensamentos estratégicos para as empresas. Para Guell “onde exista antagonismo, haverá estratégia, ou seja, um método de pensamento que permita hierarquizar e classificar ações para escolher os procedimentos mais eficazes orientados para a redução ou eliminação de oposições ou antagonismos” (Guell, 1997, 20). A “estratégia implica escolhas, selecção, hierarquização, priorização” (DGOTDU, 1996, 48).

A definição de uma política para a gestão sustentável das cidades é essencial para o desenvolvimento regional e nacional. Desenvolver uma estratégia é o essencial para o desenvolvimento económico e qualidade de vida das populações que devem participar neste processo. O planeamento deve procurar estabelecer regras que satisfaçam sociedades cada vez mais exigentes e que não degrade o meio ambiente. Actualmente as cidades variam constantemente tanto em dimensão como população, sendo centros de catividades económicas que influem directamente na vida dos seus habitantes. A competitividade de uma cidade depende em muito de um bom planeamento estratégico participado pelas populações através dos seus representantes, explorando as capacidades e potencialidades da região como por exemplo o turismo, ambiente e cultura, etc....

Um dos graves problemas e entraves ao desenvolvimento das cidades e conseqüentemente da falta de planeamento estratégico é o endividamento dos municípios, falta de aproveitamento de profissionais qualificados. Face às características do mundo atual onde um dos aspetos essenciais é a competitividade é imprescindível um planeamento e uma gestão das cidades que adaptem ao mundo moderno, tal como aconteceu com as empresas. É preciso priorizar os elementos que provem um desenvolvimento equilibrado, e o

planeamento estratégico deve ser a metodologia a adotar para se intervir na gestão das cidades, de forma a eliminar desigualdades sociais e carências e a correcta gestão dos recursos naturais. O planeamento estratégico deve ser um instrumento para antecipar riscos e oportunidades baseando-se na prospectiva. Pisani (2002:108) diz que “A prospectiva é a arte de fundar a decisão não sobre o prolongamento dos dados do passado, mas sim a partir de hipóteses construídas tendo em vista o futuro”. Godet foi um dos primeiros teorizadores sobre prospectiva estratégica através de cenários (Godet, 1993).

Todo o processo de planeamento estratégico deve ser fruto de uma aprendizagem com as experiências do passado e com a ambição de pensar o futuro. Não é necessário grandes análises, mas sim elaborar o cenário e saber diagnosticar o problema para que se possa centralizar esforços nos aspetos mais problemáticos das cidades e sociedades, desburocratizando sistemas e promovendo a mudança do espaço urbano, adaptando-o ao século XXI. Veja-se o exemplo da EXPO 98, onde o uso do conceito de planeamento estratégico gerou uma das melhores requalificações urbanas, em que “por detrás de um grande projeto existe sempre, de forma implícita ou explícita, um plano ou esquema geral da cidade. Os planos ou esquemas directores podem ter diferentes suportes jurídicos, obter mais ou menos consenso, prever um desenvolvimento equilibrado ou, pelo contrário, fortemente desequilibrado, mas existe sempre uma vontade política que se exprime por ação, ou por omissão” (Borja e Castells, 1998:23).

Dada a proximidade das populações são as autarquias que mais devem intervir na elaboração do planeamento estratégico devido ao seu grande conhecimento das fraquezas e potencialidades da sua região.

As primeiras ações em Portugal de planeamento surgiram na década de 60 com os Planos de Fomento que surgiram devido às grandes disparidades inter-regionais da época devido à falta de uma política de desenvolvimento sustentável e de equidade territorial (Fermisson, 1999, 531-545). As estratégias e políticas de desenvolvimento regional devem considerar e mobilizar recursos naturais, os diferentes espaços urbanos, apoiar as iniciativas locais e a sua autonomia, atribuir poder de decisão às autarquias no que diz respeito ao planeamento regional (Aydalot, 1984). Os Planos Directores Municipais, são modelos que devem ter em linha de conta o planeamento estratégico e regional, para que

se garanta o controlo financeiro das despesas publicas, e satisfazendo as expectativas das populações a nível económico e social (SEPDR, 1999).

O objetivo do planeamento é desenvolver instrumentos para o desenvolvimento das regiões e espaços urbanos, é antever necessidades e definir qual o objetivo ou objetivos a atingir, impondo programas de acordo com previsões nos diversos domínios (Brito, 1997, 132).

Outra visão de “planeamento estratégico é o processo contínuo de, sistematicamente e com maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos, organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, através de uma retro alimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas” (Drucker, 1984, 133-136). Assim procura-se que a estratégia seja aquela que tenha em linha de conta o ambiente em que a mesma se insere. O objetivo do planeamento deve ser maximizar resultados e diminuir aspetos negativos, procurando conjugar eficiência, eficácia e efectividade. A estratégia mostra qual a direcção a seguir e representa o agrupar de todos os recursos disponíveis e capacidades de uma sociedade com o fim obter o objetivo desejado num ambiente cada vez mais exigente e competitivo, enquanto que o planeamento indicamos como seguir nessa direcção (Hamel, 1989, 64).

Contudo não basta conhecer qual a intenção e as necessidades das regiões atuais (Hitt, 1995, 12-19), para se obter o melhor desempenho é necessário identificar as intenções estratégicas das populações.

O comportamento das populações depende em muito do meio em que as mesmas estão envolvidas (Chiavenato, 2003, 211), é isso que define a sua percepção do mundo e das suas necessidades. Elas recebem a informação através dos sentidos, como a visão, olfacto, audição, gosto e sistema cinestésico. Estes sentidos transmitem ao cérebro sinais que os vai transformar numa representação interna das suas intenções e pretensões. Esta percepção é essencial a quem elabora a estratégia. É através da percepção que as populações se envolvem activamente com o meio em que estão inseridas (Ackoff, 1974, 28). O indivíduo constrói o conhecimento através dele próprio, organizando o que observa das experiências, dando-lhe a forma de um mundo organizado e estruturado (Piaget,

1983). As populações devem aprender com as experiências passadas para que repitam os êxitos no futuro e eliminem os fracassos.

O processo de planeamento estratégico obriga edificar modelos, através da elaboração de cenários futuros possíveis, para se chegar à decisão, identificando pontos fortes e fracos. Aquilo que determina o sucesso deve ser o ponto central para a concentração de esforços das sociedades. O aspecto principal do planeamento é a sua concepção por indivíduos que interagem entre si e discutem ideias para obter o consenso entre eles, obrigando a ser um processo participativo, coordenado, integrado e permanente (Ackoff, 1974, 28). É necessária também a definição de objetivos que assegurem os resultados almejados, que dependem sempre do planeamento estratégico definido. Para se implementar um plano estratégico as sociedades vão estar sujeitas a mudanças que não serão fáceis, devido a burocracias, jogos de poder, falta de confiança, liderança e sobre tudo por barramentos originários da política. O gestor ou gestora responsável pela implementação do plano estratégico oriente estas situações e promova a participação das populações na mudança e obtenção dos valores ideais (Nadler, 1979, 232-234). A estratégia influencia fortemente o comportamento das sociedades, determinando as tarefas, a configuração das mesmas e a sua eficácia.

Obter a melhor estratégia é relativamente fácil depois de se acompanhar os resultados. O problema surge quando temos de definir a mesma antes de sabermos o que vai acontecer depois de implantada. Existe a percepção que alguns fatores que distinguem quais as melhores estratégias (Mintzberg & Quinn, 1996, 9-10). Tais como: clareza e entendimento por todos os envolvidos na aplicação das estratégias, condição desafiadora causando impacto motivacional, consistência interna, balanço entre o grau de risco associado e a oportunidade, consistência com os valores dos idealizadores do plano estratégico, condição de manejo na aplicação, fator surpresa representado pela criatividade e originalidade e por fim flexibilidade na utilização dos recursos. Quando a estratégia não funciona é necessário proceder a sua reavaliação.

Em relação a esta consideração, reavaliação da estratégia, há que nos indique três situações de reavaliação: a reavaliação de manutenção - aspetos que ajudem a manter a estratégia, reavaliação de mudança – promover aspetos que não foram considerados e,

reavaliação de conclusão – eliminar direcções que não sejam sustentáveis (Bryson, 1988, 175-180).

A necessidade do planeamento estratégico na gestão das cidades advém do facto de cada vez mais as populações se concentrarem em zonas chave como aquelas onde existe desenvolvimento económico e tecnológico. Isto leva a que as cidades tenham cada vez mais perímetros de urbanização maiores, sendo cada vez mais necessários meios que encurtem as distâncias. No mapa da página seguinte podemos observar como vai estar em 2020 a rede ferroviária europeia:

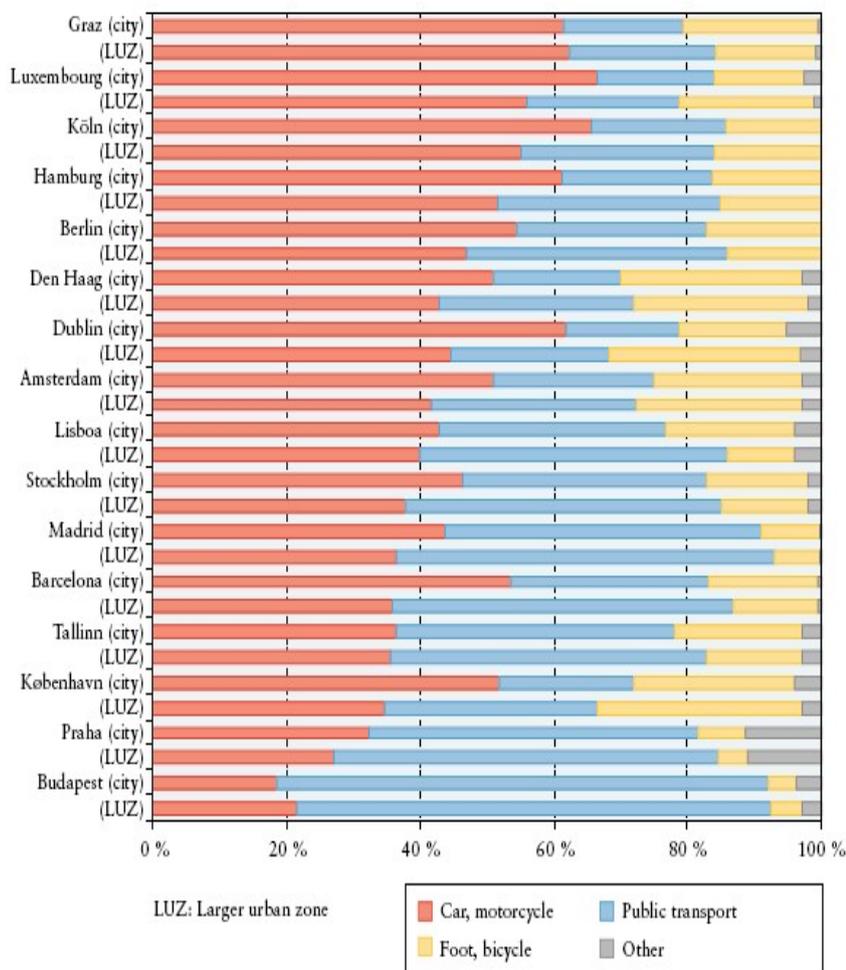
Mapa 4 - Rede Ferroviária Europeia 2020



Fonte: High Speed Trains in Europe, CCFE-CER-GEB, 2002.

Para uns, este perímetro vai continuar a alargar-se enquanto, as populações continuarem a construir e a ocupar mais espaço, assim como as empresas, haja mais e melhores transportes e que as atividades económicas sejam menos prejudicadas pela distância (Polèse, 1998, 356). Cada vez mais as distâncias são reduzidas, devido ao desenvolvimento tecnológico e conseqüentemente dos transportes, contudo as populações continuam a concentrar-se em grandes conglomerados populacionais. Os poderes públicos devem criar condições para que as populações cada vez mais adotem um estilo de vida que aproveite o sector público de transportes nas suas deslocações para o trabalho, promovendo também uma diminuição da poluição. No gráfico seguinte podemos observar as formas de transporte das populações para o seu trabalho na Europa:

Gráfico 5 - Tipos de transporte utilizados para trabalhar



Fonte: Regions: Statistical Yearbook, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2005, pág. 127.

Verificamos no quadro atrás exposto que o carro ainda é o veículo mais utilizado, sendo necessário promover os transportes públicos. Para isso será necessário mais e melhores transportes que possam servir as sociedades, tanto em comunidade como em horários.

Para Nicos Komninos (2002:6) “o desenvolvimento urbano e regional no início do século XXI caracteriza-se por uma mudança centrada na tecnologia, inovação e desenvolvimento urbano selectivo, similar às transformações, imediatamente após a segunda guerra mundial, centrada na industrialização massificada e urbanização intensiva”.

As sociedades atualmente para serem bem-sucedidas têm de conjugar o global com o local. As cidades globais e cidades-regiões são exemplo da globalização económica (Sassen, 2002, 78-95). A tendência é cada vez mais a criação de comunidades de escolha e aumento da capacidade de comunicação instantânea entre as pessoas (Goldsmith, 1998, 101). Um aspecto importante para o desenvolvimento das cidades é o conhecimento, podemos dizer que “é um bem cuja natureza e localização devem ser cuidadosamente vigiadas e desenvolvidas, juntamente com as condições que regulam o seu acesso” (Lindley, 2000, 37). Outra visão, é que “à medida que vamos entrando nesta nova era de criação de conhecimento e de contínua aprendizagem o território desempenha um papel muito importante [...]. As regiões tornam-se pontos privilegiados para a criação de conhecimento e aprendizagem” (Florida, 1995, 527-536). E a igualdade de oportunidades de deve ser promovida através do acesso à informação.

Em Portugal desde a algum tempo que se tem vindo a promover a sociedade da informação e do conhecimento através do Programa Operacional da Sociedade da Informação (POSI2003:4-9), cujos objetivos principais são os seguintes:

- Promover uma sociedade do conhecimento e informação para todas as populações, dando força à coesão digital e universal.
- Apostar em novas capacidades das regiões e indivíduos, facilitando o acesso à cultura digital nas habitações, aplicando também conhecimento na vida dos indivíduos.
- Melhorar a qualidade e eficiência dos serviços públicos.

-
- Promover os níveis de qualidade de cidadania, promovendo a participação dos cidadãos.
 - Promover o património cultural.
 - Promover a inserção da Sociedade do Conhecimento no território.
 - Reforçar a formação em tecnologias da informação e conhecimento (TIC).
 - Reforçar a inovação em tecnologias da informação e conhecimento como referencial para o aumento da competitividade e valor empresarial.

A cidade é um local onde as atividades sociais se estruturam, conferindo ainda uma dimensão sistemática à cultura regional que a rodeia, pode inclusive ser um local de ruptura e de inovação (Rény, 1981, 28-32). Chamboredon considera que nos locais urbanizados assiste-se cada vez mais a uma competição entre grupos pela igualdade a todos os níveis. O modelo de planeamento estratégico deve ter em consideração este aspecto. Se existir uma aproximação entre populações diversas as frustrações e os conflitos entre comunidades podem ser reduzidos (CHAMBOREDON e Lemaire, 1970). As sociedades atuais descumrem o desenvolvimento sustentável ou a diminuição da distância entre si (Bourdin, 1977, 79-94). Bourdin, verificou que desmontar a Torre Eiffel seria mais problemático para a identidade de Paris do que a questão de por exemplo um nó de auto-estrada.

As zonas rurais são hoje em dia cada vez mais afastadas pela urbanização que promove o aumento de funções da cidade²⁵. Estas funções vão posteriormente dispersar-se pelo

²⁵ Acerca das mudanças no mundo rural podemos apontar algumas obras:

- Tiphaine Barthelemy e Florence Weber (1989) : *Les Campagnes à livre ouvert. Regard sur la France rurale des années trente*, Preses d l'École Normale Supérieure, Éd. De l'ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- Daniel Bodson (1989) : *Sociology rurale. Sociologie du rural?*, *Recherches Sociologiques*, Louvain-la-Neuve, Vol. XX, n.º 3.
- Bernard Kayser (1988) : *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*, Paris, A. Colin, Collection U. Sociologie, 1990. Catherine Mougenot e Marc Mormont, L'invention du rural, Éd. Ouvrières, Bruxelles.

espaço urbano, criado aquilo que se chama de “cidade invisível” (Mumford, 1978, 702-710).

A aceitação de inovações no meio rural são normalmente mal aceites e é preciso ter em conta também os aspetos religiosos das aldeias (Morlet, 1989, 262-269). Em França nos locais onde a importância da religião era menos predominante, a inovação era mais bem aceite do que naquelas aldeias onde a Acção Católica Rural forneceu intermediários para fazer aceitar a inovação.

O planeamento estratégico urbano pode ser a resposta aos problemas enfrentados pelas cidades e que o urbanismo não resolve. Hoje em dia a cidade é vista mais como um resultado da história e não como um modelo a ser concebido pelos urbanistas. O absorvimento de novas ideias propostas por diversos profissionais das mais variadas áreas, é muito importante para o desenvolvimento das cidades. Há que salientar que “ ao receber a colaboração dos sociólogos, historiadores, economistas, juristas, geógrafos, psicólogos, etc., a definição de cidade realizada pela arquitectura entrou, talvez, na maior crise de toda a história desta última” (Kohlsdorf, 1985, 35). Hoje qualquer cidade é e deve ser construída tendo em conta a opinião de todos os sectores de conhecimento. A gestão das cidades deve ser uma ação que concretize o que ficou previsto pelo planeamento estratégico.

Importa, dizer que “gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (Souza, 2003, 46). Planear é encontrar o caminho melhor e que satisfaça a todos, a gestão é viabilizar esse caminho.

Um argumento é que “um dos melhores modos de fazer um plano de uso do solo se tornar realidade é utilizando investimentos públicos em infra-estrutura para reforçar o plano.[...] Investimentos em infra-estrutura são geralmente muito mais poderosos que o zonamento, lei de parcelamento ou controle do crescimento, quando se trata de influenciar o crescimento” (Kelly e Becker, 2000, 270).

É preciso que os Planos Diretores Municipais sejam seguidos e que se corrijam os desvios. Caso contrário observe-se o que acontece nas cidades brasileiras, “um rápido diagnóstico que seja sobre as cidades brasileiras revela um conjunto de Planos Diretores, aplicados a

uma parte, apenas, da cidade e um conjunto de obras que, aparentemente, não obedecem a plano nenhum” (Maricato, 2001, 116), daí a importância de controlar a aplicação dos planos e regulamenta-los.

As teorias sobre o espaço atualmente consideram, (Romer, 1994:3-22) o território como sendo essencial para o desenvolvimento sustentável.

Outra posição, é que “un entramado de intereses de todo o tipo de una comunidad territorial [...], que se ha ido formando en función de las relaciones y vínculos de intereses de sus grupos sociales, de la construcción de una identidad y de una cultura própria” (Vásquez, 1998, 24-25).

O desenvolvimento e crescimento económico devem ser difundido e aplicar-se a todos os territórios, aproveitando da melhor forma aquilo que as regiões têm para oferecer que promova a sua própria evolução económica (Marques, 1998, 70-71).

A doutrina sobre a ciência regional aparece no século XVIII, mas só foi considerada como disciplina após a Segunda Guerra Mundial (Berry, 1964, 2-11).

Levou-se muito tempo, (Richardson, 1973) até que fosse incluída na análise económica e promoção da competitividade a dimensão territorial.

Em Espanha, a promoção da competitividade tem-se centrado no sistema industrial (Capri, 1998, 532-570).

Diversos autores consideram que existe uma grande interacção entre as teorias do desenvolvimento económico regional e as políticas dirigidas aos território das regiões (Furió, 1996, 21), (Méndez, 1997, 352-354), (Gaspar, 1996, 107-178) e (Condesso, 1999, 12:13).

Devemos considerar que “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras” (Oliveira, 1994, 40).

Para percebermos o processo de desenvolvimento devemos ter em conta “um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planeamento do desenvolvimento regional em termos de sistema de organização económica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes hoje sobre o desenvolvimento económico” (Boisier, 1989, 601).

Um conceito que importa distinguir de espaço urbano é a região, “para alguns é uma entidade real, objectiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural, para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma ideia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente o objecto de estudo” (Lopes, 1995, 31).

Por outro lado, podemos definir espaço socioeconómico, como “compreendendo o território como uma articulação das relações sociais num espaço concreto, podendo abordar-se sob ópticas distintas, em função da análise concreta das relações sociais entre si” (Prieto, 1994, 21-22).

O desenvolvimento local depende em grande parte da melhoria da produção e competitividade das empresas locais, da industrialização da organização do espaço urbano e das regiões (Vásquez, 1993, 227). É nos locais onde o desemprego é mais predominante que se procura actuar na mudança da estrutura da produção. Daí subentende-se que para diminuir a taxa de desemprego é preciso implementar ações que visem aumentar a competitividade entre as empresas locais, investindo em inovação em formação, edifícios e espaços ou zonas industriais.

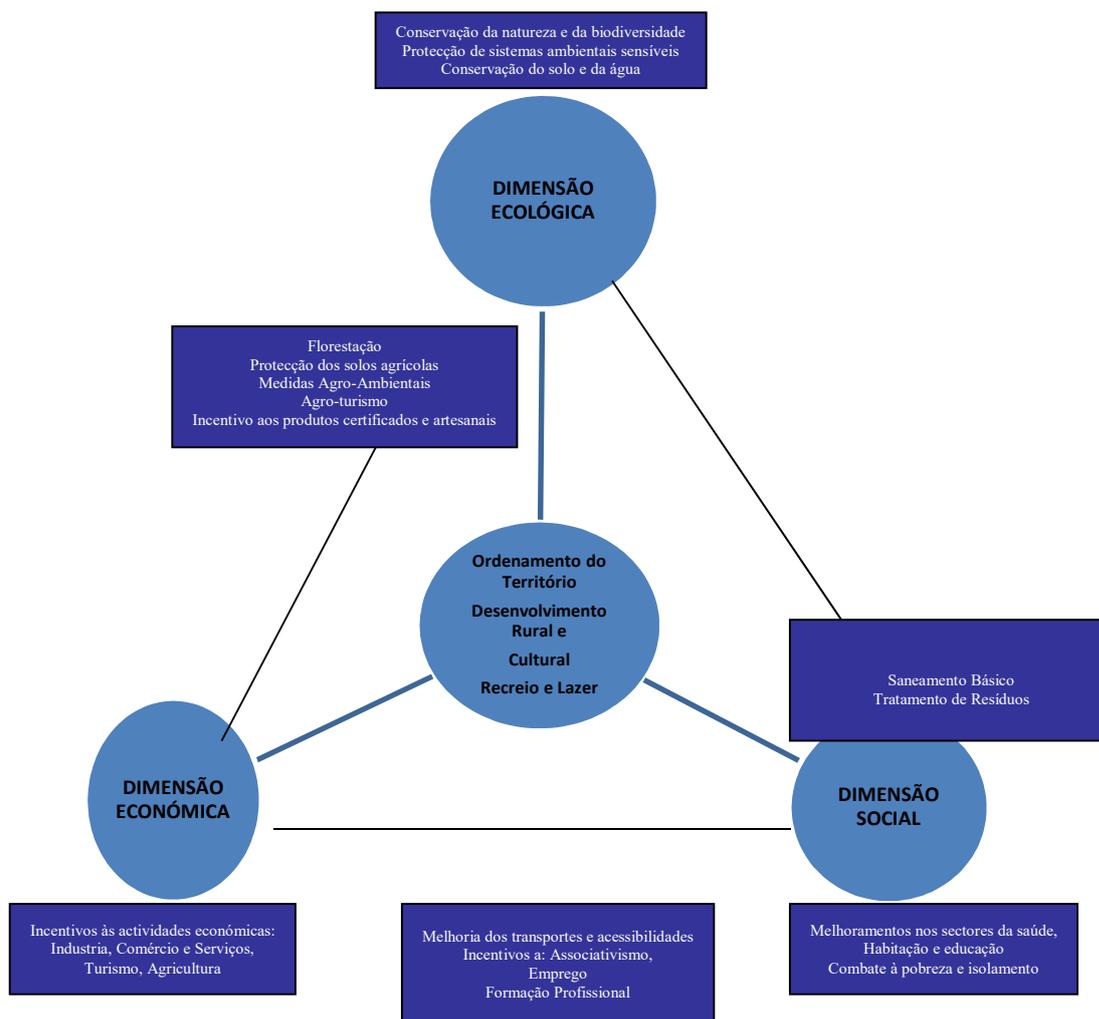
Para alguns autores, “ a inovação é, então, a criação de um meio, é o fruto da capacidade inventiva do meio e responde às necessidades do desenvolvimento local” (Courlet, Pecquer e Soulage , 1993, 12).

O desenvolvimento local só pode existir se as sociedades locais quiserem assumir o seu futuro. Como “continuam assim as regiões mais atrasadas do país a não conseguir libertar-se do subdesenvolvimento. Por um lado, factores exógenos à sua vontade impedem o acesso ao desenvolvimento, como é o caso dos comportamentos das regiões centro, por outro lado factores endógenos relacionados com a resignação e o determinismo das suas populações, fazem com que não haja, nem se crie, uma forte consciencialização para o

direito que lhes assiste de exigirem a erradicação da pobreza das suas terras, de lhes proporcionarem as mesmas oportunidades de emprego, de verem reduzidas as desigualdades de rendimento” (Cepeda, 2000, 308).

Estas situações promovem a desertificação e concentração excessiva da população, esgotando recursos naturais das grandes áreas metropolitanas. Na figura da página seguinte podemos identificar algumas medidas de combate à desertificação:

Figura 5 - Triângulo da sustentabilidade versus desertificação



Fonte: Desertificação em Portugal, Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano, Direcção Geral do Ordenamento do Território, vol. 2, pág. 61.

É de extrema importância para o desenvolvimento local que as populações se consciencializem que só elas próprias podem exigir a mudança e procurar meios para

promover a mesma. Contudo não basta boas intenções, os poderes públicos também devem descentralizar serviços, para facilitar a coordenação com os actores locais. Normalmente as zonas mais sujeitas a desertificação são aquelas onde não se promove investimento, em que os agentes económicos começam a deixar essas regiões e consequentemente aumenta o desemprego.

Daí se infere que é muito importante no planeamento ter-se uma atitude prospectiva²⁶, simulando através de cenários possíveis e depois testando-os. Prospectiva e previsão são dois conceitos muito utilizados como metodologia de análise mas são diferentes, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

²⁶ A palavra prospectiva têm como significado olhar para longe ou de longe.

Quadro 12 - Diferenças entre previsão e prospectiva

PREVISÃO	PROSPECTIVA
Concentra-se nas certezas; Oculta as Incertezas	Concentra-se nas Incertezas, Legitimando o seu Reconhecimento
Origina Projecções sobre um único ponto e lineares	Origina imagens diversas, mas lógicas, do futuro
Privilegia as Continuidades	Toma em consideração as Rupturas
Afirma o primado do Quantitativo sobre o Qualitativo	Alia Qualitativo e Quantitativo
Oculta os Riscos	Sublinha Riscos
Favorece a Inércia	Favorece uma atitude de Flexibilidade e o espírito de Responsabilidade
Parte do que é Simples para o que é Complexo	Parte do que é Complexo, para o que é Simples
Adopta uma abordagem normalmente sectorial	Adopta uma abordagem global

Fonte: Departamento de Prospectiva e Planeamento, Prospectiva e Cenários: uma breve introdução metodológica, série “Prospectiva – Métodos e Aplicações”, n.º1, 1997, pág. 10.

A prospectiva ajuda a construir o que desejamos no futuro e os meios para atingir esse mesmo fim. A previsão baseia-se demais no passado. Para quem pretender “predizer ou prever o futuro são impostores, pois o futuro não está escrito em parte nenhuma. Felizmente, pois sem essa incerteza, a acção humana perderia os seus graus de liberdade e o seu sentido: a esperança de um futuro desejado. Se o futuro fosse totalmente previsível e garantido, o presente tornar-se-ia insuportável: a certeza é a morte” (Godet (1993:21),).

A política de desenvolvimento sustentável deve transpor o âmbito nacional e reger-se pelos seguintes princípios (CEMAT, 2000, 9-12):

1. Promover a coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade.

-
2. Incentivar o desenvolvimento gerado pelas funções urbanas e melhorar a relação cidade-campo.
 3. Promover uma acessibilidade mais equilibrada.
 4. Desenvolvimento do acesso à informação e conhecimento.
 5. Reduzir os danos ambientais.
 6. Valorizar e proteger os recursos naturais e o património natural.
 7. Valorizar o património cultural como factor de desenvolvimento.
 8. Explorar os recursos energéticos com segurança.
 9. Incentivar um turismo sustentável e de grande qualidade.
 10. Minimizar o impacto das catástrofes naturais.

A falta de competitividade territorial tem sido o foco da discussão sobre a temática das desigualdades territoriais. O apoio aos agentes económicos por parte das regiões é imprescindível, mas por outro lado deve-se apostar também no fortalecimento de laços entre os diversos actores económicos inseridos nas diversas regiões do país, isto é, sejam eles internos ou externos à região onde se encontram.

A era da globalização das actividades económicas constitui um novo tipo de edificação territorial, em que as cidades globalizadas e cidades de uma determinada região são exemplo (Sasken, 2001, 78-95).

As assimetrias regionais são outro aspecto a considerar, já que levam ao abandono de algumas zonas e concentração excessiva nas grandes áreas. Isto implica aumento de custos nessas áreas em termos de infra-estruturas e equipamentos. No interior de Portugal existe desde há muito um atraso em relação às áreas mais centrais. O despovoamento constante de algumas aldeias implica a uma maior concentração de população nas cidades. Estas populações procuram melhores condições de vida e empregabilidade. Nas zonas sujeitas

ao abandono é comum observar-se uma população idosa, o que também provoca o despovoamento.

A gestão das cidades e territórios deve apostar cada vez mais nas novas tecnologias de informação que permitem à população acesso ao conhecimento, isto é, processos de aprendizagem colectivos. O conhecimento é uma potencialidade que bem gerido torna-se num grande recurso económico. A percepção da “existência de um determinado conjunto de conhecimentos tidos como comuns, que vão para além das fronteiras das empresas mas que permanecem dentro das fronteiras espaciais do próprio meio (territórios, cidades ou regiões), dá origem ao desenvolvimento de um processo cumulativo de produção de inovação e de Know-how local e ao desenrolar de uma determinada trajectória espacial em termos tecnológicos fruto, em grande medida, do processo colectivo de aprendizagem em funcionamento no território” (Capello, 1999, 454).

Por isso, “a organização baseada no conhecimento encontra-se posicionada em sectores da economia que desenvolvem trabalho intensivo em matéria de criação e aproveitamento de conhecimento. A principal vantagem competitiva de uma organização deste tipo é a maneira como gere o seu próprio conhecimento sobre aquilo que faz, bem como o activo incorpóreo associado às actividades principais que desenvolve – especialmente o capital intelectual” (Stewart, 1997:49-50).

Por outro lado, “as organizações baseadas no conhecimento têm de ser particularmente eficazes em matéria de aprendizagem, mas a sua tarefa fundamental em matéria de recursos humanos será a gestão do conhecimento (Scarborough, 1999, 50)”.

Segundo o Observatório Da Sociedade da Informação e Conhecimento todas as câmaras municipais dispõem de acesso à internet. Contudo ainda existem dificuldades neste campo por parte dos agentes mais próximos das populações que vivem em aldeias como é o caso das juntas de freguesia.

Há que dizer, que “a compreensão das relações de padronização entre os dados e a informação e as suas implicações constitui o potencial para a constituição do conhecimento. Este é, por seu turno, a informação aplicada à acção [...], um conjunto formado por experiências, valores, informação de contexto e criatividade aplicada à

avaliação de novas experiências e informações. O conhecimento está na prática, na rotina, no comportamento” (Serrano & Fialho, 2002, 15).

Outra posição, é que “a gestão do conhecimento constitui uma tentativa para gerir o conhecimento do mesmo modo que os outros activos são geridos, tais como as propriedades ou inventário. A gestão do conhecimento envolve a captura, o armazenamento, a transformação e a disseminação de informação pela organização [...]. Envolve sistemas, procedimentos, políticas, colaboração, acompanhamento e outras actividades” (Carlinier, 2000, 7).

É importante também considerar o capital intelectual no desenvolvimento da competitividade e conhecimento. E dentro deste temos de considerar o capital humano, estrutural e relacional.

O capital intelectual é “o conjunto de activos do conhecimento atribuídos a uma organização que, de forma mais significativa, contribuem para uma melhor posição competitiva das mesmas através de incrementos no valor acrescentado dos seus principais membros” (Starovic e Marr, 2003, 6). O capital humano está relacionado com o conhecimento que as populações adquiriram e que podem ajudar ao desenvolvimento. O capital estrutural diz respeito ao conhecimento que as organizações possuem e o relacional às relações que as comunidades mantêm com o exterior.

O governo electrónico é cada vez mais uma realidade, fruto do desenvolvimento e das novas tecnologias da informação.

O desenvolvimento de redes de conhecimento são o “ futuro das comunidades baseadas em redes interligadas será determinado pela maneira como estas redes estão organizadas e pela selecção das interfaces técnicas através das quais estas redes serão acedidas”²⁷.

É preciso para que a evolução prossiga normalmente nas cidades “permitir a solução e, sobretudo, a elaboração dos problemas da cidade por meio da colocação em comum das competências, dos recursos e das ideias” (Lévy, 1999, 195). A cidade digital representa a

²⁷ Ver HUNKA, George (1999) : Lessons Learned: some thoughts on the future of on-line community networks, In *Cybersociology Magazine*, nº 5. Disponível em <http://www.cybersociology.com/>.

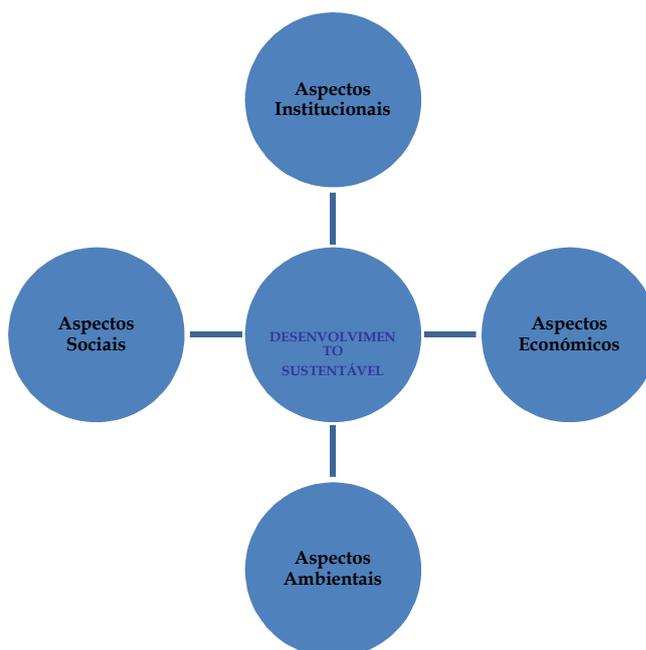
interacção entre os diversos agentes locais, recorrendo às tecnologias de informação e conhecimento.

Na era digital, “o conceito de cidade digital abrange, pelo menos, dois significados: (1) uma cidade que esteja a ser transformada ou reordenada com recurso à tecnologia digital; (2) uma representação ou reflexo virtual de alguns aspectos de uma cidade seja esta real, seja esta virtual” (Schuler, 2003, 135-155).

As cidades globais / regiões são um bom exemplo da actividade económica global (Sasken, 2001, 79).

A saída constante de famílias do rural para o urbano é um fenómeno cada vez mais constante. Esta migração deve-se sobretudo devido à procura por parte das populações de melhores condições de empregabilidade, acesso às novas tecnologias e à informação.

Figura 6 - Aspectos determinantes do desenvolvimento sustentável



Fonte: Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, Direcção Geral do Ambiente, Direcção de Serviços de Informação e Acreditação, 2000, Enclave, Lisboa, Adaptação de Gouzee, et al, 1995. Modificado pelo próprio.

Um das definições de “desenvolvimento sustentável vai ao encontro das necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de desenvolvimento próprio das gerações futuras” (WCED, 1987, 43), que pode ser visto como o “conjunto de programas de desenvolvimento que vão ao encontro dos objectivos de satisfação das necessidades humanas sem violar a capacidade de regeneração dos recursos naturais a longo prazo, nem os padrões de qualidade ambiental e de equidade social” (Bartelmus, 1994, 73), deve “reconhecer os factores ambientais e ecológicos, assim como os factores económicos da base de recursos vivos e não vivos e das vantagens e desvantagens de acções alternativas tanto a longo como a curto prazo” (Garden (1989:338), é compreendido “como uma forma de mudança social que se acrescenta aos tradicionais objectivos de desenvolvimento, o objectivo de obtenção da sustentabilidade ecológica” (Lelé, 1991, 610).

O planeamento estratégico e a gestão urbana devem contribuir para um desenvolvimento sustentável. No que diz respeito aos instrumentos de gestão territorial, podemos apontar os seguintes (MAOTDR, 2006, 61-70):

- *Planos Sectoriais*: actuam sobre sectores chave.
- *Planos Especiais de Ordenamento do território*: asseguram a estabilidade dos sistemas necessários à utilização sustentável do território.
- *Planos Regionais de Ordenamento do Território*: constituem a referência para os Planos Director Municipal, sendo uma referência estratégica a longo prazo que define regras para o desenvolvimento de uma determinada região.
- *Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território*: articulam a estratégia para a cooperação intermunicipal.
- *Planos Municipais de Ordenamento do Território*: promovem o desenvolvimento regional enquadrando-se nas directrizes de âmbito regional e nacional.

De acordo com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, “qualquer estratégia de desenvolvimento deve visar, ao mesmo tempo, combater com eficácia os

principais problemas e identificar com rigor novas oportunidades susceptíveis de consolidar processos de desenvolvimento diferenciados, inovadores e sustentados” (PNPOT, 2006, 2).

Podemos afirmar que “a verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo. E o objectivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas beneficiar de uma vida longa, saudável e criativa. Esta simples mas poderosa verdade é, muitas vezes, esquecida, quando se persegue a riqueza material e financeira” (PNUD, 1999, 1). Assim sendo, “o dilema humano é, agora, o de que nós precisamos de crescimento, mas um crescimento económico descontrolado pode arruinar a base da nossa sobrevivência” (Sterner, 1994).

8.2 Planeamento Urbano, Estratégia, Planeamento Estratégico e Gestão Urbana

8.2.1 Enquadramento Histórico

A percepção “da existência da cidade, foi-se dando na medida em que as relações entre os cidadãos e produtores do campo foram sendo institucionalizadas, de forma a assegurar a transferência de mais produto à cidade” (Singer, 1981, 13).

Uma outra posição sobre a existência da cidade, é que “nos aglomerados foi criada uma relação de dominação entre aldeões e caçador-chefe e o político-rei, o que veio a resultar numa relação de exploração. Esta relação era porém apenas o início do processo de constituição da sociedade de classes” (Sposito, 1994, 16).

É a partir desta divisão (classes), na sociedade que nascem as primeiras cidades propriamente ditas. Por outro lado, “os resultados históricos da primeira grande luta de classes e das formas sociais na Europa são os seguintes: cidade contra campo, burguesia contra feudalismo, propriedade de bens móveis/propriedade privada contra propriedade fundiária/comunitária” (Lefebvre, 1972, 44).

Uma outra definição de cidade é que “a cidade é fruto da divisão social do trabalho sobretudo a partir das comunidades agrárias. A sua origem pode-se assim dizer, é ao mesmo tempo a origem de um suposto Estado, das classes sociais, da civilização, da separação do trabalho braçal-trabalho intelectual” (Mamigonian, 1996, 205).

A cidade é o reflexo das transformações temporais ocorridas na sociedade. Estas transformações ao desenvolvimento do planeamento, “de início o planeamento da cidade foi concebido como meio de oferecer grandes soluções a todos os problemas urbanos, ou pela reconstrução radical para embelezamento da cidade ou pela construção de cidades-jardins completamente novas” (Relph, 1987, 51).

A evolução das cidades também se verificou com a necessidade de combater “os efeitos negativos da dispersão e dos subúrbios planeando e qualificando as periferias e os espaços rurais como entidades territoriais específicas e diferenciadas da cidade tradicional” (Soares, 2002, 123-129).

Outro pensamento é que “as cidades... são a projecção, numa fracção de espaço, das condições naturais, das heranças da história, do jogo das forças económicas, dos esforços dos progressos técnico, do génio criador dos arquitectos, dos constrangimentos administrativos, dos hábitos quotidianos, assim como das aspirações conscientes ou inconscientes dos [seus] habitantes” (Dalmasso, 1973, 10).

Por outro lado, estas mudanças são inspiradas “por sentimentos humanitários: são dirigentes municipais da Igreja, principalmente médicos e higienistas, que denunciam, com o apoio de factos e números, o estado de deterioração física e moral em que vive o proletariado urbano. Publicam séries de artigos em jornais e revistas, particularmente na Inglaterra, onde a situação é mais aguda (...) O outro grupo de polemistas é constituído por pensadores políticos. Frequentemente as suas informações são de uma amplitude e precisão notáveis. Engels, em particular, pode ser considerado como um dos fundadores da sociologia urbana. Se nos reportarmos às análises de *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra* (...); constatamos que além das suas próprias pesquisas, feitas meses a fio nos slums de Londres, Edimburgo, Glasgow, Manchester, ele utiliza sistemática e cientificamente todos os testemunhos disponíveis: relatórios de policia, artigos de jornais, grandes obras, como também os relatórios das Comissões Reais, que Marx utilizará vinte anos depois em *O Capital*. Nesse grupo de pensadores políticos, os espíritos mais diversos ou até opostos, Matthew Arnold e Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Rukin, reúnem-se para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com os covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (...), os lixos fétidos amontoados e a

ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há constância entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções” (Choay, 1965, 5-6).

Podemos que estas transformações devem ao aumento da população urbana, “enquanto a população mundial quadruplica após 1850, a população urbana multiplica-se por dez” (Harduel, 1990, 101).

Esta problemática leva-nos a considerar os seguintes paradigmas:

1. “A ordem do social deixa de ser a base da legitimidade de discursos, sendo substituída pelo tema do ambiente, que incorporaria as ideias de participação, autonomia local e desregulamentação”
2. “A sociedade deixa de ser vista como um objecto de acção, substituída pela caracterização da natureza como sistema global, onde os homens são incluídos”
3. “O Estado-Nacional deixa de ser a escala de formação das identidades colectivas e da constituição de instituições garantidoras dos direitos e deveres inerentes a essas entidades. O planeta e o nível local passam a ser os novos territórios da acção colectiva” (Ribeiro e Cardoso, 1996, 72:73).

O desenvolvimento do planeamento urbano, deve ser baseado em princípios normalizados e revistos num espaço temporal previsto, em virtude, “houve pressões forte na década de 80 para ignorar os planos territoriais na Grã-Bretanha, Itália e França. Esta abordagem a favor do desenvolvimento na base dos projectos urbanísticos foi legitimada por (...) planos desactualizados (...) baseados mais em assumpções técnico-rationais do que num debate democrático entre as partes interessadas” (Healey, 1993, 2).

Por outro lado, “as patologias que minam a pratica do planeamento urbano podem assim sistematizar-se em: a) falta de planos legalmente aprovados numa grande parte dos centros urbanos” (Costa Lobo, 1995, 16).

Outra questão se levanta, “a máquina tinha o poder de libertar o homem do trabalho dependente (...) apontava com o seu método a concepção de um urbanismo que desse origem a casas individuais e de habitação colectiva de modo a que, com recursos às últimas, se obtivesse uma libertação do solo permitindo (...) fazer entrar muita vegetação na cidade” (Corbusier, 1922, 83).

O processo de planeamento tradicional, mostra-nos que este tem “ um papel político administrativo importante nos processos de tomada de decisão local e uma influência de relevo na vida económico-social da localidade” (Mazza, 1995, 2).

O ambiente é tido como outro ponto importante, considerando essencial a “separação em zonas urbanas, zonas industriais e zonas ambientalmente sensíveis” (Fidelis, 2001, 68).

Em Portugal o desenvolvimento do planeamento esteve ligado à revolução industrial do século XIX, e ao que a mesma implicou nas diversas áreas urbanas. Importa referir que “traçar um (...) quadro da evolução histórica do direito do urbanismo em Portugal equivale (...) a invocar doutrinas urbanísticas do Estado Novo e o sistema de planeamento (...) centralista como administrou a cidade” (Gonçalves, 1989, 1).

Importa referir que “nunca será demais insistir no extraordinário esforço metodológico para chegar a uma formulação dos planos de urbanismo aptos a dominar esta recriação-transformação da cidade. Se no início da Revolução Industrial se tinha procurado utilizar e gerir o espaço de forma racional, no século XX ouvimos propor regras gerais baseadas em critérios de previsão, em equilíbrios espaciais predeterminados compostos, tendo em conta os sistemas económicos e as suas consequências. Nasce então a ideia de um plano capaz de dirigir o conjunto dos desenvolvimentos da cidade e modelar a sua forma, por intermédio de uma estrutura, de um controlo do crescimento demográfico e de uma realização fraccionada no tempo. Este plano é acompanhado de uma série de práticas de gestão de conflitos de interesses que favorece o interesse geral e de coordenação das intervenções públicas e privadas. É interessante notar que já se trata de atenuar os inconvenientes dos desequilíbrios e de outras disfunções da cidade” (Delfante, 2000, 288).

No quadro da página seguinte podemos observar a evolução do planeamento urbano na Europa:

Quadro 13- Evolução do planeamento urbano

<i>FASES</i>	<i>ÉPOCA</i>	<i>EVOLUÇÃO DO PLANEAMENTO URBANO</i>
1	Séc. XIX	Controlo do desenho da cidade e dos factores de salubridade
2	Finais Séc. XIX	Desenho da nova cidade com ligação cidade/campo
3	Início Séc. XX	Desenho das cidades ideais
4	Anos 70	Contenção da expansão urbana sobre o solo agrícola, florestal e paisagens
5	Anos 80	Integração de medidas de política ambiental
6	Anos 90	Recuperação ambiental das zonas degradadas
7	Finais anos 90	Desenho de planos com inclusão da componente ambiental
8	Início Séc. XXI	Desenho de planos com inclusão das preocupações ambientais, sociais e económicas

Fonte: Planeamento Urbano e Sustentável, Miguel Pires Amado, Caleidoscópio, 2005, Casal de Cambra, pág.16

Outro aspecto a referir, é que “o agrupamento urbano oferece à desintegração a resistência das coisas vivas (...) na mais pequena cidade se criam relações de subordinação, de interdependência entre os elementos, sem as quais a vida não seria possível, porque cada elemento especializado tem o seu papel próprio em virtude da divisão do trabalho social (...) a necessidade de uma organização, de um conjunto de funções internas que são a própria manifestação da vida. O resultado deste processo é uma força de coalescência que tende a perpetuar o agrupamento urbano no lugar onde nasceu. Esta força de coalescência é tão mais importante quanto mais interdependente for da composição dos efectivos urbanos. A cidade subsiste, com as suas características essenciais, quando a população se renova (...) este contraste entre a permanência da cidade e a mobilidade dos seus elementos é qualquer coisa de assombroso” (Sorre, 1952, 179).

Actualmente os problemas inerentes à urbanização centram-se em quatro pontos fundamentais:

1. “A aceleração do ritmo da urbanização no contexto mundial,
2. A concentração deste crescimento urbano nas regiões ditas subdesenvolvidas, sem correspondência com o crescimento económico que acompanhou a primeira urbanização nos países capitalistas industrializados,
3. O aparecimento de novas formas urbanas e, em particular, de grandes metrópoles,
4. A relação do fenómeno urbano com novas formas de articulação social provenientes do modo de produção capitalista e que tendem a ultrapassá-lo” (Castells, 2000, 46).

Em relação ao caso português, “a nova legislação abre hipótese de novos caminhos à administração urbanística portuguesa”(...)”só por si não altera todo um contexto sócio cultural, os interesses e forças em presença, uma prática política, técnica e administrativa marcada por uma atitude fundiária passiva, sobretudo regulamentadora e licenciadora de iniciativas alheias” (Jorge Carvalho, 2003, 403).

É de extrema importância que as cidades sejam dotadas de uma boa administração urbanística. Veja-se o caso de Coimbra que “tem vindo a atravessar nos últimos 30 anos um processo de decadência que os mais pessimistas – entre os quais não me conto – consideram irreversível. Dotada de uma mitologia invejável - a cidade dos doutores que tem mais de encanto – não soube transformá-la em capital simbólico, e peso político junto do governo central. Pelo contrário usou-a como antolho para não se confrontar com os sinais crescentes (cada vez mais evidentes) da sua estagnação. Coimbra é de todas as cidades do país a que mais dramaticamente mudou de escala nas últimas décadas. Durante séculos foi uma cidade demasiado grande para o seu tamanho. A cidade universitária de projecção nacional e internacional pode ocultar eficazmente a fragilidade do seu tecido urbano e da sua base económica. Hoje, é uma cidade demasiado pequena para as potencialidades que ainda alberga em si, uma cidade descrente, sem auto-estima, onde o desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade vida são apenas factos políticos, protocolos, notícias de jornal sem qualquer tradução concreta no quotidiano das pessoas” (Santos, 2001, 361).

Quadro 14 - Problemas no Ordenamento do território

24 problemas para o Ordenamento do Território	
a) Recursos naturais e gestão de riscos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Degradação da qualidade da água e deficiente gestão dos recursos hídricos. 2. Degradação do solo e riscos de desertificação, agravados por fenómenos climáticos (seca e chuvas torrenciais) e pela dimensão dos incêndios florestais. 3. Insuficiente desenvolvimento dos instrumentos de ordenamento e de gestão das áreas classificadas integradas na Rede Fundamental de Conservação da Natureza. 4. Insuficiente consideração dos riscos nas acções de ocupação e transformação do território, com particular ênfase para os sismos, os incêndios florestais, as inundações em leitos de cheia e a erosão das zonas costeiras.
b) Desenvolvimento urbano	<ol style="list-style-type: none"> 5. Expansão desordenada das áreas metropolitanas e de outras áreas urbanas, invadindo e fragmentando os espaços abertos, afectando a sua qualidade e potencial ecológico, paisagístico e produtivo, e dificultando e encarecendo o desenvolvimento das infra-estruturas e a prestação dos serviços colectivos. 6. Despovoamento e fragilização demográfica e socioeconómica de vastas áreas e insuficiente desenvolvimento e fraca integração dos sistemas urbanos não metropolitanos, enfraquecendo a competitividade e a coesão territorial do país. 7. Degradação da qualidade de muitas áreas residenciais, sobretudo nas periferias e nos centros históricos das cidades, e persistência de importantes segmentos de população sem acesso condigno à habitação, agravando as disparidades sociais intra-urbanas. 8. Insuficiência das políticas públicas e da cultura cívica no acolhimento e integração dos imigrantes, acentuando a segregação espacial e a exclusão social nas áreas urbanas.
c) Transportes, energia e alterações climáticas	<ol style="list-style-type: none"> 9. Subdesenvolvimento dos sistemas aeroportuário, portuário e ferroviário de suporte à conectividade internacional de Portugal, no quadro ibérico, europeu e global. 10. Deficiente intermodalidade dos transportes, com excessiva dependência da rodovia e do uso dos veículos automóveis privados e insuficiente desenvolvimento de outros modos de transporte, nomeadamente do ferroviário. 11. Elevada intensidade (reduzida eficiência) energética e carbónica das actividades económicas e dos modelos de mobilidade e consumo, com fraco recurso a energias renováveis, conduzindo a uma estreita associação dos ritmos do crescimento económico com os do aumento do consumo de energia e das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). 12. Elevada dependência de fontes de energia primária importadas (petróleo, carvão e gás natural), com forte concentração das origens geográficas e pesadas implicações no défice externo, agravada pela volatilidade e tendência estrutural de aumento dos preços desses recursos não renováveis e de natureza estratégica.
c) Competitividade dos territórios	<ol style="list-style-type: none"> 13. Forte dispersão geográfica das infra-estruturas económicas e dos equipamentos terciários mais qualificantes, com perdas de escala e atrofia das relações de especialização e complementaridade geradoras de maior rendibilidade social e económica. 14. Ausência de um sistema logístico global, que tenha em conta os requisitos dos diferentes sectores de actividade e a inserção dos territórios nos mercados globais. 15. Insuficiente projecção externa das funções económicas das principais aglomerações urbanas, dificultando a participação de Portugal nos fluxos de investimento internacional. 16. Reduzida extensão das cadeias de valor e insuficiente exploração das condições e dos recursos mais diferenciadores dos territórios, e correspondente debilidade das relações económicas inter-sectoriais e inter-regionais no espaço económico nacional.
d) Infra-estruturas e serviços colectivos	<ol style="list-style-type: none"> 17. Expansão e intensa alteração da estrutura da procura social de serviços colectivos e de interesse geral, pelo efeito conjugado de mudanças demográficas (envelhecimento, imigração e migrações internas), económicas e culturais. 18. Desajustamento da distribuição territorial e da qualidade da oferta de infra-estruturas colectivas e dos serviços de interesse geral face a essa expansão e alteração estrutural das procuras sociais. 19. Deficiente programação do investimento público em infra-estruturas e equipamentos colectivos, com insuficiente consideração dos impactes territoriais e dos custos de funcionamento e manutenção. 20. Incipiente desenvolvimento da cooperação territorial de âmbito supra-municipal na programação e gestão de infra-estruturas e equipamentos colectivos, prejudicando a obtenção de economias de escala e os ganhos de eficiência baseados em relações de associação e complementaridade.
e) Cultura cívica, planeamento e gestão territorial	<ol style="list-style-type: none"> 21. Ausência de uma cultura cívica valorizadora do ordenamento do território e baseada no conhecimento rigoroso dos problemas, na participação dos cidadãos e na capacitação técnica das instituições e dos agentes mais directamente envolvidos. 22. Insuficiência das bases técnicas essenciais para o ordenamento do território, designadamente nos domínios da informação geo-referenciada sobre os recursos territoriais, da cartografia certificada, da informação cadastral e do acesso em linha ao conteúdo dos planos em vigor. 23. Dificuldade de coordenação entre os principais actores institucionais, públicos e privados, responsáveis por políticas e intervenções com impacte territorial. 24. Complexidade, rigidez, centralismo e opacidade da legislação e dos procedimentos de planeamento e gestão territorial, afectando a sua eficiência e aceitação social.

Fonte: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – Programa de Acção, 2006, pág. 3.

8.2.2 Planeamento do Território

Dentro do planeamento do território, “a gestão urbana e regional pode passar pelo ordenamento do espaço e passa necessariamente pelo planeamento, que implica os planos, a sua instrumentalização e a sua monitorização, num contexto de participação e de condução estratégica, a partir dos meios e da programação. (...) A natureza da administração urbanística implica a formulação de planos. Pode, a montante, criar-se uma estrutura de ordenamento – ela tornar-se-ia negativa, com efeitos práticos nocivos, se não for sempre completada por um processo de planeamento, isto é, um conjunto de actividades incluindo estudos/investigação, planos, avaliação de alternativas e as suas estratégias, dialogo/debate, apoio à decisão (participação), instrumentalização/gestão (mobilização de meios), recolha e tratamento de dados, monitorização/divulgação e todas as respectivas retroacções – sem perda do conceito de resolução em tempo real. Por isso me parece que, para além da figura de Ordenamento (e suas directivas de salvaguarda, de processos, de organização, de parâmetros gerais), é indispensável não perder o conceito de Planeamento, como processo complexo de ligação – sem hiatos – entre as opções políticas, de um lado, e a elaboração de projectos, de outro” (Brito, 1995, 151-153).

João Farinha considera que “ o planeamento urbano, tendo como objectivo genérico o desenvolvimento sustentado do tecido urbano, está associado a três grandes objectivos a saber:

- Melhorar a qualidade de vida da população desse tecido urbano, com especial atenção para as camadas, mais desfavorecidas.
- Assegurar a qualidade de vida tanto para as populações vindouras como para as populações que residem fora desse aglomerado urbano, o que passa por reduzir os impactes negativos das cidades sobre as áreas geográficas próximas e sobre o globo em geral;
- Preservar os recursos naturais e apoiar todas as formas de vida” (Condesso, 2004: 102).

Uma das diferenças entre a paisagem urbana espanhola e portuguesa, é que “na paisagem urbana espanhola está mais bem marcado o contraste entre a cidade e o campo, que se faz, em geral, através de um contacto brusco, como se existisse uma muralha invisível separando as duas realidades físicas e sociais exactamente como na cidade amuralhada que persistiu até à revolução industrial. Em Portugal, de norte a sul, nas grandes e nas pequenas aglomerações urbanas, existem não só gradientes de transição, penetrando o fenómeno urbano longamente através do campo, como formas diversas deste penetram a cidade até ao seu coração: mesmo em Lisboa é possível encontrar hortijos próximo do centro e, frequentemente, o solo urbanizado expectante continua a ser agricultado, podendo contribuir para diminuir o défice de espaços verdes de que sofre a cidade” (Gaspar, 1995:354).

A um outro nível, “quando analisamos a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo em profundidade e equacionamos prospectivamente o seu futuro, facilmente se constata estarmos perante um território de raras singularidades e evidentes potencialidades. Por três razões essenciais. Em primeiro lugar, pelos recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais privilegiados, (...) Em segundo lugar, pelos recursos institucionais, humanos, científicos e produtivos, (...) Finalmente, a posição geoestratégica privilegiada e as infra-estruturas de internacionalização” (Ferreira, 1999, 5-135).

Importa referir, que “o cenário tendencial é, portanto, bastante claro nas suas linhas gerais: segmentação Norte/Sul do país baseada na consolidação de dois subsistemas urbanos de base metropolitana (Lisboa e Porto); integração, assimétrica e fundamentalmente de proximidade, desses subsistemas no espaço ibérico; periferização relativa do conjunto do país em termos europeus. (...) Mais do que desenhar um cenário radicalmente alternativo, que pecaria sempre por excesso de voluntarismo e de irrealismo, importa perceber como inflectir o cenário tendencial de forma a conferir-lhe novos contornos. Quatro ideias chaves podem ajudar a configurar essa inflexão:

- Um país que sabe valorizar a diversidade patrimonial que possui, da paisagem à cultura ou aos espaços construídos.
- Uma rede urbana que deve constituir um instrumento de coesão nacional e como tal deve ser gerida.

- Um território nacional que se inscreve, no seu todo, numa extensa faixa atlântica do espaço ibérico, da Cantábria à Andaluzia, e face à qual a centralidade do país constitui uma fonte de novas oportunidades de desenvolvimento.
- Uma ambição de repor a área de Lisboa no centro da confluência de diferentes culturas e espaços mundiais” (Ferrão, 1999, 2-3).

A gestão urbana deve-se preocupar com a urbanização e industrialização, pois estas “também têm impactes significativos, particularmente se o planeamento é deficiente. A ausência de significativos espaços verdes pode levar ao aumento da extensão do impacto da poluição, designadamente devido ao aumento de tráfego resultante de melhor qualidade de vida. As descargas industriais poluentes geram efeitos negativos no equilíbrio biológico, deteriorando a qualidade da água, solo e ar.

Devem ser desenvolvidos esforços de educação no sentido de aumentar a consciência nacional para o ambiente, ao mesmo tempo que se providenciam incentivos à indústria para implementação de medidas de controlo de emissões sem perda de competitividade” (Gulyurtlu e Cabrita, 1997, 2).

A componente ambiental, é um factor primordial no planeamento urbano, em virtude que “o conhecimento dos elementos do sistema ambiental em áreas urbanas, respectivas funções e inter-relações e da própria dinâmica do sistema, é uma condição fundamental para a formulação e implementação de medidas de política de gestão ambiental. A prática corrente urbanística tem mostrado como as componentes ambientais, actualmente reconhecidas, são consideradas de uma forma individualizada. São os casos das poluições da água e do ar, do ruído, dos resíduos sólidos urbanos. Torna-se necessário, contudo, generalizar um conceito mais holístico de ambiente urbano, em que todas as componentes estão integradas numa óptica global, surgindo como dominantes objectivos de carácter ambiental” (Partidário, 2000, 95).

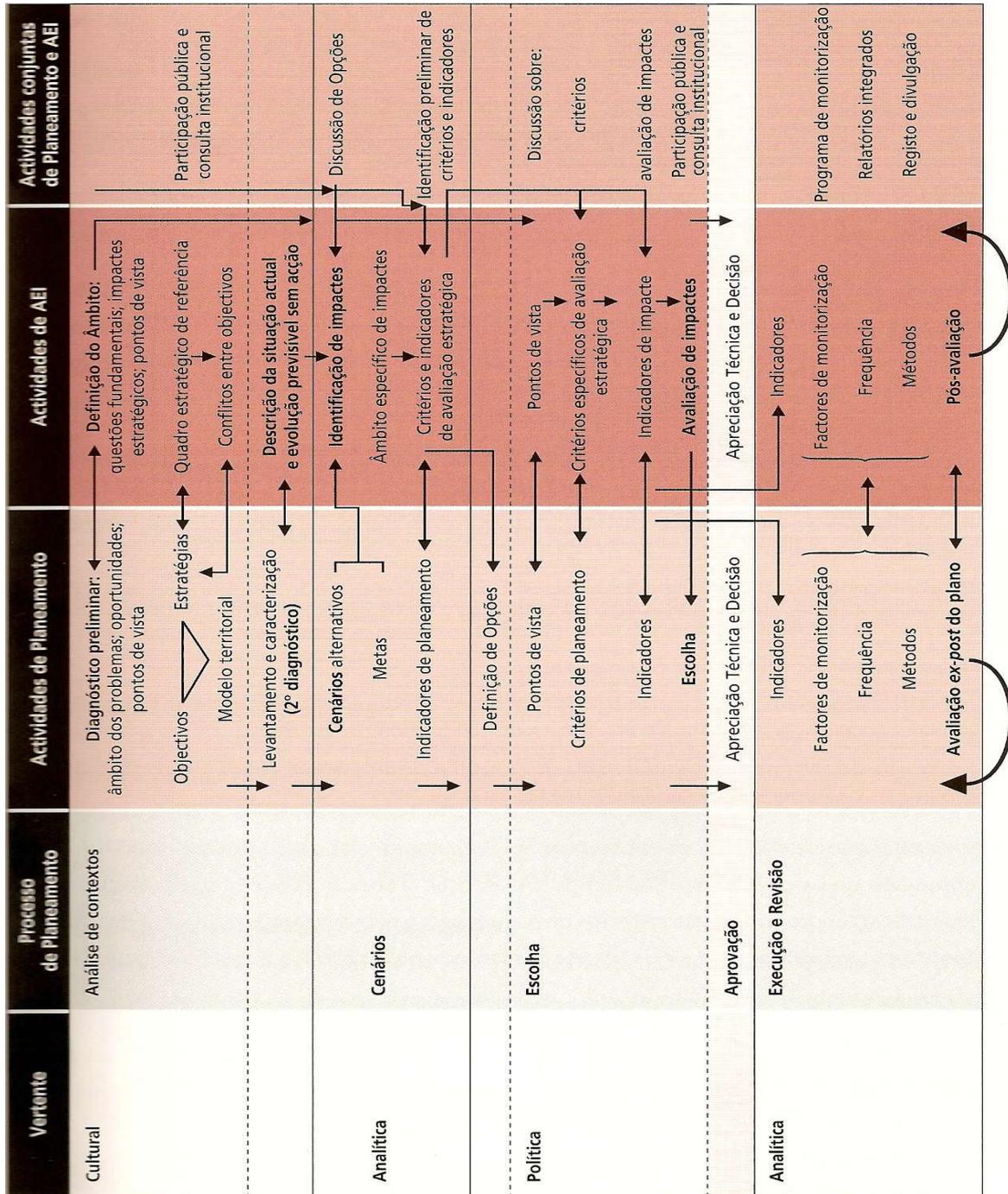
Devemos ter em consideração que “os planos de ordenamento do território são instrumentos de decisão reguladores do regime de uso do solo. Como instrumentos de decisão resumem, nas suas determinações, um conjunto de opções de desenvolvimento que poderão determinar efeitos adversos em contextos ecológicos e socioculturais, resultantes de processos de desenvolvimento económico. (...) A Avaliação Estratégica de

Impactes (AEI) facilita a base instrumental que permite fazer esse exercício de avaliação prévia dos impactes negativos e positivos, incluindo as oportunidades, suscitadas por decisões estratégicas de desenvolvimento constantes dos planos de ordenamento do território. A prática em curso a nível internacional apresenta abordagens diversas do ponto de vista metodológico, mas é razoavelmente consistente em expressar a utilidade do instrumento na produção de estratégias e soluções de planeamento mais integradas e eficazes numa óptica de sustentabilidade. Com efeito, ao assegurar a consideração dos impactes sob os pontos de vista físico-ecológico e económico, a AEI estará a actuar como instrumento ao serviço dos processos de sustentabilidade” (Partidário, 2003,7).

Para consubstanciar o “desenvolvimento endógeno, neste devem primar mais os objectivos qualitativos do que os quantitativos, para conseguir um crescimento concebido e adequado aos habitantes da região, onde as suas necessidades materiais, espirituais e culturais fiquem cobertas. Isto é, o desenvolvimento deve ser entendido não só como o incremento das magnitudes económicas, mas também como um processo de maturação das estruturas sociais e económicas, cujo fim último seja o lucro de uma sociedade mais justa e equitativa” (Mora Aliseda, 1991, 147-180).

No planeamento urbano, devemos ter em consideração “as dinâmicas divergentes de globalização e localização propõem-se como complementares, desde o local, desde o próximo podem-se experimentar as diferentes fórmulas de desenvolvimento que triunfam noutros territórios por muito afastados que estes estejam. Junto com isso, a globalização permite abrir mercados amplos e fazer transferíveis aqueles elementos que se dêem com sucesso no território” (Mora Aliseda e Javier Alvarez, 2005, 380).

Quadro 15 - Relações de articulação entre as actividades de planeamento e de Avaliação Estratégica de Impactes



Fonte: PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2003) : Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, Colecção de Estudos 9, DGOTDU, Lisboa.

De acordo com o Guia de Buenas Praticas de Planeamiento Urbanístico Sostenible, “, urbanização está estreitamente vinculada ao desenvolvimento económico e ao desenvolvimento tecnológico. O crescimento urbano ocorrido durante o século XX é um feito que, apesar de inegáveis aspectos positivos relacionados especialmente com a economia e bem-estar da população, acentuaram também alguns problemas ambientais que apesar de estarem presentes em certas aglomerações urbanas em séculos anteriores, ao estender-se por todo o planeta produziram um salto em escala até alcançar um nível global.” (Rio, 2004, 25).

Outra questão levantada, é “o estudo da imagem social de "qualidade de vida" é necessário concretizar aspectos específicos de entre os que modelam essa imagem:

- a) Bem-Estar Individual: trabalho, educação, saúde, habitação, equipamentos, etc.
- b) Qualidade Ambiental: ruído, qualidade do ar, qualidade da água, etc.
- c) Âmbito da relação entre os cidadãos: Relações, entretenimento, lazer, etc” (Rio, 2004, 27).

Um factor primordial, é a existência de “um planeamento urbano que leve em conta os fenômenos que diminuem ou limitam a qualidade de vida: Forma e tamanho da cidade, densidade residencial, distribuição de usos da terra, nenhuma segregação sócioeconómica, estrutura rodoviária, transporte, tratamento de resíduos, a protecção ambiental, etc” (Rio, 2004, 28).

Em suma, “a técnica de planeamento urbano pode contribuir para a sustentabilidade das cidades fornecendo uma base que:

- Respondam a um modelo de cidade compacta e espacialmente contínuo.
- Permita a multiplicidade de usos em todas as áreas, evitando a segregação social ou económica.
- Incentivar a arquitectura bioclimática através de uma concepção urbana adequada em estrutura.

- Proponham densidades populacionais médias suficientes para garantir o bem-estar psico-física permitindo simultaneamente um elevado nível de relacionamento e contacto, os custos de manutenção aceitáveis.
- Regulem a utilização de materiais de construção decididamente insustentáveis, promovendo o uso de materiais não tóxicos e recicláveis e a reciclagem adequada dos edifícios através da reabilitação.
- Integrem, desenhando adequadamente, a rede de espaços abertos na estrutura urbana.
- Regulem uma dotação mínima, energias renováveis e um mínimo de reciclagem da água em todos os edifícios.
- Promover o uso dos recursos naturais: sol, vento, chuva e controlo sobre resíduos sólidos.

As condições de cada tipo de plano também devem ser diferenciadas, pelo menos nos seguintes grupos:

- Plano de Gestão Municipal: O impacto do modelo urbano e em todo o território do município. Participação ao mais alto nível.
- Planos parciais e extensão especial ou alargamento
- Planos de reforma de bairros, as actuando em parcelas e, geralmente, em espaços consolidados e habitados.
- Planos para revitalizar o centro histórico da cidade, onde uma série de factores predomina claramente sobre os outros
- Planos não regulados, planos da cidade, programas urbanos, projectos de interesse especial, planos em solos rurais” (Rio, 2004, 29-30).

Importa referir, “a participação dos cidadãos é necessária em todos os processos relacionados com o Planeamento Urbanístico, ao ponto onde podemos dizer que se não tem implicações sociais directas o resultado será sustentável. E a participação dos cidadãos é benéfica não só para os resultados do planeamento em si, mas também é para os seus próprios cidadãos. (...) Em todos os processos para a sustentabilidade a participação do cidadão desempenha um papel prioritário indispensável e representa um reforço da capacidade organizacional de uma comunidade, tornando-se um fim em si

mesmo. Por outro lado a implicação social no planeamento é um direito reconhecido na legislação urbanística, assim como na Agenda 21” (Rio, 2004, 41-42).

9. DESENVOLVIMENTO DO TEMA

9.1 Planeamento Estratégico em Portugal e Espanha

9.1.1 INDICADORES

Na construção e concepção de indicadores, devemos ter em conta que “um indicador deve ser claro, compreensível, fiável no planeamento, de forma a ajudar a cumprir metas de melhoria.(...) Os indicadores são um intelectual com uma precisão variável, dependendo do contexto em que eles são feitos com diferentes níveis de complexidade, que procura uma abordagem abrangente e holística" (González y Torres, 2005).

Seguindo a mesma linha de análise das investigadoras dividimos a nossa investigação em quatro indicadores que se dividem em sub-indicadores. Como breve explicação apresentamos alguns exemplos de indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais urbanos.

Segundo a Direcção Geral do Ambiente em Portugal “O processo de selecção dos indicadores deve seguir um conjunto de critérios objectivos, exequíveis e verificáveis que justifiquem a escolha efectuada. Os indicadores escolhidos devem reflectir o significado dos dados na forma original, satisfazendo, por um lado, a conveniência da escolha e, por outro, a precisão e relevância dos resultados. De seguida apresentam-se alguns dos critérios que podem presidir a tais processos de selecção:

- existência de dados base;
- possibilidade de intercalibração;
- possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metapas existentes;
- facilidade e rapidez de determinação e interpretação;
- grau de importância e validação científica;
- sensibilidade do público alvo;

-
- custo de implementação;
 - possibilidade de ser rapidamente actualizado.

A maioria dos indicadores não preenche todos os critérios desejáveis, pelo que deverá haver um compromisso de optimização

entre os critérios possíveis de garantir e aqueles que são tidos como mais relevantes para cada caso”²⁸.

Em Espanha “nas últimas décadas a população urbana espanhola tem vindo a experimentar um forte crescimento, chegando a representar mais de 80% da população do país. Esta expansão do eixo urbano está associada a uma concentração do consumo de energia, água e materiais, o que converte (..) cidades em peças chave na hora atacar a mudança global em Espanha.

A responsabilidade que se desprende desta situação, unida a necessidade de adoptar medidas urgentes, destinadas a reverter a tendência global de degradação do meio ambiente, exige uma concisa e profunda mudança das nossas realidades urbanas (...).

(...) Chegou de dar um passo mais e de assumir a necessidade de adaptação das nossas cidades aos limites da carga da biosfera e de reduzir o impacto através de uma série de objectivos e prazos (...)”²⁹.

Temos que ter em consideração, que “o planeamento urbano não pode por si só pôr fim a esta tendência, que está afectada por factores sócio-económicos complexos. Não existem modelos urbanos perfeitos que possam alterar radicalmente a tendência face a insustentabilidade das populações, mas o planeamento urbano, urbanismo e ordenamento do território pode favorecer a implantação de formas mais sustentáveis de transporte, consumo de energia e ocupação desnecessária do solo.

²⁸ Acedido em 14/11/2010 <http://www.iambiente.pt/sids/sids.pdf>

²⁹ Cambio Global España 2020/50. Programa ciudades (2009): Gráficas SUMMA, S. A., disponível em <http://www.sostenibilidades.org/Observatorio+Sostenibilidad/esp/plataformas/urbana/>, pág. 74, acedido em 20/02/2012.

O planeamento também pode contribuir para evitar a segregação sócio-económica ou étnica dentro das populações, assim como impedir a especulação do solo. Pode, por ultimo, incidir sobre uma melhoria em limitar a geração de resíduos, na utilização de materiais reutilizáveis ou no ciclo da água, em suma, o planeamento urbanístico tem um papel de jogar dentro dos processos para obter a sustentabilidade global” (Rio, 2004, 26).

9.1.1.1 – Indicadores Sociais

“São dados elaborados, geralmente, por organizações internacionais, que fornecem dados que mostram a qualidade de vida da população de um determinado país, com sua esperança de vida ao nascer, leitos hospitalares, acesso à água potável, etc. Há outros indicadores sociais, especialmente os relacionados à educação, à taxa de alfabetização ou à quantidade média de anos na escola, que permitem examinar as condições de qualificação e, portanto, de oportunidade no mercado de trabalho da população do país”³⁰.

Os indicadores sociais podem ser analisados por exemplo através da demografia, saúde e educação.

9.1.1.1.1 Exemplo da Educação, formação, aprendizagem

Em relação aos indicadores educativos, devemos considerar que numa “sociedade educativa as cidades encontrarão uma grande oportunidade de regeneração, de se reurbanizarem. Grande número de cidades dos países industrializados perderam protagonismo, desvalorizaram-se e tornaram-se tendencialmente insolentes, processo frequentemente acompanhado por segregação social do espaço, crescimento da violência urbana, geração de espaços hostis.(...)

Ora as cidades podem agora apostar no ensino e na aprendizagem como eixo da sua estratégia, o que de resto vai ao encontro do que também foi o seu papel ao longo de séculos.

A ideia da cidade de aprendizagem (*learning city*) remonta aos anos 70. Todavia, foi após a conferência da OCDE, em Gotemburgo, 1992, que o conceito se difundiu. A ideia-base nasceu da verificação de três factos no âmbito dos países da OCDE:

³⁰ Acedido em 25/09/2012 http://pt.wikipedia.org/wiki/Indicadores_sociais

- as pessoas aprendem no seu ambiente imediato e 60% da população dos países da OCDE viveu em cidades;
- a cidade pode providenciar uma estrutura que dá coerência a um conjunto fragmentado de actividades de formação e de educação;
- a cidade pode proporcionar um foco para a aprendizagem orientada pela comunidade, bem como para as acções promovidas” (Gaspar, Afonso e Alves, 2000, 18-19).

Em estudos já realizados, já se deslumbrava a necessidade de promover uma estratégia educativa, “o desafio de colocar Portugal em linha com os países mais avançados da Europa é arrojado e exige uma intervenção articulada e coordenada entre todos os agentes em todas as áreas de intervenção. Neste âmbito, a definição de uma estratégia nacional e plano de modernização tecnológica do ensino revestem-se de uma importância ímpar.

Assim, para que a escola possa preparar os cidadãos para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, é necessário, desde logo, definir uma visão de modernização partilhada pelos agentes da comunidade educativa e determinar objectivos e linhas orientadoras claras. Depois, é essencial assegurar os mecanismos e os meios adequados à prossecução dos objectivos definidos, tendo em consideração a situação actual e os factores indutores e inibidores da modernização tecnológica da educação” (ME, 2007, 8).

9.1.1.1.2 Exemplo da Saúde

Na área saúde, também considera-se que o planeamento estratégico é um instrumento que promove o bem estar da população. Sendo, que “a responsabilidade primeira de qualquer sistema de saúde é a de promover a saúde dos cidadãos. A evidência tende a demonstrar, porém, que o rendimento dos cidadãos, o desenvolvimento económico e social, a escolaridade, as características culturais, constituem factores cuja importância para os resultados ou ganhos em saúde, em especial nas sociedades mais desenvolvidas, rivaliza com o número de médicos, ou de camas de agudos, ou as despesas totais ou públicas com a saúde.(...)

Em 2002, a Organização Mundial de Saúde identificou os factores de risco nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos e hierarquizou os principais determinantes e

a importância de cada um dos factores na probabilidade de ocorrência de doença ou de morte (OMS, 2002). Abordar os determinantes da saúde constitui, também, um dos objectivos do Programa Geral de Trabalho da OMS para o período compreendido entre 2006/2015, sublinhando que os modos de vida pouco saudáveis, que antes se viam principalmente como um problema dos países mais ricos, se exportaram para todo o mundo e se agravaram com o crescente processo de urbanização.

A transição nutricional, assim como a comercialização em todo o mundo de alimentos ricos em açúcares, gorduras e sal, são os grandes responsáveis pela crescente epidemia de doenças crónicas não transmissíveis (OMS, 2006). A OMS não deixa de sublinhar a necessidade de melhorar o desempenho dos sistemas de saúde para permitir uma melhoria consistente do estado de saúde das populações, tendo sido este o tema do Relatório da OMS de 2000 (OMS, 2000) e de debate específico no âmbito do Comité Regional da Europa em 2005. Uma das conclusões mais relevantes é a de que uma boa governação e uma boa gestão na prestação de cuidados de saúde constituem condições particularmente importantes para o bom funcionamento de todo o sistema de saúde” (MS, 2007, 46-47).

9.1.1.2 Indicadores Urbanísticos

Outro conjunto importante no planeamento estratégico das cidades, é o dos indicadores urbanísticos. Em relação a estes, devemos considerar que o “urbanismo é a disciplina e a actividade relacionadas com o estudo, regulação, controle e Planeamento da cidade (no seu sentido mais amplo) e da urbanização. A sua definição porém, sempre varia de acordo com a época e lugar. No entanto, costuma-se diferenciá-lo da simples acção urbanizadora por parte do homem, de forma a que o urbanismo esteja associado à ideia de que as cidades são objectos a serem estudados, mais do que simplesmente trabalhados. (...)

Urbanismo mostra-se, portanto, como uma ciência humana (ciência aplicada), de carácter eminente multidisciplinar, inserida no contexto próprio de uma sociedade em processo de constante crescimento demográfico e respondendo a uma forte pressão de civilização e urbanidade, enfrentando suas demandas e problemas. Numa perspectiva simplista, o urbanismo corresponde à acção de projectar e ordenar as cidades. No entanto, sob um ponto de vista mais amplo, o urbanismo pode ser entendido tanto como um conjunto de práticas ou de ideias, quanto como uma forma ideológica que visa reproduzir as condições gerais do modo de produção capitalista. Segundo este ponto de vista, actualmente tanto o

Capital quanto o Estado se apropriam da prática e teoria (entendendo-os como ideologia) do urbanismo como um mecanismo gerador de lucro”.³¹

Os indicadores nesta área podem ser por exemplo os que dizem respeito a superfície e construção.

9.1.1.2.1 Exemplo da Construção e Habitação

“Anos seguidos de ausência de formação específica, défice de planeamento consistente e criativo, aliada a pressões especulativas no campo do imobiliário e do ordenamento do território conduziram, em particular nos últimos 30 anos, ao crescimento descontrolado do território. Sendo hoje a sustentabilidade do território um factor da maior importância, para assegurar a competitividade das regiões, o País no seu todo está perdendo cada dia recursos essenciais para o seu desenvolvimento.

A sua recuperação é cada dia mais problemática. O desafio que se coloca neste princípio de século à sociedade portuguesa é o de requalificar o território, criar uma nova mentalidade capaz de sustentar o caos urbanístico e planear (diferente de decidir) o quadro de vida desta geração e das vindouras”³².

9.1.1.2.2 Exemplo dos Transportes Urbanos

Considerando que a mobilidade urbana, é um factor da maior relevância na gestão e planeamento das cidades. Os decisores, a quando do planeamento estratégico de uma determinada cidade, deve pensar o mesmo, tendo em conta que “o fluxo de pessoas, de veículos, de mercadorias e de informações ligam as diversas partes do território com a cidade, bem como as que compõem o espaço urbano, produzindo, como resultado, um conjunto integrado que assim adquire coerência.

Na época contemporânea tem-se assistido a um crescente aumento da mobilidade individual. As pessoas deslocam-se mais e fazem-no a maior distância. Todavia, diversos estudos mostram que a mobilidade depende de um certo número de variáveis. Se as crianças e os idosos são os grupos etários com menor mobilidade, o sexo também traz

³¹ Acedido em 15/09/2014 <http://pt.wikipedia.org/wiki/Urbanismo>

³² Acedido em 02/03/2014, http://www.urbanismo.portugal.net/expo30/vhtml/expo_apresenta.html

limitações, uma vez que as mulheres tendem a deslocar-se a menores distâncias do que os homens, quer para o emprego, quer para as compras. Esta restrição é muitas vezes resposta a ocupações piores remuneradas, cujo valor não compensa grandes deslocações. (...)

Com efeito o movimento das pessoas ao longo do dia apresenta dois picos, um de manhã e outro ao fim da tarde, coincidindo com a entrada e saída dos empregos. (...)

Com o incremento da posse de automóveis particulares assiste-se a uma verdadeira paralisia dos centros urbanos e a questão dos transportes é um problema grave das nossas cidades, que foram edificadas á medida do peão. (...)

O mau funcionamento do trânsito é uma consequência do aumento do número de veículos automóveis que, por sua vez, contribui para uma fraca capacidade de resposta dos transportes colectivos, facto que propicia o incremento do uso do transporte individual. (...)

O estudo e planeamento dos transportes urbanos englobam a consideração do traçado da rede infra-estrutural, o conhecimento das características do transporte colectivo, a regulação do estacionamento e de cargas e descargas e, finalmente, a consideração dos peões que são certamente o maior grupo de utilizadores dos transportes urbanos e aquele que menos vezes é considerado” (Salgueiro, 1999, 374).

9.1.1.3 Indicadores Económicos

Outro conjunto de indicadores primordiais, são os económicos. Lourenço e Romero dizem que “fazendo uma analogia com os dedos das mãos, os indicadores económicos (IEs) representam essencialmente dados e/ou informações “sinalizadoras” ou “apontadoras” do comportamento (individual ou integrado) das diferentes variáveis e fenómenos componentes de um sistema económico de um país, região ou estado.

Por isso, os IEs são fundamentais tanto para propiciar uma melhor compreensão da situação presente e o delineamento das tendências de curto prazo da economia, quanto

para subsidiar o processo de tomada de decisões estratégicas dos agentes públicos (governo) e privados (empresas e consumidores)”³³.

Nos indicadores económicos podemos analisar por exemplo a inflação, o PIB, a renda familiar, os salários médios e as mercadorias em trânsito.

9.1.1.3.1 Exemplo da Indústria e Energia

Na construção dos indicadores da indústria e energia, temos que ter presente que “é difícil delimitar com exactidão a actividade industrial. Os estabelecimentos diferem enormemente, desde a pequena oficina até aos gigantescos empreendimentos que empregam várias dezenas de milhar de pessoas (...)

Além das diferenças de dimensão avaliadas pelo número de empregados, é necessário tomar em consideração a multiplicidade de tipos de estabelecimento. No domínio industrial, distinguem-se três operações: o fabrico, o armazenamento, a gestão. Cada uma tem características próprias, quer na qualidade dos empregados, como na natureza das construções ou no tipo de funcionamento. (...)

Nem todas as cidades têm o mesmo nível de desenvolvimento industrial, nem a mesma gama de especialidade; não conhecem as mesmas fases de desenvolvimento” (Garnier, 1997, 227-229).

Os decisores devem planear a cidade, tendo presente que a política energética nos dias de hoje, é uma política primordial, em virtude da actual conjuntura económica. Tomando a política energética, como um factor no planeamento estratégico urbano, por isso, “a política de energia está no coração das sociedades modernas. Para além do seu objectivo principal, que consiste em criar condições para termos preços mais competitivos no curto e no médio prazo, a política de energia abrange questões complexas, tais como as seguintes:

- Combater as alterações climáticas produzidas por emissões excessivas de CO₂;

³³Acedido em 15/08/2008 <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/economia/3.pdf>

- Aumentar a independência energética, reduzindo os riscos criados pela excessiva concentração das matérias-primas num reduzido número de produtores;
- Criar oportunidades para o desenvolvimento no nosso País de projectos tecnologicamente avançados;
- Consolidar empresas fortes no sector da energia” (ME, s/d, 1).

9.1.1.4 Indicadores Ambientais Urbanos

Outro conjunto de indicadores relevantes no nosso estudo, e no planeamento estratégico urbano, é do ambiente urbano. De acordo com Partidário “a degradação ambiental que se faz sentir essencialmente em áreas de grande concentração populacional e de actividades é um fenómeno do qual a população em geral e sobretudo as entidades responsáveis pela administração do território, se têm vindo a aperceber nos últimos anos.

Poder-se-á mesmo dizer que é no centros urbanos onde o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento industrial têm tido uma maior amplitude, que a qualidade doo ambiente se tem ressentido mais.

É hoje um facto geralmente assumido que, a par de objectivos de carácter económico e social, deverão também existir objectivos de natureza ambiental na defesa e promoção do nível desejado de qualidade de vida da sociedade” (Partidário, 2000, 17).

Dentro dos indicadores ambientais urbanos podemos analisar por exemplo a água e os espaços urbanos.

9.1.1.4.1 Exemplo do Ambiente Urbano

Tendo presente que “o conceito de qualidade do ambiente urbano tem por base duas vertentes fundamentais:

- Uma ligada aos aspectos de conforto humano e;
- Outra aos aspectos de segurança e saúdes públicas.

Em suma, trata-se de questões de bem-estar ambiental. A sua definição implica uma abordagem em termos sistémicos, tendo como base o sistema urbano, os elementos do sistema e as relações que entre eles se estabelecem. Dentro destas retêm-se as que produzem ou poderão produzir impactes ou efeitos possíveis sobre o ambiente.

Nesta perspectiva a definição de qualidade do ambiente só é possível se forem abolidas as fronteiras tradicionalmente estabelecidas entre os sectores físico-ecológico-ambiental, social e económico. A resultante, referenciada ao espaço de interacção entre estes sectores, é que vai permitir identificar as diversas componentes e respectivos factores da qualidade do ambiente urbano(...).

Qualquer forma de gestão urbana correcta e eficaz será aquela em que os objectivos de desenvolvimento económico e de promoção da qualidade ambiental urbana se potenciam mutuamente” (Partidário, 2000, 41-42).

No que diz respeito a avaliação dos impactos ambientais, os decisores devem ter presente, que “embora possamos encontrar sistemas nacionais de AIA (Avaliação Impactos Ambientais), mais ou menos abrangentes em termos dos projectos ou acções a sujeitar ao procedimento de AIA, este instrumento de política do ambiente é, por natureza, selectivo, no sentido que deverá estar reservado a projectos e circunstâncias que configurem efectivas preocupações no que respeita às suas prováveis consequências ambientais. (...)

A legislação nacional revogada, seguia de perto o modelo adoptado na directiva 85/337/CEE, e consistia na existência de duas listas de projectos, onde eram definidos os respectivos tipos, características e dimensões. Com esta metodologia o factor de localização não era devidamente valorizado, sabendo-se no entanto que o impacto ambiental de um projecto não dependerá apenas das suas características próprias mas também, e em alguns casos sobretudo, da localização proposta.

A adopção de métodos de selecção de projectos que combinem aqueles dois aspectos, ou seja, as características próprias dos projectos e a sensibilidade e/ou valor ecológico da localização (ou localizações) proposta(s) foi a opção seguida pela nova Directiva e pelo Decreto de Lei n.º 69/2000” (Partidário e Pinho, 2000, 7).

Em Espanha “a cidade, entendida por alguns como o maior e melhor invento que a humanidade construiu em seu próprio benefício, necessita alimentar um completo metabolismo que a permita sustentar elevadas cargas de população, o que exige concentrar uma grande quantidade de recursos, tantos materiais como energéticos. (...) É difícil estabelecer cenários a curto e médio prazo que permitam aventurar qual vais ser a evolução do consumo de materiais e produção de resíduos nas cidades.³⁴”

³⁴ Cambio Global España 2020/50. Programa ciudades (2009): Gráficas SUMMA, S. A., disponível em <http://www.sostenibilidad-es.org/Observatorio+Sostenibilidad/esp/plataformas/urbana/>, pág. 120-123. Acedido em 18/03-2012.

10. ESTUDO CASO ATRAVÉS DOS INDICADORES APRESENTADOS (Évora – Aveiro)

Quadro 16 – Indicadores de Comparação Évora / Aveiro

INDICADORES	2001		2003		2005		2006		
	EVORA	AVERO	EVORA	AVERO	EVORA	AVERO	EVORA	AVERO	
Ambientais Urbanos	Proporção da população servida com abastecimento de água								
			91	95,50	83,40	93,50			
	Proporção da população servida com sistemas de drenagem de águas residuais								
			91	85,40	88	92			
Proporção da população servida com estações de tratamento de águas residuais									
		90	85,40	87,50	92				
Proporção da população servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos									
		300	300	300	300				
Despesas em ambiente dos municípios por habitante (€ hab.) por Localização geográfica e Domínios de ambiente. Anual									
	39	27	56	2,6	303	49	302	39	
Urbanísticos	Índice de Envelhecimento dos Edifícios (N°)								
		115,90	78,20						
	Veículos Automóveis Vendidos por 100 Habitantes - Ligeiros-Passageiros (N°)								
		1,23	1,69	1,82	1,73	2,20	2,61	2,56	
	Veículos Automóveis Vendidos por 100 Habitantes - Ligeiros Mercadorias (N°)								
		0,48	0,47	0,60	0,44	0,62	0,65	0,55	
	Mortos por 100 Acidentes de Viação com Vítimas (N°)								
		2	4	4	2	3	1	1	
	Farmácias por 10.000 Habitantes								
		2,22	2,72	2,52	2,72				
Médicos por 1000 habitantes									
	4,35	4,18	4,70	4,40					
Densidade Populacional (Hab./Km²)									
	42	368	42	369	42	373			
Índice de Envelhecimento da População									
	119	90	130	91	130	94	130	97	
Sociais	Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)								
		30,30%	11,20%	30,40%	30,70%	30,60%	30,30%		
	Taxa de Mortalidade (Por mil habitantes)								
		11,00%	9,00%	11,50%	8,50%	10,50%	8,40%		
	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (% por Localização geográfica. Anual)								
						119	125	119,90	127,90
	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (% por Localização geográfica. Anual)								
						133	141,60	139,10	142,90
	Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (% por Localização geográfica. Anual)								
						22,50	5,70	22,10	7,20
Taxa bruta de escolarização no ensino superior (% por Localização geográfica. Anual)									
			94,10	112,60	100,30	118,20	91,40	115,90	
Proporção do Consumo Industrial de Electricidade (%)									
	28,85	65,59	31,20	63,85	29,32	62,47			
Consumo do mês de energia eléctrica por habitante (KWh/hab.) por Local de residência. Anual									
					109,130	140,510	122,70	138,10	
Consumo de energia eléctrica por habitante (KWh/hab.) por Local de residência. Anual									
					2.343,10	9.225,80	4.844,30	9.409,30	

Fonte: Elaboração Própria (dados recolhidos no INE)

10.1 Évora - A cidade e o Plano Director Municipal

Segundo a Câmara Municipal de Évora “o PDM de Évora preconiza a contenção da construção descontrolada, adoptando uma estratégia de integração dos bairros informais na cidade, definindo expansões que incluem os conjuntos edificados localizados em área rural na proximidade no perímetro urbano. Promove a salvaguarda dos valores naturais, a criação de condições para a instalação de infra-estruturas e equipamentos nos aglomerados do concelho e a criação de espaços para a instalação de unidades industriais.

Estrategicamente, serão desenvolvidas condições para que o concelho aproveite as oportunidades que hoje se lhe deparam e que passam pela aplicação de uma política de solos na cidade e outros aglomerados urbanos que procure baixar os custos da habitação e dos espaços industriais, assegurando a qualidade e a sustentabilidade; pela afirmação das vantagens e oportunidades de uma cidade e de um concelho localizados em eixos nacionais importantes e com ligações a uma Europa cada vez mais próxima e ainda pela dinamização de uma política que procurará posicionar e preparar Évora para usufruir da proximidade da grande Lisboa e do desenvolvimento associado aos projectos nacionais em curso.

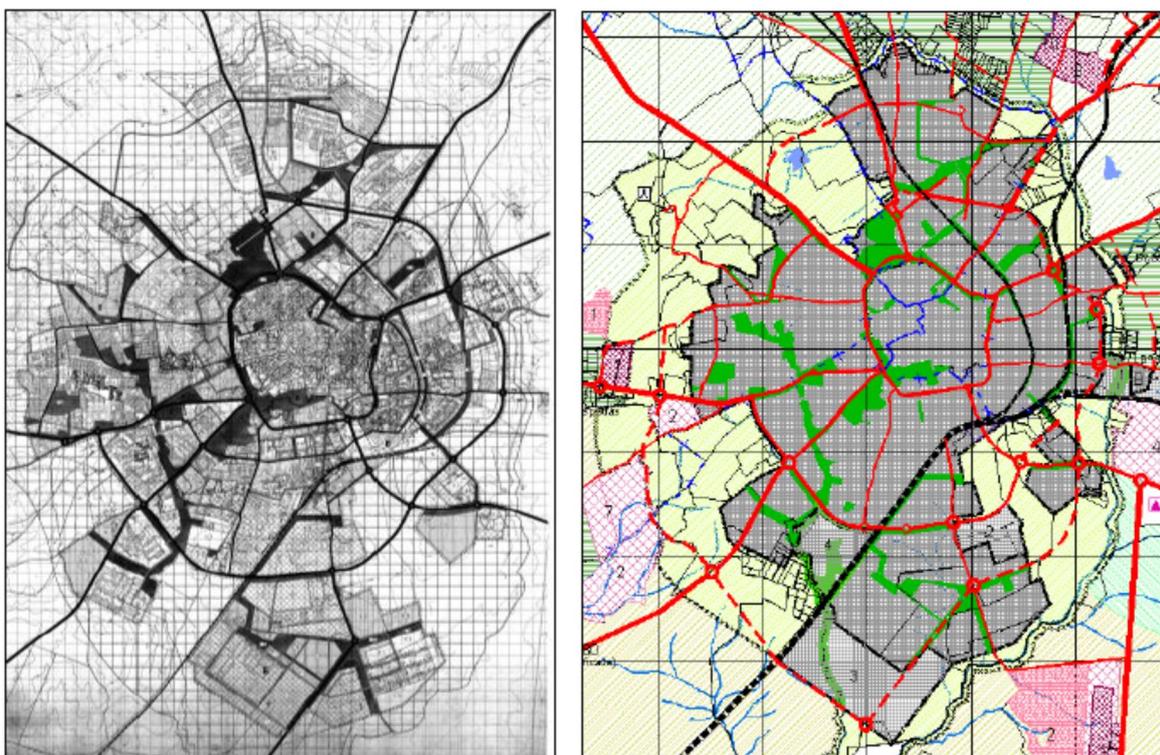
Ficam, desta forma, sintetizadas as grandes linhas de força que presidem à revisão do Plano Director Municipal e que deverão sustentar a política territorial a implementar no espaço concelhio, por forma a criar uma nova dinâmica de Évora. Neste contexto, o PDME elegeu como desígnio estratégico fazer de Évora um território qualificado, dinâmico, atractivo e com elevada qualidade de vida. A concretização deste desígnio passa por um conjunto de opções de natureza estratégica que articulam as dimensões de ordenamento e desenvolvimento do território concelhio (...)” (CME, 2008, 4).

Imagem 1 - Praça do Giraldo depois da intervenção estratégica.



Fonte: Acedido 09/01/2013 http://olhares.aceiou.pt/praca_do_giraldo_foto1972093.html

Imagem 2 - Planta de Zonamento de Évora



PUE – Planta de Zonamento/Revisão 2000 PDM – Planta de Ordenamento/ Revisão 2008

Fonte:

<http://websig.cmevora.pt/conteudos/LinkClick.aspx?fileticket=IOcRJQS9wXQ%3D&tabid=90&mid=444>

Devido a uma alteração no PDM “publicada em 25 de Janeiro de 2008 com o Regulamento 47/2008, foram introduzidas para adequação no plano de urbanização, as alterações por adaptação, que se desenvolvem” em vários pontos.

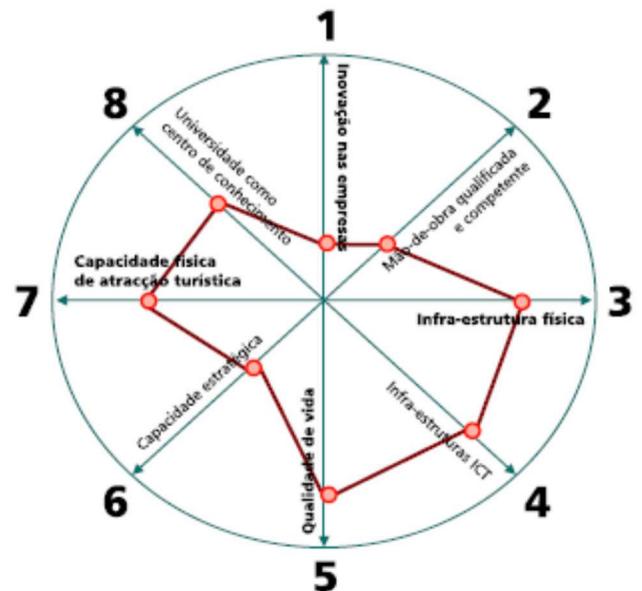
Por exemplo Supressão da categoria de espaço agrícola envolvente da cidade O PDME em vigor compreende a delimitação do perímetro urbano da cidade tal como definido na 3ª revisão do PUE, publicada em 28 de Março de 2000 com a RCM N.º 13/2000, mas introduziu alterações naquele plano de urbanização no que se refere ao espaço rural envolvente da cidade de Évora, nomeadamente o estipulado no artigo 172º do Regulamento do PDME, que revogou o Capítulo I do Título III do Regulamento do PUE, referente ao “*Espaço Agrícola Envolvente*

da Cidade”, pelo que se procedeu, nessa conformidade, à respectiva supressão no regulamento do PUE”³⁵.

Évora passou a dispor desde 2009 um plano de desenvolvimento estratégico. Para os responsáveis “a visão estratégica que temos para o Concelho de Évora em matéria de competitividade inclui os seguintes oito factores que, combinados e potenciados, podem ajudar a aumentar a capacidade do Concelho para atrair pessoas e actividades:

1. Inovação nas empresas e organizações
2. Mão-de-obra qualificada e competente
3. Boa infra-estrutura física, interna e externa
4. Infra-estruturas ICT- cidade digital
5. Qualidade de vida - social, cultural e ambiental
6. Capacidade estratégica para mobilizar e implementar estratégias de desenvolvimento a longo-prazo
7. Capacidade física de atracção turística
8. Uma Universidade como centro de conhecimento, acessível a empresas e outras organizações”³⁶

Imagem 3 - Visão Estratégica para a cidade de Évora



Fonte: <http://www2.cm-evora.pt/planoestrategicodeevora/images/Cap%20II.pdf>

10.2 Aveiro – A cidade e o Plano Estratégico

“(…) Ao longo dos últimos 20 anos, a cidade de Aveiro tem vindo a transformar-se profundamente na sua dimensão urbana e no que respeita à estrutura e organização internas, evidenciando-se o alastramento às freguesias periféricas, que hoje acolhem a maior parte da população urbana, as crescentes ligações e interdependência com Ílhavo, e a reestruturação interna da própria cidade, esta através de importantes mudanças de usos,

³⁵ Acedido em 10/01/2012 <http://websig.cm-evora.pt/conteudos/LinkClick.aspx?fileticket=1OcRJQS9wXQ%3D&tabid=90&mid=444>

³⁶ Acedido em 11/11/2010 <http://www2.cm-evora.pt/planoestrategicodeevora/images/Cap%20II.pdf>

e da construção de uma nova estrutura viária que está a modificar profundamente a acessibilidade na zona central.

Estes processos têm efeitos já evidentes sobre a imagem, a funcionalidade e o ambiente tradicional da cidade, mas cujos resultados ainda não são completamente compreensíveis e que levantam, com frequência, receios e dúvidas. A cidade de Aveiro foi obrigada a dar um "salto" e atravessa uma fase de reconfiguração urbana que se encontra longe de estar concluída. Esta reconfiguração apresenta oportunidades e riscos, sistematizados no relatório de diagnóstico, cuja gestão é uma das exigências que se põem, neste momento, à Cidade.

Imagem 4 - Freguesias do Concelho de Aveiro



Fonte: Acedido 09/01/2012

http://www.cmaveiro.pt/www/output_efile.aspx?id_file=24815&id_object=31761

Segundo Programa Regional Ordenamento do Território-C “(...)o núcleo urbano de Aveiro é o aglomerado mais importante da sub-região, concentrando funções de carácter direccional, ensino superior e serviços avançados, e um porto de mar (mercadorias e pesca) cuja competitividade está dependente da finalização dos acessos ferroviários e do completamento de obras de drenagem, canais navegáveis e cais de acostagem e marina”³⁷.

³⁷ Acedido em 08/01/2012 http://www.cm-aveiro.pt/www/output_efile.aspx?id_file=24815&id_object=31761

Imagem 5 - Elementos que diferenciam Aveiro



Fonte: Acedido em 10/01/2012

<http://www.cm-aveiro.pt/www/cache/imagens/XPQ5FaAXX22896aGdb9zMjjeZKU.pdf>

O vasto leque de projectos identificados, tanto a nível regional como municipal, mostram que Aveiro se encontra, ainda, numa fase marcada pelo ordenamento, infra-estruturação e equipamento do território e da Cidade, com o fim de responder a carências por satisfazer e a dinâmicas sociais e económicas instaladas. Sendo fundamental concluir este ciclo de desenvolvimento da região e da cidade (saneamento da Ria, infraestruturas viárias e portuárias, equipamentos colectivos, habitação social, etc..) é necessário, em simultâneo, salvaguardar e valorizar recursos e potencialidades de que Aveiro dispõe para se afirmar como cidade atractiva e competitiva no contexto da rede urbana nacional (...).

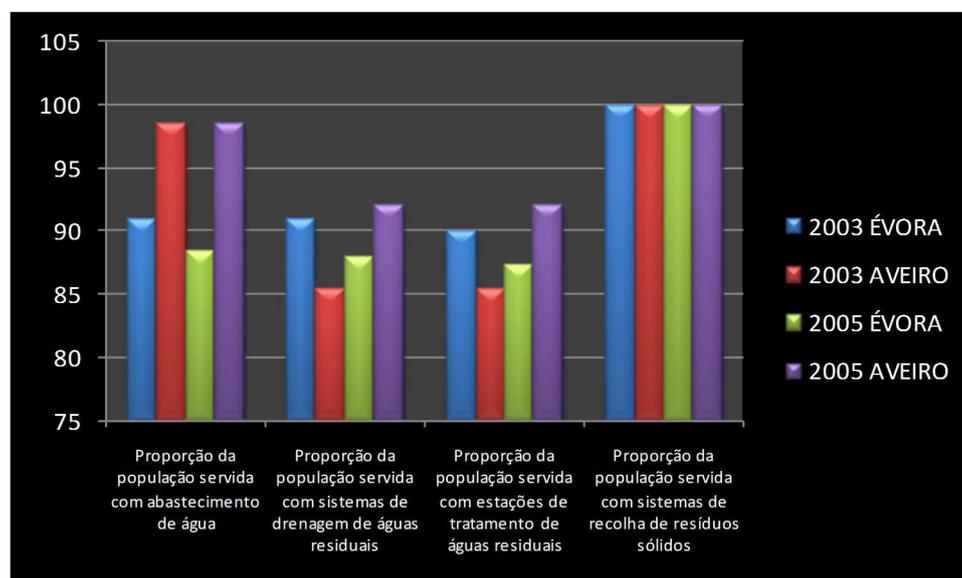
(...) Neste quadro, o Plano Estratégico da Cidade de Aveiro aponta como objectivo geral: Aveiro - uma cidade com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, que se afirme como centro de intermediação entre a Região e o exterior, e como pólo de dinamização económica, social, cultural e desportiva.”³⁸

³⁸ Projecto do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro (Março de 1997) : *Plano Estratégico da Cidade de Aveiro*, Edição da Câmara Municipal de Aveiro, Equipa Técnica: Luis Jorge Bruno Soares, Arquitecto Urbanista, Ana Maria Guedes Lebre, Arquitecto Urbanista Rui Biltes, Economista Jorge Jacob, Engenheiro de Transportes António Oliveira das Neves, Economista Jorge Carvalho, Engenheiro Urbanista António Fonseca Ferreira, Engenheiro Civil António

10.3 INDICADORES

10.3.1 INDICADORES AMBIENTAIS URBANOS

Gráfico 6– Águas e Resíduos (%)

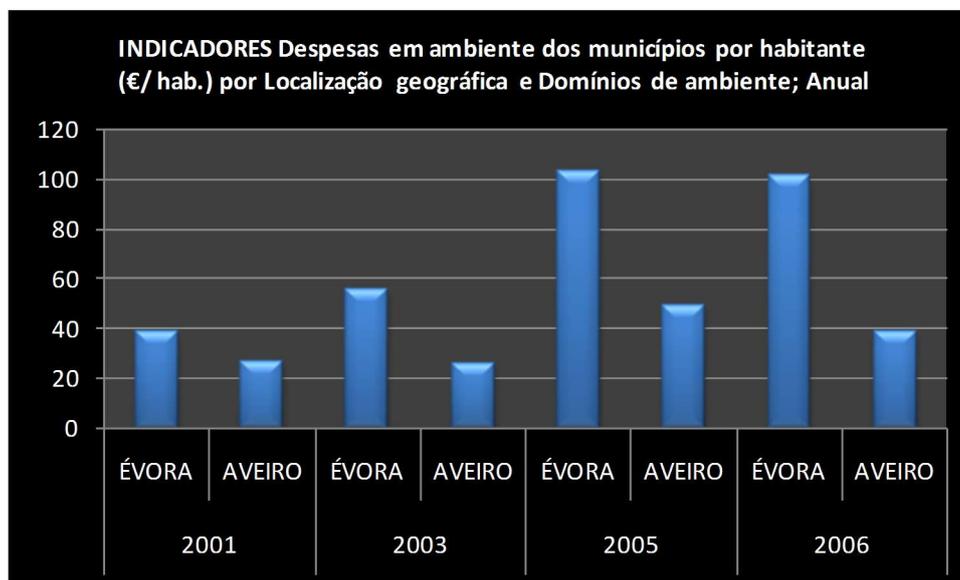


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- No que diz respeito à proporção da população servida com abastecimento de água Aveiro encontra-se melhor posicionado que Évora.
- Em relação à proporção da população servida com sistemas de drenagem de águas residuais em 2003 Évora apresentava-se em melhores condições que Aveiro. Mas em 2005 Évora diminuiu a sua percentagem e Aveiro subiu muito em relação a Évora.
- Na proporção da população servida com estações de tratamento de águas residuais também se passou o mesmo que na análise anterior.
- Na recolha de resíduos sólidos ambas as cidades tem sistemas que afectam toda a população.

Gráfico 7– Despesas das Câmara Municipais em Ambiente (€/hab)



Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

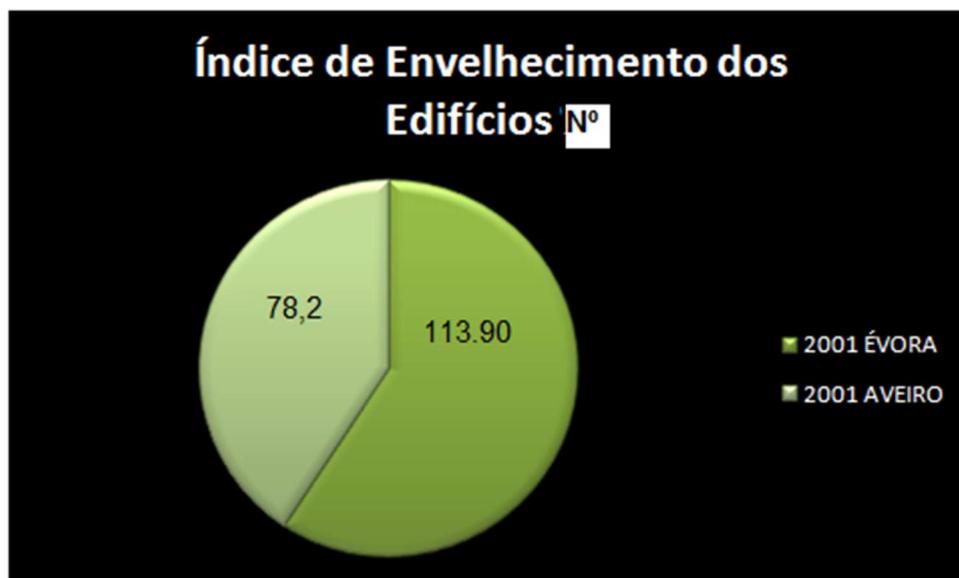
Análise do gráfico:

- Nas despesas das câmaras municipais com o ambiente verificamos que Évora é a cidade que mais gasta nesta rubrica. È uma situação que pode ser revista e analisada em pormenor, numa outra altura. Por vezes não podemos avaliar só o que se gasta mas se o que gastamos é aplicado de forma sustentável. Mas Aveiro desde 2001 que tem vindo a desenvolver um Plano Municipal do ambiente. Onde se contempla a identificação das pressões ambientais, o estado do ambiente e a resposta aos problemas encontrados³⁹.

³⁹ Ver para este efeito o site <http://www.idad.ua.pt/default.asp?id=71>

10.3.2 INDICADORES URBANÍSTICOS

Gráfico 8 – Índice de Envelhecimento dos Edifícios

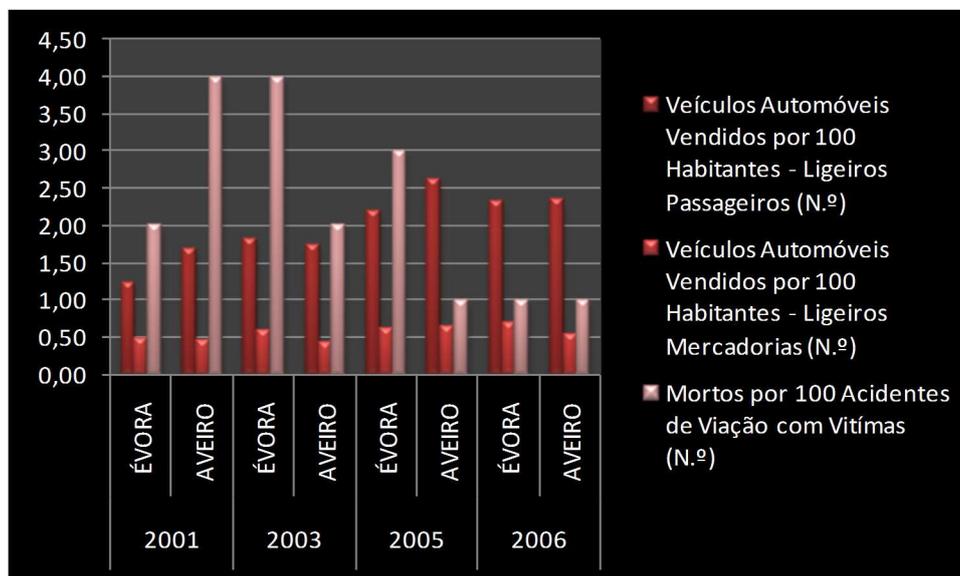


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- Em relação ao índice de envelhecimento dos edifícios Évora é a cidade que ganha neste indicador.
- No gráfico anterior já tínhamos observado que Aveiro é mais rápido na conclusão de obras para habitação. Neste gráfico verificamos que também está acima de Évora no que diz respeito á idade dos edifícios.
- Podemos deduzir que há uma maior preocupação de Aveiro em manter um parque habitacional jovem e que por sua vez seja mais seguro.

Gráfico 9 – Veículos Automóveis Vendidos e Mortos por 100 Acidentes de Viação



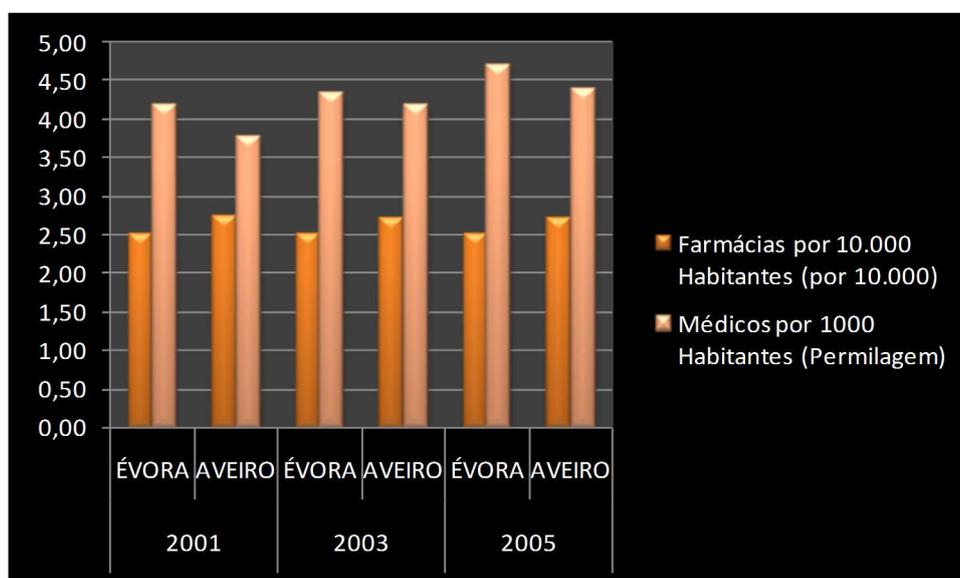
Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- No gráfico veículos automóveis ligeiros vendidos Aveiro superioriza-se a Évora.
- Em relação aos veículos automóveis de mercadorias é Aveiro que está a frente. Isto pode ser explicado por esta cidade ser um pólo de indústria e consequentemente são necessários mais veículos desta natureza.
- No que diz respeito aos acidentes de viação Aveiro em 2001 e 2003 ficou muito á frente de Évora pelo sentido negativo mas já em 2006 conseguiu ficar equiparado a Évora. Isto significa que as politicas implementas de segurança rodoviária em Aveiro tiveram resultados positivos.

10.3.3 INDICADORES SOCIAIS

Gráfico 10 – Farmácias e Médicos por 1000 Habitantes

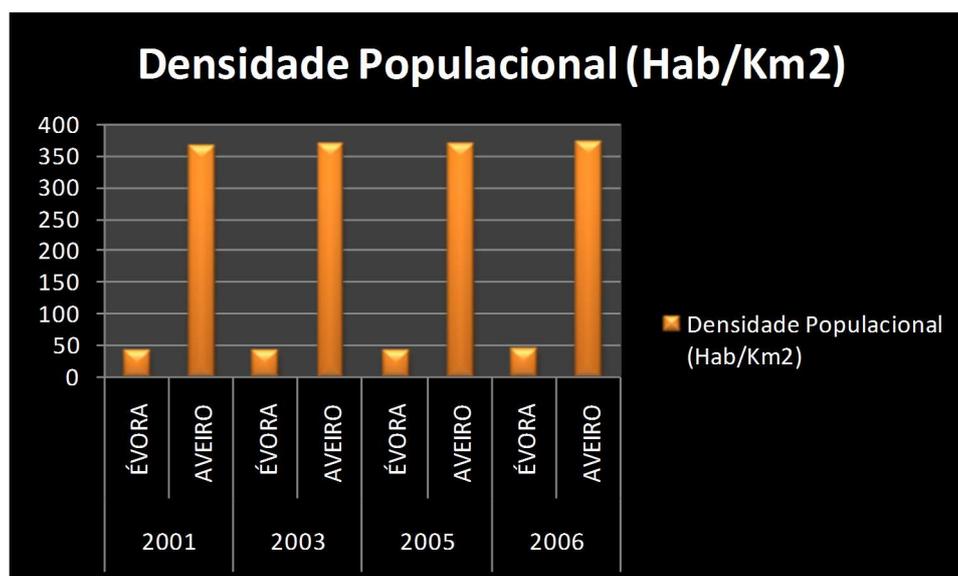


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- No caso das farmácias Aveiro tem mais pontos de venda por 10.000 habitantes.
- Em relação aos médicos ambas as cidades dispõem de uma capacidade muito parecida. Apesar de Évora estar um pouco acima de Aveiro.
- Um dos aspetos mais importantes na gestão das cidades é os meios de acesso á saúde das suas populações. E neste aspecto ambas as cidades se preocupam.

Gráfico 11– Densidade Populacional

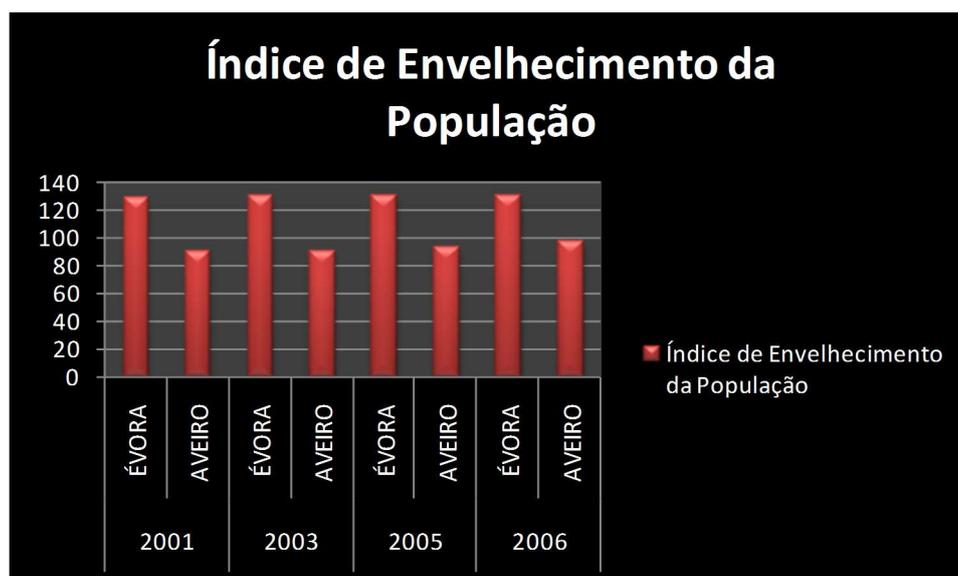


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- Apesar de ter uma área mais pequena, Aveiro consegue ter mais habitantes por Km2 que Évora, sendo que uma das razões poderá ser a maior aposta nas empresas e na industrialização, sendo este um fator que gera postos de trabalho e por consequência aproxima mais pessoas desta região.
- As regiões maiores como é o exemplo de Évora também são fatores de fraca comercialização pelo facto de tudo estar mais distante e de os custos para as empresas aumentarem. Isto é para se vender um produto a duas empresas por vezes tem de se fazer o triplo dos quilómetros por estarem mais distantes. Esta situação implica uma maior distância pela implantação de indústrias ou empresas.

Gráfico 12 – Índice de Envelhecimento da População

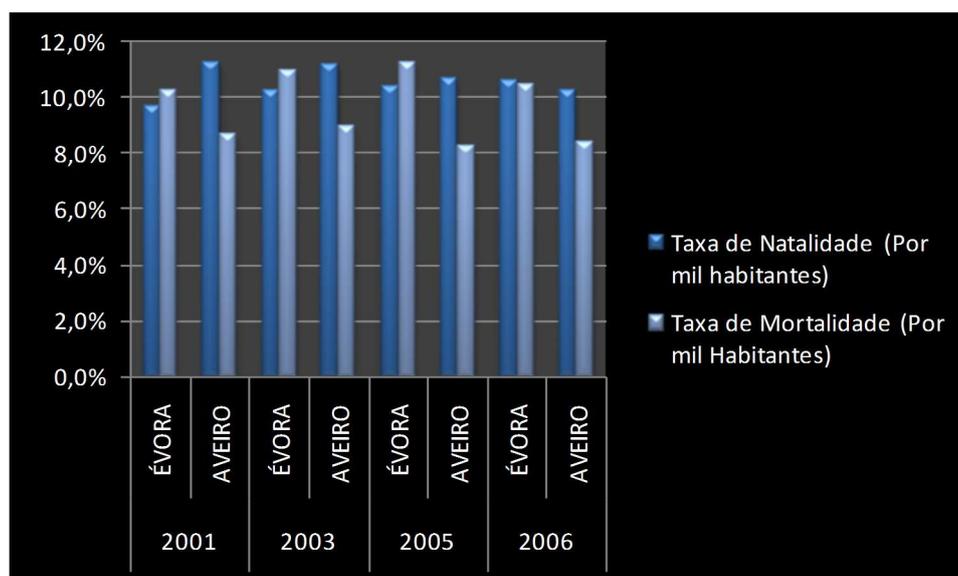


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- É notória a diferença entre as duas cidades. Évora tem sido desde sempre uma cidade com uma população mais envelhecida.
- A origem deste facto pode ser explicado pela desertificação do Alentejo e cada vez mais as pessoas procuram locais para viver onde as oportunidades de emprego sejam melhores e mais estáveis.
- Évora foi sempre uma cidade de pessoas mais viradas para o trabalho agrícola, no entanto com a redução da actividade muitas pessoas abandonaram a cidade a procura de melhores condições de vida.
- Desta forma podemos ver que Aveiro tem mais facilidade em fixar os jovens ao contrário de Évora.

Gráfico 13 – Taxa de Natalidade / Mortalidade

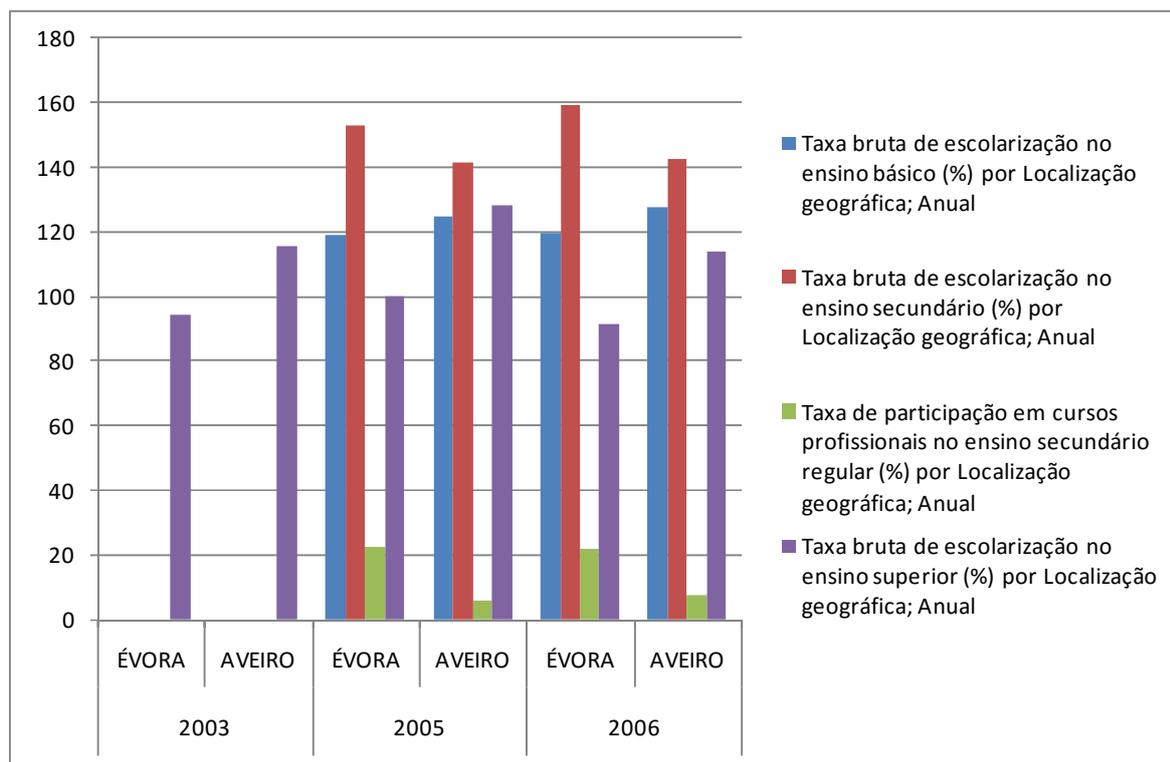


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do gráfico:

- Por este gráfico verificamos que nascem mais crianças em Aveiro que Évora. Apesar de haver uma pequena alteração em 2006 em que Évora ultrapassa Aveiro, mas tendo em conta os anos anteriores não é por si só relevante.
- Em relação á taxa de mortalidade ela é claramente maior em Évora, sendo que, em Aveiro morrem menos pessoas.
- A taxa de natalidade pode ser um exemplo da melhoria das condições de vida nas cidades, ou seja, se nascem mais crianças é porque á uma maior estabilidade dos casais e acreditam também em princípio num melhor futuro.

Gráfico14 – Taxa bruta de escolarização



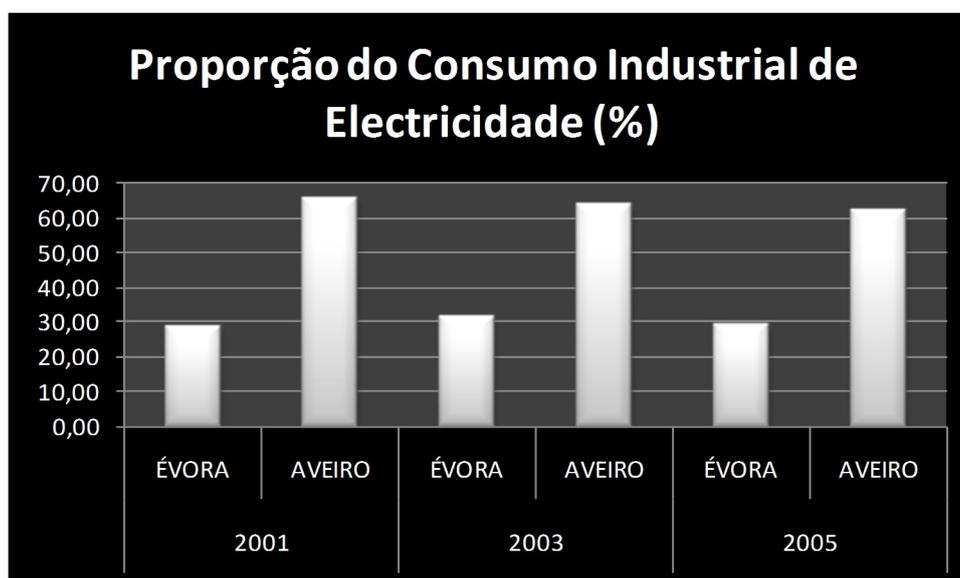
Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do gráfico:

- Verifica-se neste gráfico que no caso do ensino básico a taxa bruta de escolarização é maior em Aveiro.
- Contudo no ensino secundário esta taxa é maior em Évora.
- A taxa de participação nos cursos profissionais também é maior em Évora.
- No caso do ensino superior a taxa de escolarização tem sido sempre maior em Aveiro.

10.3.4 INDICADORES ECONÓMICOS

Gráfico 15 – Proporção Consumo Industrial de Electricidade

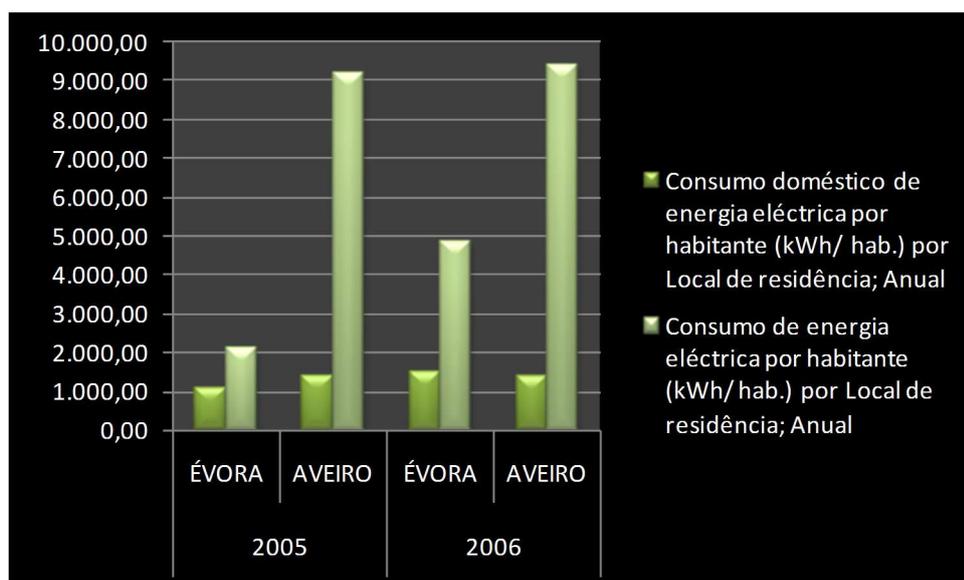


Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- Como não podia deixar de ser a indústria de Aveiro consome mais do que a de Évora.
- Como é óbvio Aveiro é uma cidade como já o dissemos com mais indústria e este gráfico prova mais uma vez essa situação.

Gráfico 16 – Proporção Consumo doméstico de Electricidade



Fonte: Elaboração Própria (Dados do INE)

Análise do Gráfico:

- Em relação ao consumo doméstico de energia eléctrica por habitante, verifica-se que em 2005 era maior em Aveiro mas em 2006 Évora aumentou o consumo e Aveiro manteve-se constante. Assim isto pode dar uma imagem de bom planeamento em Aveiro no sentido de diminuição ou não aumento do consumo energético.
- No caso do consumo de energia eléctrica por habitante é maior em Aveiro.

10.4 Análise comparativa entre Évora e Aveiro

O objetivo do Planeamento em Évora é “Criar um ambiente de cultura e de inovação capaz de transformar Évora numa cidade socialmente justa, organicamente integrada na região e com projecção internacional”⁴⁰.

Estratégias Escolhidas em Évora⁴¹:

- A. Imagem Identitária da cidade
- B. Qualidade Urbana Global
- C. Sustentação Económica
- D. Integração Territorial

Sub-Objectivos do Plano⁴²:

As estratégias escolhidas para Évora subdesenvolvem-se em vários objectivos:

A. Imagem Identitária da cidade:

1. Fomentar o espírito de cidadania e a componente relacional de vivência urbana.
2. Redescobrir a cidade, a sua história e vocação universitária.
3. Promover a imagem e as potencialidades da cidade.

B. Qualidade Urbana Global:

1. Globalizar a qualidade do ambiente urbano.
2. Valorizar e (re)criar o património edificado.
3. Reforçar a vida cultural e científica e a criatividade artística.

⁴⁰ Acedido em 28-07-2006: http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/plano_estrategico.htm

⁴¹ Acedido em 28-07-2006 em: <http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/dominios.htm>

⁴² Acedido em 28-07-2006: <http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/dominios.htm>

4. Promover as solidariedades e a integração social.

C. Sustentação Económica:

1. Qualificar e diversificar o perfil das atividades económicas.
2. Reforçar a capacidade nos domínios da educação, da formação profissional e da ciência e tecnologia.
3. Consolidar redes de equipamentos e serviços de apoio à atividade económica.
4. Promover a economia de Évora nos mercados internacionais.

D. Integração Territorial:

1. Reforçar os laços existentes com a área envolvente.
2. Reforçar a cooperação inter-urbana com centros vizinhos.
3. Reforçar as ligações ao espaço ibérico.
4. Reforçar os níveis de abertura de Évora ao mundo.

Ideias mobilizadoras para um planeamento dinâmico e eficaz em Évora⁴³:

São ideias que pressupõem um desenvolvimento equilibrado e sustentável que os domínios de intervenção dos planos estratégicos devem ter em consideração:

- *Évora, cidade cultural, Património da Humanidade*: o fator cultural deve considerado como um dos fatores mais importantes de desenvolvimento, devido ao passado histórico da cidade.
- *Évora, cidade universitária*: um dos componentes mais responsáveis pelas grandes opções da cidade.

⁴³ Acedido em 28-07-2006 em: http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/plano_estrategico.htm

- *Évora, cidade aberta à inovação*: criar uma cidade competitiva que promova um futuro equilibrado e sustentável.
- *Évora, cidade com qualidade ambiental*: dar mais importância ao funcionamento colectivo, qualificando urbanisticamente as zonas em expansão.
- *Évora, cidade solidária*: criar condições para os grupos sociais desfavorecidos em termos económicos, urbanísticos e qualidade de vida com cuidados mínimos aceitáveis.
- *Évora, cidade internacional e de congressos*: afirmar-se como local de visibilidade internacional e nacional.

O Plano Estratégico de Aveiro tem como premissa “Aveiro - uma cidade com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, que se afirme como centro de intermediação entre a Região e o exterior, e como pólo dinamização económica, social, cultural e desportiva”⁴⁴.

Para conseguir este objetivo os urbanistas e planeadores de Aveiro definiram linhas estratégicas, projetos estruturantes, chaves institucionais e organizativas e projetos/ações⁴⁵.

Linhas estratégicas⁴⁶:

- Apoiar mais a vida económica da região, reforçando, para tal, a estrutura de serviços, equipamentos e infra-estruturas;
- Promover a qualidade urbana e à coesão socio-urbanística da cidade, atendendo à sua dimensão, dispersão e diversidade de formas de ocupação;
- Consolidação e dinamização de uma vida cultural, lúdica e desportiva que proporcione melhores condições de vida à população residente e torne a Cidade e a Região mais atractivas.

⁴⁴ Ob. Cit. Pág. 6

⁴⁵ Ob. Cit. Pág. 6

⁴⁶ Ob. Cit. Pág. 8

- Promover a presença da Ria, à qual a cidade e a sua região polarizada estão estreitamente ligadas, e que constitui um fator de diferenciação e de potencial atractividade e competitividade regional;
- Potenciar a dinâmica social e económica da região polarizada de Aveiro (o seu "espaço vital") e a posição geo-estratégica desta Região no território nacional.
- Aproveitamento da dinâmica e iniciativa dos agentes locais, no sentido de reforçar o seu protagonismo a nível local, regional e nacional, procurando ultrapassar as debilidades organizativas e de coesão e cooperação que atualmente se verificam.

Projectos Estruturantes⁴⁷:

- Centro de Negócios
- Urbanização da Zona Centro
- “Bolsa de Terrenos” para empresas
- Parque Ribeirinho
- Pavilhão Multi-Usos
- Eixo Estruturante / Eixo Transversal
- Placa Logística

Chaves Institucionais e Organizativas⁴⁸:

- Instalação e dinamização do Gabinete da cidade e do conselho do plano estratégico.
- Agência de desenvolvimento Local(para a modernização da base económica de Aveiro).
- Gabinete de coordenação e promoção cultural e desportiva.
- Reorganização dos serviços municipais e da relação autarquia-cidadãos.
- Fórum Ria.
- Mesa permanente luso-espanhola.

⁴⁷ Ob. Cit. Pág. 31

⁴⁸ Ob. Cit. Pág. 54

- Plano de marketing da cidade.
- Observatório de Aveiro 2001.

Projectos / Acções⁴⁹:

Estes projetos e ações constituem uma referência para a realização de medidas enquadradas no plano estratégico de Aveiro. Temos como exemplo os seguintes planos e ações:

- Bolsas de terrenos para empresas.
- Estrutura de telecomunicações avançadas.
- Desenvolvimento e diversificação de catividades turísticas.
- Criação e promoção de uma imagem de marca do comércio de Aveiro.
- Animação urbana do centro.
- Promoção do comércio no IP5 (Aveiro – saldos ibéricos).

⁴⁹ Ob. Cit. Pág. 73

11. ESTUDO CASO ATRAVÉS DOS INDICADORES APRESENTADOS (Barcelona / Lisboa)

Quadro 17 – Indicadores de Comparação Barcelona / Lisboa⁵⁰

ANÁLISE BARCELONA / LISBOA									
INDICADORES	SUB-INDICADORES	2000		2002		2004		2006	
		Barcelona	Lisboa	Barcelona	Lisboa	Barcelona	Lisboa	Barcelona	Lisboa
SOCIAIS	Total da População	1 503 451	568 444	1 527 190	549 766	1 578 546	529 485	1 605 602	509 751
	Taxa Natalidade por 1000 habitantes	8,3%	10,3%	8,5%	10,4%	8,8%	10,6%	8,8%	10,9%
	Taxa Mortalidade por 1000 habitantes	10,3%	14,5%	10,1%	14,5%	9,4%	14,1%	9,3%	14,2%
	Taxa de Esperança Média de Vida ao nascer	78,9%	77,3%	79,1%	78,2%	79,9%	78,6%	81,1%	78,2%
	Índice de Envelhecimento	174,0	198,0	188,9	195,0	179,7	190,0	175,8	181,0
	Taxa de Imigrantes por 1000 habitantes			20,80%	11,50%	24,10%	26,30%		
	Taxa de Médicos por 10 000 habitantes	6,3%	1,2%	6,3%	1,3%	6,5%	1,3%	7,4%	1,5%
	Taxa de Enfermeiros por 10 000 habitantes			5,7%	1,6%	5,3%	1,5%	6,0%	1,9%
	Taxa de Desemprego	20,6%	5,0%	20,6%	8,1%	10,8%	8,1%	10,8%	8,9%
	Com Formação Profissional	9,9%	0,6%	9,9%	0,6%	11,0%	0,7%	11,0%	1,1%
ECONÓMICOS	Taxa de indivíduos com curso superior	10,5%	39,8%	10,6%	41,0%	12,4%	58,0%	12,4%	61,0%
	Transito de Mercadorias no porto (Milhoes Toneladas)							46	11
URBANÍSTICOS	Transito de Mercadorias no Aeroporto (Milhares Toneladas)							93	99
	Superficie Total (km2)			99,07	84,60	100,96	84,80	101,34	84,70
	Taxa de Obras Novas	73,28%	98,90%	78,50%	98,20%	73,04%	93,10%	79,86%	84,66%
AMBIENTE URBANO	Taxa de Obras Reformas	2,60%	0,00%	18,45%	0,00%	22,36%	0,23%	17,51%	0,02%
	Parques Urbanos (há)							559,3	1923,4
						1999-2002		2003-2006	
	Consumo de Água					76,8	115,5	71,9	123,1

Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

⁵⁰ Anuario Estadístico de Lisboa e Barcelona 2000, 2002, 2004, 2006. INE de Portugal, INE de Espanha, Eurostat.

Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

11.1 - INDICADORES

11.1.1 INDICADORES SOCIAIS

Gráfico 17 – Total da População

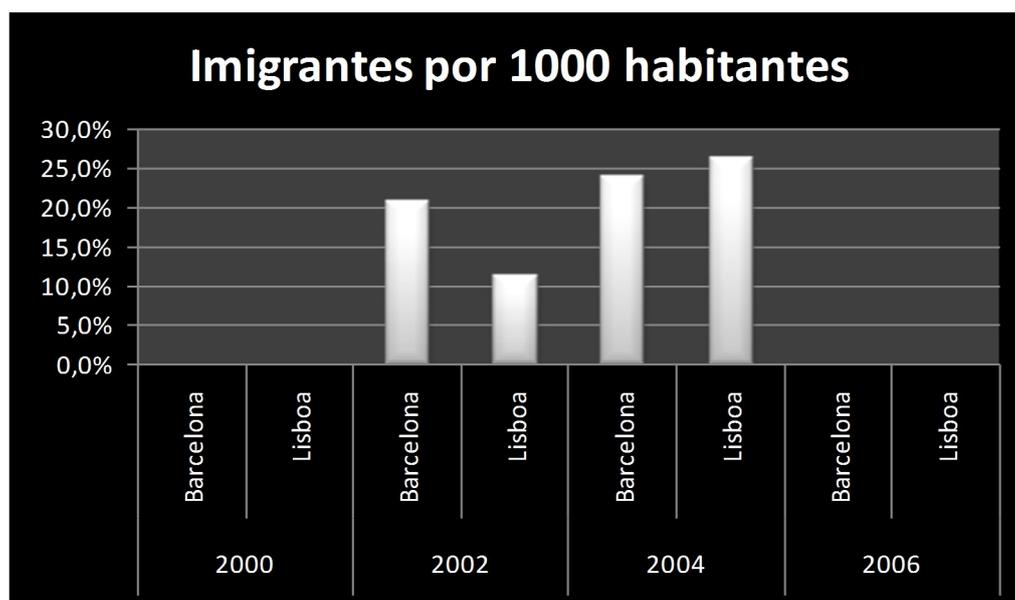


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do gráfico:

- Em relação a este gráfico podemos verificar que Barcelona é de facto uma cidade mais povoada que Lisboa.
- Sendo que em todos os anos analisados se observa o dobro da população.
- Havendo mais gente, obviamente haverá mais poluição, necessidades básicas, e emprego.
- Assim o planeamento estratégico e a gestão das cidades é de extrema importância para que se tenha em consideração um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras.

Gráfico 18 – Taxa Imigrantes por 1000 habitantes



Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- No caso dos Imigrantes Barcelona em 2002 teve uma taxa maior de imigração, mas no ano seguinte Lisboa duplicou a sua taxa de imigração, chegando a ser superior á de Barcelona nesse mesmo ano.
- A imigração ou emigração são conceitos bem definidos mas difíceis de observar. A escassez de informação estatística torna muito difícil fazer analogias sobre este sector da sociedade.
- No entanto podemos dizer que este sector é de extrema importância para as cidades, já que a imigração pode ter origem em deslocações sazonais para os cidadãos que vão trabalhar em grandes obras, tanto para quem sai como para quem entra.
- Queremos dizer com isto que o planeamento deve prever estas entradas e saídas de pessoas, porque se hoje tenho uma estação de resíduos para uma zona de quinhentos mil habitantes, num mês posso ter nessa mesma zona um milhão caso se preveja uma obra grande como foi o caso de Barcelona com os Jogos Olímpicos.

Gráfico 19 –Taxa Natalidade por 1000 habitantes



Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Apesar de Lisboa ter uma taxa de natalidade superior, em relação a taxa de mortalidade Barcelona tem valores menos acentuados.
- a natalidade pode servir de exemplo para “medir” a confiança dos cidadãos na gestão e planeamento das cidades. Isto é, se nós soubermos que temos boas condições de saúde, economia forte, etc, obviamente em vez de termos um filho teremos dois.
- No entanto é preciso referir que a falta de planeamento familiar também pode alterar os dados, ou seja, se não houver informação sobre as condições necessárias para se ter filhos, muitos pais programam a sua vida sem ter esse aspecto em consideração, podendo levar ao colapso familiar”. É preciso dentro do planeamento estratégico e gestão das cidades inserir um bom planeamento familiar para um desenvolvimento sustentável.

Gráfico 20 – Taxa Mortalidade por 1000 habitantes

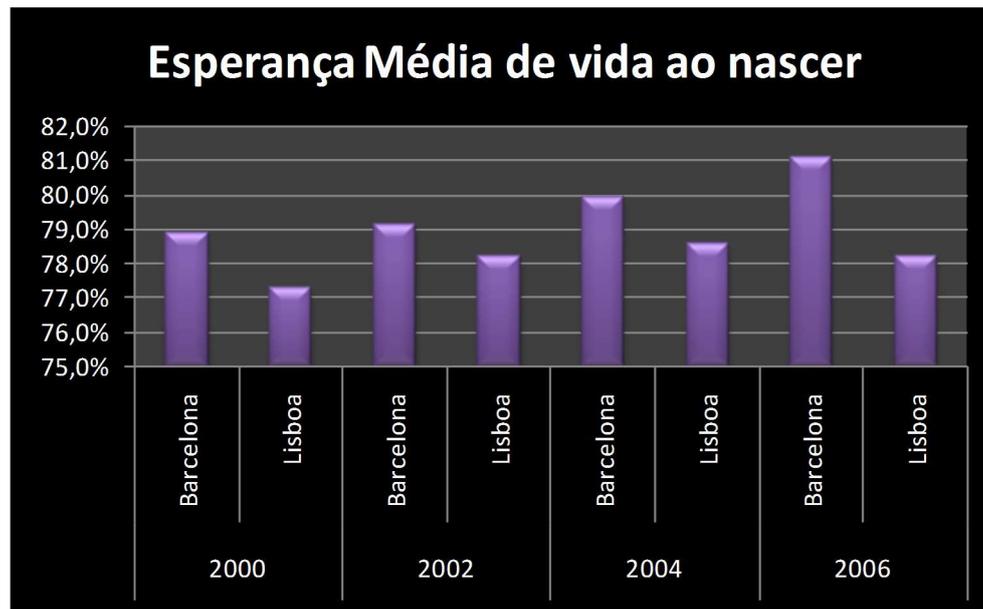


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- A partir deste gráfico podemos ver que a taxa de mortalidade é superior em Lisboa.
- No gráfico da página anterior observamos que em Lisboa nascem mais crianças mas acontecem mais óbitos no geral.
- A morte é um aspecto essencial do planeamento que não podemos deixar de ter em consideração. É necessário que na gestão da cidade tenhamos em conta os espaços onde colocar os que vão morrendo por este ou aquele motivo.
- Os cemitérios é uma parte importante das cidades, já que é lá que se enterram familiares e são locais de culto a essas pessoas.
- Imaginemos uma cidade onde não houvesse locais para colocar os mortos? Seria impensável.
- Neste campo é preciso considerar infra-estruturas de incineração e de enterro das pessoas.

Gráfico 21– Esperança Média de Vida ao Nascer

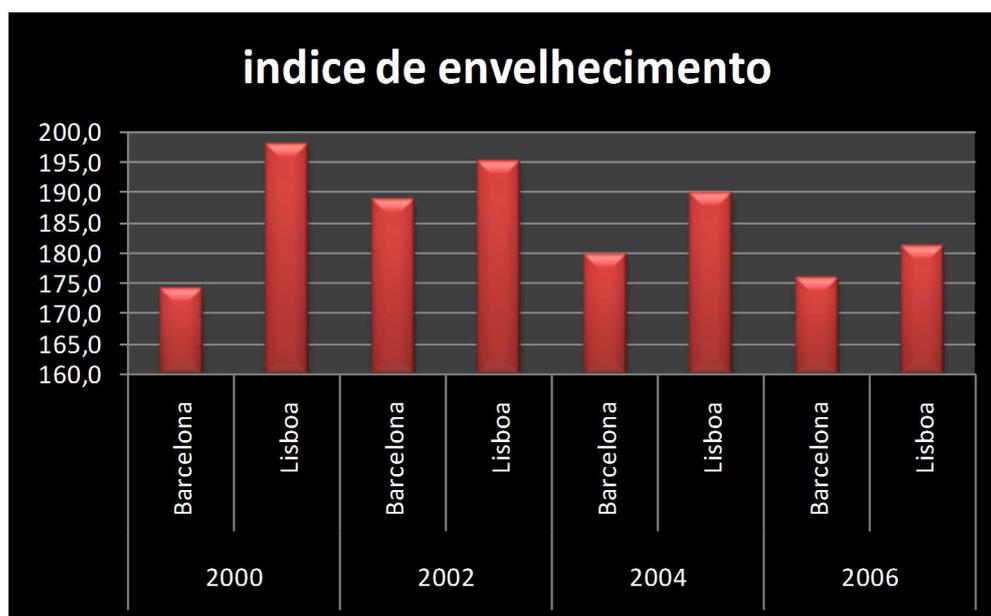


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- A esperança média de vida tem sido superior em Barcelona que por sua vez também tem a menor taxa de índice de envelhecimento.
- Este gráfico mostra que Barcelona tem executado um plano estratégico com sucesso ao nível do aumento da esperança média de vida.
- Podemos apontar vários factores, mas parece-nos mais apropriado dizer que se há mais emprego, mais cuidados de saúde e uma estratégia de desenvolvimento a pensar no futuro, é normal que as pessoas vivam mais tempo.

Gráfico 22 – Índice de Envelhecimento

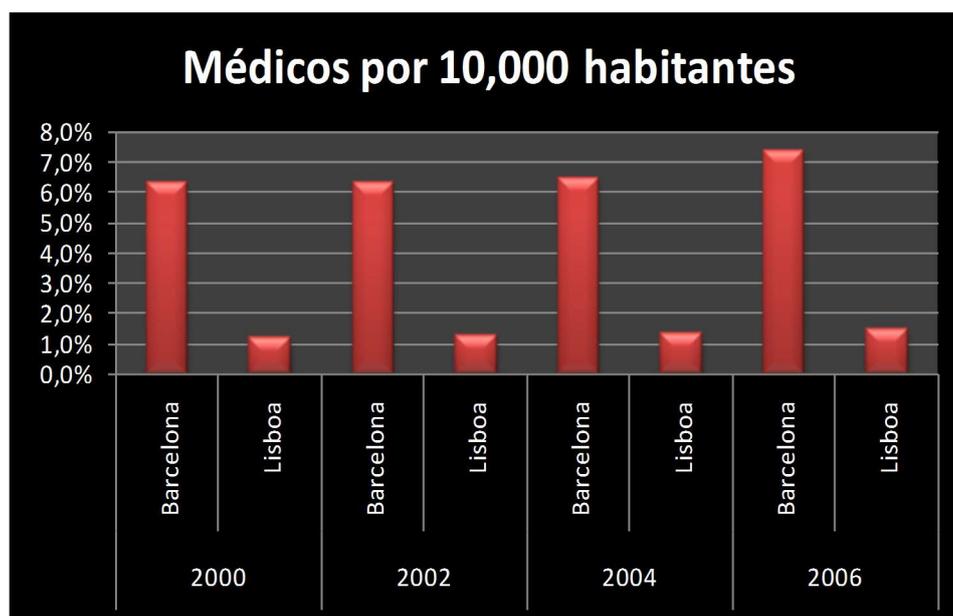


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Neste gráfico observamos claramente que a população de Lisboa é mais envelhecida que a de Barcelona.
- Facto este que pode ser explicado por uma má gestão da cidade, ou seja, não há incentivos á inserção de jovens em Lisboa, ou seja para viverem na cidade.
- Lisboa vive hoje de bairros antigos com moradores envelhecidos, e apesar de esta tendência ter vindo a descer acreditamos que com um planeamento estratégico será mais rápido.
- Em Barcelona morrem menos pessoas e são mais jovens que as de Lisboa. Isto diz-nos que é preciso na estratégia de gestão da cidade considerar estes factores. Uma cidade deve ser equilibrada, ou seja, o envelhecimento da população deve acompanhar a taxa de natalidade. Os idosos passam a sabedoria mas os jovens são a força de trabalho.

Gráfico 23 – Taxa Médicos por 10.000 Habitantes



Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Na questão da saúde os habitantes de Barcelona estão mais protegidos que os de Lisboa já que a taxa de médicos e enfermeiros (veja-se o gráfico da página seguinte) por 10.000 habitantes é em todos os anos analisados mais do dobro que em Lisboa.
- Lisboa praticamente estagnou na formação de mais médicos. Ao passo que Barcelona tem apostado em cada vez mais aumentar o seu pessoal médico.
- Assiste-se hoje á falta de planeamento por parte de Lisboa que não previu esta necessidade e isto levanta outros problemas como por exemplo se a taxa de mortalidade é maior e o índice de envelhecimento também, vão ser necessários mais cuidados de saúde e se a tendência não se alterar começa a haver escassez de cuidados médicos como já acontece hoje.

Gráfico 24– Taxa Enfermeiros por 10.000 habitantes

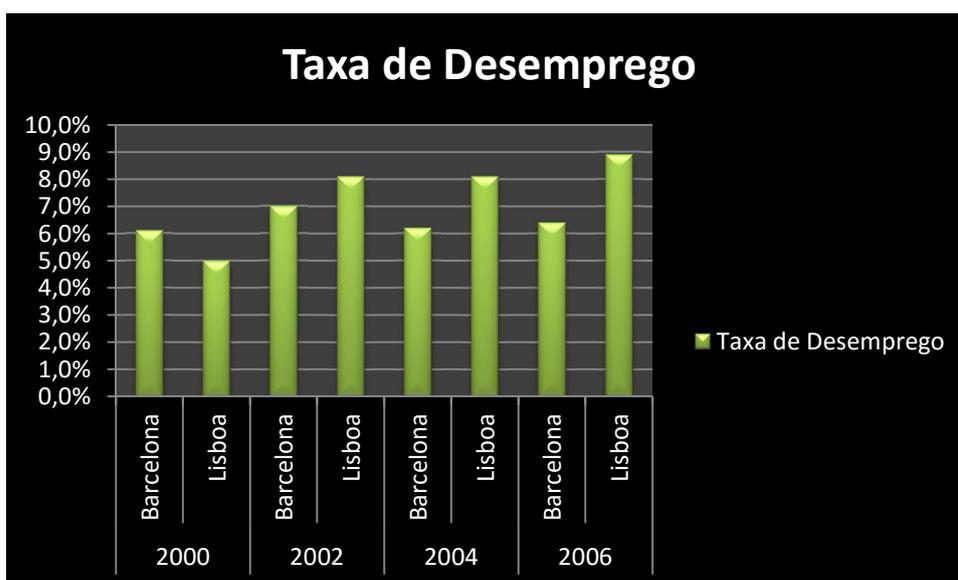


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Se é um facto que há mais médicos em Barcelona que em Lisboa o mesmo se passa com os enfermeiros.
- O aumento do pessoal de saúde ao nível dos médicos deve ser sempre acompanhado pelo crescimento do pessoal de enfermagem.
- Os cuidados pós operatórios, deslocações a casa dos utentes para fazer por exemplo pensos, etc é assegurado na maior parte das vezes por enfermeiros quando não é necessário a intervenção do médico.
- Barcelona consegue manter este equilíbrio, ao contrário de Lisboa. Mais uma das razões pelo qual o planeamento estratégico é essencial. Este é um dos sectores que deve ser considerado no desenvolvimento sustentável. Não podemos nem ter só alguns médicos nem só alguns enfermeiros, mas sim os necessários.

Gráfico 25 – Taxa de Desemprego

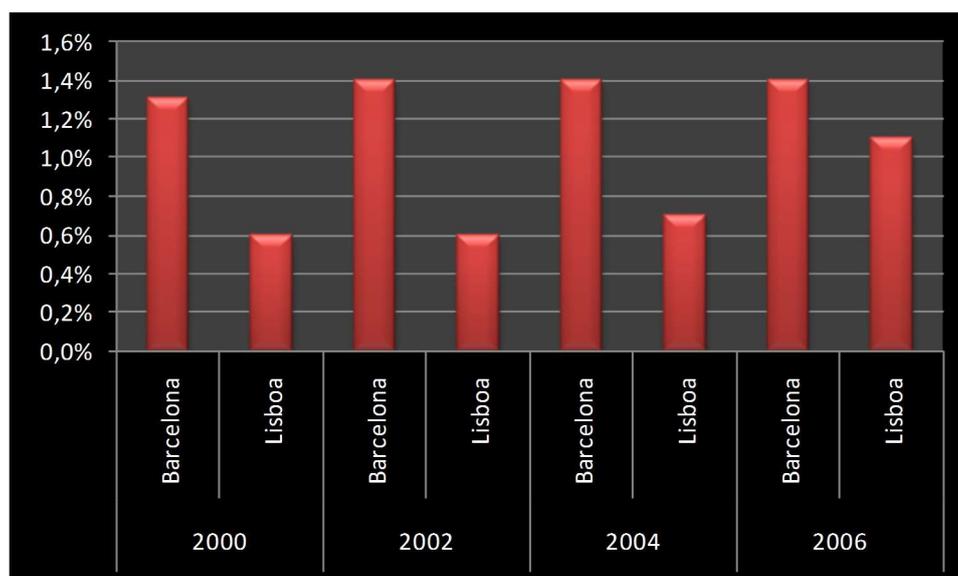


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Verifica-se mais que Barcelona está melhor posicionada neste indicador que Lisboa.
- Sendo uma cidade preocupada com o planeamento estratégico e a sua aplicação Barcelona apresenta-se com mais industria que Lisboa o que por sua vez trás mais empregos.
- E o facto de se promover mais industria também ajuda outros sectores como o de serviços, construção, etc. Ou seja cria-se em redor desta industria uma panóplia de outros trabalhos que geram riqueza e consequentemente aumenta o poder de compra das populações, vivendo estas com mais e melhores garantias de estabilidade ao longo da vida.

Gráfico 26 – Alunos Matriculados no Ensino Profissional

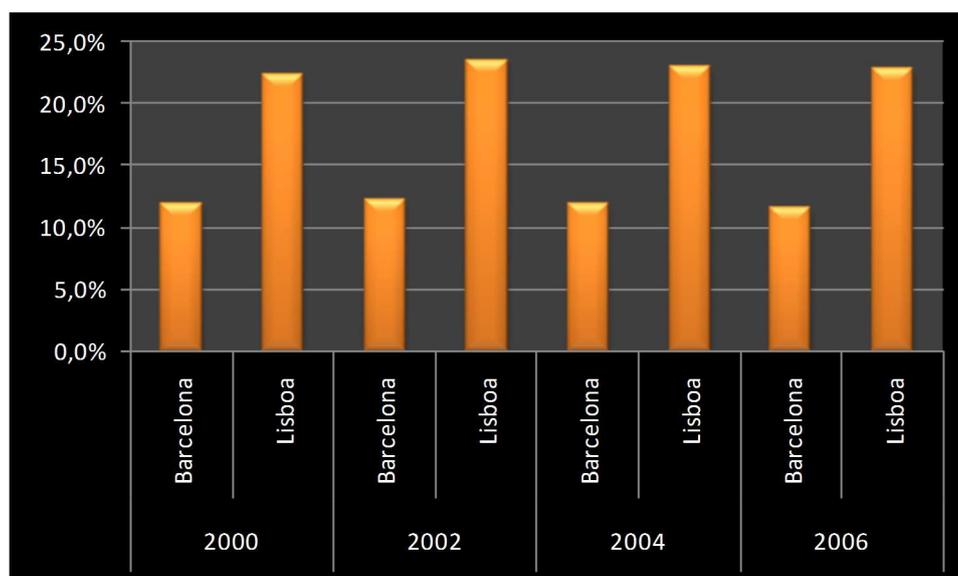


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Podemos observar através deste Gráfico que Barcelona tem aposta mais na formação profissional que Lisboa. Chegando mesmo nalguns anos a duplicar o numero de alunos.
- A formação profissional é um aspecto fundamental de qualquer cidade. Isto porque nem todos os trabalhos precisam de uma formação superior mas sim profissionalizada.
- O objectivo da formação profissional é dar às pessoas e principalmente aos jovens que não querem ir para a Universidade uma forma de entrar no mercado de trabalho com conhecimentos próprios do trabalho que vão efectuar.
- Por exemplo um canalizador ou electricista não precisa de ter um curso superior, mas são extremamente necessários para os mais variados trabalhos na sua área.

Gráfico 27 – Alunos Matriculados no Ensino Superior (Universitário)



Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Facilmente verificamos neste gráfico que a percentagem de população universitária em Lisboa é superior á de Barcelona.
- No entanto promover-se uma educação superior sem um mercado de trabalho que absorva todos estes indivíduos é fomentar um problema de difícil resolução a curto prazo.
- Se é certo que todos tem direito a uma educação superior, também é certo que todos devem ter acesso ao emprego após acabarem os cursos. O problema é onde estão os serviços, empresas ou industria capaz de absorver estes universitários.
- Um dos aspectos que o planeamento estratégico e a gestão das cidades deve considerar é fomentar a formação dos jovens de acordo com as necessidades da cidade onde estão inseridos.

- Facilmente se observa hoje em Lisboa casos de jovens licenciados a trabalhar em caixas de supermercado ou noutras áreas fora do contexto para o qual se formaram.
- Imagine-se uma cidade só de licenciados!!!, Quem iria recolher os resíduos, varrer as ruas, fazer canalizações, tratar da parte eléctrica, ser pedreiro??
- É óbvio que não podemos responder a esta questão mas podemos dizer claramente que numa cidade com menos industria como é o caso de Lisboa em relação a Barcelona, deve de haver mais aposta na formação profissional.
- Fazamos um raciocínio simples: se tivermos excesso de licenciados é óbvio que a entidade empregadora irá procurar o licenciado que precisa pelo preço mais baixo. Não será difícil encontrar daqui a alguns anos se a tendência continuar jovens licenciados a trabalhar em Lisboa pelo ordenado mínimo nacional.
- A política de ensino deve acompanhar o desenvolvimento sustentável da cidade onde a população se insere. Parece-nos que em Lisboa se tem procurado dar o máximo de formação possível e depois mais tarde logo se pensa numa maneira de resolver o problema dos jovens licenciados sem emprego. Ao passo que Barcelona procura manter um nível de licenciados adequados ao normal desenvolvimento de todas os outros sectores da vida da cidade.

Segundo o relatório da Comissão Europeia sobre Cidades Sustentáveis, “A dimensão da população influencia a sustentabilidade. O crescimento demográfico na maioria dos países da Europa Ocidental continua em declínio e as taxas na Alemanha, no Reino Unido e na Bélgica aproximam-se de zero. Estas características demográficas da sociedade industrial europeia são acompanhadas de uma prosperidade crescente da sociedade de consumo associada à degradação contínua do ambiente e à poluição.

A poluição da água resultante de efluentes líquidos dá um exemplo clássico das deseconomias de escala decorrentes do crescimento demográfico. Quando uma pequena densidade de pessoas vive ao longo de um grande rio, os seus efluentes podem ser despejados directamente no rio e terá lugar a depuração natural. Mas se a população

aumenta, a biodegradabilidade do curso de água é levada ao limite e as águas residuais e a água de recepção devem ser tratadas.

Em geral, quanto mais pessoas vivem na bacia de recepção, tanto mais elevados serão os custos *per capita* de evitar a poluição da água. As pressões relacionadas com a dimensão da população são já grandes e estão a crescer rapidamente. Há uma pressão sobre os recursos físicos (solo, alimentos, água, floresta, metais), sobre a capacidade do ambiente para eliminar e reciclar detritos humanos e prestar outros serviços vitais e sobre a capacidade da sociedade para dispensar esses serviços (educação, assistência médica, administração da justiça).

Há ainda pressão sobre valores sociais tão importantes como privacidade, ausência de normas restritivas e oportunidade de escolher uma variedade de modos de vida. A estrutura e composição da população influenciam o padrão de consumo e comportamento e como resultado a sustentabilidade da sociedade. Os factores que determinam a dimensão e composição da população são natalidade, mortalidade, imigração e emigração. Duas tendências assumem importância para o futuro urbano:

- Um número relativamente elevado de imigrantes

Uma consequência da diferença na maturidade industrial entre o Noroeste e as regiões mediterrâneas tem sido a formação de uma população de trabalhadores estrangeiros no Noroeste. A prosperidade aí existente atraiu pessoas da Turquia, dos países do Norte de África e das ex-colónias (Índias Ocidentais, subcontinente indiano, etc.).

No entanto, o número de imigrantes diminuiu recentemente em alguns países europeus, em parte devido a normas mais estritas. O processo de imigração exige que sejam dadas respostas adequadas aos problemas associados de segregação, desemprego, sobrepopulação e vadiagem.

- O aumento em número dos agregados familiares com uma ou duas pessoas

O aumento em número dos agregados familiares com uma ou duas pessoas resulta, por um lado, do número crescente de pessoas idosas e, por outro, das modificações de estilo de vida e cultura — as famílias tornam-se mais pequenas devido à diminuição da taxa de

natalidade e ao número crescente de divórcios e celibatários. Este número crescente de agregados familiares pequenos influencia o padrão de consumo. É difícil separar as causas dos problemas sociais, tais como pobreza, desemprego, falta de educação, das suas origens demográficas e urbanas.

São igualmente importantes e frequentemente estão ligados por uma multiplicidade de relações de causa e efeito. Para que a sociedade chegue a soluções adequadas e racionais, é essencial investigar todos os factores que interagem e causam estes problemas e descobrir a natureza e as consequências das interacções. Embora alguns dos aspectos mais subjectivos da difícil situação humana, tais como as pressões sobre os valores, sejam igualmente importantes, os problemas dos recursos e do ambiente são mais fáceis de descrever em termos quantitativos” (COM, 1996, 169-170).

11.1.2 INDICADORES ECONÓMICOS

Gráfico 28 – Mercadorias no Porto



Barcelona: 46
Lisboa: 11

Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do gráfico:

- Utilizamos este gráfico ainda que só de 2006 somente para verificarmos a diferença de mercadorias que passam pelo porto de Barcelona e de Lisboa.
- Claramente verificamos que a diferença é abismal. Mostrando que uma capital como Lisboa tem muito que aprender em termos de gestão e planeamento.
- Barcelona não só produz mais como movimenta mais mercasdoorias no seu porto.

Gráfico 29 – Mercadorias no Aeroporto



Barcelona: 93
Lisboa: 99

Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- Observamos neste gráfico que mesmo no que diz respeito ao trânsito de mercadorias no Aeroporto Barcelona não se distancia de Lisboa.
- No entanto devemos considerar que se trata apenas de um ano e as diferenças entre os valores de uma cidade e outra são mínimos.

Segundo Saskia Sassen “O potencial de dispersão que aparece com a globalização e a telemática, a transferência de fábricas para o exterior, a expansão das redes globais de filiais e subsidiárias, a mudança das unidades de apoio administrativo para os subúrbios e para fora dos centros urbanos - levaram muitos observadores a afirmar que as cidades se tornariam obsoletas neste contexto económico. De facto, muitos dos antigos grandes centros industriais dos países altamente desenvolvidos sofreram um acentuado declínio. Porém, contrariando todas as previsões, um número significativo de grandes cidades também viu elevar-se a concentração de seu poder económico.

Enquanto o declínio dos centros industriais decorrente da internacionalização da produção iniciada nos anos 60 foi amplamente documentado e explicado, até recentemente não se podia dizer o mesmo da ascensão das grandes cidades de serviços nos anos 80. Hoje, já possuímos uma nova e rica cultura, repleta de debates e divergências, sobre as cidades na economia global.

O que explica esse papel novo ou radicalmente ampliado de um tipo particular de cidade na economia mundial desde o início dos anos 80? Ele resulta basicamente da intersecção de dois grandes processos. O primeiro é o agudo crescimento da globalização da actividade económica, que aumentou a escala e a complexidade das transacções, estimulando desta forma o crescimento das funções de comando das matrizes de multinacionais de primeira linha e o incremento da prestação de serviços às empresas, em especial os serviços empresariais avançados. O segundo é a intensidade crescente dos serviços na organização da economia, processo evidente em empresas de todos os sectores industriais, da mineração às finanças.

O processo chave desde a perspectiva da economia urbana é a demanda crescente de serviços por parte de empresas de todos os sectores da indústria e o facto de que as cidades são os locais preferenciais para produção desses serviços, a nível global, nacional e regional. A crescente intensidade dos serviços na organização económica em geral, assim como as condições específicas da produção de serviços empresariais avançados, incluindo aquelas em que as tecnologias de informação estão disponíveis, combinam-se para tornar certas cidades, uma vez mais, locais chave de “produção”, papel que perderam quando a manufactura em massa se tornou o sector económico dominante. Essas são as cidades globais, ou cidades mundiais, foco de uma nova literatura técnica. Quantas são, a sua hierarquia variável e o que representam em termos de novos desenvolvimentos são temas de discussão. (...)

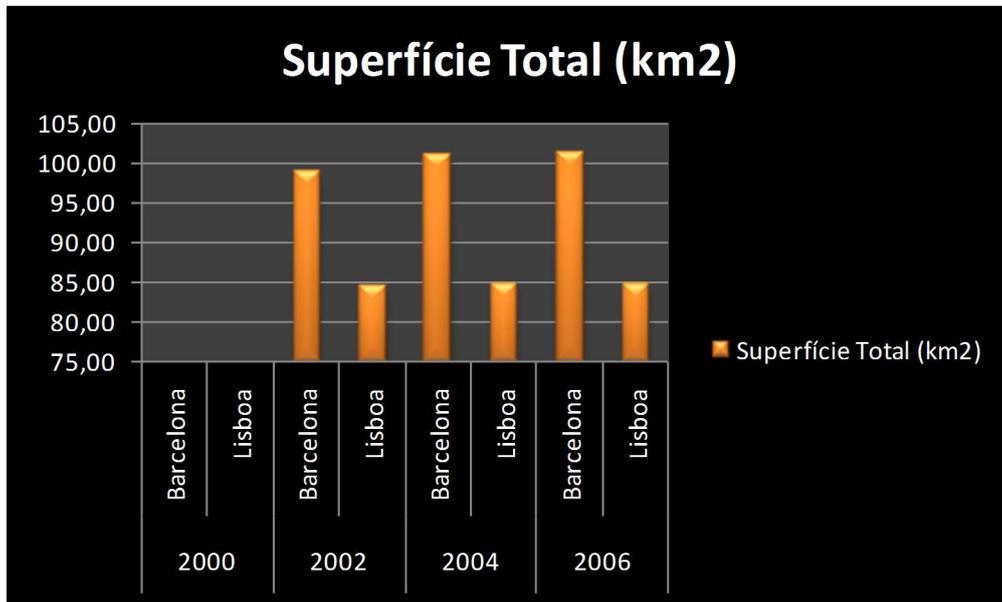
Em resumo, a combinação de dispersão geográfica das actividades económicas com a integração sistémica que jaz no coração da época económica actual contribuiu para a renovação e a ampliação das funções centrais; e a complexidade das transacções elevou a demanda das empresas por serviços altamente especializados. Ao invés de se tornarem obsoletas com a dispersão propiciada pelas tecnologias da informação, as cidades passaram a concentrar funções de comando, tornaram-se locais de produção pós-industrial

para as empresas de ponta deste período, sejam financeiras e de serviços especializados, e mercados transnacionais onde empresas e governos podem se utilizar dos produtos e serviços do mercado financeiro e contratar serviços especializados. Esse enfoque permite-nos conceber a globalização como constituída por uma rede global de lugares estratégicos que emergem com uma nova geografia de centralidade”⁵¹.

⁵¹ Acedido em 23/12/07 http://www2.rio.rj.gov.br/iplan/web/smu/mostra_caderno.cfm?CodMateria=24&AnoCaderno=1999&NumCaderno=1

11.1.3 INDICADORES URBANÍSTICOS

Gráfico 31 – Superfície Total

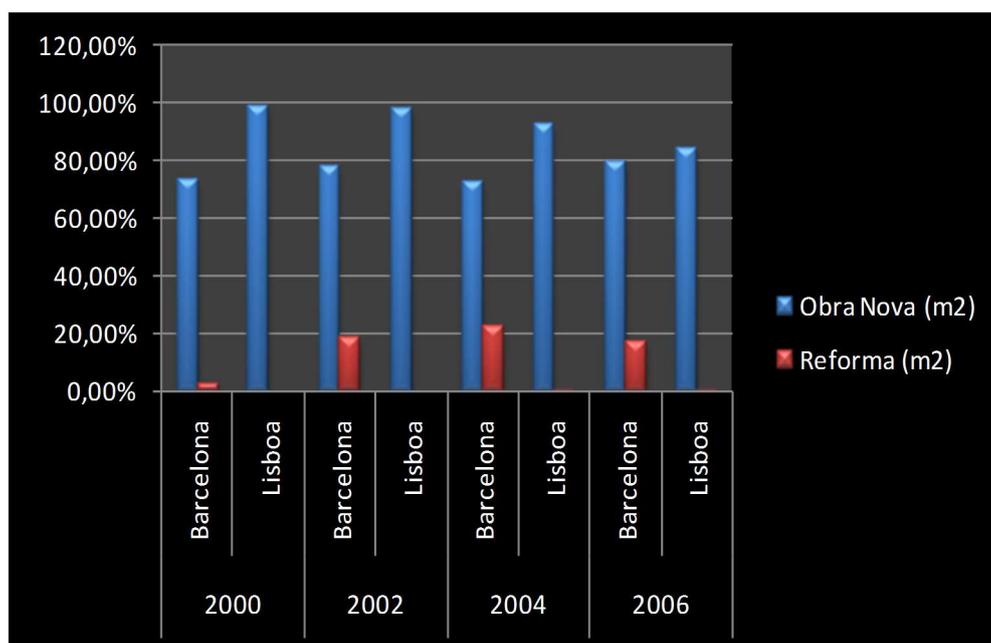


Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do Gráfico:

- No que diz respeito à comparação entre a superfície de Barcelona e Lisboa, é notória a diferença entre uma cidade e outra. Barcelona consegue ter mais do dobro de território que Lisboa.
- Verificamos também que apesar de não ser muito o crescimento, mesmo assim Barcelona tem vindo a aumentar o seu território, ao passo que Lisboa está estagnada.
- No entanto as possibilidades que um território maior oferece serão maiores, já que se pode explorar tanto em termos de dispersão da construção para fogos, indústria, agricultura. E sendo maior haverá a possibilidade dos terrenos também serem menos onerosos, desde que mais distantes do centro.

Gráfico 10 – Taxa Obras Novas / Reformas



Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do gráfico:

- Já na construção observa-se que Barcelona vai reformando algumas construções enquanto constrói de novo outras, mas Lisboa quase não reforma edifício, optando por construir de novo.
- Uma das formas de fazer bom planeamento é aproveitar o que já está feito. Poupano assim também o ambiente.
- É impressionante vermos que num território com menos do dobro do tamanho como Lisboa em relação a Barcelona se constrói quase tanto como nesta segunda cidade.
- A reforma dos edifícios ajuda não só a manter as cidades livres de prédios obsoletos e em perigo de ruir, como também pode impedir a construção de novos para o mesmo efeito. Preservando assim o espaço livre.

Segundo a Comissão Europeia “Um foco central da investigação urbana da UE tem sido o desenvolvimento de melhores ferramentas e tecnologias para permitir tomadas de decisão informadas e participativas.

Isto resultou no apoio de uma variedade de ferramentas em diferentes passos do processo de tomada de decisão. Os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD), por exemplo, incluem ferramentas de simulação e modelação, exercícios de construção de cenários, ferramentas de avaliação integradas. etc. Estes sistemas ajudam a avaliar as diferentes opções de políticas para o planeamento e implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

A investigação europeia contribuiu para muitas soluções inovadoras para a gestão da qualidade do ar em cidades entupidas com os fumos dos sistemas de aquecimento e ventilação, tráfego e fábricas. A nossa saúde é directamente afectada pela qualidade do ar e, como tal, a investigação sobre a poluição do ar urbana – e as medidas para a combater e controlar – é essencial. A nível local, os gestores da cidade utilizam ferramentas de investigação para ajudar a ir de encontro aos objectivos delineados na iniciativa Ar Limpo para a Europa (CAFÉ), que publicou uma estratégia para a poluição do ar como parte do Sexto Programa de Acção Ambiental da União Europeia.

São ainda necessários novos modelos de dinâmica de poluição para prever e avaliar como é dispersada e que impacto tem na saúde em particular. Os projectos do Grupo de Investigação da Qualidade do Ar Europeia (CLEAR) estão a criar sistemas e ferramentas para apoiar a administração urbana como forma para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos.

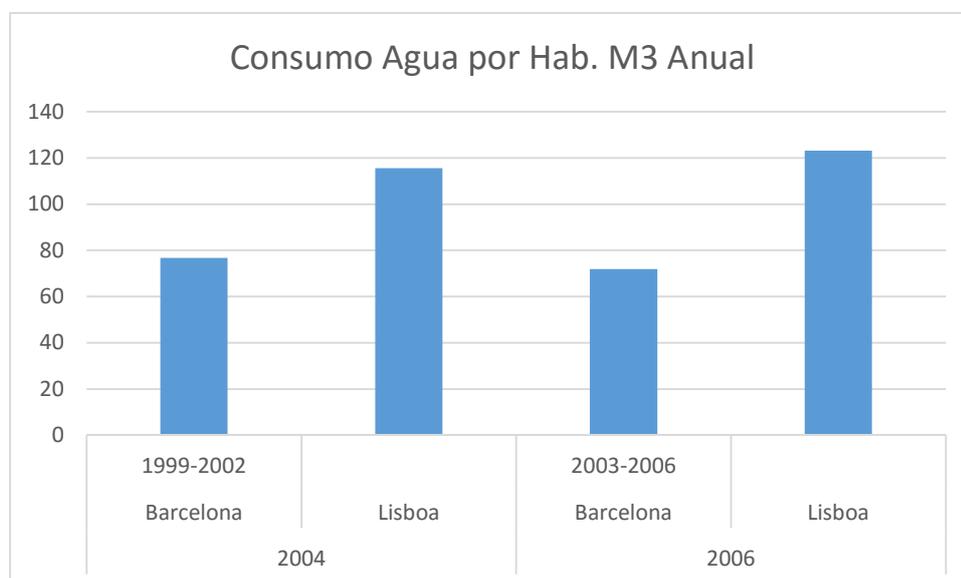
Entretanto, os resíduos gerados pelas cidades europeias são também uma grande preocupação das autoridades. É necessária mais investigação sobre sistemas de gestão de resíduos eficazes utilizando o princípio dos “três Rs” de reduza, reutilize e recicle. O Grupo Europeu de Gestão de Resíduos oferece soluções sustentáveis de resíduos no seu site (www.wastesolutions.org). A boa administração assenta fortemente no forte envolvimento de todos os intervenientes na tomada de decisão. A administração urbana não é excepção. Uma cidade que mobiliza os seus cidadãos para participarem na gestão

proporciona mais facilmente políticas e serviços correspondendo aos seus desejos. A investigação da UE está a ajudar a racionalizar a administração urbana local”⁵².

⁵² Acedido em 23/03/08 http://ec.europa.eu/research/leaflets/urban_research/article_3083_pt.html

11.1.4 INDICADORES AMBIENTAIS URBANOS

Gráfico 32 – Consumo de água por habitante

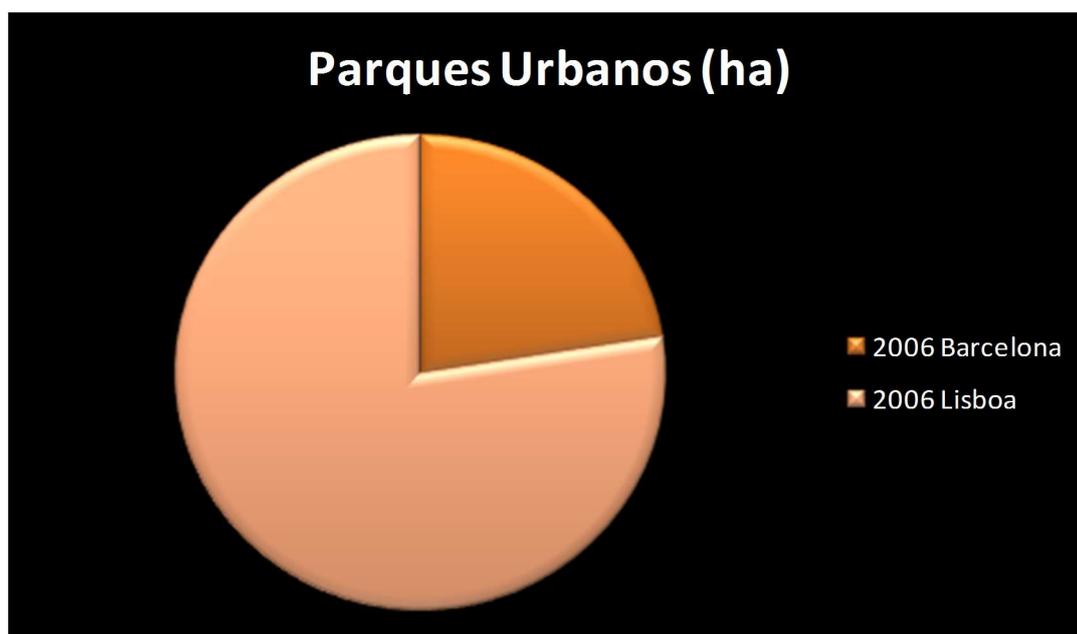


Fonte: **Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.**

Análise do gráfico:

- Conforme podemos ver neste gráfico apesar de Barcelona ser uma cidade maior e com mais habitantes o consumo de água por habitante é mais reduzido que em Lisboa, sendo esta uma diferença bastante acentuada.

Gráfico 33 – Parques Urbanos



Barcelona: 559,3
Lisboa: 1923,4

Fonte: Elaboração Própria (Dados retirados do INE Portugal e Espanha e Anuários Estatísticos da Cidade de Barcelona) e Eurostat.

Análise do gráfico:

- Em relação aos parques urbanos Lisboa afasta-se muito de Barcelona pelo lado positivo.
- No entanto devemos dizer que Barcelona desde 1992 tem vindo a promover uma requalificação urbana.
- Os parques urbanos são espaços pulmonares da cidade e de lazer. Facto essencial á vivência humana. Nem sequer devemos imaginar uma cidade sem espaços verdes.
- No entanto entende-se que Barcelona deu prioridade á indústria e planeou para mais tarde o desenvolvimento de espaços e parques urbanos.

- Hoje assiste-se a uma cidade com uma maior dimensão que através do planeamento estratégico e da gestão da cidade conseguiu aumentar a sua indústria ao passo que agora pode preocupar-se com o ambiente urbano.

Como nos diz **Partidário** (2000:41-42) “Deve contudo ressaltar-se que, muito embora as variáveis explicativas da qualidade do ambiente sejam incluídas no conjunto das que explicam a qualidade de vida, sem serem coincidentes, não se pode afirmar da sua independência total. Ou seja, a caracterização e explicação da qualidade do ambiente num dado centro urbano ou num conjunto de centros, obriga a ter em atenção as condições sócio-económicas das populações a que respeita. (...)”

Uma questão importante e que merece ser salientada é a relação de causa efeito que efectivamente se estabelece entre o nível de qualidade do ambiente urbano e o desenvolvimento económico. Esta relação poderá tomar um de dois sentidos:

1. Positivo, na medida em que uma melhor utilização e rentabilização dos recursos urbanos possui efeitos económicos positivos a médio, longo prazo. Por exemplo, a actividade turística conseguida por via da melhoria das infra-estruturas de recreio e de qualidade estética do espaço exterior urbano.
2. Negativo, pois por vezes as medidas a adoptar numa perspectiva de prevenção da qualidade do ambiente exigidas por determinadas intervenções económicas poderão ter custos tão elevados que se tornam instrumentos inibidores do desenvolvimento.

(...) qualquer forma de gestão urbana correcta e eficaz será aquela em que os objectivos de desenvolvimento económico e de promoção da qualidade ambiental urbana se potenciam mutuamente.”⁵³

Para **Mendes** (2004:3-28) “ A problemática da qualidade de vida em áreas urbanas vem ganhar importância acrescida face á tendência para a urbanização global que se observa ao nível mundial. É comum dizer-se que para enfrentar e resolver um problema é necessário previamente reconhecer a sua existência, diagnosticar os detalhes e avaliar a sua extensão.

⁵³ PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2000) Ob. Cit..

A qualidade de vida nas cidades não é excepção, pelo que a questão da sua avaliação como condição prévia às estratégias e soluções está necessariamente na agenda dos investigadores”.

O conceito de ambiente urbano tem “a consideração do meio como ecossistema, submetido a permanentes processos de inter-relação, auto-regulação e equilíbrio, é o argumento científico básico de qualquer programa de educação ambiental.

Ele supõe antes de mais de um sistema coerente que explica esse meio, um claro reportório dos valores que se hão-de transmitir no processo educativo, precisamente o respeito por esses mesmos ciclos e processos naturais.

Mas na cidade esta premissa não se percebe obviamente de forma tão clara, e o primeiro que faz falta é compreender o seu “funcionamento ambiental” e definir depois quais são os valores ambientais de um meio transformado pelo homem. (...)

Com efeito várias são contribuições que, desde distintas ciências se têm dedicado ao desse meio intensamente construído e aglomerado. Desde o “higienismo” do séc. XIX aos estudos sobre a contaminação, o clima, ou o ruído já no nosso século, sem esquecer os estudos epidemiológicos relativos ao impacto do ambiente urbano sobre a saúde dos seus habitantes.

Mas no geral trata-se de análises sectoriais, que tratam de problemas isolados, com escassa visão de conjunto e sem ter em conta que existem relações entre uns e outros que se anulam ou potenciam, segundo casos, e configuram entre todos um particular “modo ambiental urbano”. Se queremos que este seja objecto de uma determinada forma de educação ambiental é preciso que primeiro compreendamos a sua organização e funcionamento” (Ilera e García, 1992, 69-70).

11.2 Lisboa – A Cidade e o Planeamento Estratégico

O planeamento em Lisboa tem vindo a ser discutido desde 1938. Com efeito em 1948 surge o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa - PGUEL (Etienne de Groer). O que mais se destaca deste plano é a divisão das áreas com usos diferentes, aplicando-se uma legislação específica⁵⁴.

Em 1959 o Gabinete de Estudos de Urbanização procedeu a actualização do plano anterior, mas mantendo no geral as propostas. Introduzindo algumas alterações como por exemplo a construção da Ponte sobre o Tejo⁵⁵.

Em 1967 surge o Plano Geral de Urbanização de Lisboa como resposta às novas necessidades urbanas, tais como aumento do trânsito, o início da rede metropolitana e a própria construção da Ponte sobre o Tejo. Deveu-se ainda também a terciarização do centro e crescimento das zonas ao redor da cidade⁵⁶.

Em 1992 elabora-se o Plano estratégico de Lisboa. O objectivo maior é a intenção de tornar a cidade adaptada ao século XXI⁵⁷.

Seguidamente em 1994 surge o Plano Director Municipal de Lisboa. “Viria a enquadrar o projecto espacial decorrente do PEL num instrumento ordenador, mas com conteúdo normativo”⁵⁸.

Por fim temos em 2002 a Visão estratégica para Lisboa até 2012. “A Visão Estratégica surge na sequência do anterior Plano Estratégico (1992) e pretendia constituir um referencial das políticas do executivo anterior, em detrimento de um II Plano Estratégico tradicional, optando-se por definir objectivamente um conjunto reduzido de ideias-chave e eixos estruturantes, recorrendo à metodologia e valores básicos do Planeamento Estratégico, a que chamamos Visão Estratégica. Foi delineada paralelamente ao arranque do processo de Revisão do Plano Director Municipal”⁵⁹.

⁵⁴ Acedido em 20/03/08 : http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

⁵⁵ Acedido em 20/03/08 : http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

⁵⁶ Acedido em 20/03/08 : http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

⁵⁷ Acedido em 20/03/08 : http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

⁵⁸ Acedido em 20/03/08 : http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

⁵⁹ Acedido em 20/03/08 : http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

Imagem 6 - Modelo Urbano Lisboa - Zonas

Modelo Urbano - Zonas



- | | |
|--|---|
|  Área Histórica Central |  I Área Central de Lisboa – <i>Centro da Cidade e AML</i> |
|  Eixo de Terciário Existente |  II Charneira Urbana – <i>Arco Terciário Direcional</i> |
|  Áreas de Expansão de Terciário |  III Coroa de Transição – <i>Articulação Metropolitana</i> |
|  Área de Contínuo Urbano Intermunicipal |  IV Arco Ribeirinho – <i>Ligação da Cidade com o Rio</i> |
|  Área de Usos Especiais | |
|  Área Verde | |

Fonte: Acedido 15/08/2013 http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html

O planeamento estratégico é um factor impulsionador de desenvolvimento sustentado. A estratégia é “reposicionar Lisboa, simultaneamente, como capital Atlântica da Europa e como porta europeia do Mediterrâneo, retirando vantagem de um conjunto de factores de inegável valia, nomeadamente a posição geoestratégica, o património natural, construído e cultural, o dinamismo económico e a distinção no contexto europeu”⁶⁰. Por sua vez as estratégias são como linhas mestras para levar a cidade até onde estas almejam, tendo em conta as transformações que terão de ser realizadas e conseguidas para que estas cidades consigam os seus objectivos de desenvolvimento sustentado. Para Lisboa as estratégias escolhidas foram⁶¹:

- A. Lisboa cidade de bairros
- B. Lisboa cidade de empreendedores
- C. Lisboa cidade de culturas
- D. Lisboa, cidade de modernidade e inovação

Imagem 7 - Parque das Nações



Fonte: Acedido 12/12/2012
<http://casa.sapo.pt/Noticias/Seis-ideias-para-o-futuro-de-Lisboa/?ID=6541>

⁶⁰ Acedido em 28-07-2012 em: <http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>

⁶¹ Acedido em 28-07-20012 em: <http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>

As estratégias escolhidas subdesenvolvem-se em vários objectivos⁶²:

Lisboa cidade de bairros:

1. Reabilitar o património e valorizar identidades.
2. Melhorar as condições de habitabilidade e de acesso à habitação.
3. Impulsionar o planeamento e a requalificação urbana.
4. Promover o ordenamento e requalificação urbanística.
5. Melhorar o espaço público, garantir qualidade e segurança.
6. Apoiar lógicas de proximidade.
7. Melhorar mobilidade e integrar bairros na cidade.

Lisboa cidade de empreendedores:

1. Promover actividades económicas de futuro baseadas na tecnologia e no conhecimento e incentivar o empreendedorismo e a inovação.
2. Reforçar e internacionalizar a base económica.
3. Promover a cidade no exterior e a participação em redes internacionais.

Lisboa cidade de culturas:

1. Fomentar a coesão social e valorizar a interculturalidade.
2. Desenvolver o turismo e requalificar a oferta hoteleira.
3. Criar e recuperar espaços culturais.

⁶² Acedido em 28-07-2012 em: <http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>

4. Promover eventos culturais e animar a cidade.

Lisboa, cidade de modernidade e inovação:

1. Modernizar e reforçar as infra-estruturas urbanas.
2. Promover a qualidade da mobilidade e a intermodalidade.
3. Modernizar os serviços internos e agilizar processos de decisão.

Por ultimo temos as ideias mobilizadoras para um planeamento dinâmico e eficaz. São ideias que pressupõem um desenvolvimento equilibrado e sustentável que os domínios de intervenção dos planos estratégicos devem ter em consideração. No caso de Lisboa as ideias são⁶³:

- Desenvolvimento de acções intermunicipais de planeamento em parcerias multilaterais com os municípios da Área Metropolitana Lisboa confinantes territorialmente.
- Articulação entre os Municípios da Área Metropolitana Lisboa e a Administração do Porto de Lisboa e as outras entidades com o objectivo de desenvolver um quadro de intervenção estratégica conjunta e de uma política de requalificação da frente ribeirinha e valorização do estuário do Tejo, com a redefinição de áreas de uso portuário e fomento de actividades de lazer, turismo e cultura nas áreas não portuárias.
- Integração com os Ministérios e entidades, de acordo com o princípio da subsidiariedade, para o estabelecimento e gestão de redes de equipamentos de ensino, desporto, saúde e sociais.
- Assunção de um papel dinamizador na recém criada Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, para redefinição da politica de diversos operadores, nomeadamente carris, Metropolitano de Lisboa e CP.

⁶³ Acedido em 28-07-2012 em: <http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>

- Reavaliação da estrutura orgânica municipal identificando estrangulamentos e potenciando sinergias e a permuta de informação entre os serviços.
- Constituição do conselho participativo da cidade, com entidades da administração central, operadores e agentes que efectuem protocolos para a contratualização e concretização das acções.
- Introduzir procedimentos internos que conduzam a uma maior integração transversão das Direcções Municipais e, conseqüentemente, das políticas seguidas e da programação do Orçamento e Plano de Actividades, em articulação com a Visão estratégica – Lisboa 2012.
- Fomento da participação dos cidadãos através da constituição das associações de bairro e apoio em organizações de voluntariado.
- Desenvolvimento do projecto de reorganização administrativa da cidade, mediante o agrupamento de freguesias e criação de distritos urbanos de acordo com as sete unidades agregadas adoptadas na revisão do Plano Director e nos estudos sectoriais.
- Estreita articulação entre a definição das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão do Plano Director Municipal, e Orçamento e Plano de Actividades, e a Visão Estratégica Lisboa 2012.
- Elaboração de Planos de Acção e projectos de boas praticas do ambiente por agrupamentos de freguesias, reforçando as componentes ambientais do desenvolvimento urbano, de acordo com o processo da Agenda 21 Local.
- Montagem de um sistema informatizado de indicadores urbanos de monitorização das diversas políticas e projectos, com realce para a reabilitação urbana, o trânsito condicionado nos bairros históricos, o grau de concretização dos planos, entre muitos outros.

- Constituição do Observatório de Habitação com destaque para a problemática dos fogos vagos na cidade de Lisboa e para a dinamização do mercado de arrendamento.
- Constituição do Observatório Municipal de Segurança e Protecção Civil, para uma avaliação dos riscos e vulnerabilidades e monitorização do edificado e das técnicas construtivas.
- Elaborar e implementar o Plano Municipal de Redução de Ruído.
- Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.
- Reavaliação das problemáticas e acções do Município nos bairros construídos através do Programa Especial de Realojamento.
- Promoção das parcerias público-privadas tendentes à construção dos centros cívicos propostos.
- Consolidação das redes de equipamentos de utilização colectiva. Fomento de um projecto com operadores de infra-estruturas de subsolo, com vista ao desenvolvimento de um sistema de coordenação das obras na via pública.
- Completar a rede viária (Rede Estruturante, Rede de Distribuição Principal, Rede de Distribuição Secundária, Rede de Proximidade, Rede de Acesso Local).
- Consolidar a Estrutura Ecológica Municipal, nomeadamente através de uma análise de percepção ambiental prévia para a construção de parques urbanos e jardins com conforto ambiental e efectivamente vividos e apropriados pela população.
- Candidatura de Lisboa ao Fórum das culturas 2011 (UNESCO).
- Candidatura de Lisboa aos Jogos Olímpicos 2016.

11.3 Barcelona – A Cidade e o Planeamento Estratégico

Imagem 8 - Novo Modelo de Cidade Compacta



Fonte: Acedido em 10/01/2013 <http://www.anmp.pt/anmp/age/conf/2007/cc/doc/iccmb.pdf>

Idelfons Cerdá foi o primeiro responsável pelo plano de extensão da cidade de Barcelona em 1854/55. Após os anos 50 Barcelona tem vindo a emancipar-se e a consolidar-se economicamente. Durante este tempo houve uma grande simbiose em Barcelona e as aldeias circundantes. Na década de 50 Barcelona era composta por cerca de 80 a 85% da população da sua área metropolitana. A partir dos anos 60 a população já se encontra mais dispersa e o seu peso em Barcelona já só era 77%. Em 1970 já só 64% da população se encontrava em Barcelona, em 1980 eram 56%, 1990 foram 54% e em 2001 51%.

Esta simbiose resulta de uma processo de industrialização acelerado, induzido pela expulsão das indústrias de Barcelona para espaços maiores e com melhores preços oferecidos pelos municípios á volta (cerca de 500 empresas entre 1964 e 1972).

Este crescimento das actividades no território é suportado por elevados volumes de imigração (800.000 pessoas em 20 anos), uso intensivo do solo e falta de planeamento em

geral, apesar das tentativas do Plano Regional (1953), o Plano Director (1966), Primeira revisão do Plano Regional (1974) e por fim Plano Geral Metropolitano (1976)

Como resultado do crescimento económico dos últimos anos houve efeitos desiguais sobre o território metropolitano. Junto com os espaços industriais nasceram cidades dormitório com sérias dificuldades de equipamentos e serviços⁶⁴.

Imagem 9 - Barcelona Distrito Inovador



Fonte: Acedido em 10/01/2013 <http://www.anmp.pt/anmp/age/conf/2007/cc/doc/iccmb.pdf>

⁶⁴ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 3-4, Barcelona

Espera-se no futuro conseguir melhores resultados através das seguintes premissas⁶⁵:

- A Área Metropolitana de Barcelona no futuro não experimentará grandes mudanças. É um território muito saturado e deverá ser gerido de forma adequada para se tornar num meio urbano de qualidade e que responda às necessidades da sociedade e economia actual.
- Do ponto de vista económico encontramos-nos no início de uma transformação de sectores com um maior valor agregado, capazes de suportar a competição de uma Europa a 25 sem apoio de níveis salariais.
- Sobre a vertente social, os factores de convivência tornar-se-ão elementos essenciais.
- A cultura é outra premissa de que devemos ter em mente quando se trata de desenhar o futuro de uma área metropolitana.
- Sustentabilidade e Meio Ambiente.
- Governabilidade.

A missão do Plano Estratégico para a área metropolitana de Barcelona é propor uma marco de cooperação publico-privada e intermunicipal com a participação dos agentes económico sociais, os processos necessários de transformação para orientar o desenvolvimento económico e social do território e a constante regeneração do seu potencial de crescimento⁶⁶.

Como princípios gerais deve ser tido em conta a, solidariedade, subsidiariedade, responsabilidade pelo capital, coesão social, igualdade de oportunidades e equidade social, consenso e participação, cooperação publico-privada e visão do futuro⁶⁷.

⁶⁵ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 7-9, Barcelona

⁶⁶ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 15, Barcelona

⁶⁷ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 21, Barcelona

A visão deve ser de fazer da inovação, criatividade e conhecimento a base da competitividade e de progresso da área metropolitana de Barcelona. Actuar sobre os elementos que intervêm na produtividade do território. Prover-se dos mecanismos necessários para assegurar uma gestão eficiente do território ao serviço dos cidadãos, empresas, entidades, instituições e municípios⁶⁸.

O objectivo do Plano Estratégico de Barcelona é desenhar um modelo de gestão do território metropolitano que tenha presente as identidades locais e que por sua vez promova uma política metropolitana, estimule uma visão compartilhada para os projectos estratégicos e facilite uma gestão eficiente destes serviços que se considerem necessários abordar numa perspectiva mais ampla⁶⁹.

Os vectores em que o Plano Estratégico de Barcelona se apoia são os seguintes⁷⁰:

- ***Vector de desenvolvimento económico, baseado em critérios de sustentabilidade e ocupação.***

Temas Críticos:

1. Massa crítica insuficiente de capital humano e tecnológico.
2. Carências de inovação, investigação e criatividade.
3. Descoordenação entre o sistema produtivo e educativo.
4. Capacidade empreendedora.
5. Abertura ao mundo.
6. Infra-estruturas competitivas.
7. Capacidade de decisão e recursos em investimentos públicos.
8. Fornecimentos de serviços básicos de alto nível.
9. Coesão social e ligações da cidade.

⁶⁸ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 22, Barcelona

⁶⁹ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 24, Barcelona

⁷⁰ I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 23-44, Barcelona

Objectivos:

1. Gerar, atrair e reter talentos criativos e inovadores.
2. Estabelecer vínculos mais fortes entre o sistema produtivo e educativo. Impulsionar a formação permanente.
3. Impulsionar as habilidades e capacidades empreendedoras.
4. Identificar grupos de sectores e inter-relacionados, complementares e com visão para o futuro.
5. Melhorar a qualidade de vida.
6. Promover a coordenação institucional.
7. Impulsionar as infra-estruturas através de uma gestão autónoma.
8. Consolidar à escala espacial a Área Metropolitana de Barcelona.
9. Potenciar e manter as relações com os países mediterrânicos e Ásia.

- *Vector de modelo territorial e de mobilidade.*

Temas Críticos:

1. Inadequação das políticas de habitação.
2. Dificuldades no acesso à habitação.
3. Falta de habitação.
4. Zonas urbanas degradadas e marginalizadas.
5. Integração espacial.
6. Fluxos de trânsito.
 7. Falta de capacidade para ligar as infra-estruturas logísticas do Delta del Llobregat com o resto do país e Europa.
8. Transportes público e metropolitanos insuficientes.
9. Pouca atenção à rede viária histórica.
10. Ausência de um modelo territorial de referência.
 11. Projectos importantes para o território que necessitam de uma gestão adequada.
12. Diminuição da densidade populacional em determinados territórios.

Objectivos:

1. Manter e potenciar a capacidade residencial das áreas urbanas.
2. Corrigir a tendência para a segregação do espaço.
3. Aumentar a habitação.
4. Melhorar a integração espacial das famílias de imigrantes.
5. Melhoria de infra-estruturas e serviços de transporte público.
6. Promover a conexão ferroviária ao Porto.
7. Implementar modelos de gestão autónomos.
8. Melhorar a logística de distribuição de mercadorias.
9. Actualizar a rede de estradas secundárias.
10. Melhorar a coerência territorial no planeamento urbanístico.
11. Compatibilizar as satisfação das necessidades de crescimento com a preservação de valores.

- *Vector de cultura da convivência, coesão social e cooperação.*

Temas Críticos:

1. Fragmentação social.
2. Permeabilidade, inclusão/exclusão.
3. O sistema de bem-estar está pouco desenvolvido.
 4. Sistema educativo e de formação profissional não oferece resposta suficiente as necessidades.
5. Baixa formação.

Objectivos:

1. Impulsionar uma personalidade ou referência metropolitana.
 2. Estabelecer um pacto metropolitano que definam responsabilidades públicas e dos cidadãos.
 3. Estabelecer mecanismos que permitam conciliar o trabalho com a família.

4. Promover igualdade de oportunidades e qualidade no ensino público.
5. Reforçar a cultura.

12 – ANÁLISE DO INQUÉRITO À POPULAÇÃO

Quadro 18 – Análise Questões colocadas às populações Barcelona / Lisboa⁷¹

INDICADORES	SUB-INDICADORES	QUESTÕES COLOCADAS	2004		2006	
			Barcelona	Lisboa	Barcelona	Lisboa
SOCIAIS	EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM	Satisfeito com as escolas (índice sintético 0-100)	72,00	59,00	73,80	69,40
			39,00	40,00	53,30	64,90
	PROTEÇÃO SOCIAL	Estrangeiros aqui estão bem integrados (índice sintético 0-100)				
SAÚDE	Satisfeito com hospitais (índice sintético 0-100)	66,00	41,00	70,90	56,00	
		75,00	61,00	74,80	67,20	
ECONÓMICOS	RECURSOS FINANCEIROS E SERVIÇOS PÚBLICOS	Recursos são gastos de forma responsável (índice sintético 0-100)	47,00	34,00	49,30	39,60
		Serviços administrativos ajudam de forma eficaz (índice sintético 0-100)	57,00	45,00	62,70	52,40
URBANÍSTICOS	TRANSPORTES	Satisfeito com os transportes públicos (índice sintético 0-100)	68,00	49,00	67,00	62,70
		Em cinco anos, será mais agradável para se viver aqui (índice sintético 0-100)			68,50	70,70
AMBIENTAL URBANO	AMBIENTE	O ruído é um grande problema aqui (índice sintético 0-100)	90,00	87,00	82,40	81,70
		Poluição atmosférica é um grande problema aqui (índice sintético 0-100)	85,00	88,00	81,60	87,40
		Satisfeito a viver nesta cidade (índice sintético 0-100)	95,00	83,00	93,60	91,30
		Satisfeito com os espaços verdes (índice sintético 0-100)	54,00	46,00	59,10	50,90

Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

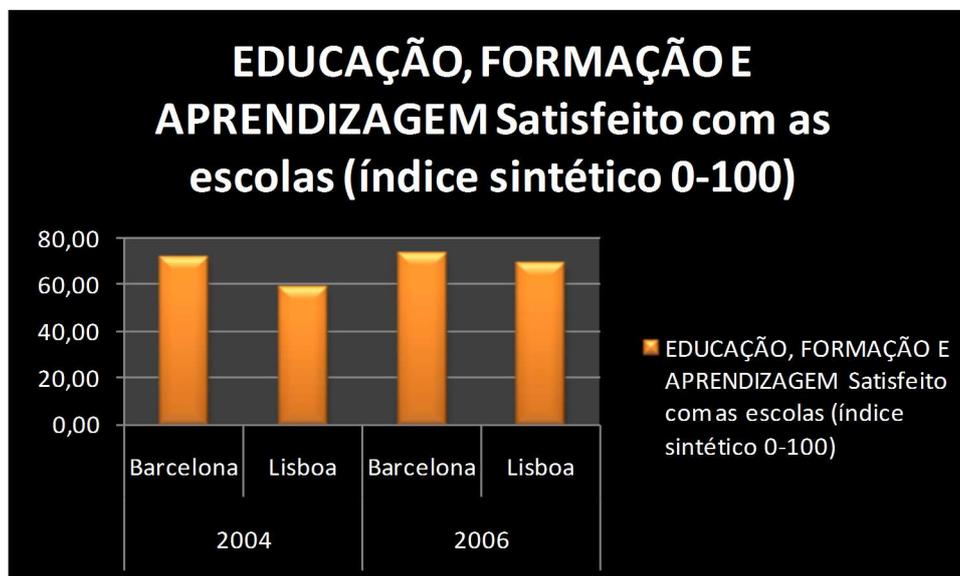
⁷¹ Acedido em 25/04/2012

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,45323734&_dad=portal&_schema=PORTAL&screen=welcomeref&open=/&product=EU_MASTER_urban_audit&depth=2

12.1 QUESTÕES

12.1.1 Questões Sociais

Gráfico 34 – Educação, Formação e Aprendizagem



Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

Análise do Gráfico:

- Neste gráfico observamos que a população de Barcelona se encontra mais satisfeita com as escolas que a de Lisboa. Há um aumento em ambas as cidades de 2004 para 2006 do grau de satisfação.
- Podemos concluir que em ambas as cidades se procurou melhorar as escolas no que diz respeito ao ensino.
- Apesar de mais uma vez verificarmos que Barcelona ultrapassa Lisboa nesta situação.

Gráfico 35 – Integração dos Estrangeiros

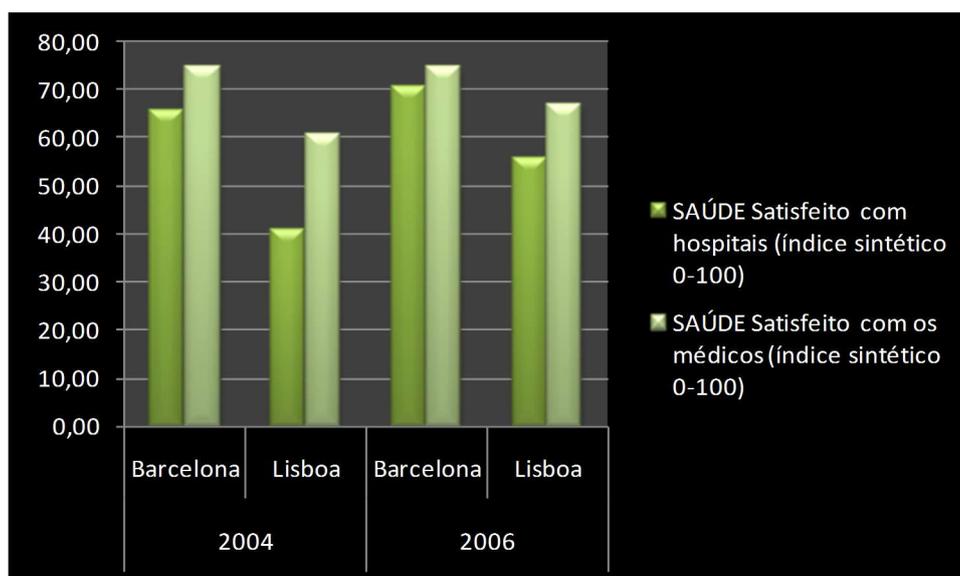


Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

Análise do Gráfico:

- Em relação á integração de estrangeiros podemos dizer que Lisboa se encontra melhor posicionada que Barcelona.
- É um aspecto importante de ressaltar, já que Lisboa é o porto de chegada de muitas pessoas vindas das ex-colónias portuguesas e de outros países como por exemplo a Roménia e a Ucrânia.
- Talvez neste ponto Lisboa se destaque pela necessidade de promover políticas de protecção social que permita a estas pessoas arrajarem um emprego e habitação, para que não vivam na rua sem condições mínimas.

Gráfico 36 – Médicos e Hospitais



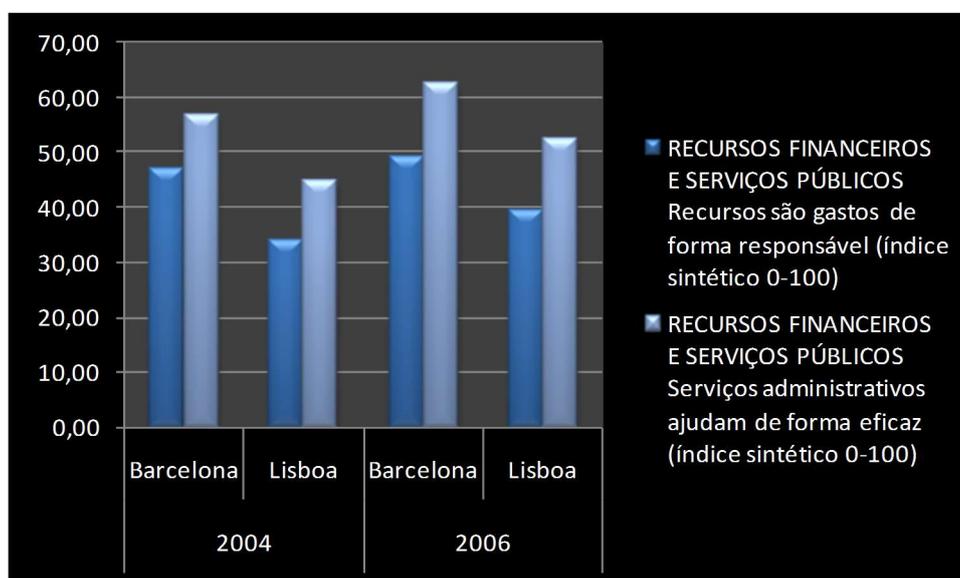
Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

Análise do Gráfico:

- Em relação a este gráfico a conclusão que tiramos é que Barcelona apresenta segundo este inquériot melhores condições de saúde para os seus habitantes.
- Não podemos deixar de comentar a subida no grau de satisfação das populações em Lisboa de 2004 para 2006. Demonstrando assim que existem politicas que estão a ser bem aplicadas na melhoria dos cuidados de saúde.
- Ainda assim Barcelona mantém um grau de satisfação com hospitais e médicos superior ao de Lisboa.

12.1.2 Questões Económicas

Gráfico 37 – Aplicação dos Recursos Financeiros pelos Governantes



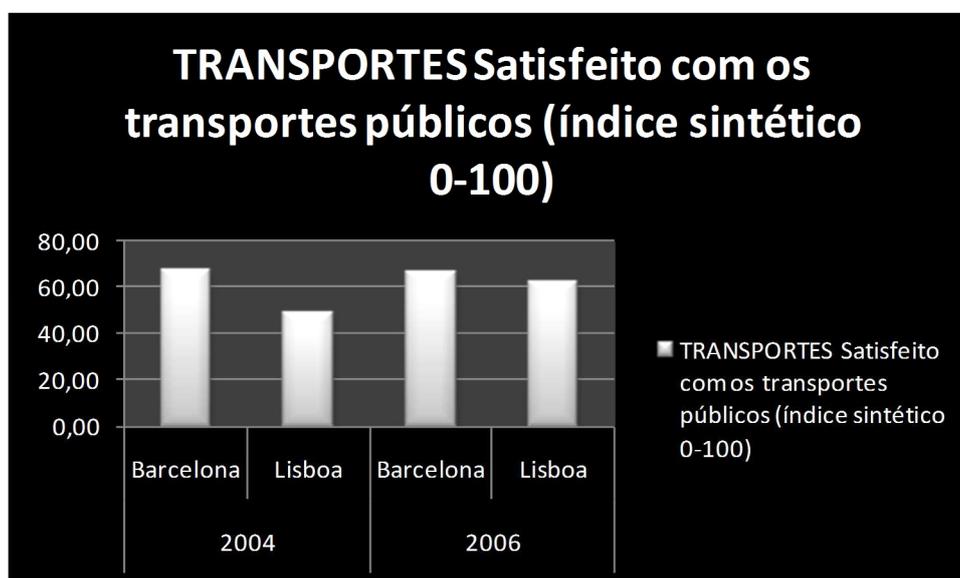
Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

Análise do Gráfico:

- Em Barcelona os cidadãos têm mais confiança na administração pública. Acreditam também numa melhor aplicação dos recursos financeiros que os cidadãos de Lisboa.
- Podemos dizer que um dos aspectos mais importantes na administração pública para as populações é a transparência e eficácia. E neste gráfico observamos que Barcelona ultrapassa mais uma vez Lisboa.
- Através deste gráfico verificamos que segundo o parecer das populações Barcelona é mais responsável na aplicação de dos recursos e que têm melhores serviços públicos que Lisboa.

12.1.3 Questões Urbanísticas

Gráfico 38 – Transportes públicos



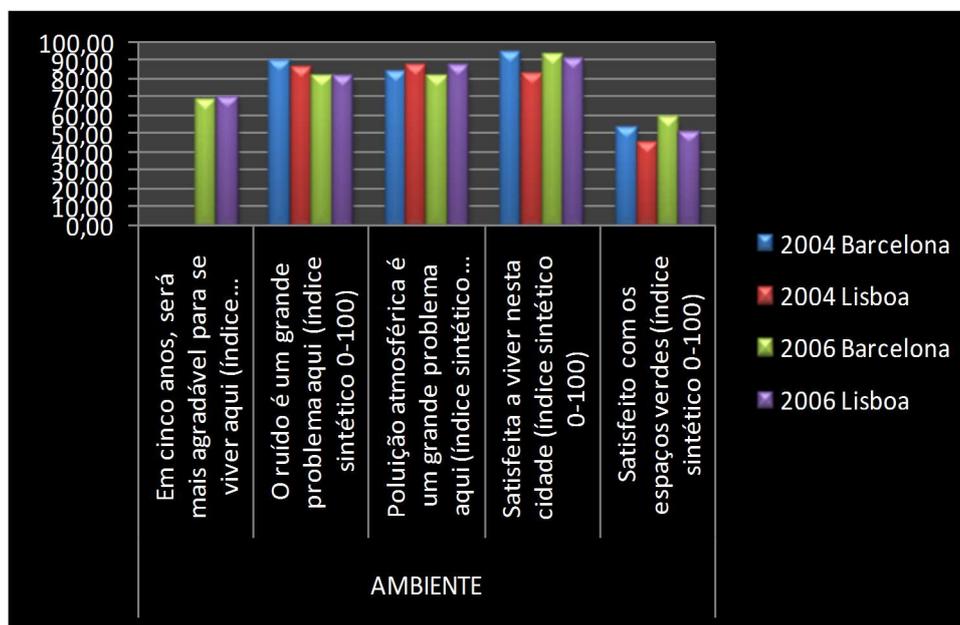
Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

Análise do Gráfico:

- Os cidadãos de Barcelona consideram melhor o serviço de transportes públicos que os de Lisboa.
- Um dos serviços mais importantes de uma cidade são os transportes públicos, já que são eles que ajudam a população a mover-se dentro da cidade, evitando que tragam o seu carro, os cidadãos gastam menos dinheiro e não estão preocupados com o transporte. Para além de se poupar o ambiente da poluição.
- Apesar de em Lisboa haver um aumento do grau de satisfação da população de 2004 para 2006. Mostrando que há uma melhoria no sentido de proporcionar um melhor serviço nesta área.

12.1.4 Questões Ambientais Urbanas

Gráfico 11 – Poluição, Ruído, Espaços verdes



Fonte: Elaboração Própria (dados retirados do Eurostat)

Análise do Gráfico:

- No sub-indicador qual das cidades será mais agradável daqui a cinco anos os cidadãos de Lisboa são um pouco mais optimistas que os de Barcelona. Ainda assim a população de Barcelona está quase lado a lado na sua opinião com a de Lisboa.
- Barcelona mostrou-se em 2004 mais barulhenta que Lisboa. Mas em 2006 as cidades estão quase lado a lado neste índice. Mesmo assim Barcelona ultrapassa ainda que por pouco Lisboa. No entanto temos de considerar que um cidade com mais do dobro da população e com mais industria e sectores passar Lisboa por 2 ou 3 pontos percentuais não é reflexo de diminuição, mas sim da circunstância.
- Por outro lado a poluição é maior em Lisboa. Barcelona diminuiu em 2006 mais de 3 pontos percentuais ao passo que Lisboa não chegou a 1 ponto percentual. Apesar de ser uma cidade maior Barcelona apresenta-se segundo este inquérito como uma cidade menos poluída que Lisboa. E tem inclusive diminuído o grau de poluição ao longo dos anos analisados.

- Em relação á satisfação de vivência na cidade e espaços verdes Barcelona encontra-se á frente de Lisboa. Isto significa que os habitantes de Barcelona se encontram mas felizes com a sua cidade e com o ambiente citadino no que diz respeito a espaços verdes. Estes espaços são importantes tanto esteticamente nas cidades como pela saúde da própria cidade e dos seus habitantes. Imagine-se uma cidade sem um único espaço verde? Não é possível ou melhor devemos dizer não deveria ser possível.

13 – VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Em relação às respostas das hipóteses de trabalho concluo o seguinte:

1. Os projectos implantados ao nível do planeamento estratégico têm sido eficazes no contexto de um desenvolvimento sustentável?

De acordo com os resultados das comparações efectuadas entre as cidades de Barcelona/Lisboa, Évora e Aveiro deduz-se que quando aplicado na gestão das cidades o planeamento estratégico gera desenvolvimento sustentável.

2. O planeamento estratégico actual promove um desenvolvimento que protege o ambiente?

Sim o planeamento estratégico promove a protecção do ambiente, já que por exemplo no caso de Barcelona/Lisboa no inquérito à população os habitantes de Barcelona consideram a sua cidade menos poluída que os de Lisboa.

3. O planeamento urbano tem em conta as características das cidades, da sua dimensão e da sua influência sobre outras?

O planeamento urbano tem em conta todas estas características, veja-se o caso de Barcelona que renova muitas vezes as construções antigas ao passo que Lisboa constrói quase tudo de novo. Barcelona protege o seu património cultural e constrói de acordo com as suas necessidades e tem consciência da sua influência sobre as outras cidades. Tal como Lisboa neste aspecto ambas as cidades recebem e dão trabalho a cidadãos das regiões ao redor por exemplo.

4. Será necessário aprofundar mais os impactos positivos e negativos que os Planos Directores Municipais têm nas cidades antes da sua implantação?

Sim é essencial avaliar estes impactos, porque por vezes o Plano depois de passar a fase de implementação não se adequa á cidade. Em Portugal temos um exemplo muito falado que é a cidade de Portimão onde a construção é totalmente desordenada e é difícil ordenar depois de construído. Para além de que as alterações ao plano levam muito tempo e se avaliarmos logo á partida os impactos positivos e negativos podemos ser mais céleres na aplicação dos mesmos.

5. O planeamento estratégico tem colmatado as deficiências do planeamento mais tradicional?

O planeamento estratégico é um complemento do planeamento tradicional e essencial na gestão das cidades. Conforme verificamos no estudo entre Barcelona/Lisboa, Évora/Aveiro as cidades que mais evoluíram em todos os aspectos ligados ao planeamento foram Barcelona e Aveiro. Sendo que estas cidades tem um plano estratégico bem definido e que tem sido aplicado de forma eficiente.

CONCLUSOES*

Analisou-se neste estudo diversos aspectos ligados á gestão das cidades e ao planeamento estratégico. Os meios utilizados e descritos na parte da metodologia, foram os possíveis para se comparar cidades, já que a informação estatística em Portugal não isola a informação por cidades em muitos aspectos mas sim por regiões.

No entanto foi possível efectuar um estudo baseado nos dados existentes nos dias de hoje. Vamos concluir analisando todos os dados aqui estudados e dar resposta as hipóteses colocadas.

Em relação a Évora e Aveiro no que diz respeito a planeamento estratégico e gestão das cidades os dados recolhidos dizem-nos que o planeamento estratégico é essencial na gestão das cidades.

Em relação aos indicadores ambientais, os dados estudados mostra-nos Aveiro melhor posicionado que Évora.. No entanto em relação á recolha de resíduos sólidos ambas as cidades estão lado a lado.

Para solucionar problemas primeiro é preciso identificá-los. Contudo é preciso dizer que o facto de se gastar mais nem sempre é significado e maior preocupação ou execução. Ou seja os gastos se não forem efectuados de forma sustentável terão repercussões negativas no futuro. Ainda assim verificamos que á uma maior preocupação de Aveiro em identificar os problemas e dar resposta aos mesmos.

No caso dos indicadores urbanísticos no índice de envelhecimento dos edifícios Évora fica atrás de Aveiro. Isto significa que estamos perante uma cidade que não consegue concluir as suas obras e não recupera de forma tão célere como outras cidades “Aveiro” os edifícios construídos.

É importante mantermos construções mais jovens, não só pela questão estética das cidades mas também e essencialmente pela segurança que oferece a quem está nestes edifícios e quem passa junto deles.

Um aspecto importante que mostra de certa forma a “industrialização” das cidades será a quantidade de veículos de mercadorias vendidos. Nesta análise verificamos que Aveiro

tem mais gente a comprar veículos de mercadorias e Évora ligeiros. Já no caso dos acidentes de mortos por 100 acidentes de viação entre 2001 e 2003 Aveiro ficou atrás de Évora mas em 2006 ficou equiparado a Évora, mostrando assim que as políticas não servem só papel, mas quando bem implementadas tem resultados positivos.

No caso dos indicadores sociais analisamos alguns sectores que espelham a situação das duas cidades neste ramo.

Évora sempre esteve situada numa região agrícola e com o constante abandono da agricultura muitos jovens ficaram sem empregos e tiveram que se deslocar para outras zonas do país.

Já Aveiro com a indústria que tem consegue fixar mais os jovens, sendo importante um bom planeamento no que diz respeito á habitação conforme já analisamos noutro gráfico aqui estudado.

A taxa de natalidade e mortalidade mostra também que em Aveiro nascem mais crianças que em Évora e que a taxa de mortalidade é claramente maior nesta cidade.

A taxa de natalidade pode ser exemplo das condições de vida que a cidade oferece, ou seja se nascem mais crianças em teoria é porque os pais tem empregos e condições de as criar. Já a taxa de mortalidade mostra que em Évora vão morrendo os mais velhos e não há um acompanhamento no que diz respeito á renovação da população pelos nascimentos.

Desta forma a cidade vai também ficando com uma população mais envelhecida incapaz de renovar a população de forma sustentável. E o futuro de uma cidade onde os nascimentos não acompanham a taxa de mortalidade é ficar esquecida.

Verfica-se que no caso do ensino básico a taxa bruta de escolarização é maior em Aveiro, apesar de em Évora haver uma maior participação nos cursos profissionais, já no caso do ensino superior a taxa de escolarização tem sido sempre maior em Aveiro. Não nos podemos esquecer que ambas as cidades têm universidades.

Aveiro tem mais industria, ou seja, o consumo duplica em relação a Évora.

A gestão da cidade também tem de considerar a redução dos consumos de electricidade para também proteger o ambiente que nos rodeia e principalmente em que vivemos.

Após a análise destes dados consideramos que a falta de planeamento estratégico em Évora pode ser a causa de ser uma cidade muito atrás de Aveiro em relação aos aspectos estudados. No entanto não basta ter um plano é preciso executá-lo e principalmente saber como o fazer. Aveiro tem mostrado que evoluiu ao longo dos anos e Évora encontra-se numa situação que ou muda ou vai acabar por ser uma cidade “asilo”.

O Plano Director Municipal não é suficiente para o desenvolvimento sustentável da cidade de Évora. Se tomarmos Aveiro como exemplo de comparação verificamos que a evolução desta cidade é de longe superior á de Évora.

Assim sendo, será necessário Évora acelerar o seu Plano Estratégico porque quando mais tempo levar a concretizar o mesmo mais dificuldade terá em sair da situação de desertificação.

No caso do estudo comparativo em duas cidades de grande dimensão, analisamos Lisboa e Barcelona. Os resultados vão demonstrar aquilo que já há partida tínhamos considerado como hipótese.

Desta forma analisamos indicadores sociais, económicos, urbanísticos e sobre o ambiente urbano.

É explicito sobre a cidade que mais habitantes tem e neste caso é Barcelona que está a frente com quase o triplo dos habitantes que Lisboa. E devemos lembrar-nos que Lisboa é capital de Portugal.

Barcelona não só tem mais população como a mesma aumentou ao longo dos anos analisados. Com mais pessoas é essencial um planeamento estratégico eficaz e uma gestão das cidades virada para um desenvolvimento que não comprometa as gerações futuras, já que mais pessoas significa maior poluição, necessidades básicas e de emprego.

Esta situação é de extrema importância porque se por exemplo temos uma estação de tratamento de resíduos para quinhentas mil pessoas e se nos anos seguintes estiverem a residir na cidade (ainda que somente por um determinado período de tempo) um milhão de

peças eu tenho de ter esta situação prevista como foi o caso de Barcelona aquando dos Jogos Olímpicos.

Por outro lado encontramos todos os anos deslocações de trabalhadores sazonais que vão trabalhar para as grandes obras como foi o caso da Expo 98 em Lisboa e depois abandonam a cidade. No entanto temos de ter condições para dar habitabilidade a estas pessoas sem comprometer as que aí residem e vão ficar a residir.

Sobre a taxa de natalidade podemos dizer que este estudo mostra-nos que pode ser exemplo de ausência de planeamento familiar, ou seja, se não houver informação aos pais sobre o que é ter filhos e as responsabilidades que os mesmos acarretam esta situação pode levar ao “colapso familiar”.

. A morte mostra-se como algo que não podemos deixar de considerar no planeamento estratégico, já que para além de outros aspectos, não podemos deixar de fazer uma gestão sustentável dos espaços para enterrar as pessoas que vão morrendo. E temos de ter sempre em conta que os cemitérios são locais de culto que mexem com os mais profundos sentimentos das populações.

É impossível imaginar uma cidade sem locais para colocar os seus mortos, no entanto entendemos que no futuro cada vez mais devemos considerar a construção de mais infra-estruturas de incineração.

Nascem mais crianças em Lisboa mas sobrevivem mais em Barcelona. No planeamento estratégico esta questão relaciona-se com um bom sistema de saúde que tenha por exemplo hospitais suficientes e pessoas médico para servir a população.

Em relação ao envelhecimento da população, este problema em Lisboa pode ser explicado pela má política de gestão da cidade no que diz respeito aos incentivos para inserção de jovens na cidade. Estamos perante uma cidade de bairros antigos e população envelhecida, mas é uma situação que pode mudar com o planeamento estratégico. Uma cidade deve ser equilibrada, ou seja, o envelhecimento deve ser acompanhado pela taxa de natalidade e aumento da esperança média de vida ao nascer.

Os idosos passam o conhecimento acumulados ao longo dos anos mas os jovens são o futuro e a força de trabalho que faz andar para a frente qualquer cidade.

Verifica-se que na cidade de Lisboa á uma estagnação na formação de novos médicos. Sendo uma cidade com uma população mais envelhecida é normal que vá precisar de mais pessoal na saúde e Lisboa não considerou ou melhor previu esta situação no passado. Tendo um maior índice de envelhecimento e uma maior taxa de mortalidade e pessoal médico insuficiente para tratar da sua população é um exemplo da falta de uma gestão da cidade sustentável.

Em relação aos enfermeiros são essenciais para cuidados não só dentro dos hospitais mas para o cuidado pós-operatório e por exemplo também deslocações a casa de utentes para fazer pensos. Barcelona consegue manter este equilíbrio entre pessoal médico e de enfermagem, mas Lisboa não. Não podemos ter só alguns médicos nem só alguns enfermeiros mas sim os necessários.

Barcelona é uma cidade mais preocupada que Lisboa com a sua indústria porque sabe que a mesma gera empregos e considera esse, um aspecto importante no planeamento estratégico. E não devemos esquecer que em redor da indústria surgem outras empresas de apoio as mesmas e a população que vai aumento, gerando assim outros trabalhos e conseqüentemente mais riqueza já que também se vai aumentando o poder de compra, oferecendo assim aos seus habitantes melhores condições de vida.

A formação profissional é um aspecto essencial de qualquer população, já que nem todos os trabalhos requerem mão-de-obra especializada.

O objectivo deste tipo de formação é dar oportunidade aos jovens que não querem ir para a universidade e também outros desempregados uma hipótese de entrar ou voltar a entrar no mercado de trabalho, já que lhes dá a formação necessária para executar tarefas que não necessitam de formação superior.

Por exemplo um canalizados não precisa de um curso superior, mas é necessário formação profissional para se executar esta profissão.

No que diz respeito aos alunos matriculados no ensino superior universitário verificou-se que Lisboa se situa á frente de Barcelona.

O que pode ser um mau indicador no sentido que Lisboa não tem mercado de trabalho para todos os jovens licenciados que saem das universidades.

Por sua vez Barcelona aposta nas duas frentes , ou seja, ensino profissional e universitário.

Formar com cursos superiores indivíduos para os quais sabemos á partida que não há mercado de trabalho é exemplo de um mau planeamento estratégico e gestão das cidades. Os alunos universitários em Lisboa quase duplicam em relação aos de Barcelona.

Se é certo que todos têm direito a uma educação superior, também é correcto dizer-se que todos tem direito a uma emprego quando acabam os cursos, sendo que devemos ter em conta as duas situações.

O planeamento estratégico e gestão das cidades deve considerar a formação dos jovens de acordo com as necessidades da própria cidade. O caso de Lisboa vai ser difícil de resolver a curto prazo já que de acordo com o nosso estudo a cidade não reúne as condições necessárias para absorção de tantos licenciados.

Cada vez mais vimos em Lisboa jovens licenciados a trabalhar em caixas de supermercado. E não podemos esquecer que a cidade não só exerce uma má politica de gestão ao deixar que esta situação aconteça como não calcula os custos que teve com essa formação e falta de aproveitamento após saírem das universidades.

Uma cidade só de licenciados seria impensável em qualquer momento da história. Uma cidade como Lisboa em que a industria se revela mais fraca que em Barcelona deveria apostar mais na formação profissional.

A politica de ensino das cidades deve acompanhar o desenvolvimento sustentável da própria cidade onde a população se insere. Pareceu-nos no nosso estudo que Lisboa procura formar o máximo de jovens e depois mais tarde logo pensa numa forma de resolver o problema que vai aumentando de ano para ano.

No caso dos indicadores urbanísticos ao contrário Lisboa estagnou neste ponto. As possibilidades que territórios maiores oferecem são superiores, já que se podem explorar tanto no caso da dispersão da construção para fogos, industria ou agricultura e se estiverem mais longe do centro também consequentemente serão menos onerosos.

No caso das obras novas, enquanto Barcelona vai reformando algumas construções, Lisboa praticamente só constrói de novo.

Um bom planeamento estratégico e uma boa gestão das cidades deve aproveitar o que já esta construído. Assim recicla-se e ajudamos o ambiente.

Mas Lisboa consegue menos do triplo do território consegue estar lado a lado na no sector da construção de obras novas. Isto faz-nos perguntar onde vamos viver daqui a alguns anos, isto é, se não abrandarmos o ritmo frenético de construção no futuro viemos em Lisboa na cidade do betão.

É preciso reformar como Barcelona, aproveitando o que já está construído e preservar mais os espaços livres de betão.

Em relação aos indicadores ambientais urbanos no gráfico 32 sobre o consumo da água, verificamos que Barcelona consome menos água por habitante que Lisboa, o que surpreende já que tem mais habitantes, industria, comercio e serviços.

Neste ponto é importante o planeamento estratégico e gestão das cidades considerar as necessidades actuais e futuras sem comprometer o meio ambiente ou mesmo a falta de água potável.

Apesar de não ter industria Lisboa tem mais parques urbanos que Barcelona. No entanto enquanto Barcelona prepara o seu futuro também concerteza não deixa de considerar importante este tema, contudo á que definir prioridades, ou seja, de que servem parques urbanos se não temos pessoas para passear neles ou são superiores às necessidades da população.

Os parques urbanos são espaços pulmonares da cidade e de lazer. É um aspecto essencial que deve ser considerado no planeamento estratégico. Barcelona tem vindo a aumentar a sua riqueza e pode agora dedicar-se ao arranjo e concepção de mais parques urbanos.

Fizemos uma análise também às opiniões da população sobre algumas questões sociais, económicas, urbanísticas e de ambiente urbano.

Lisboa é porto de chegada de muitas pessoas vindas da ex-colónias portuguesas e de outros países como Roménia e Ucrânia por exemplo. Lisboa teve a necessidade de promover politicas de protecção social para estes emigrantes, de forma a que não fiquem na rua sem condições mínimas.

Um dos aspectos mais importantes de qualquer cidade é a transparência e eficácia da administração pública. E aqui como em muitos outros aspectos Barcelona encontra-se á frente de Lisboa.

Os transportes públicos são dos serviços mais importantes da cidade, já que eles ajudam a população a mover-se dentro da cidade, ajudando a quem não tem carro e evita que os que muitos com carro não o tragam para a cidade. Os cidadãos gastam menos dinheiro e polui-se menos o ambiente.

Por fim nas questões ambientais urbanas analisamos aspectos ligados á poluição, ruído e espaços verdes. Relativamente a qual das cidades será mais agradável daqui a cinco anos os cidadãos de Lisboa são mais optimistas que os de Barcelona. Apesar de os valores andarem lado a lado nestas duas cidades.

Barcelona em 2004 mostrou-se com mais ruído que Lisboa, mas em 2006 as cidades estão quase lado a lado neste índice. Apesar de Barcelona ultrapassar Lisboa. Por outro lado a poluição é maior em Lisboa. Barcelona em 2006 diminuiu mais de três pontos percentuais ao passo que Lisboa não chegou a um ponto percentual. Barcelona sendo uma cidade maior apresenta-se segundo este inquérito como menos poluída que Lisboa. Para além de ter vindo a diminuir o índice de poluição.

Relativamente á satisfação de vivência na cidade e espaços verdes Barcelona mais uma vez encontra-se á frente de Lisboa. Assim os habitantes de Barcelona encontram-se mais felizes com a sua cidade e com o ambiente da mesma no que se refere a espaços verdes.

BIBLIOGRAFIA

ACKOFF, R.L. (1974): *Redesigning the Future: A Systems Approach to Societal Problem*, John Wiley, Nova York.

ANDREWS, K. R. (1998): “A responsabilidade dos directores pela estratégia corporativa.” In, MONTGOMERY, C, PORTER, M, *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. 2ª Ed., Campus, Rio de Janeiro.

ANSOFF (1991): “Critique of Henry Mintzberg’s, The design school: reconsidering the basic premises of strategic management”, *Strategic Management Journal*, v.12, Purdue University, Indiana USA.

AYDALOT, P. (1984): *Crise et Espace*, Economica, Paris.

BARTELMUS, P. (1994): *Environmental Growth and Development*, Routledge, London.

BERRY, B. J. L. (1964): “Approaches to regional Analysis: A syntesis”. In *Annales of the Association of American Geographers*, n.º 54.

BOISIER, S. (1989): “Politica económica, organização social e desenvolvimento regional”. In: Haddad, P.R. (Org.). *Economia Regional: teorias e métodos de análise*, BNB/ETENE, Fortaleza.

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel (1998) : “Planos Estratégicos e Projectos Metropolitanos”, in *Le Développement Urbain dans la Méditerranée*, Área Metropolitana de Barcelona, Barcelona.

BORJA, J. e CASTELLS, M. (1997): *Local y Global*, Taurus, Madrid.

BOURDIN, A. (1977): *La ville dans le miroir de l’ancien. Le cas de Tours*. Stanford French Sociology, Spring, Paris.

BRANDT, Commission North-South (1980): *Program for Survival*. Mit Press, Cambridge.

BRITO, A. J. dos S. L. de (1997): *A Protecção do Ambiente e os Planos Regionais de Ordenamento do Território*, Almedina, Coimbra.

BRYSON, J.M. (1988): *Strategic Planning for Public and Nonprofit Organizations*, Jossey-Bass, San Francisco.

BUNGE, M. (1969): *La investigación científica*, Ariel, Madrid,

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. J. (1998): “Políticas urbanísticas 1979-1998. XXVIII”, In MARQUEZ MELLA, J.M. (Coord.). *Economía y política regional en España ante la Europa del siglo XXI*. Akal, Madrid.

CAPELLO, R. (1999): “Une mesure des effets de l'apprentissage collectif dans des milieux de haute technologie” en Italia, In *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n.º 3.

CARVALHO, . (2003) : *Ordenar a Cidade*, Quarteto Editora, Coimbra.

CASTELLS, M. (2000): *A Questão Urbana*, Editora Paz e Terra, São Paulo.

CAVACO, C. (2003): “Ambientes e usos do território: reflexões incómodas”. In PORTELA e CALDAS (orgs), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras.

CEPEDA, F.J.T. (2000): “Educação e Desenvolvimento no limiar dos anos 2000”, in *Economia e Sociologia*, n.º 59, D. Quixote, Lisboa.

CHAMBOREDON, J. C. e LEMAIRE, M. (1970): “Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement”, in *Revue Française de Sociologie*, vol XI, Paris.

CHIAVENATO, I. (2003): *Planeamento estratégico*, Elsevier Editora , Rio de Janeiro.

CHIAVENATO, I. (2003): *Comportamento Organizacional: A Dinâmica do Sucesso das Organizações*, Thomson, São Paulo.

CHOAY, F. (1965): *O Urbanismo*, Editora Perspectiva, São Paulo.

- CONDESSO, F. (1999): *Direito do Urbanismo: Noções Fundamentais*, Quid Juris?, Lisboa.
- CONDESSO, F. dos R. (2005): *Ordenamento do Território-Administração e Políticas PÚBLICAS Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional*, ISCSP, Lisboa.
- CONDESSO, F. dos R. (2002): Tesis Doctoral
- CORBUSIER, Le (1992): *Vers une Architecture et plan pour une ville contemporaine*, Flammarion, Paris.
- COSTA LOBO (1995): “Planeamento Urbano em Portugal”, in *Sociedade e Território*, n.º 21 (dossier: (sub) urbanismo e modos de vida), Afrontamento, Porto.
- COURLET, C., PECQUER, B. E SOULAGE, B. (1993): “Industrie et dynamique de territories”, *Revue d'Économie Industrielle*, n.64, Edition Techniques et Economiques, Nice.
- DALMASSO, E. Et PELLEGRINI (C.-G) (1973) : cf Pellegrini, *Géographie Urbaine de Pellegrini*, Introdução, Itália.
- DELFANTE, Charles (2000): *A grande História da Cidade*, Instituto Piaget, Lisboa.
- DORA C. e MARGARET, P. (2000): “Transport environment and health”, WHO Regional Publications, In *Europa Series*, n.º 89, pág. 7, Austria.
- DROUIN, Apud, Jean-Marc (1993): *Reinventar a Natureza: A Ecologia e a sua História*, Instituto Piaget, Lisboa.
- DRUCKER, P. (1984): *Introdução à Administração*, Pioneira, São Paulo.
- DRUCKER, P. (2002): *Sociedade Pós-Capitalista*, Actual Editora, Lisboa.
- FERMISSON, J. (1999): “A gestão dos processos de desenvolvimento regional em Portugal: constrangimentos e práticas inovadoras” in *Regiões e Cidades na União Europeia*, Associação Portuguesa Desenvolvimento Regional, Coimbra.

FERRÃO, J., (2004): “A Emergência de Estratégias Transnacionais de Ordenamento do Território na União Europeia: Reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial?”, In *Revista LatinoAmericana de Estudos Urbanos Regionales*, n.º 89 pág. 43-61, Santiago, Chile.

FERREIRA, A. F., e VVAA (1999): in, *Plano Estratégico da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo, 2000-2010, O Horizonte da Excelência*, CCRLVT, Corlito, Lisboa.

FERREIRA, A.F (2005): *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

FIDELIS, T. (2001): *Planeamento Territorial e Ambiente – o caso envolvente à Ria de Aveiro*, Principia, São João do Estoril.

FLORIDA, R. (1995): “Towards the learning region, 1995”, In *Futures*, vol. 27, n.º 5.

FONSECA, M. C. L. (1997): *O património em processo : trajectória da politica federal de preservação no Brasil*, UFRJ/Iphan, Rio de Janeiro.

FURIÓ, E. (1996): *Evolución y cambio en la economia regional*, Ariel Economia, Barcelona.

GARDEN, J. (1989): “Decision Making for Sustainable Development, Selected Approaches to Environmental Assessment and Management”, in *Environmental Impact Assessment Review*, Vol.9, Eric Johnson, Atlantic Consulting, Switzerland.

GARNIER J. B. (1997): *Geografia Urbana*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

GASPAR, J. (1996): “O novo ordenamento do território: geografia e valores”, In *Dinamismos sócio-económicos e reorganização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*. Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.

GASPAR J., AFONSO, N. e ALVES, T. (2000): In *O Futuro da Educação em Portugal, Tendências e Oportunidades*, Tema 3, Tomo II, Ministério da Educação, Lisboa.

GASPAR, J.(1995): “Do Urbanismo em Espanha e Portuga”, in *Anales de Geografia de la Universidad Complutense*, n.º 15, Servicio de Publicaciones, Madrid.

GIDDENS, A. (2000): *O mundo na era da globalização*, Presença Editora, Lisboa.

GODET, M. (1993): *Manual de Prospectiva Estratégica: Da Antecipação à Acção*, Dom Quixote, Lisboa.

GOLDSMITH, M. (1998): “Global communications and communities of choice”, In Hesselbein, F., et al (Coord.): *The community of the future*, pág. 101-114. The Peter F. Drucker Foudatio. Jossey-Bass Publishers. São Francisco.

GONÇALVES, F. (1989): *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988)*, INCGURPLAM 1, Laboratório nacional de Engenharia Civil, Lisboa.

GÜELL, J.M. (1997): *Planificacion Estratégica de Ciudades*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona.

HAMEL, G. & C.K. Prahalad (1989): “Strategic Intent”, In *Harvard Business Review*, HBR Editorial, vol. 67 (3), Boston.

HEALEY, P (1993): “Planners, Plans and Sustainable Development”, In *Regional Studeis* v. 27, Ed. ARS, London.

HENDERSON, B (1998): “As origens da Estratégia”. In, MONTGOMERY, C, PORTER, M, *Estratégia : a busca da vantagem competitiva*. 2ª ed., Cap. 1, Campus, Rio de Janeiro.

HERRERO PRIETO, L.C. (1994): *Desarrollo Municipal e Organización del Espacio em Castilla Y León*, Universidad de Valladolid, Valladolid.

HITT, M. A., Tyler, B. B., Hardee, C., & Park, D. (1997). “Understanding strategic intent em the global marketplace”, In H. Vernon-Wortzel & L. H. Wortzel (Eds.), *Strategic management in the global economy*, 3rd ed., John Wiley & Sons, Inc, New York.

ILERA, F. A. e GARCÍA F. F.(1992): “Consideraciones Sobre La Valoración Educativa de la Confortabilidad Ambiental de la Ciudad”, In *Boletín de la A.G.E.*, n.º 14 pág. 69-70, Madrid, Espanha.

KELLY, E. e BECKER, B. (2000): *Community planning: an introduction to the comprehensive plan*, Island Press, Washington.

KOHLSDORF, M. E. (1985): “Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar”, in, Gonzales, Sueli et al. *O espaço da cidade – contribuição a análise urbana*, Projecto, São Paulo.

KOMNINOS, N. (2002): *Intelligent cities: Innovation, Knowledge systems an digital spaces*, Spon Press, Londres.

LACROIX, E. L. (2005): *Politica Agrícola Comum Explicada*, Comissão Europeia, Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Bélgica.

LANFANT, M. F. (1992): “L’Indentité en Jeu dans l’Echange Touristique International”, In *Sociologia Urbana e Rural*, n.º38, Universidade de Bolonha, Bolonha.

LEFEBVRE, H. (1972): “A cidade e a divisão do trabalho”,. In *O pensamento marxista e a cidade*, Ulisseia, Lisboa.

LELÈ, S. (1991): “Sustainable Development: A critical Revie”, in *World Development*, Vol. 19, UK.

LÉVY, P. (1999): *Cibercultura*, Tradução Carlos Irineu da Costa, Ed. 34, São Paulo.

LOBO, Costa (1995): “Planeamento Urbanístico: Administração do Território, Estratégia e Planeamento na Gestão e Administração Pública”, In *Fórum 2000 – Renovar a Administração*. ISCSP, Lisboa.

LOPES, S. A. (1995): *Desenvolvimento Regional: Problimática, Teoria, Modelos*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

LOPES, S. A. (2001): *Desenvolvimento Regional*, Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª Edição, Lisboa.

LUNDVALL, M., & Johson, B. (eds.): The Learning Economy. In *Journal of Industry Studies*, vol. I, n.º 2, , Farewell editorial, Sydney.

MAMIGONIAN, A. (1996): “Notas sobre a geografia urbana brasileira”, In *Novos rumos da geografia brasileira*. (org) Milton Santos, Hucitec, São Paulo.

MARICATO, E. (2001): *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Vozes, Petrópolis.

MARTINS, N. (2000): *Princípios de Política Comunitária para o Espaço*, Texto policopiado, ISEG, Centro de Investigações Urbanas e Regionais, Lisboa.

MAZZA, L. (1999): *About the Nature of Traditional local Plans* (draft, 9th AESOP Congress), AESOP, Norway.

MELLA MARQUES, J. M. (1998): “Evolución doctrinal de la ciencia regional: una síntesis”. In *Economía y Política Regional en España Ante la Europa del siglo XXI*. WAA. MELLA, MARQUES, J. M., (coordenador). Akal, Madrid.

MENDES, J. F.G., A. da Silva, L. de Souza e R. Ramos (2004): *Contribuições para o Desenvolvimento Sustentável em Cidades Portuguesas e Brasileiras*, Almedina, Coimbra

MÉNDEZ, R. (1997): *Geografía Económica*. Ariel Geografía, Barcelona.

MINTZBERG, H (1998): “A Criação Artesanal da Estratégia”. In, MONTGOMERY, C, PORTER, M, *Estratégia : a busca da vantagem competitiva*, 2ª ed. , Campus, Cap. 4, Rio de Janeiro.

MINTZBERG, J.B., Quinn (1996): *The Strategy Process: Concepts, Contexts, Cases*, Upper Saddle River, Prentice Hall.

MIRANDA, J. (1998): In *Revista Juridica*, Faculdade Direito de Lisboa, n.º22, Lisboa.

MORA, A., y ALVAREZ, F. J. C. (1995): in *Políticas Urbanas y Territoriales en la Península Ibérica*, ISCSP, Fundicotex, Lisboa.

MORA, A. (1991): “Los modelos de desarrollo regional y el desarrollo de Extremadura”, In *Revista ALCÁNTARA*, n.º 22, Monográfico sobre Desarrollo Regional, Coords. MORA J. Y GURRIA, J.L., Edição Institución Cultural “El Brocence”. Excma. Diputación Provincial de Cáceres.

MORLET, J. (1989): *L'appartenance religieuse comme voie d'accès à la rationalité moderne*, *Social Compass*, Vol. 36, Sage, n.º 2, London.

MOTA, I. A., PINTO, M., SÁ, J. V., SOROMENHO MARQUES e RIBEIRO J. F. (2002): *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável ENDS 2005-2015*, Ministério das Cidades e Ordenamento do Território, Lisboa.

MUMFORD, L. (1978): *La cité à travers l'histoire*, Le Seuil, Paris.

NADLER, D.A., J.R. Hackman, E.E. Lawler III (1979): *Manging Organizational Behavior*, Mass., Little Brown & Co. Boston.

OLIVEIRA, G. B. de (1994): “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”, In *Revista da FAE* V.5, n.º2, Curitiba.

PARTIDÁRIO, M. J. e PINHO, P. (2000): *Guia de Apoio ao Novo Regime de Avaliação de Impacte Ambiental*, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

PARTIDÁRIO, M. do R. (2000): *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*, Colecção de Estudos 4, DGOTDU, Lisboa.

PARTIDÁRIO, M. do R. (2003): *Guia para a Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território*, Colecção de Estudos 9, DGOTDU, Lisboa.

PASCUALI, J. M. E. (1999): *La estrategia de las ciudades – Los Planos Estratégicos como Instrumento : métodos, técnicas y buenas prácticas*, Diputació de Barcelona, Barcelona.

PASCUALI, J. M. E. (2002): *La Gestión Estratégicas de las Ciudades*, Edita Dirección General de Administración Local, Junta de Andalucía (Tradução do Próprio).

PIAGET, J. (1983): *Psicologia da Inteligência*, Zahar, Rio de Janeiro.

PISANI (2002): citado por DELAMARRE, Aliete, *La prospective territoriale*, DATAR, Paris.

POLÈSE, M. (1998): *Economia Urbana e Regional: Lógica espacial das transformações económicas*, Coleção APDR. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Coimbra.

RARDUEL, J. L. (1990): *História do Urbanismo*, Papirus, Campinas.

RELPH, E. (1987): *A paisagem urbana moderna*, edições 70, Lisboa.

RÉMY, Jean (1966) : *La Ville, phénomène économique*, Ed. Ouvrière, Bruxelles.

RÉMY, Jean e Liliane Voyè (1981), *Ville, ordre et violence : formes spatiales et transaction sociale*, PUF, Paris.

RIBEIRO, L. C. de Q. e CARDOSO, L. A. (1996): “Da cidade à nação: génese e evolução do urbanismo no Brasil”, In: RIBEIRO, L. C. de Q. e PECHMAN, R. (Orgs). *Cidade, povo e nação. Génese do urbanismo moderno*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, M. (2003): “Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal”, In Portugal Chão, Portela e Caldas (orgs), Celta Editora, Oeiras.

RICHARDSON, H.W. (1973): *Economia Regional: Teoria de la localización, estructuras urbanas y crecimiento regional*, Vicens Vives, Barcelona.

RIO, G. B. (2004): *Guia de Buenas Praticas de Planeamiento Urbanístico Sostenible*, Lozano Comunicación Gráfica, s.l., Castila-La Mancha.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. F. e PILAR B.L. (2006): *Metodologia de Pesquisa*, 3ª Edição, McGrawHill, São Paulo.

ROMER, M-P. (1994): “The origins of endogenous towth”. In *The Journal of Economic Perspectives*. Vol 8, AEA Publications, Pittsburgh.

SALGUEIRO, T. B. (1999): *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, 3ª Edição, Edições Afrontamento, Porto

SANTOS, B. de S. (2001): *A morte de Coimbra, 2001*, in *Boaventura de Sousa Santos, A cor do tempo quando foge – crónicas, 1985-2000*, Afrontamento, Porto.

SASKEN, S. (2002): “Global cities and global city-regions: A comparison”. In SCOTT, A., (Coord.): *Global city-regions: Trends, theory, policy*, Oxford University Press, (paperback), Oxford.

SCARBOROUGH, H., SWAN, J. e PRESTON, J. (1999): “Knowledge Management: A Literature Review”, In *People Management*, Institute of Personnel and Development, Londres.

SEGURA, A. (1998): *Síntese Metodológica de Planificação Estratégica, Le developpment urbaine dans le Mediterranée*, Área Metropolitana de Barcelona, Barcelona

SERRANO & FIALHO (2002): *Gestão do conhecimento: O novo paradigma das organizações. Colecção sistemas de informação*, FCA, Editora Informática, Lisboa.

SERRANO, A., GONÇALVES, F., NETO, P., *Cidades e Territórios do Conhecimento : um novo referencial para a competitividade, Sílabo*, Universidade de Évora, Lisboa, 2005.

SILVA J. O. (2003): In *Forum 2002, Melhor Gestão para uma Melhor Administração*, ISCSP, pág. 207, Lisboa.

SINGER, P. (1981): *Economia Política da Urbanização*, Brasiliense, São Paulo.

SOARES, L. B. (2002): “A Realidade Incontornável da Dispersão”, in *Sociedade e Território*, n.º33, Afrontamento, Lisboa.

SORRE, M. (1947-52): *Les Fondements de la geographie humaine*, 4º vol., Armand Colin Editions, Paris.

SOUZA, M. L. (2003) : *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planeamento e à gestão urbanos*, 2.ª ed., Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

SPOSITO, M. E. B. (1994): *Capitalismo e Urbanização*, 5ª Edição, Contexto, São Paulo.

STAROVIC D. & MARR B. (2003): *Understanding corporate value: Managing and reporting intellectual capital*, CIMA – Chartered Institute of Management Accountants. Londres.

STERNER, T. (1994): “Policy Instruments for a Sustainable Economy”, In STERNER, T., (org.). *Economic Policies for Sustainable Development*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, Holanda.

STEWART, T. (1997): *Capital intelectual: A nova riqueza das organizações*, Edições Sílabo, Lisboa.

TOMÁS CARPI, J. A. (1998): “Las Regiones españolas y el fomento de la competitividad”, In *Economia e Política Regional en España ante la Europa del siglo XXI*. WAA. MELLA, MARQUES, José Maria, (coordenador). Akai, Associação Espanhola de Ciência Regional, Madrid.

TZU, S. (2000): *A Arte da Guerra*, Publicações Europa-América, 3ª Ed., Lisboa.

UNITED NATIONTS. (2014): *The Millennium Development Goals Report 2014*, United Nations, New York.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. (1993): *Política Económica Local*, Pirâmide, Madrid.

VÁSQUEZ, A. (1998): *Desarrollo local: Una estrategia de creación de empleo*. Pirâmide, Madrid.

Venuti, G.C. (1990): *La Terza Generazione dell'Urbanistica*, Franco Angeli (4º Ed.), Milão.

XAVIER, GOUVEIA & GOUVEIA (2003): “Gaia Global: O cidadão como umbigo da cidade”, pág. 137. In Gouveia, L. (Coord.): *Cidades e regiões digitais: Impacte nas cidades e nas pessoas*, Pág. 135-55. Edições Universidade Fernando Pessoa, Porto.

ANEXO

Páginas Internet Consultadas

http://regioes.blogspot.com/2006_07_01_archive.html
<http://www.monografias.com/trabajos/planifestrat/planifestrat.shtml?relacionados>
http://www.urbanismo-portugal.net/expo30/vhtml/expo_apresenta.html
<http://www.gppaa.min-agricultura.pt/infoco/17/capa.html>
<http://www.gppaa.min-agricultura.pt/infoco/17/tema1modelo.html>
http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais
http://www.cmaveiro.pt/www/output_efile.aspx?id_file=24815&id_object=31761
<http://www.iambiente.pt/sids/sids.pdf>
http://olhares.aeiou.pt/praca_do_giraldo_foto1972093.html
<http://websig.cmevora.pt/conteudos/LinkClick.aspx?fileticket=1OcRJQS9wXQ%3D&tabid=90&mid=444>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PDM.pdf>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PIOT.pdf>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PNOT.pdf>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PS.pdf>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PROT.pdf>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/ROT.pdf>
http://www.mma.es/secciones/participacion_publica/calidad_contaminacion/pdf/2009_dic_EESUL.pdf,
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Urbanismo>

http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html
http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html
http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html
http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html
http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html
http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html
http://ec.europa.eu/research/leaflets/urban_research/article_3083_pt.html
<http://www.ub.es/geocrit/b3w-586.htm>
http://www2.rio.rj.gov.br/iplan/web/smu/mostra_caderno.cfm?CodMateria=
http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page?_pageid=1996,45323734
http://pt.wikipedia.org/wiki/Indicadores_sociais
<http://www.janelanaweb.com/manageme/sloan.html>
<http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/dominios.htm>
http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/plano_estrategico.htm
<http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index>
<http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>
<http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>
<http://ulisses.cm.lisboa.pt/data/002/009/index.php?ml=3&x=miss.xml>
<http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/dominios.htm>
http://www.stc.org/intercom/PDFs/2000/200009-10_06-09.pdf
http://www.janusonline.pt/1999_2000/1999_2000_3_3_5
http://www.janusonline.pt/1997/1997_3_47.html
<http://www.unesco.org,2000>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PDM.pdf>
<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/economia/3.pdf>
http://www.cm-evora.pt/Documentos/DPRI/plano_estrategico.htm
<http://www.cybersociology.com/>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PUPP.pdf>
<http://www.dgotdu.pt/PresentationLayer/ResourcesUser/DGOTDU/Procedimentos/PE.pdf>

Legislação Consultada

Real Decreto-Lei 4 / 2000

Lei do solo de 1956

Lei 9 de 2 de Março de 1975

Lei 8 / 1990

Sentença do Tribunal Constitucional de Espanha n.º 61 / 1997 de 20 de Março

Lei 6 / 1998

Sentença do Tribunal Constitucional Espanhol n.º 164/2001 de 11 de Julho

Lei 8 / 2007

Real Decreto 2 / 2008

Lei 48 de 11 de Agosto de 1998

Decreto Lei 380/99

Lei 54/07

Lei 60/2007

Decreto-Lei 555/99

Decreto de Lei 316/2007

Decreto-Lei 46/2009

Obras Consultadas

A União Europeia e a Protecção Civil (2002): Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Belgica.

Colecção de Estudos Temáticos sobre os objectivos de Desenvolvimento do Milénio (2004): *Objectivo 7 – Sustentabilidade Ambiental*, Universidade de Brasília, Instituto Desenvolvimento Humano Sustentável, pág. 36-38, Brasil

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2006): *Livro Verde: Estratégia para uma energia sustentável, competitiva e segura*, SEC 317, Bruxelas.

Comissão Europeia (2000): “PORA – Programa Operacional Região Alentejo”, In *Quadro Comunitário de Apoio III*, pág. 115-116, Bruxelas.

Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas 11-02-2004, COM (2004)60 final, pág. 5.

Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas 11-02-2004, COM (2004)60 final, pág. 42-43.

Conferência Europeia de Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território (2000): (CEMAT), *Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu*, Tagus Gráfica, Lda, Lisboa.

DGOTDU (1996): *Guia para a Elaboração de Planos Estratégicos de Cidades Médias*, DGOTDU, Lisboa.

Évora Municipal – Sempre Consigo (Fevereiro de 2008): *Novo PDM, Agora Já Pode Contar Com Ele!*, Edição CME / DCRE, pág. 4, Évora

FORUM 2000 (2000): *Renovar a Administração, Estratégia e Planeamento na Gestão da Administração Pública*, ISCSP, Lisboa.

Guia do Conselho Europeu de Urbanistas, (2002): *Try it this Way: Desenvolvimento Sustentável ao Nível Local*, DGOTDU, AUP, CESUR, Londres.

I Plano Estratégico Metropolitano de Barcelona (2003): Documento n.º 11, pag. 15, Barcelona

INE (2002): *O Envelhecimento em Portugal*, pág. 8, Lisboa.

INE (2005): *Anuário Estatístico de Portugal 2005*, pág. 110-111, Lisboa.

INE (2006): *Anuário Estatístico de Portugal*, V.II, pág. 64, Lisboa.

INE (2006): *Estatísticas dos Transportes 2005*, pág. 25, Lisboa

INE (2006): In *Anuário Estatístico de Portugal 2005*, V.II, pág. 34, Lisboa

INE (2006): In *Estatísticas do Ambiente*, pág. 11, Lisboa.

INE (2006): *Indicadores Sociais 2005*, pág. 130, Lisboa.

INE (2007): *Estabelecimentos Comerciais, unidades de dimensão relevante 2005*, pág. 24, Lisboa

INE (2007): *Estatísticas da produção Industrial 2005*, pág. 10, Lisboa

INE (2007): *Estatísticas da produção Industrial 2005*, pág. 9, Lisboa

INE (2007): In *Estatísticas da Construção e Habitação 2006*, pág. 14, Lisboa

INE (2007): *Retrato Territorial de Portugal 2005*, pág. 144, Lisboa.

Ministério da Economia (s/d) : In *Politica Energética*, V.I, pág. 1, Lisboa.

Ministério da Educação (2007): In *Estudo de Diagnóstico: a modernização tecnológica do sistema de ensino em Portugal*, pág. 16, Lisboa.

Ministério da Educação (2007): In *Estudo de Diagnóstico: a modernização tecnológica do sistema de ensino em Portugal*, pág. 47, Lisboa.

Ministério da Educação (2007): *Plano Tecnológico de Educação*, pág. 4, Lisboa

Ministério da Saúde (2007): In *Relatório final, Comissão para a sustentabilidade do financiamento do Serviço Nacional de Saúde*, pág. 46-47, Lisboa.

Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006): *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, Programa de Acção, Lisboa.

POSI (2003): *Cidade e regiões digitais: Guia de operacionalização, Programa Operacional da Sociedade da Informação*, Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, Presidência do Conselho Ministros, Lisboa.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) (2003): In *Relatório de Progresso*, Ministério das Cidades Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa.

Projecto do Plano Estratégico da Cidade de Aveiro (Março de 1997): *Plano Estratégico da Cidade de Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro*, Equipa Técnica: Luis Jorge Bruno Soares, Arquitecto Urbanista, Ana Maria Guedes Lebre, Arquitecto Urbanista Rui

Biltes, Economista Jorge Jacob, Engenheiro de Transportes António Oliveira das Neves, Economista Jorge Carvalho, Engenheiro Urbanista António Fonseca Ferreira, Engenheiro Civil António Sousa Santos, Licenciado em Educação Física Jorge Cancela, Arquitecto Paisagista Pedro Costa, Economista, pág. 4-6, Aveiro

Quadro Comunitário III (2004) : *Portugal 2000-2006, Revisão Intercalar 2004, Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional*, pág. 11, Lisboa

Relatório das Cidades Europeias Sustentáveis (1996): Comissão Europeia, Bruxelas.

ROMA P. (1998): *Ordenación e Planificación Territorial*, (Colección Espacios y Sociedades, Serie Mayor n.º8), Editorial Síntesis, Madrid.

WCED (1987): *Our Common Future, World Common Future, World Commission for the Environmental Development*, Oxford University Press UK, Oxford.

World Economic and Social Survey (2007): *Development in an Ageing World*, pág. 11, ob. cit.. Tradução do próprio.